

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

TESE DE DOUTORADO

**O DEBATE AGROECOLÓGICO NO BRASIL: UMA
CONSTRUÇÃO A PARTIR DE DIFERENTES ATORES
SOCIAIS**

NILSA LUZZI

2007



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

O DEBATE AGROECOLÓGICO NO BRASIL: UMA CONSTRUÇÃO A
PARTIR DE DIFERENTES ATORES SOCIAIS

NILSA LUZZI

Sob orientação do professor

Nelson Giordano Delgado

Tese submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Doutora** em
Ciências Sociais em Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro

Dezembro de 2007

631.58
N695
T Luzzi, Nilsa
 O debate agroecológico no
 Brasil: uma construção a partir de
 diferentes atores sociais / Nilsa
 Luzzi - 2007.
 182 f.

 Orientador: Nelson Giordano
 Delgado.

 Tese (doutorado) - Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro,
 Instituto de Ciências Humanas e
 Sociais.

 Bibliografia: f.169- 179

 1. Agroecologia - Brasil -
 Teses. 2. Agricultura alternativa -
 Brasil - Teses. 4. Movimentos
 sociais - Brasil - Teses. 3. Rede
 PTA/FASE - Teses. I. Delgado,
 Nelson Giordano. II. Universidade
 Federal Rural do Rio de Janeiro.
 Instituto de Ciências Humanas e
 Sociais. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

NILSA LUZZI

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

TESE APROVADA em 03 de dezembro de 2007

Membros da banca examinadora:

Nelson Giordano Delgado, Dr., CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Leonilde Servolo de Medeiros, Dra., CPDA/UFRRJ

Jorge Osvaldo Romano, Dr., CPDA/UFRRJ

Marcelo Mina Dias, Dr., UFV

Manoel Baltasar Baptista da Costa, Dr., UFSCar/Araras

Dedico:

Aos meus pais Ivo e Terezinha Luzzi, agricultores familiares de Chapecó, Santa Catarina, que encontraram na agroecologia um novo estímulo para enfrentar as dificuldades do meio rural e o merecido reconhecimento e valorização de suas profissões.

AGRADECIMENTOS

Felizmente foram muitas as pessoas que contribuíram e me apoiaram para a realização desta tese. Um caminho entrecortado por muitas e gratas interações, contatos e encontros, os quais foram fundamentais na sustentação do caminhar e na superação dos obstáculos.

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos às pessoas e instituições que foram, cada uma a sua maneira, muito importantes para a realização deste trabalho, tornando, portanto, este percurso muito mais agradável.

Ao CPDA, professores e funcionários, que me proporcionaram este rico processo de formação e aprimoramento intelectual e do qual me orgulho muito em fazer parte. Destaco a atenção e amizade de Leonilde Medeiros, Regina Bruno e Sergio Leite. Pessoas admiráveis que tive a oportunidades de me aproximar e conviver mais intensivamente.

Ao meu orientador Nelson Delgado que foi simplesmente brilhante e um amigo ao qual me orgulho. Mais que cumprir com seu papel devido, teve a sensibilidade de estimular minhas potencialidades, reconhecer minhas fraquezas e ajudar quando era imprescindível.

Aos meus entrevistados, pela atenção desprendida e pelos ricos momentos de diálogo e conhecimento que me proporcionaram:

- Aos pesquisadores da EPAGRI: Paulo Tagliari, Sergio Pinheiro, Eros Mussoi, Silmar Hemp, Marcio Melo, Leandro Wildner e Vilson Testa;
- Aos profissionais de ONGs: Afonso e Denílson (Chapecó), Carlos Eduardo Arns, Charles Lamb, Denílson Debiasi, Hans Rinklin, Ivo Macagnan, Marcos (Caçador), Natal João Magnanti, Sergio Sartori, Carlos Eduardo Souza Leite, Eugenio Ferrarti, Jean Marc von der Weid e Paulo Petersen;
- Aos membros da FETRAF: Volmir Santolin, Celso Ludwig, Dirceu Dresch e Gilmar Pastorio;
- Aos membros do MST: Dirceu e Valdomiro (Chapecó), Ciro Correia e Denis Monteiro;
- Ao Wilson Schmidt, Ademir Cazzela, Carmem Munarim, Valério Turnes, Claudia Schmitt, Evande Praxedes, João Carlos Costa Gomes, Maria Emília Melo, Rosangela Cintrão (Bibi).

Aos meus entrevistados virtuais (Ciro Correia, Manoel Andrade, Manoel Baltasar Baptista da Costa), que ainda não tive a oportunidade de conhecê-los pessoalmente, mas mesmo assim dividiram suas histórias e sua vivência.

Aos amigos que nos dão conforto, amparo, carinho e um merecido descanso: Marcia Pedreira, Camila Rodrigues, Sergio Orsi, Clair Coser, Solange Elias, Silvia Zimmermann, Fabio Ramos, Mônica Cox e Cláudio Ubiratan.

Ao Marcelo Miná Dias que me apresentou ao CPDA e ao longo destes anos todos me proporcionou ricos momentos de bate papo, trocas intelectuais e amizade.

Ao Paulo Roberto Alentejano, querido Paulinho Chinelo, que me recebeu nesta cidade maravilhosa, apresentou-me ao samba carioca e tem me ajudado em diversos momentos importantes.

Ao Paulo Petersen pelas valiosas conversas e ricos momentos de aprendizado.

Aos colegas de doutorado: Cleyton Gerard, Marcelo Leles de Oliveira e Rômulo Barbosa.

Aos íntimos e, por isso mesmo, dividem não somente os momentos de felicidades, mas os dias difíceis e estressantes, por isso merecem um agradecimento especial.

Aos meus pais (Ivo e Terezinha), irmãos (Neuza, Nilce, Olidemar e Adriano) que são a razão da minha existência. Ao Juarez Rodrigues pela sua valiosa colaboração no meu deslocamento para a realização das entrevistas.

À Maria Antonieta e Nelson Siffert pela paciência, apoio e carinho.

Aos meus cunhados pelo carinho e amizade: Vera, José Antônio, Nelson e Heloisa.

Ao meu companheiro, Paulo de Abreu Siffert pelo estímulo, apoio nos momentos difíceis e, sobretudo, pelo amor permanente em nosso convívio.

RESUMO

Esta tese analisa a construção do debate agroecológico no Brasil. O objetivo é entender o surgimento e a evolução da questão agroecológica na agenda de diferentes atores sociais rurais e a importância que o tema vai assumindo para cada um deles. Esta construção foi feita tendo por base: a experiência da Rede PTA/FASE; os movimentos sociais rurais, especialmente o movimento sindical rural e o MST; algumas instituições do Estado, principalmente a Política Nacional de ATER e o Marco Referencial da EMBRAPA. Para além do tema em questão, procurou-se fazer um resgate histórico, para cada ator social considerado, de suas principais questões e bandeiras de luta, desde a década de 1980 até os dias atuais, período em que se concentra nossa análise. A tese procura investigar também os fatores que colaboraram para o expressivo crescimento do tema agroecologia no país e os principais entraves para que o mesmo seja efetivamente incorporado por estes atores sociais, constituindo-se em um elemento fundamental indispensável para a formulação de uma proposta alternativa de desenvolvimento para a agricultura brasileira. A partir do material empírico coletado – através de entrevistas com atores qualificados e da utilização de trabalhos técnico-científicos, resoluções de congressos e outros documentos existentes – constatamos que o debate agroecológico cresceu consideravelmente nas duas últimas décadas. Inicialmente restrito a um pequeno grupo de intelectuais e profissionais, especialmente das ciências agrárias, e centrado nas tecnologias alternativas, este debate foi sendo incorporado por diferentes atores sociais – organizações de base, movimentos sociais rurais, instituições de assessoria, instituições de ensino, pesquisa e extensão rural –, tornando-se a preocupação com a agroecologia um elemento importante na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar. A incorporação dos referenciais da agroecologia e o uso de metodologias participativas alteraram significativamente as estratégias de intervenção das ONGs. Ao invés de trabalhar com transferência de tecnologias passaram a buscar uma intervenção mais sistêmica que leve em conta as racionalidades ecológicas, econômicas e culturais dos agricultores. A rearticulação nacional da agroecologia, com a criação da ANA e da ABA-Agroecologia, fortaleceu o debate e aumentou a legitimidade política da agroecologia. A continuidade do diálogo e o estreitamento das relações entre ambas constituem um importante desafio para o avanço da agroecologia, tanto no campo político quanto tecnológico. No entanto, esta temática ainda está sendo incorporada e interpretada de forma bastante desigual entre as organizações do campo agroecológico. Nos movimentos sociais, assim como nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, a incorporação é crescente, porém as experiências e ações práticas ainda são pontuais e desenvolvidas por uma minoria. Transformar o agricultor em sujeito do processo produtivo, com o técnico sendo um mediador entre o conhecimento popular e o científico, é um processo bastante complexo. Exige que o técnico reconsidere o poder que o saber científico, em princípio, lhe propicia e requer um repensar das formas e dos métodos utilizados durante décadas pelos profissionais de assistência técnica e extensão rural, inclusive das ONGs. Embora o debate agroecológico tenha apresentado forte crescimento nos últimos anos e o tema esteja ganhando cada vez mais legitimidade e reconhecimento, o principal desafio para a incorporação mais efetiva e a maior generalização destas experiências de inovação agroecológica é político. A força do agronegócio na política econômica e na agricultura brasileira constitui um grande entrave para o avanço na formulação de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país, ancorado na agricultura familiar e na agroecologia.

Palavras-chave: agroecologia, agricultura alternativa, Rede PTA/FASE, movimentos sociais, Estado.

ABSTRACT

This research analyses the construction of the agroecologic debate in Brazil. The aim is comprehend the emerging and the evolution of agroecologic question in several social actors' agenda and the importance the theme was assuming to each of them. That construction was made with the following basis: the experience of PTA/FASE net; the rural social movements, specially the rural syndical movement and the MST; some State institutions, principally the ATER National Policy and EMBRAPA referential marc. Beyond the theme in discussion, it was intended to have a historic recuperation for each of the actors considered, about their main questions and objects of fight, since the 1980's up to nowadays, the period our analysis is about. The research also intends to investigate the aspects which collaborated for the expressive growing of the agroecology discussion in the country and the main obstacles for its effective incorporation by those social actors, which constituted a fundamental element, essential for the formulation of an alternative proposition for the Brazilian agriculture development. Starting from the empiric material collected – interviews with qualified actors and the using of technical-scientific works, congress resolutions and other existent documents – we verified that the agroecologic debate has grown considerably in the last two decades. Initially restricted to a small group of intellectuals and professionals, specially from agrarian sciences, and centered in alternative technologies, the debate started being incorporated by different social actors – basis organizations, rural social movements, assessors institutions, educational, rural researching and extending institutions –, becoming the worry about agroecology an important element for the formulation of public policies for familiar agriculture. The incorporation of agroecology referential and the use of participative methodologies have modified significantly the intervention strategies from NGOs. Instead of working with technology transference they started searching for a more systemic intervention which consider the ecological, economic and cultural agriculturists rationalities. The agroecology national re-articulation, with the creation of ANA and ABA-Agroecologia, has become the debate stronger and has grown the agroecology political legitimacy. The continuous dialogue and the narrow of relations between them constitute an important challenge for the agroecology progress, even in political or in technological fields. However, this theme is still being incorporated and interpreted in very different ways among agroecological organizations. In social movements, as in educational, research and extending institutions, the incorporation is growing, but the experiences and the practical actions are still isolated and developed by a minor number of people. Make the agriculturist have an active role in productive process, as a technician mediating the popular and the scientific knowledge, is a very complex process. It requires that the technician reconsider the power that the scientific knowledge, first of all, can give him or her, and it requires a re-thinking about the ways and the methods used during decades by technical assistants and rural extending professionals, including the NGOs. Although the agroecologic debate has presented a strong growing in the last years and the theme has gained more and more legitimacy and recognition, the main challenge for a more effective incorporation and a more generalization of these agroecological innovation experiences is a political challenge. The agrobusiness power in Brazilian economical policy and in agriculture constitutes a large obstacle for a progress in the formulation of a democratic and sustainable project of rural development for the country, based in familiar agriculture and in agroecology.

Key words: agroecology, alternative agriculture, PTA/FASE net, social movements, State.

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AA – Agricultura Alternativa
ABA – Associação Brasileira de Agroecologia
AMA – Articulação Mineira de Agroecologia
ANA – Articulação Nacional de Agroecologia
ANDEF – Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas
ASA – Articulação do Semi-Árido
ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.
ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA – Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor
CAPOIB – Conselho de Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
CBA – Congresso Brasileiro de Agroecologia
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEPAGRI – Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais
CEPAGRO – Centro de Estudos e Promoção de Agricultura em Grupo
CLADES – Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros
CONCUT – Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CTA – Centro de Tecnologias Alternativas
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural
DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
DETR – Departamento Estadual de Trabalhadores Rurais
DNTR – Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ENA – Encontro Nacional de Agroecologia
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.
ERAA – Encontro Regional de Agricultura Alternativa
ESALQ – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queirós.
ESPLAR – Centro de Pesquisa e Assessoria
FAEAB – Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
FASE – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
FETAESC – Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Santa Catarina
FETRAFESC – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina
FETRAF-SUL – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul
GNTA – Grupo de Trabalho Agroecológico na Amazônia
IFOAM - Federação Internacional de Movimentos em Agricultura Orgânica
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MOC – Movimento de Organização Comunitária

MONAPE – Movimento Nacional dos Pescadores Artesanais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR – Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais
MSTTR – Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
ONG – Organização Não Governamental
PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas
PESAGRO – Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária.
PNUD – Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento.
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTA – Projeto Tecnologias Alternativas
PT – Partido dos Trabalhadores
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais
SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais
TA – Tecnologia Alternativa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO 1 – TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA BRASILEIRA E ORIGENS DO DEBATE AGROECOLÓGICO.....	07
1.1. A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira.....	07
1.2. O Debate da Década de 80: os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa.....	14
CAPÍTULO 2 – A EXPERIÊNCIA DO PTA/FASE E SEUS DESDOBRAMENTOS	37
2.1. Origem da Proposta de Intervenção do PTA/FASE.....	37
2.2. A Evolução para Redes de Intercâmbio.....	42
2.3. Os Centros de Tecnologias Alternativas.....	46
2.4. A Reestruturação do PTA/FASE e a Criação da AS-PTA.....	51
2.5. Transformações da Década de 90: Agroecologia, Desenvolvimento Local e Metodologias Participativas.....	62
2.6. O Avanço do Debate e a Articulação Nacional da Agroecologia.....	72
CAPÍTULO 3 – O DEBATE AGROECOLÓGICO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS.....	79
3.1. O Movimento Sindical Rural.....	79
3.1.1. Origens e transformações do sindicalismo rural brasileiro.....	79
3.1.2. Rumo ao projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável.....	91
3.2. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	103
3.2.1. Origem e processo de formação do MST.....	103
3.2.2. A cooperação agrícola nos assentamentos.....	110
3.2.3. A incorporação do debate agroecológico.....	118
CAPÍTULO 4 – AS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL.....	133
4.1. Trajetória Histórica da Extensão Rural no Brasil.....	133
4.2. A Nova Política Nacional de ATER.....	144
4.3. O debate agroecológico na EMBRAPA.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	155
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	169
ANEXO 1.....	181

INTRODUÇÃO

A temática agroecológica tem merecido nos últimos anos cada vez mais legitimidade e reconhecimento. Inicialmente centrado nas tecnologias alternativas, o debate agroecológico vem evoluindo e incorporando outras questões e problemáticas sociais e conquistando cada vez mais adeptos e defensores. Atualmente existe uma grande diversidade de organizações de trabalhadores, movimentos sociais rurais, instituições de ensino, pesquisa e extensão rural trabalhando na promoção da agroecologia. Embora não hegemônico, o enfoque agroecológico vem ganhando destaque nos debates em torno do rural, principalmente entre as organizações de agricultores familiares, tornando-se cada vez mais complexo. Além das questões tecnológicas, ganharam importância os aspectos sociais, políticos e culturais do sistema produtivo.

Meu interesse pelo tema vem desde a graduação em agronomia, realizada em Santa Maria, Rio Grande do Sul, entre 1994 e 1998. Embora tenha recebido uma formação profissional convencional voltada à difusão de tecnologias, sempre busquei por via extracurricular conhecer experiências alternativas (a exemplo do Centro Ecológico – Ipê, RS) e participar dos encontros regionais existentes na área. Minha dissertação, concluída em 2001, analisou a experiência da Associação dos Agricultores Ecologistas das Encostas da Serra Geral (AGRECO), em Santa Rosa de Lima, Santa Catarina.

No doutorado me propus, inicialmente, compreender a mudança de estratégia da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina com a incorporação do enfoque agroecológico. O título do projeto era “A agroecologia como estratégia de desenvolvimento rural em uma instituição estadual de pesquisa: a experiência da EPAGRI”. Ao longo do processo de doutoramento meu interesse foi se ampliando vindo a abranger outros atores sociais do estado que trabalhavam com a temática agroecológica.

O exame de qualificação refletia esta mudança – “A construção da proposta agroecológica em Santa Catarina”. Até então, o objetivo primordial era analisar como foi sendo construído o debate e a proposta agroecológica naquele estado, procurando entender as razões pelas quais os diferentes atores que trabalham com a agricultura familiar (ONGs de desenvolvimento, EPAGRI e movimentos sociais – MST e FETRAF-Sul) passam a incorporar esta proposta, ampliando seu conceito e trazendo novas dimensões ao debate.

A agroecologia, inicialmente restrita a um número reduzido de ONGs e grupos de agricultores de Santa Catarina, foi se ampliando continuamente e no final da década de 90 já existiam cerca de cinquenta grupos de agricultores trabalhando com o enfoque agroecológico, assessorados por diversas ONGs, pela EPAGRI e pela FETRAF-Sul. Além disso, foi criada em 1998 a Rede Ecovida de Agroecologia, uma rede que conseguiu agregar diferentes atores que trabalhavam com a produção, processamento e comercialização de produtos ecológicos no estado e, rapidamente, passa a envolver toda a região Sul do país. O que influenciou esta rápida expansão da agroecologia? Por que diversos atores passam a incorporar esta proposta? Estas eram algumas questões que me acompanhavam e que me propunha a investigar.

Desde o primeiro ano que entrei no doutorado, aproveitando o fato de meus pais morarem em Chapecó, fiz entrevistas exploratórias buscando mapear os principais atores que faziam parte do debate agroecológico em Santa Catarina. Em 2003 e 2004 fiz oito entrevistas exploratórias (cinco em Chapecó e três em Florianópolis) com membros de ONGs, FEFRAF-Sul e EPAGRI¹. A pesquisa de campo foi realizada efetivamente em 2005, depois da qualificação, e constou de dezessete entrevistas, realizadas em várias cidades do estado. Foram entrevistados membros das principais ONGs, da EPAGRI, da FETRAF-Sul, do MST e

¹ O nome das pessoas entrevistadas para a tese e suas respectivas instituições constam em anexo.

do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Procurou-se entrevistar, sempre que possível, os pioneiros e as pessoas que estavam trabalhando efetivamente com a temática agroecológica no estado.

Em 2006, instigada pelo resultado das entrevistas, fui em busca das origens do debate agroecológico no Brasil, que se encontravam nos Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa e no Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. A idéia era buscar a evolução do debate nacional e entender a influência que o mesmo teve em Santa Catarina. Os EBAAAs foram muito citados nas entrevistas, mas existiam poucas referências sobre os mesmos, além dos anais dos encontros, fato que me instigou a buscar mais informações sobre os mesmos.

Depois de um grande investimento no debate nacional me deparei com um dilema: como retornar ao debate de Santa Catarina? Percebi a incompatibilidade em entender a evolução da agroecologia nos diferentes atores sociais, com o estudo que tinha me proposto para Santa Catarina, que era apenas um local onde a agroecologia se expressava. Em março de 2007, quando na verdade deveria estar defendendo a tese, decidi junto com meu orientador ampliar o objeto de estudo para o país. Esta opção suscitou, em consequência, a necessidade de realização de novos investimentos em pesquisa (bibliográfica e entrevistas) e impossibilitou que várias entrevistas realizadas em Santa Catarina fossem utilizadas para a tese.

Um agravante deste processo foi a inexistência de estudos e a escassez de bibliografia e documentos que tratassem da temática agroecológica nos movimentos sociais rurais (movimento sindical e MST) e nas instituições de pesquisa e extensão rural. Na tentativa de suprir esta lacuna comecei a fazer um levantamento do material bibliográfico existente e de algumas pessoas chaves para entrevistar. Diante da impossibilidade, tanto de tempo como de recursos financeiros, de viajar para diversos lugares do país – haja visto que teria mais seis meses para terminar a tese – concentrei as entrevistas no Rio de Janeiro. Foram realizadas, então, mais quatorze entrevista.

O acaso me foi favorável, pois neste período aconteceu no Rio de Janeiro uma reunião da Coordenação Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na qual estiveram presentes diversas lideranças nacionais de ONGs e movimentos sociais que trabalhavam com a temática agroecológica. Ocasão que consegui realizar algumas entrevistas importantes. Outra particularidade foi a realização de entrevistas via Skype: com dois pioneiros do movimento agroecológico, que participaram também da organização dos EBAAAs (São Paulo e Portugal), e com um membro do MST, que fazia mestrado na Espanha, cuja temática de estudo era o resgate do debate agroecológico no MST. Esta experiência foi bastante positiva e mesmo sem conhecer pessoalmente meus entrevistados tive excelente receptividade.

A tese tem por objetivo analisar a construção do debate agroecológico no Brasil. O que pretendo é entender o surgimento e a evolução do debate agroecológico em diferentes atores sociais rurais e a importância que a agroecologia vai assumindo em cada um deles. Este resgate será realizado no PTA/FASE, nos movimentos sociais rurais (CUT, CONTAG e MST) e nas instituições de pesquisa e extensão rural, através principalmente da Política Nacional de ATER e do Marco Referencial da EMBRAPA.

Quais os fatores que colaboraram para este grande crescimento da agroecologia no país? Por que a agroecologia se tornou uma questão importante para as organizações representativas da agricultura familiar? Quais os principais entraves para que a agroecologia seja efetivamente incorporada por estes agentes sociais e se constitua num elemento fundamental na formulação de uma proposta alternativa de desenvolvimento para a agricultura brasileira? Estas são questões que pretendo aprofundar na construção desta tese.

Certamente poderia ter feito a tese resgatando o debate agroecológico apenas nas ONGs do campo agroecológico, ator prioritário e com influência indiscutível desde o princípio. Contudo, em razão mesmo desta importância, a grande maioria dos trabalhos que

trata da temática agroecológica se concentra nas ONGs e nas experiências desenvolvidas ou apoiadas pelas mesmas. Praticamente inexitem estudos que discutem como os movimentos sociais e as instituições do Estado começam a participar deste debate e as características que o mesmo vai assumindo para estes atores.

Além das entrevistas, fiz um levantamento dos trabalhos e documentos existentes que envolviam a temática agroecológica, buscando resgatar as principais questões e bandeiras de luta de cada ator social trabalhado na tese, desde a década de 80 até os dias atuais, período em que se concentra nossa análise da tese. O objetivo é entender como cada ator social começa a incorporar o debate agroecológico e como este vai avançando até os dias atuais. As principais fontes bibliográficas para este resgate foram as resoluções de encontros e congressos, cadernos de formação e planos de trabalho, além de livros, teses, dissertações e artigos existentes sobre o tema².

Devido à grande diversidade de atores sociais que exercem influência no debate agroecológico e da impossibilidade de incorporá-los na análise, optamos por selecionar os que consideramos mais relevantes e que são atores prioritários também do debate no campo da agricultura familiar. Dentre os diversos movimentos que fazem parte deste debate destacamos: mulheres camponesas, que possui uma campanha nacional pela produção de alimentos saudáveis – “Produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”, atingidos por barragens, pequenos agricultores, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, indígenas, agroextrativistas, quilombolas, pescadores artesanais, agricultores urbanos, dentre outros. São movimentos com identidades sócio-culturais específicas, mas que possuem bastante proximidade com a temática agroecológica e vêm progressivamente se inserindo no debate.

O debate agroecológico inicialmente se restringiu a um pequeno grupo de profissionais, principalmente das ciências agrárias, e se concentrou nas críticas ao padrão tecnológico moderno e na busca de tecnologias alternativas. O tema agroecologia foi evoluindo de um conjunto isolado, para um conjunto articulado de experiências produtivas (Rede PTA) na década de 90 e passa a ser incorporado progressivamente por organizações de trabalhadores, movimentos sociais rurais e instituições estatais. Mais recentemente vem se configurando como um projeto em construção, ainda bastante incipiente, de modelo alternativo de desenvolvimento rural em que articula diversos agentes sociais do campo da agricultura familiar.

Nos últimos anos vem ganhando força, também, a defesa da agroecologia enquanto movimento social. PETERSEN & ALMEIDA (2004) defendem que apesar da diversidade dos atores sociais envolvidos e dos contextos ambientais nos quais estas experiências vêm sendo gestadas, elas apresentam entre si identidades no plano nacional, o que poderia configurar a existência de um “movimento agroecológico brasileiro”. Contudo, “(...) não se trata de um movimento institucionalizado, pois não se organiza em torno a estruturas formais, sendo a autonomia dos grupos de base uma condição inarredável para a continuidade de sua existência e de sua vitalidade” (p.6).

Para PETERSEN & ALMEIDA (2004), a agroecologia é um movimento que possui expressão nacional e que articula em redes os processos sociais locais e regionais autônomos voltados para a inovação agroecológica. Estas redes são formadas por diferentes movimentos sociais, organizações de base, instituições de assessoria e organização da agricultura familiar, em suas múltiplas formas de expressão, e também por profissionais de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural que atuam na área do desenvolvimento rural.

² Foram utilizadas as resoluções dos EBAA, dos encontros do PTA/FASE, dos congressos da CONTAG, CUT, DNTR e MST, os Cadernos de Formação do MST, os planos de trabalho da AS-PTA (planos trienais), diversos documentos primários do PTA/FASE (atas de reuniões, relatórios de naturezas diversas, textos de circulação interna), bem como revistas e textos para discussão do PTA/FASE.

“Além de assegurar a autonomia e as identidades de cada organização, a articulação em redes vem favorecendo a interação horizontal entre as diferentes dinâmicas sociais locais envolvidas com a promoção da agroecologia, promovendo efeitos sinérgicos no que se refere à construção técnica, metodológica, conceitual e política do movimento agroecológico” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 06).

Contudo, existem divergências em relação ao uso da terminologia movimento social para tratar do tema agroecologia. ALMEIDA (2002) argumenta que, sobretudo, pela heterogeneidade que a caracteriza, a agroecologia não constitui ainda um movimento social *stricto sensu*, ou seja, uma ação social organizada contra o poder de adversários que têm as rédeas do modo de desenvolvimento agrícola. “A agroecologia é a expressão de iniciativas de grupos ou agentes sociais mais ou menos isolados, ainda pouco orgânicos, com resultados técnicos e sociais em diferentes amplitudes, agentes estes que *poderão vir a integrar um movimento social*, mas que, *atualmente, não constituem e não representam um movimento social*” (p.15).

Porém, apesar destas divergências, acreditamos que este avanço e legitimação do tema agroecologia, por diferentes agentes sociais, nos permitem olhar estas iniciativas pelas lentes dos movimentos sociais. O uso da expressão movimento poderia ser uma forma útil para pensar a questão da agroecologia, pois contribui para uma maior compreensão dos processos de mudança social que a agroecologia vem promovendo. Contudo, movimento social entendido não como categoria empírica, mas segundo a perspectiva de MELUCCI (1994) em que os movimentos sociais “(...) não constituem um simples objeto social e sim uma lente através da qual problemas mais gerais podem ser abordados” (p.155).

Nos últimos tempos, o debate agroecológico ultrapassou seu foco na questão estritamente tecnológica e passou a incorporar outros temas e problemáticas sociais num arranjo próximo ao de um movimento social. O tema agroecologia, que inicialmente defendia a diversificação de culturas, o uso racional dos recursos naturais, a otimização dos recursos locais, uma produção mais saudável e respeitosa do meio ambiente, foi incorporando outras questões importantes que também fazem parte da agenda de outros movimentos e organizações sociais. Como exemplos têm-se: valorização do conhecimento popular; rural como modo de vida; preservação da cultura e da biodiversidade; questão de gênero e geração; educação rural; construção de novas relações com o mercado com bases éticas e solidárias e a segurança e soberania alimentar (resgate de sementes crioulas, contra os transgênicos, democratização do acesso aos recursos naturais, valorização da qualidade do alimento e da produção para o auto-consumo).

Várias pessoas e grupos sociais passam a identificar na agroecologia um caminho para fortalecer suas reivindicações e alcançar seus próprios objetivos. “Trata-se, ao mesmo tempo, de um projeto concreto e também de uma proposta de transformação simbólica e cultural” (MAFRA, 2004: 8). A agroecologia, da forma como se desenvolve no país, propõe-se não apenas identificar e difundir técnicas agrícolas chamadas de alternativas, mas também a promover uma discussão sobre as condições de sustentabilidade da agricultura e do meio rural e suas implicações para a sociedade. “Para a agroecologia não interessa apenas mudar a forma de alguns grupos fazerem agricultura (inovando as técnicas e processos), mas, principalmente, a forma de se pensar o próprio papel da agricultura familiar, as relações dos agricultores e suas famílias com a natureza e com o restante da sociedade” (p.8).

Para SILVA (1997), a principal contribuição da agroecologia não está na criação de novas tecnologias ditas alternativas ou sustentáveis, “(...) mas na criação de uma nova consciência social a respeito da relação homem-natureza; na produção de novos valores

filosóficos, morais e até mesmos religiosos; e na gestão de novos conceitos jurídicos, enfim na produção de novas formas políticas e ideológicas” (p.106).

O tema agroecologia, ao ser incorporado e interpretado pelas organizações e movimentos sociais, promove ao mesmo tempo uma mudança profunda nas formas de produção, comparativamente ao modelo hegemônico de desenvolvimento, e propõe-se a mudanças mais substanciais nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais da produção. A agroecologia, mais que uma transformação técnica se constitui numa proposta de transformação política. Contudo, estas duas dimensões estão intrinsecamente interligadas, pois é exatamente a partir destes processos locais de inovação agroecológica que se vem construindo novos referenciais técnicos, metodológicos e conceituais que, pouco a pouco, vêm sendo traduzidos em proposições de políticas públicas e em força social transformadora.

“Um número cada vez mais significativo de trabalhadores e trabalhadoras e suas organizações em todo o país tem compreendido que a agroecologia só terá capacidade política de transformação se for efetivamente desenvolvida através de práticas concretas que garantam o atendimento de suas necessidades e do conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo em que são experimentadas e disseminadas localmente, as práticas inovadoras do campo agroecológico constituem já embriões do novo modelo que está em construção e que já inspira a formulação de um projeto coletivo de âmbito nacional” (Carta Política do II ENA, 2006).

No entendimento de MELUCCI (1994), os movimentos sociais são movidos por paixões. Eles constituem formas “quentes” de ação e você não pode explicá-los simplesmente reduzindo-os à ação social ou marginalizando o resto como irracional. “Eles não são irracionais mas são uma forma apaixonada de ação que é bastante significativa para a mudança social. Afinal se não houvesse paixão, por que alguém se importaria em transformar?” (p.160).

Para ALEXANDER (1998), embora os movimentos sociais constituam apenas grupos específicos, alegam representar os interesses da sociedade como um todo (defesa do meio ambiente ou da cidadania) ou falar à sociedade em nome de um interesse particular (defesa das mulheres ou dos agricultores familiares). Contudo, os movimentos sociais não podem ser considerados como simples respostas aos problemas existentes. Ao contrário, devem ser entendidos como respostas à possibilidade de construir problemas convincentes e transmitir essa “realidade” ao conjunto da sociedade. “Antes de formar-se um movimento social (...) poucos atores reconhecem a existência do problema que é colocado pelo movimento, muito menos que haja uma solução para ele” (p.25).

A agroecologia surgiu e vem avançando ao longo do tempo na contracorrente do próprio modelo hegemônico de desenvolvimento que vem se reproduzindo continuamente com o apoio decisivo do Estado. Políticas públicas foram e continuam sendo implementadas em defesa da reiteração deste padrão tecnológico de desenvolvimento. Contudo, apesar disso, o enfoque agroecológico se ampliou e está sendo incorporado por várias instâncias do Estado e se tornando um elemento importante na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar.

O enfoque agroecológico figura como eixo orientador da nova política de ATER, se tornou uma linha de pesquisa oficial dentro da EMBRAPA, está sendo incorporado em alguns programas de crédito rural, de capacitação, de comercialização e de educação rural voltados para a agricultura familiar. O debate agroecológico evoluiu de um conjunto isolado de experiências e vem sendo incorporado por um conjunto de organizações e movimentos, em

suas múltiplas formas de expressão, que se organizam em redes e lutam para a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.

A tese está estruturada em quatro capítulos, além das considerações finais. O Capítulo 1 é composto de duas partes principais. A primeira faz uma breve caracterização do processo de modernização da agricultura brasileira, destacando as principais transformações e conseqüências advindas deste modelo. A segunda parte destaca a origem do movimento de agricultura alternativa e analisa os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, destacando os principais atores e as principais questões que faziam parte do debate.

O Capítulo 2 faz um resgate da experiência do PTA/FASE destacando as principais transformações no debates, desde o surgimento do Projeto até os dias atuais. A análise parte dos primeiros passos da experiência onde seus pioneiros procuraram identificar e resgatar as principais tecnologias alternativas existentes no país e vai incorporando sua evolução para a formação de redes de intercâmbio e centros de tecnologias alternativas. No final da década de 80, com a reestruturação do PTA/FASE, as ONGs membros se tornam autônomas e se voltam para o desenvolvimento de programas locais de desenvolvimento. Paralelamente, a incorporação dos referencias da agroecologia e o uso de metodologias participativas trazem um grande avanço ao trabalho que vinha sendo desenvolvido pelas ONGs. Mais recentemente, procura-se apreender as transformações que vêm ocorrendo com a criação de redes e articulações (estaduais e nacional) de promoção da agroecologia, que incorporam uma diversidade grande de agentes sociais e vem promovendo mudanças de diversas ordens e dimensões.

O terceiro capítulo aborda a construção do debate agroecológico nos movimentos sociais rurais. A primeira parte faz um resgate das transformações ocorridas no movimento sindical rural, principalmente em termos de mudanças na organização sindical e nas questões de política agrícola. Este resgate foi construído tendo por base, principalmente, as informações contidas nas resoluções dos congressos nacionais promovidos por estas entidades. O que pretendo é entender quando o movimento sindical começa a perceber o esgotamento do modelo de desenvolvimento e como este vai alterando suas estratégias em direção à discussão de um modelo alternativo de desenvolvimento com base na agricultura familiar. Qual a importância que a agroecologia assume neste novo modelo? Podemos dizer que o movimento sindical incorporou realmente o tema agroecologia?

A segunda parte do capítulo faz um resgate do debate agroecológico no MST. A análise parte das diferentes fases do Movimento buscando apontar as principais questões e bandeiras de luta de cada fase para, a partir de então, procurar entender quando o MST deixa de lutar pela democratização do modelo dominante como uma possibilidade para a viabilização econômica e social dos assentamentos rurais. Num segundo momento procuramos entender a implantação do sistema cooperativo dos assentamentos, a percepção de seu esgotamento enquanto proposta de viabilização econômica dos assentados e como a questão agroecológica vai sendo incorporada como uma possibilidade de mudança de modelo de desenvolvimento rural.

No Capítulo 4 tratamos da evolução do debate agroecológico dentro das instituições de pesquisa e extensão rural. A primeira parte faz um resgate histórico da trajetória da extensão rural, buscando destacar as mudanças que ocorreram em cada fase. A análise parte do comprometimento das instituições do Estado com o modelo hegemônico de desenvolvimento e procura destacar as principais propostas alternativas que foram sendo desenvolvidas desde a década de 80 na extensão rural e incorpora as mudanças advindas da construção da nova Política Nacional de ATER, na qual o enfoque agroecológico figura como eixo orientador da nova política. A segunda parte do capítulo destaca a incorporação da agroecologia pelas instituições de pesquisa, mais especificamente na EMBRAPA. Inicialmente restrito a um grupo pequeno de pesquisadores, com proposta inclusive de mudança de orientação da pesquisa dentro da empresa, o tema agroecologia foi ganhando destaque e se constituiu numa linha específica de pesquisa dentro da EMBRAPA, orientada pelo Marco Referencial de Agroecologia.

CAPÍTULO 1

TRANSFORMAÇÕES DA AGRICULTURA BRASILEIRA E ORIGENS DO DEBATE AGROECOLÓGICO

Este capítulo é composto de duas partes principais. A primeira tem por objetivo abordar, em linhas gerais, o processo de modernização da agricultura brasileira, destacando as principais transformações ocorridas na agricultura e as conseqüências sociais e ambientais advindas deste modelo. A segunda parte destaca o surgimento do movimento de agricultura alternativa e analisa os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, principal fórum de discussão da agricultura alternativa na década de 80, ressaltando as principais questões e os principais atores que faziam parte deste debate.

1.1. A Modernização Conservadora da Agricultura Brasileira

A agricultura brasileira passou por transformações profundas no padrão tecnológico e nas relações sociais a partir da década de 60. Estas transformações, conduzidas e patrocinadas pelo Estado, tiveram por objetivo modernizar o setor agrícola de forma a aumentar a oferta de alimentos e de produtos exportáveis, liberar recursos humanos e fornecer capital para o setor urbano-industrial. Este processo, que se convencionou chamar de “modernização conservadora” (GRAZIANO NETO, 1982) ou “modernização dolorosa” (GRAZIANO DA SILVA, 1982), alterou a base tecnológica produtiva sem, contudo, mudar a estrutura agrária vigente, conservando e agravando o padrão injusto de distribuição da posse da terra. Por isso foi chamado apropriadamente de “modernização conservadora”.

Este novo modelo de agricultura, gerado e difundido nos países centrais ainda nas décadas de 20 e 30 do século XX, teve sua ampliação em escala global, incluindo o Brasil, a partir dos anos 60 deste mesmo século. Estas transformações tecnológicas nasceram como uma verdadeira panacéia que solucionaria o problema da fome – baseada nas previsões malthusianas de escassez de alimentos frente ao crescimento acelerado das populações mundiais – e do subdesenvolvimento do mundo. Para a grande maioria dos países periféricos a adoção deste padrão tecnológico moderno representava mais do que a sua auto-suficiência alimentar, mas também a oportunidade de sanar a lacuna tecnológica que os separava dos países centrais, auxiliando-os no processo de superação do seu atraso e direcionando-os para o crescimento econômico. No caso brasileiro, em que a estrutura agrária era considerada arcaica e ineficiente, o objetivo era tornar a agricultura forte e competitiva transformando o país num “grande celeiro”, obtendo a auto-suficiência alimentar e consolidando o país como grande exportador de matérias-primas agrícolas.

O processo de modernização da agricultura brasileira teve início num momento de intensa mobilização política e de disputa de interesses entre as classes trabalhadoras e as forças dominantes, que inclusive ameaçavam os interesses da oligarquia rural. Este período que antecedeu ao Golpe Militar de 1964 foi de efervescência das lutas no campo, de grandes mobilizações pela reforma agrária e de intensificação da disputa pelo direito de falar pelos trabalhadores³. Tanto os movimentos das massas urbanas (operários e estudantes) como rurais

³ “Na realidade, não era um só o movimento camponês no Brasil, mas sim vários, que se diferenciavam em termos da origem sócio-econômica de seus membros rurais e pelos líderes que deram voz às suas reivindicações. A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais era composta pelos mais variados grupos, tais como sindicatos rurais apoiados pela Igreja, ligas camponesas, a radical frente agrária católica do Paraná e Rio Grande do Sul, pelo Sindicato dos Agricultores e dos Trabalhadores Rurais de São Paulo e pela federação dos associados dos agricultores e dos trabalhadores rurais do Estado do Ceará. Além disso, de 1960 a 1963, as associações

(camponeses e pequenos proprietários) se manifestaram contra os rumos tomados pelo processo econômico, reivindicando medidas que atendessem aos seus interesses imediatos, tais como: a reforma agrária, melhores salários, melhores condições de trabalho, pelos sindicatos livres (FONSECA, 1985).

Segundo MEDEIROS (2005), o debate sobre o tema desenvolvimento ocorrido neste período havia gerado um consenso social sobre a necessidade de combater o atraso no campo, identificado com a permanência do latifúndio. Contudo, existiam divergências entre as forças em disputa sobre o que poderia ser considerado latifúndio e as formas de superá-lo. O crescimento da agricultura e os baixos índices de produtividade registrados pelo setor se constituíram em alvo de opiniões controversas, dando origem a diversas correntes que buscavam uma explicação e soluções para os problemas de atraso existente na agricultura. Neste contexto, predominou a disputa entre duas propostas: uma defendia a alteração da estrutura fundiária, exigindo a realização de um amplo programa de reforma agrária, representada pelos trabalhadores rurais; a outra – representada pelo Governo e elites agrárias – priorizava a modernização do setor através da introdução de novos métodos e técnicas produtivas.

A proposta defendida pelos trabalhadores foi derrotada e a ruptura institucional que se seguiu com o Golpe Militar abafou as demandas emergentes, tanto dos trabalhadores do campo como da cidade, e seguiu-se pelo caminho da “modernização conservadora”, mantendo inalterada a estrutura fundiária e as relações políticas de dominação. As forças opositoras foram duramente reprimidas e seus líderes perseguidos, muitos deles foram presos ou mortos. O governo federal visando administrar os conflitos existentes no campo aprovou, ainda em 1964, o Estatuto da Terra trazendo para o controle do Estado a problemática fundiária e a bandeira da reforma agrária.

Contudo, o Estatuto da Terra, uma lei que regulamentava a estrutura fundiária, tinha um texto ambíguo: ao mesmo tempo que fixava normas para a desapropriação de latifúndios e regulamentava contratos de trabalho (parceria e arrendamento), reivindicações antigas dos trabalhadores, criava uma política de modernização agrícola baseada em grandes e médias propriedades. Esta proposta de modernização prevaleceu como política de desenvolvimento rural nos governos militares e a proposta de reforma agrária foi deixada de lado pelo governo.

Aliado à alteração da base técnica da agricultura brasileira, o final dos anos 60 é considerado, também, um marco da constituição do chamado “complexo agroindustrial” (SORJ, 1980; DELGADO, 1985) ou da “industrialização da agricultura” (GRAZIANO da SILVA, 1987; MULLER, 1989). Esse processo caracteriza-se pela implantação de um setor industrial produtor de bens de produção para a agricultura. Este período representou um grande crescimento da produção de bens de consumo duráveis, com a abertura de um extenso mercado de máquinas, implementos, sementes e insumos agroquímicos⁴.

Para MULLER (1989), a industrialização do campo foi parcial segundo produtos, regiões e extratos de produtores, beneficiando apenas uma parcela dos agricultores, contudo seus impactos foram sentidos em todas as organizações de produção e não apenas naquelas que se modernizaram⁵. Além disso, o autor destaca que a industrialização do campo também

camponesas se multiplicaram nos Estados de Goiás, Bahia, Santa Catarina e Minas Gerais” (Formam, Shepard apud FONSECA, 1985: 164).

⁴ Para aprofundamento ver MARTINE & BESKOW (1987).

⁵ “A racionalização das produções de café não só demandaram volumes crescentes de insumos industriais como expulsaram milhares de famílias moradoras das fazendas que tinham na produção de alimentos parcela ponderável de seu abastecimento. O avanço ciclópico da soja não só produziu ondas de êxodo rural como substituiu a produção de alimentos. A cana-de-açúcar no Sul-Sudeste e no Nordeste produziu efeitos idênticos. Dos pequenos produtores destas regiões, com solos exaustos em sua fertilidade natural, não dispo de crédito,

não atingiu todas as fases do ciclo produtivo das atividades agrícolas, gerando a sazonalidade no emprego da mão-de-obra e a precarização das relações de trabalho, com destaque para a colheita da cana-de-açúcar e do feijão.

DELGADO (1985) destaca que, do ponto de vista econômico, o período de maior dinamismo da modernização da agricultura – que se inicia em meados da década de 60 e atinge seu auge no final na década de 70 – coincidiu com a combinação de um conjunto de circunstâncias favoráveis: “boom de produtos agrícolas, capacidade ociosa na indústria, expectativas positivas para os investimentos internos e externos e, ainda, uma política do Estado ostensivamente ‘desenvolvimentista’ a partir de 1967” (p.52). Esta conjuntura favorável propiciou o desempenho de um novo ciclo expansivo industrial, ainda mais vigoroso que aquele experimentado durante o Plano de Metas (1956-1960), chamado de “milagre brasileiro” (1967-1973).

Este ciclo expansivo ganhou sobrevida com as políticas governamentais postas em práticas a partir de 1974, sob a égide do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), mas entrou em refluxo ainda em 1976, sob pressão dos déficits do balanço de pagamentos e das mudanças de prioridade na política interna. Em 1979 o segundo choque dos preços de petróleo dificultou a captação de recursos para investimento e deteriorou de maneira crescente a situação das contas externas do Brasil. As políticas de desenvolvimento cedem lugar às de estabilização da economia. Este foi um período de crescimento vertiginoso da dívida externa brasileira.

“O serviço da dívida, onerado principalmente pelas altas taxas de juros, passa a comandar toda a política econômica, que desde então se debate numa crise infundável para ‘rolar a dívida’. A culminância desse processo de perda de autonomia na política econômica interna é o pedido de empréstimos compensatórios ao FMI, no final de 1982, e todas as conseqüências contencionistas que tal recurso implica” (DELGADO, 1985: 55).

Segundo DELGADO (1985), com a mudança na base técnica a reprodução ampliada da agricultura passou a depender menos da dotação de recursos naturais e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados, por um lado, pela indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura e, por outro, com a indústria processadora de produtos naturais. “Paralelamente, desenvolve-se ou moderniza-se, em escala nacional, um mercado para produtos industrializados de origem agropecuária, dando origem à formação simultânea de um sistema de agroindústrias, em parte dirigido para o mercado interno e em parte voltado para a exportação” (DELGADO, 1985: 34).

Neste sentido, a agricultura tinha um papel importante na consolidação do modelo de desenvolvimento, mas subordinado à indústria. Ela não poderia representar um obstáculo ao desenvolvimento industrial e, por isso, deveria desempenhar algumas funções importantes, tais como: produzir alimentos e matérias-primas a preços baixos para atender o crescimento da demanda; produzir excedentes exportáveis para evitar desequilíbrios na balança de

nem de sementes apropriadas e nem de meios para combater as pragas, vale dizer, sem condições de mudar o patamar tecnoeconômico – mas que tinham na propriedade ou posse da terra a condição de sobrevivência – passaram a viver em situação de pobreza. Situação essa criada pelo estilo de industrialização posto em marcha nos últimos vinte anos (1960-80). Por conseguinte, a industrialização do campo foi parcial, sem dúvida, mas suas determinações foram *gerais*. A pobreza e a desnutrição no campo são seus efeitos visíveis” (MULLER, 1989: 75).

pagamentos; liberação de mão-de-obra para o setor urbano-industrial e se tornar consumidora dos produtos industriais. Ou seja, a agricultura perde sua autonomia e se torna intermediária entre dois setores industriais, um a montante (máquinas, sementes e insumos agrícolas) e outro a jusante (grandes compradores e processadores de produtos agrícolas).

GOODMAN, SORJ & WILKINSON (1990) para caracterizar este processo de transformação entre agricultura e indústria introduziram os conceitos apropriação e substitucionismo. A lógica do apropriação estava em reduzir a importância da natureza na produção rural, superando os fatores limitantes e simplificando os sistemas agrícolas para se atingir o objetivo da maximização da produção.

Para atingir tal objetivo foi introduzido um conjunto de técnicas modernas, que ficou conhecido como pacote tecnológico da Revolução Verde. Este pacote consistia, principalmente, dos seguintes itens: uso de mecanização (tratores e colheitadeiras) que possibilitaria reduzir drasticamente a necessidade de mão-de-obra, tanto no preparo do solo, como na semeadura e na colheita; utilização de sementes híbridas com o objetivo de obter alto rendimento das culturas (aumento da produção e produtividade), especialmente as monoculturas de exportação; uso de adubos e fertilizantes químicos para garantir a alta produtividade das culturas; uso de agrotóxicos para o controle de pragas e invasoras. Ou seja, são tecnologias produzidas pelo setor industrial, portanto, fora do domínio dos agricultores, que se diferenciam radicalmente das tecnologias utilizadas até então pelos mesmos – desenvolvidas com base na otimização dos recursos locais, na diversificação dos sistemas produtivos e no entendimento dos ciclos ecológicos da natureza.

O pacote tecnológico, criado com o objetivo de controlar os fatores naturais e superar os fatores restritivos da produção (naturais e humanos), forneceu as condições para sua adoção em larga escala, podendo ser utilizado em ecossistemas bastante diferenciados. As práticas agrícolas desenvolvidas pelos agricultores – consideradas atrasadas e de baixa produtividade – seriam substituídas por tecnologias modernas de alto rendimento, desenvolvidas pelo setor industrial, apoiadas e financiadas pelo Estado⁶. Porém, o uso do pacote tecnológico provocou, em consequência, um aumento da dependência de recursos externos e a simplificação do sistema produtivo, alterando a estabilidade do sistema produtivo.

“(…) esses processos mudaram, fundamentalmente, as bases da economia agrícola. Com a emergência de culturas de retorno imediato e a crescente pressão em itens particulares para exportação, as estratégias de uso da terra que foram desenvolvidas em milênios para reduzir os riscos na agricultura e manter a base de recursos foram desestabilizadas” (HECHT, 1989: 27).

Ao contrário do apropriação cujo objetivo era sujeitar os fatores da natureza ao setor industrial, no substitucionismo a tendência era a sua eliminação via transformação do produto e o desenvolvimento de produtos sintéticos. Segundo GOODMAN, SORJ & WILKINSON (1990), entre os principais avanços no processo de substituição destacam-se as técnicas de moagem de farinha, produção de laticínios, enlatados, refrigeração e

⁶ A tração animal foi substituída pelos tratores; a semente crioula pela híbrida de alto rendimento; a capina pelo herbicida; a diversificação de cultura pela monocultura; o adubo orgânico pelos adubos químicos e a uréia; a colheita manual pela colheita mecanizada; os problemas de pragas e doenças, decorrentes da simplificação e artificialização do sistema, seriam resolvidos com o uso de agrotóxicos. Enfim, passou a ser utilizado um pacote tecnológico inadequado para a realidade brasileira (região tropical) excludente, poluidor do meio ambiente e de alto custo financeiro.

congelamento, processamento de carne, produção de margarina (primeiro produto genuinamente industrial), adoçantes artificiais, corantes e vitaminas.

GRAZIANO NETO (1982), chamou atenção para outro aspecto do processo de modernização. Ele destacou a existência no Brasil de uma “ideologia modernizadora” que orientava as pessoas que trabalhavam no setor rural e, não raro, desprezavam o que não era rotulado como moderno, provocando uma substituição das técnicas tradicionais consideradas por estas como obsoletas⁷. Por outro lado, as pessoas que questionavam o pacote tecnológico e a inadequação destas tecnologias para um amplo setor de pequenos produtores eram marginalizadas, chamadas de retrógradas ou de defensoras do passado⁸.

Este processo foi tão intenso que os próprios agricultores, instigados pela propaganda oficial e iludidos pela “ideologia modernizadora”, passam a assumir uma percepção negativa de si mesmos, desqualificando-se como portadores de conhecimentos tradicionais e valorizando as inovações tecnológicas introduzidas com a modernização da agricultura.

“A desqualificação social das formas tradicionais de produção concorreu para que culturas que evoluíram em estreita sintonia com as condições socioambientais locais fossem desorganizadas e mesmo desbaratadas, retirando das comunidades de produtores familiares suas já limitadas capacidades de gestão autônoma de seu próprio desenvolvimento. De par com o progressivo abandono das tecnologias e processos tradicionais de manejo dos ecossistemas, o corpo de conhecimentos desenvolvido localmente para a otimização dos recursos locais no processo produtivo foi aos poucos sendo dilapidado, assim como os próprios recursos locais, sobretudo os da biodiversidade” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 12).

Para garantir a implementação e a consolidação desta estratégia modernizadora, o Estado brasileiro implementou um conjunto de políticas e programas orientado para este fim. Para isso foram criadas e fortalecidas diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, além do estabelecimento de um sistema de crédito rural subsidiado. Estas instituições foram fundamentais na geração, adaptação e difusão desta tecnologia. Segundo CAPORAL (1998), o crédito rural, que era incipiente até os anos 60, aumentou consideravelmente com a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965. Ele cresceu de forma sustentada durante toda a década de 70, passando de 5,5 bilhões de dólares em 1970 para 23 bilhões em 1979, mantendo quantidades semelhantes até 1982, quando começou a diminuir.

O crédito rural se tornou o principal instrumento de viabilização do padrão tecnológico moderno e sua concessão estava vinculada à adoção do pacote tecnológico, que era amplamente estimulado pelas instituições de assistência técnica e extensão rural. Segundo DELGADO (1985), o consumo de fertilizantes à base de NPK (Nitrogênio, Fósforo e Potássio) cresceu de 198 mil toneladas anuais, em 1960, para 4 milhões em 1980; o consumo

⁷ “Não se admite hoje que se criem suínos alimentados com abóboras ou mandioca, ou que as raças não sejam as importadas, ‘tipo carne’, de alto rendimento, e tampouco que a produção de ovos ou frangos não seja em grandes ‘fábricas’. As aves devem ser de linhagens puras e estar confinadas em gaiolas, devorando rações balanceadas. O plantio de culturas que não seja feito com sementes selecionada e padronizadas ou que não seja realizado mecanicamente com semeadeiras multilinhas, em áreas extensas, é abominado” (GRAZIANO NETO, 1982: 43).

⁸ A denominação “pequeno produtor” ou “pequena produção” era amplamente utilizada na literatura, sobretudo na década de 80. Segundo WEID (1985a: 03), “o conceito de ‘pequeno produtor’ recobre, certamente, situações distintas, tratando-se portanto de um conceito relativo e de uma categoria heterogênea. O traço-de-união que percorre esta diversidade é a posição subordinada do pequeno produtor ao sistema agropecuário nacional em que está – em maior ou menor grau – inserido”.

de agrotóxicos aumentou de 27,7 mil toneladas anuais, em 1970, para 80,9 mil em 1980; o número de tratores por estabelecimentos aumentou de 1/256 em 1950 para 1/9 em 1980.

Contudo, MARTINE & BESKOW (1987) destacam que o crédito rural se concentrou prioritariamente na região Sudeste e Sul, em produtos destinados à exportação ou ligados aos complexos agroindustriais. Destacam, ainda que o crédito favoreceu uma parcela pequena de agricultores, especialmente os médios e grandes produtores, considerados os mais aptos para a adoção desta tecnologia⁹.

Aliado ao crédito subsidiado, a reformulação do sistema de pesquisa, assistência técnica e extensão rural se constituiu em importante instrumento de difusão e consolidação deste modelo. A atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, criada em 1973, e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, criada em 1975 em substituição à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica – ABCAR, foram exemplares neste sentido.

A EMBRAPA veio dar suporte a uma estrutura de pesquisa e experimentação que respaldasse a geração de conhecimentos técnico-científicos com objetivo de aumentar significativamente a produção e a produtividade agrícola. Ela concentrou esforços na geração de inovações tecnológicas, com ênfase na pesquisa por produto, através dos estudos de introdução de novas cultivares e novas técnicas de produção, do controle de pragas e doenças, do melhoramento genético, entre outros¹⁰.

A extensão rural assumiu um papel determinante na introdução e difusão da agricultura moderna e priorizou os produtos de resposta comercial mais imediata e os agricultores que dessem respostas em termos de aumento de produção e produtividade. Desta forma, o Estado se tornou peça fundamental na implantação da modernização agrícola, com uma política explícita de favorecimento aos médios e grandes proprietários, que se tornaram os maiores beneficiados da política de crédito, dos incentivos fiscais, do acesso tecnológico e da assistência técnica.

Este modelo começou a mostrar sinais de esgotamento no Brasil ainda no final da década de 70 e início dos anos 80, juntamente com uma crise mais geral que afetou a economia mundial e, em particular, a economia brasileira. Com a redução drástica do crédito subsidiado no início dos anos 80 ocorreu uma queda substantiva no consumo (e também na produção interna) destes insumos modernos que fazem parte do pacote tecnológico. Ademais, a crise econômica contribuiu para o questionamento do modelo de desenvolvimento, que começava a apresentar problemas sociais e ambientais cada vez mais evidentes, favorecendo a discussão de propostas alternativas.

“O modelo tecnológico mundial entra em crise e, pelo menos no Brasil, o custo social das mudanças ocorridas agudiza o questionamento das suas

⁹ De acordo com PAULUS (1999), em uma série de dez anos (1966-76) ocorreu uma inversão entre o volume relativo de recursos concedidos aos pequenos produtores (que diminuiu de 33,70 para 11,75 %) e o volume destinado aos grandes produtores (que aumentou de 16,33 para 50,22 %). Além disso, no mesmo período, a grande concentração dos recursos ficou na região Centro-Sul do Brasil, em comparação com a região Centro-Norte. Em 1969 e 1971 o volume de recursos destinado ao Norte-Nordeste foi de somente 7 e 5%, respectivamente, enquanto o Centro-Sul recebeu, respectivamente, 93 e 95% do total do crédito agrícola concedido nestes dois anos.

¹⁰ “Modernos laboratórios de análises de solos, sementes, fitossanidade, fitopatologia, entomologia, nutrição e fisiologia vegetal, nutrição e parasitologia animal, bem como casas de vegetação, unidades de beneficiamento de sementes, estações meteorológicas, câmaras frias para conservação de frutas, todos estes equipamentos foram colocados, no correr dos anos, à disposição da equipe de pesquisadores para apoiar o trabalho científico que resultou em inúmeras tecnologias e serviços” (TAGLIARI, 1995: 34).

vantagens econômicas. Sem dúvida, a produção e a produtividade aumentaram, mas não ao ritmo esperado. A agroindústria se expandiu rapidamente, mas a produção *per capita* de alimentos básicos é menor do que no início da modernização. O número de postos de trabalho no campo aparentemente aumentou, mas grande parte deles são de natureza instável e mal remunerados. O campo se industrializou, se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto, o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades. Em suma, as transformações rápidas e complexas da produção agrícola provocaram resultados sociais igualmente intrincados e abrangentes” (MARTINE & BESKOW, 1987: 10).

As conseqüências ambientais do modelo começam a ser colocadas para a sociedade, fruto de um debate internacional mais amplo sobre os danos causados pelos agrotóxicos. Esta homogeneização e artificialização do meio ambiente causaram profundas implicações ecológicas, tais como: perda da biodiversidade, substituição de variedades locais adaptadas por híbridos comerciais, inadequação tecnológica aos pequenos produtores, contaminação por agrotóxicos (agricultores, produtos agrícolas e meio ambiente), descontrole das pragas e doenças, degradação dos solos e dos recursos hídricos¹¹.

Os impactos sócio-culturais são verificados através do intenso êxodo rural e conseqüente inchaço do meio urbano, da manutenção do padrão de distribuição da posse da terra, da precarização das relações trabalhistas, da desqualificação ideológica do conhecimento tradicional dos agricultores, do empobrecimento da população rural, da dependência tecnológica e de produtos externos à propriedade, entre outras. Além disso, exerceu grande influência nos modos de vida e nas formas de sociabilidade existentes em comunidades de produtores familiares¹² (ALMEIDA, PETERSEN & CORDEIRO, 2001).

A criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) na década de 70, período de feroz repressão do regime militar, também favoreceu o estabelecimento em meio às comunidades rurais de discussões contínuas e sistemáticas acerca das dificuldades sociais impostas pelos rumos das dinâmicas de transformação no campo. Segundo PETERSEN & ALMEIDA (2004), foi a partir da valorização desses ambientes locais de organização sócio-política criados pelas CEBs que o movimento de agricultura alternativa deu seus primeiros passos.

As CEBs, segundo PETERSEN & ALMEIDA, utilizavam três princípios de ação que vieram a orientar, posteriormente, as práticas metodológicas adotadas pelas organizações não governamentais: as CEBs organizavam suas ações a partir das questões colocadas pelo cotidiano das famílias; as iniciativas inovadoras das famílias (adubação orgânica, adubação verde, plantas medicinais, controle natural de pragas) e as formas de cooperação local (casas de farinha, roças coletivas, bancos de sementes, mutirões) estimuladas pela Igreja eram

¹¹ PETERSEN & ALMEIDA (2004) chamam a atenção que a degradação ambiental, associada às desigualdades sociais, sempre esteve presente na nossa história como um elemento constitutivo do desenvolvimento agrícola. “O padrão perdulário de utilização dos recursos da Natureza, presente desde os primórdios da agricultura brasileira, se reafirma na Revolução Verde com o fortalecimento da lógica econômica imediatista orientada para a maximização dos rendimentos físicos das atividades produtivas em detrimento de quaisquer preocupações com a restauração e com a manutenção dos equilíbrios ecológicos que sustentam a fertilidade dos ecossistemas. Apesar da roupagem de modernidade científica atribuída pelos defensores desse modelo, o que se assiste na paisagem rural brasileira é a continuidade de um padrão de ocupação dos ecossistemas caracterizado pelo nomadismo predatório que deita suas raízes no Brasil colonial” (p.09).

¹² Existem diversos estudos que retratam o processo de modernização da agricultura, abordando com diferentes olhares suas conseqüências. Para aprofundamento ver, entre outros: GRAZIANO NETO (1982), GRAZIANO da SILVA (1982), MARTINE & BESKOW (1987), MULLER (1989), HOBELINK (1990), BONILLA (1992), EHLERS (1996), ALMEIDA, PETERSEN & CORDEIRO (2001).

voltadas para otimizar o uso dos recursos locais e proporcionar maior autonomia às comunidades rurais; as CEBs enraizavam suas ações nas práticas de convívio social pré-existent nas comunidades através da “(...) revitalização das práticas culturais locais, atualizando-as a partir da incorporação de novos conceitos para a leitura da realidade e de novas metodologias de ação” (p.16).

1.2. O Debate da Década de 80: os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa

As críticas ao processo de modernização da agricultura começam a ganhar força no Brasil no final da década de 70 e início da década de 80, influenciadas por discussões e movimentos de oposição ao padrão tecnológico moderno que estavam ocorrendo, desde a década de 60, em diferentes partes do mundo¹³. As primeiras críticas brasileiras foram tecidas por intelectuais – que através de suas publicações passaram a denunciar os impactos da agricultura moderna – e por categorias profissionais, especialmente os engenheiros agrônomos que contribuíram significativamente na luta contra os agrotóxicos e para o avanço do debate da agricultura alternativa no país.

Estas publicações se tornaram referência, despertando o interesse da opinião pública pelas questões ambientais e fazendo crescer o interesse pelas propostas alternativas. Destacam-se as publicações de José Lutzenberger, “Manifesto ecológico brasileiro: fim do futuro?” (1976), um dos primeiros ativistas ambientais do Brasil, reconhecido internacionalmente por sua militância na área ambiental. Neste livro Lutzenberger fazia críticas severas ao modelo produtivo vigente e, como alternativa, propunha uma agricultura de bases mais ecológica. Lutzenberger exerceu grande influência no movimento de agricultura alternativa e difundiu entre os agrônomos a preocupação com os agrotóxicos, uma das principais bandeiras da FAEAB na década de 80.

Outro pioneiro foi Adilson Paschoal, que publicou “Pragas, praguicidas e crise ambiental” (1979), que logo se tornou uma das principais referências para os simpatizantes da agricultura alternativa. Paschoal, ao voltar dos Estados Unidos, iniciou na Escola Superior de Agronomia Luiz de Queirós (ESALQ), São Paulo, uma discussão praticamente inédita dos efeitos dos agrotóxicos sobre os agroecossistemas¹⁴. Em seus estudos Adilson Paschoal demonstrou que o aumento do consumo de agrotóxicos vinha provocando também o aumento do número de pragas nas lavouras, pois os agrotóxicos eliminavam junto com as pragas grande parte dos inimigos naturais, facilitando a proliferação das pragas resistentes às aplicações químicas (ELHERS, 1996).

¹³ A publicação de “Primavera Silenciosa”, em 1964, de Rachel Carson iniciou a contestação ao padrão tecnológico dominante e conseguiu sensibilizar a opinião pública mundial sobre os impactos ambientais provocados pelos agrotóxicos. Destacam-se, também, os modelos de sociedades alternativas como o “Blueprint for survival” publicado pela revista *The Ecologist*, em 1972, que defendia a descentralização, a diminuição de escala de produção, a ênfase em atividades humanas voltadas para a auto-suficiência e sustentabilidade; a publicação de Ernest F. Schumacher com a de “O negócio é ser pequeno”, em 1973, que criticava o “culto obsessivo do crescimento econômico ilimitado” e introduziu o conceito de “tecnologia apropriada”, importante referencial teórico para a agricultura alternativa. A fundação da International Federation on Organic Agriculture Movement (IFOAM) na França, em 1972, também foi um marco importante e, logo de início, reuniu cerca de quatrocentas entidades agroambientalistas, tornando-se a primeira organização internacional criada para fortalecer a agricultura alternativa (EHLERS, 1996; CAPORAL & COSTABEBER, 2004c; GLIESSMAN, 2000).

¹⁴ Adilson Paschoal graduou-se PhD pela Universidade de Ohio, Estados Unidos, onde desenvolveu seus estudos de ecologia e conservação dos recursos naturais, sendo influenciado pelas idéias de Rachel Carson.

Ana Maria Primavesi¹⁵ publicou em 1980 o livro “O manejo ecológico do solo” (1980), no qual criticava a utilização de tecnologias importadas (desenvolvidas para países de clima temperado) completamente inadequadas à realidade brasileira¹⁶. Para Ana Primavesi o solo é considerado um organismo vivo que precisa ser alimentado e protegido adequadamente para manter sua estrutura e quantidades de nutrientes, condição indispensáveis ao bom desenvolvimento das culturas. Na agricultura convencional, ao contrário, o solo é visto como um substrato mecânico que serve para a sustentação física das plantas e como veículo para adição de nutrientes solúveis.

Destacam-se, também, como pioneiros do movimento de agricultura alternativa Luiz Carlos Pinheiro Machado, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), consultor do Método Voisin de manejo de pastagens; Sebastião Pinheiro, agrônomo formado pela UFRGS, participou da elaboração da Lei Estadual 7.747/82, importante marco na regulamentação da venda e uso de agrotóxico¹⁷. Sebastião Pinheiro também denunciou e comprovou vários casos de contaminação por agrotóxicos no Brasil, dentre eles o uso de desfolhante no Reservatório Tucuruí, Pará. Em 1985 publicou o livro “Agropecuária sem veneno”, conjuntamente com Ângela Aurvalle e Maria José Guazzelli.

De acordo com EHLERS (1996), estas publicações não foram bem recebidas nas escolas de agronomia e nos órgãos públicos de pesquisa e extensão. “Ao contrário, chegavam a ser hostilizadas ou mesmo ridicularizadas, principalmente por acadêmicos convictos do sucesso do padrão convencional ou por entidades representativas do setor químico, como a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas – ANDEF” (p.83).

Por outro lado, estas idéias foram acolhidas por um segmento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo – AEASP, levando à formação em 1978 de um grupo de agricultura alternativa, coordenado por Manoel Baltasar Baptista da Costa – outro pioneiro do movimento. Este grupo fazia reuniões periódicas para discutir os problemas provocados pela modernização da agricultura e começou a contatar os agricultores simpatizantes da agricultura alternativa. Nesta época passou a fazer parte da equipe a pesquisadora Ana Maria Primavesi e o agrônomo Yoshio Tsuzuki, pioneiro da produção orgânica no Brasil. Em 1978 a AEASP escolheu como engenheiro agrônomo do ano o ecologista José Lutzenberger, causando polêmica dentro da associação, mas chamando a atenção para os problemas ambientais.

A categoria profissional dos engenheiros agrônomos foi precursora na elaboração de um ponto de vista crítico sobre a modernização da agricultura. Já no I Congresso Paulista de Agronomia realizado em 1977 a categoria manifestou a necessidade de repensar o modelo tecnológico devido, principalmente, ao agravamento da exclusão social e à preocupação com

¹⁵ Ana Primavesi é austríaca – filha de agricultores do sul da Áustria, formou-se em agronomia na Universidade Rural de Viena nos anos 40 e casou-se com Artur Primavesi seu colega de turma – mudando-se para o Brasil com o marido em 1946 a convite de amigos austríacos estabelecidos no país. Implantou com o marido o primeiro curso de pós-graduação que enfocava o manejo ecológico dos solos, na Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, onde fundou e dirigiu o laboratório de química do solo. No final da década de 1970 começou a participar do grupo de agricultura alternativa da AEASP e em meados de 1980 adquire uma propriedade que denominou de Fazenda Ecológica, em Itaí, São Paulo, onde colocou seus conhecimentos em prática para a produção de grãos, frutas e gado de corte (KISS, 2003).

¹⁶ As regiões de clima temperado apresentam ciclos biogeoquímicos (crescimento e decomposição da vegetação) lentos e baixa biodiversidade necessitando, portanto, revolver o solo e queimar os restos de cultura para captar calor e permitir o desenvolvimento das culturas. No Brasil, clima tropical, onde a biodiversidade é alta deve-se fazer justamente o contrário – revolver o mínimo possível o solo e deixar os restos de cultura sobre o solo para protegê-lo do calor excessivo e das chuvas fortes evitando assim a erosão (PRIMAVESI, 1980).

¹⁷ O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a aprovar uma lei estadual de agrotóxico, influenciando outros estados e contribuindo para a criação da Lei Federal 7.802 de 01/07/1989.

os impactos ambientais (PETERSEN & ALMEIDA, 2004). Em 1979, por ocasião da realização do XI Congresso Brasileiro de Agronomia, promovido pela Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), a categoria assume definitivamente a nova postura a ser seguida: “a crítica firme à modernização da agricultura brasileira e a proposta de um novo modelo agrícola, mais justo socialmente e baseado em processos de produção ecologicamente mais equilibrados” (GRAZIANO NETO, 1982: 11).

A FAEAB foi criada em 1963 e, inicialmente, se caracterizou por um alinhamento da categoria com as forças políticas da época. A luta pela redemocratização do país influenciou a luta pela autonomia política da categoria, desatrelando-a do regime em vigor e possibilitando que temas sociais e ecológicos ganhassem força (CAVALLET, 1999). Os engenheiros agrônomos conseguiram manter durante o regime militar uma ampla rede de articulação, que envolvia tanto os profissionais quanto os estudantes de agronomia, enquanto muitas outras redes se desfizeram (CINTRÃO, 1996).

De acordo com Manoel Baltasar Baptista da Costa (entrevista 2007), a FAEAB historicamente sempre foi muito conservadora. Entretanto, em meados da década de 70 a associação dos engenheiros agrônomos de São Paulo foi assumida por um grupo progressista, crítico do modelo tecnológico vigente. Este movimento de oposição, formado principalmente por pessoas com orientação política de esquerda, se expandiu para outras associações de engenheiros agrônomos, em outros estados, e em 1981 toma conta da FAEAB no plano nacional, com Walter Lazzarini (presidente da AEASP em 1978) assumindo a presidência da Federação.

“Em meados da década de 70 a gente ganhou a AEASP. A FAEAB era ultra conservadora. Então ganhou um pessoal progressista em São Paulo. No Rio Grande do Sul também ganhou um pessoal progressista, era o Isolan¹⁸, o Pinheiro Machado – uns aí progressistas entre aspas, mas era um pessoal que vinha nesta discussão da tecnologia. Depois no Espírito Santo também se ganhou a associação, no Rio de Janeiro já tinha um pessoal também mais avançado. Daí se ganhou no Paraná também, isso foi já no começo da década de 80. Então, a gente ganhou a FAEAB e a FAEAB teve umas três ou quatro gestões mais progressistas. A primeira foi do Lazzarini, ele foi o primeiro presidente de oposição. Quando a gente fundou nosso grupo em 1978 o Lazzarini era presidente da AEASP. Ele foi eleito para a FAEAB em 1980 ou 1981 e ficou duas gestões e depois foi o Pinheiro Machado [1984] e depois o Valdo Cavalet [1987]. Depois do Valdo teve mais uma gestão progressista com o Nivaldo da Bahia, mas uma gestão muito enfraquecida, então a gente perdeu a FAEAB. No começo da década de 90 as multinacionais retomam a FAEAB, jogam muita grana em cima. Retomam e volta a ser aquilo que sempre foi” (Manoel Baltasar Baptista da Costa, entrevista 2007).

A luta da FAEAB neste período, segundo Manoel Baltasar Baptista da Costa (entrevista 2007), era fortemente classista – contra o pacote modernizador e, principalmente, contra os agrotóxicos: “a grande discussão era a questão do agrotóxico mesmo”. Os participantes do movimento de agricultura alternativa eram “um pessoal muito estranho pra classe agrônômica: o cara cabeludo, barbudo...”. Walter Lazzarini não tinha inicialmente muita vinculação com a agricultura alternativa – “depois ele assumiu esta bandeira” – a

¹⁸ Floriano B. Isolan, presidente da Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS), gestão 1981/1983.

questão dele era “agrotóxicos não” (lema utilizado na campanha para se eleger deputado estadual pelo PMDB-SP em 1987).

Na opinião de Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), a maioria dos membros da FAEAB não tinha muito claro o que era a agricultura alternativa. A FAEAB “dava guarida ao discurso da agricultura alternativa porque era um discurso anti-capitalista, um discurso de esquerda, era visto como um discurso contra o sistema”. Existia dentro da FAEAB um embate entre a esquerda e a direita (técnicos mais ligados às empresas de agrotóxicos) e a agricultura alternativa virou uma resposta de esquerda. No entanto, algumas lideranças tinham esta clareza e “arrastaram a FAEAB por este discurso da agricultura alternativa”.

“Havia uma disputa política na FAEAB que tem a ver com questões corporativas, que eles puxaram bem, e algumas questões políticas. Lembra que isso era o fim da ditadura, início da abertura e tinha um sentimento, uma época de renascer do movimento estudantil e muita desta gente que entra na FAEAB são recém saídas do movimento estudantil, com ideologia de esquerda e resolve dar continuidade a sua militância neste campo, acho que tem a ver com isso também. Eu acho que, por que a agricultura alternativa? Primeiro não era a única coisa no programa deles – é o que a gente está pegando aqui – tinha outros pontos, tinha as questões corporativas que eles lutavam muito nas mobilizações. Mas eu acho que a identidade da agricultura alternativa foi assumida por eles por estas características: ser de esquerda, ser anti-empresarial, uma certa identidade com a questão da pequena produção, que estava começando a renascer o debate da reforma agrária. Agora, é o peso da FAEAB que consegue dar densidade ao I e ao II EBAA, talvez até no III, mas aí os estudantes já começaram a pegar fundo” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

A articulação do I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA) foi realizada, segundo Manoel Baltasar Baptista da Costa (entrevista 2007), pela AEASP. Foi uma idéia do José Lutzenberger e o encontro foi pensado inicialmente para ser realizado em São Paulo. Contudo, a prefeitura de Paulo Maluf não apoiou e o encontro foi realizado em Curitiba, com o apoio do prefeito Jaime Lerner¹⁹. O depoimento de Walter Lazzarini na abertura do EBAA aponta as primeiras críticas ao modelo dominante e a necessidade de buscar alternativas ao mesmo.

“Mais é interessante, e é preciso que se diga, que este movimento que hora surge é fruto da inconformidade que existe hoje nas cabeças dos engenheiros agrônomos, que não mais aceitam a agricultura tradicional como a forma única do desenvolvimento do setor primário deste país. São estes agrônomos, esses técnicos, esses agricultores, que tem procurado, com todos os obstáculos que se antepõem, soluções alternativas, num emaranhado de leis, de obstáculos, que praticamente não deixam opção ao desenvolvimento de uma agricultura que não seja aquela da utilização indiscriminada dos

¹⁹ Foram realizados quatro EBAA's na década de 80. O I EBAA foi realizado em Curitiba (1981), reunindo cerca de 400 participantes. O II EBAA foi realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro, (1984) e reuniu cerca de 1800 pessoas. O III EBAA foi realizado em Cuiabá (1987) e contou com a participação de mais de 3000 pessoas. O IV EBAA foi realizado em Porto Alegre (1989) e reuniu cerca de 4000 pessoas. Estes encontros foram realizados principalmente por iniciativa da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB, das associações estaduais de engenheiros agrônomos e da Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB (FAEAB, 1981; FAEAB, 1985; FAEAB, 1987).

fatores de produção, representados pelos insumos modernos. E é bom que fique claro também que isto se deve fundamentalmente à própria opção brasileira de desenvolvimento da agricultura, a de elevar o uso do capital privilegiando a utilização de certos insumos de produção, quando este país tem em abundância fundamentalmente a terra e a mão-de-obra. Esta opção que se apresentou e que foi imposta, se deveu fundamentalmente à necessidade da continuidade do poder como ele hoje está concentrado, mantendo a estrutura fundiária intacta, e garantindo mais do que isso, o mercado cativo para as indústrias, fundamentalmente as multinacionais” (FAEAB, 1981: 06).

O público participante do I EBAA era formado basicamente por engenheiros agrônomos. Os palestrantes foram, em especial, os pioneiros do movimento (Ana Primavesi, José Lutzenberger, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Adilson Pascoal); Claude Aubert – pesquisador francês, membro da Associação Européia de Agricultura Biológica, especialista de renome internacional em agricultura biológica²⁰; profissionais de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural que trabalhavam com tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais²¹. Além das palestras, os Encontros tinham a preocupação de apresentar também relatos de experiências produtivas existentes no Brasil.

Neste período praticamente inexisiam experiências produtivas em agricultura alternativa. As duas experiências pioneiras no Brasil foram: a Estância Demétria, Botucatu-SP, criada em 1972 por um grupo de jovens predominantemente europeus, seguidores da agricultura biodinâmica²²; Yoshio Tsuzuki – engenheiro agrônomo formado no Japão, pioneiro da agricultura orgânica no Brasil. Possui um sítio, criado em 1973, em Cotia-SP onde desenvolve sua produção de hortaliças e fruticultura. Utiliza como práticas agrícolas principalmente a adubação orgânica, cobertura morta e rotação de culturas²³.

²⁰ Claude Aubert veio ao Brasil a convite do Luiz Carlos Pinheiro Machado e na semana seguinte da realização do I EBAA (27 a 30 de abril de 1981) participou como conferencista do 1º. Curso de Agricultura Biológica realizado no Brasil (Porto Alegre), organizado pela Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul (SARGS).

²¹ Foram apresentados no I EBAA – e principalmente no II EBAA (1984) – vários trabalhos técnicos e experimentos práticos que vinham sendo desenvolvidos por pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa. Destacando-se as seguintes temáticas: controle biológico de pragas, manejo de pragas da soja, valor biológico dos alimentos, balanço energético na agricultura, matéria orgânica e fertilidade dos solos, aproveitamento do lixo urbano, adubação verde, tração animal, sistemas diversificados de produção, agrosilvicultura tropical, métodos de manejo e conservação do solo, adubação orgânica e fabricação de composto, inseticidas biológicos, entre outros (FAEAB, 1981; FAEAB, 1985).

²² A Agricultura Biodinâmica foi criada em 1924 pelo filósofo austríaco Rudolf Steiner e segue os princípios da antroposofia. Difere das demais correntes devido ao uso de “preparados biodinâmicos” – substâncias de origem mineral, vegetal e animal altamente diluídas que têm o objetivo de adubar as plantas e melhorar a qualidade do solo. As atividades agrícolas são realizadas levando em consideração a posição da lua e dos planetas (calendário biodinâmico), que indica a melhor fase para a realização de cada atividade agrícola (plantio, poda, raleio, colheita). A Estância Demétria produzia inicialmente laticínios, hortaliças e cereais e comercializava através do sistema de cestas, entregues diretamente aos consumidores, ou em lojas de produtos naturais. Em 1981 foi criado o Instituto Biodinâmico de Desenvolvimento Rural (IBD), que atuava mais especificamente em pesquisa, publicação e certificação. O IBD se tornou o maior certificador de produção orgânica e biodinâmica da América Latina, uma das poucas certificadoras brasileira reconhecida pela IFOAM (Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica).

²³ Em 1989 foi criada a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), na propriedade de Yoshio Tsuzuki, uma resultante do movimento de agricultura alternativa iniciado por um grupo de profissionais (engenheiros agrônomos, pesquisadores e outros intelectuais) da AEASP. Em 1990 a sede da associação muda para um prédio (dentro do Parque Fernando Costa) pertencente à secretaria de Agricultura de São Paulo. Estes profissionais,

Estas experiências, embora tenham cumprido o papel fundamental de introduzir junto à população urbana a preocupação com a contaminação dos alimentos por agrotóxicos, elas não “(...) se colocavam o objetivo de atuar no enfrentamento dos processos estruturais responsáveis pela expropriação dos produtores familiares no país” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 19). As experiências eram formadas, de um modo geral, “(...) por produtores neo-rurais de classe média e por profissionais das ciências agrárias críticos ao modelo produtivo dependente de insumos industriais contaminantes. Consolidaram-se a partir da exploração de um nicho de mercado em expansão composto por consumidores de alta renda dispostos a adquirir alimentos orgânicos a preços superiores aos praticados no mercado convencional” (idem).

Nos dois primeiros EBAA predominaram os debates mais técnicos, no qual eram destacadas as conseqüências do pacote tecnológico – denúncia sobre contaminação por agrotóxico (humana, ambiental e nos alimentos), erosão do solo, aumento do número de pragas e doenças – e as tecnologias consideradas alternativas ao mesmo – adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, manejo de pragas e doenças²⁴. Ademais, as experiências apresentadas eram ainda bastante teóricas e o conhecimento tecnológico era produzido visando principalmente à substituição de insumos.

“A grande maioria das experiências eram experiências bastante teóricas, reuniões de pesquisa e tal, com algumas exceções – foi a primeira vez que eu vi o Ernest Goetsch [referência brasileira em sistemas agroflorestais] apresentando a experiência dele, a prática dele. E ainda [a agricultura alternativa] é um conceito muito vago, muitas destas experiências eram muito pontuais, como você substitui um produto por outro, pequenos insumos ainda era uma regra muito forte naquela ocasião, tinha pouca coisa sistêmica” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

O conceito de agricultura alternativa, elaborado por ocasião do I EBAA e que consta na Carta de Curitiba, explicita que a agricultura alternativa era entendida de uma forma ainda bastante restrita, ou seja, como um conjunto de técnicas que deveriam ser utilizadas de forma integrada e em equilíbrio com o meio ambiente.

“Este Encontro define a Agricultura Alternativa como uma nova postura diante da agricultura, através de um conjunto de técnicas aplicadas às

maioria urbanos, foram desafiados na inauguração da sede da AAO, pelo secretário de agricultura (Félix Domingues), a criar um mercado de expressão para os produtos orgânicos. A partir deste momento, a AAO se aproxima dos agricultores e em 1991 inaugura a “Feira do produtor orgânico”. Em 1992 a AAO organizou – conjuntamente com a AS-PTA, Instituto Biodinâmico e Associação Mokiti Okada (MOA) – a 9ª Conferência Científica Internacional da IFOAM, colocando o Brasil definitivamente dentro do contexto da agricultura orgânica internacional. Em 1996 a AAO criou o selo de certificação de qualidade e começou a vender seus produtos também para grandes redes de supermercados.

²⁴ No I EBAA foi apresentado um trabalho de manejo de pragas na soja realizado pela Embrapa Paraná. Neste trabalho os pesquisadores visitavam as propriedades dos agricultores para coletar informações sobre o número de aplicação de agrotóxicos para controle das pragas durante o ciclo da cultura e tentar verificar as causas dos desequilíbrios. Constataram que os agricultores faziam em média seis aplicações de agrotóxicos durante o ciclo da soja e não existia nenhum critério na aplicação. Estes pesquisadores começaram a orientar os agricultores para as causas dos desequilíbrios e os fatores que favoreciam o aparecimento de pragas. Em quatro anos de experimento foi reduzido o número de aplicações, que eram em média mais de cinco por safra em todos os produtores, para uma aplicação a cada cinco propriedades. Reduziu-se em 25 vezes o número de aplicações de agrotóxicos na cultura da soja (FAEAB, 1981).

produções vegetal e animal; essas técnicas são capazes de gerar alimentos de alta qualidade biológica, respeitando a natureza, trabalhando com ela e não contra ela, por meio de um ciclo autárquico de produção, quer a nível de propriedade, quer de País, num balanço energético equilibrado; mantém a fertilidade do solo com a generalização da policultura e da integração lavoura e criação, realizando assim o controle da erosão e a preservação da água potável, com o uso judicioso de fertilizantes e sem o emprego de agrotóxicos poluidores dos alimentos e do ambiente; cria soluções adequadas com vistas a atingir as causas e não os sintomas; tem como objetivo social maior a valorização do homem e de seu trabalho” (SARGS, 1981: 12)

Esta importância assumida pela tecnologia dentro do movimento de agricultura alternativa poderia ser justificada pela pequena quantidade de experiências de produção. “Era ainda muito no discurso e tinha muito pouca experiência prática”. Para que o movimento ganhasse credibilidade e se concretizasse como uma alternativa ao padrão tecnológico moderno era preciso ampliar estas experiências e comprovar sua viabilidade técnica. Estes dois depoimentos, realizados no I EBAA (1981), mostram um pouco este sentimento.

“Companheiros, não aceitamos a acusação de que aqueles que não compactuam com o atual estado de coisas não possuem alternativas de solução. Os agrônomos brasileiros, com a participação de toda a sociedade, encontrarão os caminhos, as alternativas e as soluções que nossa agricultura espera” (Paulo Furiatti, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná. In: FAEAB, 1981: 02).

“Em nenhuma outra parte do mundo estão os agrônomos tão conscientes quanto aqui. Nós temos uma situação realmente dramática; enquanto que na Europa, nos Estados Unidos, Japão, Canadá existe hoje uma pujante, uma pequena ainda, na verdade, mas pujante agricultura biológica, com grandes acervos de conhecimentos, ao mesmo tempo os agrônomos não tomam conhecimento dela. Aqui nós temos o contrário, nós temos uma classe extremamente consciente, mas não temos quase nada de trabalhos práticos. E é essa situação que precisamos inverter, e é isso que eu quero deixar com vocês” (José Lutzenberger. In: FAEAB, 1981: 21).

O II EBAA (1984) se diferenciou do anterior pela presença expressiva de secretários estaduais, que foram convidados ao evento e passaram a entrar em contato com as discussões da agricultura alternativa e suas propostas ainda incipientes. Estes secretários se reuniram e elaboraram um documento chamado “Carta de Petrópolis – protocolo de intenções”, assinado por vinte e três secretários representando doze estados brasileiros, no qual se comprometeram, dentre outras coisas:

- “-Apoiar e redirecionar a pesquisa, a difusão e o uso de alternativas agropecuárias mais adequadas à realidade nacional, respeitadas as suas peculiaridades regionais;
- Proceder ao levantamento de atividades relacionadas a meio ambiente, saúde e agropecuária, compatibilizando, a nível de seus respectivos Estados, as ações de suas Pastas;

- Assegurar a realização do diagnóstico dos problemas ecotoxicológicos e sua permanente atualização, promovendo o intercâmbio dessas informações, inclusive através da divulgação de um Boletim de Distribuição interestadual;
- Promover a efetiva participação dos Estados, através de seus órgãos e representações da sociedade civil, na elaboração e alteração de quaisquer legislações e procedimentos relacionados com a qualidade do ambiente e da vida humana;
- Agilizar a criação e implantação das legislações estaduais sobre agrotóxicos e biocidas, assegurando a compatibilização das mesmas, respeitadas as peculiaridades regionais” (FAEAB, 1985: 304).

Segundo Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), esta significativa presença de secretários de estado no II EBAA é fruto de uma mudança de conjuntura política ocorrida com as eleições diretas em 1982. Em vários estados foram eleitos governadores progressistas e este fato permitiu que muitos engenheiros agrônomos pertencentes ao movimento de agricultura alternativa viessem a ocupar cargos públicos. Um exemplo importante foi o de Claus Germer, secretário de agricultura do Paraná (1983-1985), que esteve presente no II EBAA. Estes secretários se comprometeram, principalmente, com a criação e implantação da legislação estadual de agrotóxicos e do receituário agrônômico, uma campanha nacional da FAEAB.

O II EBAA continuou tendo uma participação predominante de engenheiros agrônomos, mas teve também uma participação importante de estudantes de agronomia, ambientalistas e agricultores. Além dos pioneiros do movimento, este encontro teve uma diversidade maior de palestrantes de instituições de ensino e pesquisa – em sua maioria apresentando trabalhos técnicos de tecnologias poupadoras de insumos e de baixos impactos ambientais – e outros profissionais que apresentaram questões mais gerais que envolviam a agricultura alternativa. Destacam-se as participações de: Francisco Graziano Neto (professor da UNESP/Jaboticabal), que abordou os problemas sociais do modelo tecnológico²⁵; Jorg Zimmermann (representante do CNPq) destacou os problemas da ciência e tecnologia e o comprometimento das instituições de pesquisa com o pacote tecnológico; John Wilkinson (coordenador do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola da UFRRJ) fez uma análise das transformações do setor agroindustrial destacando o avanço das multinacionais no domínio das sementes e na área de biotecnologia (FAEAB, 1985).

Esta questão da dependência da agricultura ao setor industrial ou mais especificamente às multinacionais era um tema ainda pouco discutido dentro do movimento de agricultura alternativa, mas ele passa a assumir relevância crescente a partir de então. As multinacionais tinham o controle de grande parte da tecnologia difundida com o pacote tecnológico e, cada vez mais, foram aperfeiçoando a tecnologia visando ampliar o controle sobre o processo produtivo.

Na década de 80 as multinacionais já controlavam o setor químico e mecânico da agricultura, contudo – alerta John Wilkinson (FAEAB, 1985) – elas começam a voltar seu interesse para um setor bastante estratégico, o de produção de sementes, objetivando a criação de novos mercados (biotecnologia e genética). A semente que é a base do processo produtivo se torna assim um produto industrial. O controle da semente, segundo John Wilkinson, se daria pela criação de sementes híbridas (não podem ser reproduzidas porque perdem progressivamente a produtividade), que seriam patenteadas por estas empresas obtendo, assim, o domínio sobre as mesmas. As variedades nativas ou crioulas seriam substituídas pelas híbridas de alto rendimento, fornecidas pela indústria, alterando irreversivelmente a

²⁵ Francisco Graziano Neto publicou em 1982 o livro “Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura”, uma grande referência para o movimento de agricultura alternativa na década de 1980.

diversidade genética que existe no mundo. John Wilkinson chamou a atenção para a rapidez destas transformações. Enquanto o movimento de agricultura alternativa criticava os agrotóxicos, as multinacionais estavam investindo em outras formas de dominação, ainda mais perigosas e com conseqüências ainda não mensuradas.

“A agroindústria é vista, por parte da agricultura alternativa, como essencialmente definida pelos agrotóxicos, pelo modelo químico e mecânico. Isto não é mais verdade: as próprias multinacionais da agroindústria estão dando uma virada muito rápida e muito significativa para a incorporação de todos os avanços das ciências biológicas e genéticas para seus próprios fins. O que se nota em todas as grandes empresas, seja Dupont ou Ciba-Geigy, enfim, todas as grandes multinacionais, é que as despesas com pesquisas são agora prioritariamente dirigidas à biotecnologia e não mais à química e à mecânica, tendo-se verificado avanços assustadores na biotecnologização da estrutura agrícola” (John Wilkinson, in: FAEAB, 1985: 78).

No II EBAA houve, também, uma discussão bastante acirrada sobre a criação de uma associação nacional de agricultura alternativa (chamada de Associação Brasileira de Agricultura Alternativa – ABAA). Esta proposta foi defendida pela Ana Primavesi, Adilson Pascoal, José Lutzenberger e Sergio Cabral de Carvalho²⁶ e provocou muita discussão na plenária final. De acordo com um Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), Ana Primavesi tinha um conhecimento técnico muito avançado e muita propriedade no seu discurso – “ela impressionava muito, com toda razão, era de impressionar mesmo”, contudo ela não tinha uma atuação política expressiva.

A proposta, apresentada unilateralmente e sem discussão prévia entre os participantes do Encontro, era criar uma associação em que os interessados se associavam individualmente. Contudo, foi expressiva a reação contrária à proposta por parte dos membros da FAEAB (presidida por Luiz Carlos Pinheiro Machado), da coordenação nacional da FEAB (Manoel Andrade) e dos membros do Projeto Tecnologia Alternativa/FASE. Segundo Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), o PTA/FASE foi contra a proposta por achá-la prematura e discordar do formato da associação. Na sua opinião, a associação não poderia ser formada somente por engenheiros agrônomos, mas deveria ter a participação de diferentes agentes do meio rural, inclusive os pequenos produtores.

“Eu reagi contra pensando no seguinte: eu acho que isso é prematuro. É importante ter uma associação deste tipo, mas não uma associação de acadêmicos e intelectuais, mas uma associação de pequenos produtores participando, o sujeito histórico ser o agricultor (...). Eu tinha um certo medo deste espaço da agricultura alternativa ser ocupado por esta turma meio acadêmica e isso simplesmente perder o vínculo com o social, que era a marca da nossa proposta. A gente puxava muito, o tempo todo a gente estava batalhando, puxando a brasa pra ver como estas coisas funcionam em escala, como elas operam com os agricultores, muitos agricultores” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

²⁶ Sergio Cabral de Carvalho, economista do BNDES, fez parte da organização do II EBAA. Ele era muito ativo politicamente e exercia bastante influência nas questões que envolviam a agricultura alternativa – “mobilizava muito” e, segundo Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), foi o idealizador da proposta de criação da associação nacional.

Já a FAEAB foi contrária à proposta porque, segundo Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), tinha receio de perder espaço político – “eles [membros da FAEAB] ficaram com medo que eles fossem se perder neste universo, nesta situação, e que as estrelas [pioneiros] tomassem conta destes espaços da agricultura alternativa”. O embate político foi para que o controle do movimento de agricultura alternativa se mantivesse com a FAEAB e a FEAB, que passa a ter uma atuação mais significativa a partir de então²⁷. A proposta de criação da associação nacional foi derrotada por uma margem pequena de votos – não existia uma proposta alternativa, a votação foi pela criação ou pela não criação da associação nacional e acabou vencendo a proposta pela não criação.

“No fundo foi um erro e não sei porque eles aceitaram não fazer a associação. (...) Na verdade tem duas ou três infantilidades políticas de ambos os lados. Primeiro, eles não tinham porque submeter à votação uma decisão que foi totalmente unilateral. Estamos criando [associação nacional], quem quiser que venha! Isso seria o normal. Não precisava pedir autorização para ninguém. Segundo, quando eles colocaram em votação e perderam eles aceitaram a votação. Não sei se sentiram deslegitimados e se recolheram, mas o fato que eram muito ingênuos politicamente” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

O III EBAA (1987) foi realizado em Cuiabá e além da FAEAB e da Associação Estadual de Engenheiros Agrônomos, também fizeram parte da organização do Encontro a FEAB e o PTA/FASE. Neste encontro, que contou com a participação de cerca de 3 mil pessoas, a presença majoritária passou a ser de estudantes, mas os engenheiros agrônomos ainda tinham uma presença expressiva. Um fato inovador foi a presença de um número considerável de agricultores (cerca de 300) ligados aos movimentos sociais rurais (pequenos produtores, sem terra, indígenas), convidados principalmente pelo PTA/FASE e pela EMATER do Mato Grosso.

Além da alteração na composição do público do Encontro, outra mudança importante foi a participação nos debates de lideranças dos movimentos sociais (MST, CUT e CONTAG) e de profissionais com formação em ciências sociais e economia. Além, obviamente, dos pioneiros do movimento que sempre tiveram presença garantida. Neste Encontro houve a separação entre as questões técnicas, que passaram a ser realizadas em pequenos grupos de interesse²⁸, e as questões mais gerais do movimento, que se concentraram em cinco painéis temáticos e contaram com a participação de profissionais altamente qualificados²⁹.

²⁷ Os estudantes de agronomia fundaram em 1955 sua primeira entidade representativa, o Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil, que foi fechada pelo regime militar em 1968 e as atividades foram quase todas interrompidas até 1971. Mas, segundo SILVA (1996), o movimento estudantil não se dispersou totalmente e continuou se reunindo escondido por causa da repressão. Em 1972 o movimento nacional foi retomado em Santa Maria, Rio Grande do Sul, com a realização do 15º Congresso Nacional dos Estudantes de Agronomia – CONEA, que era realizado anualmente desde 1954, exceto entre os anos 1968 a 1971. Neste congresso foi criada a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, entidade representativa dos estudantes até os dias atuais. Segundo SILVA (1996), nos primeiros congressos de estudantes predominaram as atividades de integração cultural, esportiva e a apresentação de trabalhos científicos. Com a criação da FEAB as discussões se concentraram mais na formação e na atuação profissional, mas inevitavelmente se ampliaram para questões mais gerais da sociedade. A partir da década de 80 os temas em destaque no movimento estudantil foram: a agricultura alternativa, iniciação científica, currículo e formação profissional.

²⁸ Foram ofertados dezessete cursos técnicos – ministrados por profissionais com experiência no tema, inclusive pelos pioneiros do movimento – que envolviam diferentes temáticas da agricultura alternativa, destacando-se: introdução à agricultura alternativa; manejo da matéria orgânica; criação animal; mecanização agrícola;

Neste III EBAA houve um deslocamento do foco das discussões, até então predominantemente técnico, para as questões sociais da produção. Na opinião de Horácio Martins de Carvalho a preservação da natureza era importante, mas era preciso pensar, também, na melhoria das condições de vida das pessoas – “queremos superar não só a relação do homem explorando a natureza, mas do homem que explora o homem”.

“A agricultura alternativa deve ser entendida não só como uma concepção de modo de produção na agricultura, mas do modo de produção em geral. É inconsistente defender o solo e deixar que o homem seja explorado. Não quero que ninguém seja explorado, nem uma bactéria. Quero que se respeite a vida, toda ela e, portanto, não posso aceitar a presença da multinacional, dos grandes conglomerados econômicos, e de uma burguesia que é uma classe eminentemente exploradora da vida e geradora desse caos que aí está” (Horácio Martins de Carvalho, in: FAEAB, 1987: 30).

Neste sentido, os problemas ambientais existentes na agricultura convencional passam a ser vistos como problemas decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. As discussões se deslocaram da crítica ao pacote tecnológico da Revolução Verde – que provocava degradação do meio ambiente e contaminação dos alimentos e do agricultor – para a crítica ao modelo capitalista de desenvolvimento – que era excludente e causava dependência tecnológica aos agricultores, favorecendo apenas uma parcela pequena de grandes e médios produtores que tinham melhores condições financeiras e de infra-estrutura.

“Estamos na realidade onde esse desenvolvimento provocado pelo capitalismo entra em choque com as relações de produção, não permite mais a sobrevivência do camponês, do pequeno produtor, cria o bóia-fria, explora o trabalhador rural. É esta a contradição do momento, que precisamos explorar. Não é apenas a destruição do meio ambiente, é a lumpenização do campesinato e a alienação do trabalho e outras formas” (José Graziano da Silva, in: FAEAB, 1987: 51).

aproveitamento de energia; agricultura biodinâmica; manejo ecológico de pragas e doenças; manejo do solo; experiências do Paraná em agricultura alternativa. Além disso, foram apresentados quarenta e sete trabalhos técnicos desenvolvidos por profissionais de instituições de ensino e pesquisa, de diferentes partes do Brasil (FAEAB, 1987).

²⁹ No primeiro painel intitulado “Perspectivas da agricultura alternativa” o expositor foi Horácio Martins de Carvalho (engenheiro agrônomo com especialização em ciências sociais) e os debatedores foram: José Graziano da Silva (engenheiro agrônomo, doutor em economia); Paulo Roberto Farina (representante da CUT) e Ezídio Pinheiro (representante da Contag). No segundo painel – O ensino, a pesquisa e a extensão frente ao novo modelo tecnológico para a agricultura – o expositor foi Romeu Padilha de Figueiredo (presidente da EMBRATER) e os debatedores foram: Ricardo Abramovay (sociólogo, professor da PUC-SP); Jorge Altenfelder (engenheiro agrônomo); Laércio Nunes e Nunes (engenheiro agrônomo, professor da UFPEL); Jaime Wunsh (professor da UNIJUI). O terceiro painel – Caminhos para o movimento de agricultura alternativa – tinha como expositor Luiz Carlos Pinheiro Machado (engenheiro agrônomo, professor da UFSC) e os debatedores foram: José Lutzenberger (engenheiro agrônomo); Adilson Paschoal (engenheiro agrônomo, professor da ESALQ); Jean Marc von der Weid (economista agrícola, coordenador do PTA/FASE); Fausto Andrelevicius (representante do MST). O quarto painel – Comunicação social e agricultura alternativa – tinha como expositores: Humberto Pereira (Editor chefe do Globo Rural); Nivaldo Manzano (diretor da revista Guia Rural); Regina Toledo (diretora da Folha Rural e assessora de imprensa do IAPAR). No quinto painel – Recursos naturais e agricultura – o expositor foi o professor canadense Pat Roy Mooney (autor do livro “O escândalo das sementes: o domínio na produção de alimentos” publicado em 1979 e traduzido para o português em 1986). Os debatedores foram: Adilson Paschoal e José Lutzenberger (FAEAB, 1987).

A ampliação da discussão para as questões sociais de produção trouxe para o debate o destinatário da tecnologia. Houve uma vinculação das questões técnicas à classe social de produtores (pequenos, médios e grandes) destacando-se a inadequação das tecnologias modernas às necessidades dos pequenos produtores. De acordo com José Graziano da Silva (FAEAB, 1987), a luta política no campo passa a ser uma luta de classes, uma luta entre o latifúndio (os ruralistas se organizaram enquanto categoria em meados da década de 80, com a criação da União Democrática Ruralista – UDR) e os pequenos produtores³⁰. Ainda que tecnicamente a agricultura alternativa pudesse ser realizada em grandes espaços, o movimento de agricultura alternativa definiu o pequeno produtor como destinatário ideal desta tecnologia, além de sujeito prioritário de suas ações.

“No imediato, nossa preocupação é de levar a agricultura alternativa para o pequeno agricultor, porque esse é que é o nosso aliado, esse é que está lutando com a gente. Está lutando para a transformação da sociedade, para a liquidação do latifúndio, que é um dos instrumentos de opressão neste país. A prioridade do esforço da agricultura alternativa imediatamente é fortalecer a luta dos pequenos produtores, para que eles consigam se manter na terra e consigam lutar pela reforma agrária, pela distribuição das terras do latifúndio. É nesse sentido que vejo essa questão de grande e pequena propriedade. Não é um problema técnico, é um problema que tecnicamente pode ser usado por grandes produtores também, é um problema de prioridade política de onde é que nós estamos lutando” (Jean Marc von der Weid, in: FAEAB, 1987: 151).

A ampliação da base social influenciou, também, as discussões do movimento de agricultura alternativa e permitiu que os movimentos sociais se aproximassem deste debate e, por conseguinte, introduzissem outras questões que faziam parte de suas preocupações e reivindicações. As críticas ao modelo de desenvolvimento passam a abranger questões mais gerais, além dos problemas causados pelo pacote tecnológico, e preocupações com a conjuntura nacional. Dentre os quais podemos citar: a dominação do setor agrícola pelas multinacionais; impactos sociais e ambientais dos grandes projetos nacionais de desenvolvimento; suspensão do pagamento da dívida externa; apoio à greve dos docentes nas universidades brasileiras; defesa da reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e participação na Assembléia Nacional Constituinte.

“Os participantes do maior evento de agricultura já realizado no Brasil, ao irem às ruas de Cuiabá, expressaram seu protesto contra projetos e conseqüências graves, fruto da dominação política, econômica e militar a que o país está submetido, como: projeto nuclear da Serra do Cachimbo; projeto Calha Norte; projeto hidrelétrico na bacia do Rio Uruguai; projeto

³⁰ “A UDR fala sempre em produtor, agricultor, querendo reduzir ou dissimular as questões de lutas de classe no campo, das classes sociais no campo. A resposta à UDR tem que ser dada em termos de se falar de pequenos produtores, de camponeses, de separar a luta do latifúndio da luta do pequeno produtor. Esse é o caminho. Da mesma maneira, não podemos continuar falando em natureza, meio ambiente, bem-estar se não começarmos a falar realmente no sujeito dessa luta, dessa história, trabalhador rural, camponês, pois esta atitude marca a clareza da luta política. A luta política não deve nunca deixar de simular a questão das classes sociais que estão envolvidas, pois é isso que torna uma luta específica, tecnológica ou não, uma luta política. Não quero minimizar a importância de se descobrir outras tecnologias, mas quero deixar claro que elas só serão um processo se ficarem explícitas as relações sociais que elas traduzem” (José Graziano da Silva, in: FAEAB, 1987: 64).

hidrelétrico do Xingú; destruição do Pantanal; devastação da Amazônia; desertificação de áreas agrícolas; contaminação generalizada do solo e da água por agrotóxicos; expulsão e morte dos índios, expulsão dos seringueiros na Amazônia” (Carta de Cuiabá, in: FAEAB, 1987: 11).

Um tema que, cada vez mais, passou a ganhar destaque no movimento de agricultura alternativa, bastante discutido neste III EBAA, foi o comprometimento das instituições de ensino, pesquisa e extensão rural com o padrão tecnológico dominante. Estas instituições, embora tivessem sido criadas ou reformuladas para promover os interesses de política do próprio Estado, foram criticadas por sua crença quase cega ao padrão tecnológico moderno, menosprezando as propostas consideradas alternativas. Elas tiveram um papel importante na formação da ideologia modernizante, que tinha como idéia chave o mito da produtividade – objetivando alcançar os mesmos padrões produtivos dos países desenvolvidos sem se preocupar com os custos de produção, que eram bastante elevados – e a busca da competitividade internacional.

Esta ideologia era tão forte que os próprios profissionais das instituições – e principalmente as entidades representativas do setor químico – passam a defender que não era mais possível produzir sem agrotóxicos e adubos químicos, pois a humanidade passaria fome por falta de alimentos. Este argumento passa a ser tão difundido que acaba por ser aceito, sem questionamentos, pela ampla maioria dos profissionais das ciências agrárias e até mesmo pelos agricultores, acreditando ser este o único ou o melhor caminho a ser seguido.

“Agricultura biológica significa a substituição parcial dos fertilizantes e defensivos químicos por processos biológicos. Uma substituição integral, na atual conjuntura, não é mais possível, pois resultaria em perda de produtividade e custos mais elevados dos insumos. Infelizmente, o assunto tornou-se objeto de muita política, palavras bonitas e demagogias que jamais resolverão os inúmeros entraves e dificuldades que surgem ao longo da evolução de novos tipos de sistemas de produção de alimentos, mas pelo contrário, só contribuirão para seu retrocesso” (Johanna Dobereiner, Embrapa, in: FAEAB, 1985: 177).

Além disso, os conhecimentos tecnológicos que estavam sendo produzidos na agricultura alternativa eram menosprezados e não reconhecidos pela ciência clássica oficial. Estes conhecimentos, que valorizavam o conhecimento acumulado dos agricultores transmitido por gerações, eram considerados pela ciência clássica como atrasados, retrógrados e não poderiam ser considerados porque não tinham fundamentação científica. O único conhecimento válido era aquele produzido pela ciência oficial.

Por outro lado, os defensores da agricultura alternativa alegavam que a ciência oficial concebia a pesquisa de uma forma bastante linear e reducionista, sem considerar que a soma das partes é maior que o todo. “É um pensamento que ocorre dentro de gavetas fechadas, gavetas que não tem ligação uma com outra e dentro de cada gaveta se fazem raciocínios lineares, quase sem ramificações laterais” (José Lutzenberger, in: FAEAB, 1981: 115). Contudo, os profissionais das ciências agrárias foram formados – e continuam sendo até hoje – com base neste pensamento reducionista, de visão compartimentada, resultando no profissional especialista.

“O paradigma da ciência oficial que conduz à homogeneização, que induz imediatismos, repousa numa concepção alienada de que o homem domina a natureza e, portanto, pode fazer dela o que ele quer. Tornando exclusiva a

ciência oficial, consideram as demais formas de pensar a vida como marginais, tanto assim que as instituições oficiais de pesquisa não aceitam as teses da biodinâmica; não aceitam como não aceitou na medicina, as teses da homeopatia, as da farmacologia popular; não aceitam as teses muitas vezes, da agricultura orgânica, biológica, e ecológica. Não aceitam teses de concepção da ciência diferentes daquelas que hoje estão vigendo dentro da evolução científica e tecnológica propiciada pelo capital” (Horácio Martins de Carvalho, in: FAEAB, 1987: 24).

Outro ponto a ser destacado é que os princípios defendidos pela agricultura alternativa são bastante distintos da ciência oficial. Na agricultura alternativa o pacote tecnológico de uso intensivo de capital, que busca a maximização produtiva através da artificialização do meio, é substituído por métodos e técnicas que levem em conta a diversificação das culturas e um maior equilíbrio do meio ambiente. Além disso, são estimulados o uso dos recursos existentes na propriedade, reduzindo assim os custos de produção e a dependência do agricultor aos recursos naturais externos, geralmente caros e obtidos de fontes de energia não-renováveis.

“Na agricultura alternativa (orgânica, biológica, biodinâmica, organobiológica, ecológica, natural) não se faz uso dos agrotóxicos simplesmente porque eles são desnecessários. As técnicas são todas preventivas, complementadas por algumas curativas, com o uso de produtos naturais (preparados biodinâmicos, inseticidas microbianos, botânicos e de metais não pesados). Os agroecossistemas são diversificados pelas rotações de cultura e plantio intercalado, o que garante a sua estabilidade frente às pragas e patógenos. Muitas ervas, consideradas daninhas, são realmente úteis por trazerem das profundezas do solo os nutrientes que, de outra forma, estariam indisponíveis às culturas. As ervas realmente daninhas são controladas mecanicamente e nas rotações de cultura” (Adilson Paschoal, in: FAEAB, 1985: 122).

Neste III EBAA também começou a ser questionado o termo alternativo, talvez fruto da ampliação do movimento de agricultura alternativa. No entendimento dos membros do movimento, o termo alternativo não tinha uma designação muito clara. A palavra alternativo significava uma posição independente em relação às tendências dominantes, contudo, não necessariamente era melhor que esta. Na opinião de José Graziano da Silva o uso do termo alternativo era inadequado porque ele é relacional (alternativo a alguma coisa) – “você quer ser alternativo a que?” Na verdade, subjacente a este questionamento estava a discussão polêmica se a luta do movimento deveria ser por tecnologia alternativa ou por uma sociedade alternativa.

“Antes de se escolher a tecnologia que utiliza uma sociedade, precisamos discutir que sociedade nós queremos construir. A proposta de alternativa implica numa proposta de construção de uma nova sociedade e não pode ficar restrita às suas formas de organização do trabalho e da produção. Quero dizer com isso que o plano de luta fundamental não é o plano tecnológico, mas o plano político e passa pela organização autônoma dos trabalhadores e da sociedade civil (...). Passa, no caso brasileiro, pela democratização do aparelho do Estado. Minha opinião a respeito desta questão é que a agricultura deve optar para servir não à burguesia mas à classe trabalhadora. (...) Não há problemas tecnológicos de maneira genérica

nesse país. Há, sim, problemas sociais” (José Graziano da Silva, in: FAEAB, 1987: 36).

Esta questão apareceu no primeiro painel do Encontro, onde houve um debate bastante acirrado entre José Graziano da Silva e Horácio Martins de Carvalho. José Graziano da Silva defendia que a mudança do padrão tecnológico da agricultura dependia de mudanças mais profundas na sociedade – “em que as classes populares e os trabalhadores tomem o poder”. Somente com a alteração das forças produtivas dominantes é que se conseguiria uma mudança no padrão tecnológico vigente. Ademais, segundo Graziano, mudanças tecnológicas não garantem mudanças nas relações sociais de produção, pois o próprio sistema capitalista – através da biotecnologia e mais recentemente dos transgênicos e da nanotecnologia – foi desenvolvendo tecnologias menos poluentes e mais saudáveis sem, contudo, alterar as formas de dominação e de exploração da classe trabalhadora.

“Não é intrínseco do capitalismo a necessidade de poluir, destruir a natureza. Podemos trocar os venenos pelo Baculovírus, podemos usar biotecnologia, podemos trocar as multinacionais pelas nacionais. Dr Antonio Ermínio, está investindo em biotecnologia e não está mudando nada a exploração da classe trabalhadora. Essa organização política e social tem que ser feita na rua, no dia-a-dia, nos sindicatos, nos centros acadêmicos, este é o caminho. Outro caminho é um caminho reformista, tecnicista e que vai levar a sustentação e preservação das formas de dominação que o capitalismo hoje exerce num nível ainda mais sofisticado. Não há aliança entre técnica e política, a técnica é subordinada à política, as relações sociais que se estabelecem é que determinam o momento, o nível do desenvolvimento das forças produtivas e as técnicas que elas correspondem. Fazer a relação inversa é sair da luta política e social” (José Graziano da Silva, in: FAEAB, 1987: 45).

“O mérito do movimento da agricultura alternativa não é a busca de alternativas de produção, mas exatamente a formação dessa consciência social. É um movimento que tende abrir espaços na luta política, que tende abrir brechas nas formas de dominação predominante” (idem p.34).

Horácio Martins de Carvalho, por outro lado, defendia uma aliança entre as questões técnicas e políticas. No seu entendimento era necessário lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, uma sociedade socialista, mas era preciso também buscar soluções concretas aos problemas técnicos existentes na agricultura: produção, praga, crédito, erosão do solo, fertilizantes, entre outros. A agricultura alternativa precisa sair do discurso e lançar-se à prática efetiva e responder às demandas dos agricultores, pois, do contrário, a agricultura dominante continuará assistindo os agricultores com o pacote tecnológico.

“Se quero conversar com a população de forma séria, tenho que partir concretamente dos seus problemas reais, ou falarmos sobre revolução, socialismo, nova agricultura, e ficarmos falando sem ser entendidos. (...) É no real que faço a ligação entre o particular e o geral, entre a prática e a teoria. Apenas discutir que tenho que fazer a revolução socialista, não leva à revolução socialista em nenhum lugar do mundo. A revolução social se fez, conquistando, passo a passo, os espaços na sociedade, em todos os níveis. A agricultura alternativa é a mesma questão. Não posso chegar no Sindicato de Produtores Rurais e dizer: companheiros temos que tomar o poder.

Companheiros, a solução é a revolução socialista, vamos alterar as relações de produção! Devo chegar para o companheiro do sindicato e dizer: qual o seu problema? — É preço? É semente? Você já entendeu que a semente é da multinacional? Você já entendeu que é explorado? Tenho que resolver o problema da semente e, é por isso que política e técnica estão juntas” (Horácio Martins de Carvalho, in: FAEAB, 1987: 54).

“Claro que você tem que defender o socialismo porque ele é estratégia, é bandeira fundamental da luta, mas no momento da prática exige-se que tenhamos clareza tática, em caso contrário continuaremos falando entre nós, e a população falará com outro que vai lhe dar casa, semente, crédito e continuar lhe explorando” (idem, p.55).

Este confronto de opiniões (técnico *versus* político) causou confusão entre os participantes do III EBAA³¹ e explicitou a existência de vertentes divergentes dentro do movimento de agricultura alternativa. Segundo Manoel Baltasar Baptista da Costa (entrevista 2007), José Graziano da Silva representava uma vertente mais radical do movimento, “o pessoal do Partidão”, que na verdade não tinha muita identidade com a agricultura alternativa. “Eles nos chamavam de verdinhos, românticos, teóricos e diziam que eles eram os progressistas”. Esta vertente defendia o socialismo e para seus seguidores a questão prioritária não era a tecnologia em si, mas o controle das forças produtivas, a coletivização dos meios de produção.

Além desta, poderiam ser identificadas outras três vertentes no movimento de agricultura alternativa: orgânica ou ecológica (técnica), político-ideológica e a vertente social (WEID, 1991d). A vertente técnica era representada pelos pioneiros do movimento e pelas correntes de agricultura alternativa (biodinâmica, natural e orgânica). Os pioneiros foram bastante importantes na elaboração e divulgação do conhecimento teórico da agricultura alternativa. Ministraram numerosas palestras, cursos técnicos e encontros nacionais e internacionais divulgando os princípios e as técnicas da agricultura alternativa. As correntes de agricultura alternativa – formada geralmente por profissionais de nível superior ou de classe média (urbana e rural) – tinham experiência e conhecimentos práticos visando atingir nichos de mercado. Foram importantes na divulgação junto aos consumidores da contaminação alimentar por agrotóxicos, provocando um aumento da demanda por produtos sem agrotóxicos.

A vertente político-ideológica, representada pelas coordenações da FAEAB e da FEAB (bastante militante e de esquerda, maioria petista) teve atuação importante junto ao movimento e chegou a ocupar diversos cargos públicos, com potencial de influência nas políticas públicas (presidência da EMBRATER e da EMBRAPA, secretarias de agricultura, prefeituras, entre outros). Seus membros tinham um debate crítico em relação ao padrão tecnológico moderno e em defesa da agricultura alternativa³². Foi através deste movimento

³¹ Este questionamento de um participante do Encontro aos membros da mesa é exemplar: “Como devemos analisar a situação das várias entidades não governamentais que utilizam a tecnologia como atuação principal no campo, com a ilusão de estar colaborando para uma transformação social, real e eficiente, mas que tem apenas uma postura reformista de resistência ao capital e não uma atuação para acabar com o capital?” (FAEAB, 1987: 53).

³² Segundo CAVALLET (1999), além dos temas sociais, ambientais e político muito presentes nos EBAA e nos Congressos Brasileiros de Agronomia – os dois principais fóruns da categoria – destacam-se outros três temas tratados com destaque pela categoria dos engenheiros agrônomos na década de 80: a discussão sobre a alteração do ensino de agronomia no país realizada através de três encontros nacionais denominados de SENASCA –

que vários profissionais e estudantes, especialmente de agronomia, passam a ter contato com esta temática, em suas várias vertentes, estimulando a formação de grupos de agricultura alternativa dentro dos cursos de agronomia e que, posteriormente, vão fazer parte dos quadros profissionais de organizações não governamentais e dos movimentos sociais rurais, levando estas discussões para outras instâncias de atuação.

Contudo, paradoxalmente, os representantes desta corrente não conseguiam influenciar de maneira significativa suas bases (estudantes e profissionais da agronomia). A grande maioria permanecia alheia ao debate das tecnologias alternativas e continuou trabalhando e difundindo o padrão tecnológico dominante.

“Isto não quer dizer infelizmente que um número significativo de Engenheiros Agrônomos tenham aderido a esta posição. Mas a vanguarda que dirige a FAEAB e um bom número de associações, tem esta política, defende esta postura, mas ainda há muito trabalho a fazer para ganhar o conjunto dos agrônomos. O mesmo acredito se coloca para a FEAB e para todo o trabalho dos Centros Acadêmicos que tem pessoas conscientes em relação a este problema, mas lidam com a maioria de estudantes que ainda está longe de conhecer esta realidade, estes problemas” (FAEAB, 1987: 132).

A vertente de cunho mais social era representada pelo PTA/FASE, cujas organizações membros enfatizavam o trabalho de identificação, sistematização e difusão de tecnologias alternativas geradas pelos próprios agricultores. Elas introduziram no debate do movimento de agricultura alternativa o tema dos “agricultores como sujeitos de mudança” e, associado a ele, a preocupação com a “valorização do conhecimento popular” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 21). O PTA/FASE também procurava trabalhar em parceria com os movimentos sociais rurais, divulgando os princípios da agricultura alternativa e estimulando-os a incorporarem as propostas alternativas (a experiência do PTA/FASE será analisada no Capítulo 2).

O depoimento a seguir mostra um pouco esta diversidade de vertentes existentes no movimento de agricultura alternativa.

“Acredito que temos interesses que são convergentes em muitas coisas e divergentes em outras. Temos inúmeras divergências que já percebemos aqui em vários debates, nos grupos e nos painéis. Há aqueles que acham que o modelo agrícola somente se transformará quando da tomada do poder pelas classes populares e que enquanto isto não se fizer, qualquer iniciativa no sentido de criar alternativas é ilusório e não levará a nada. Outros acham que isto não tem a menor importância, que o regime no geral não importa, que o importante é conseguirmos soluções para nós, para pequenos grupos, para pequenas comunidades ou para indivíduos. Ou seja respostas mais de tipo pessoal ou respostas de tipo criação de pequenos oásis alternativos

Seminário Nacional sobre Currículo de Agronomia. Desta discussão resultou a criação de um Currículo Mínimo, onde foram introduzidos conteúdos de ciências humanas e sociais com o objetivo de formar profissionais mais comprometidos com a realidade social e ambiental predominante no Brasil; o tema da questão agrária, questionando a histórica concentração da terra no país e, desta forma, passaram a somar-se com outros movimentos na luta pela reforma agrária; Um terceiro tema foi a participação no processo da Assembléia Constituinte de 1988. Foram realizados eventos e campanhas que visavam a proposição, angariamento de assinaturas e a busca de aprovação no Congresso Constituinte de emendas populares relacionadas à luta do campo.

dentro do deserto que é o modelo hegemônico deste país” (Jean Marc von der Weid, in: FAEAB, 1987: 133).

Esta diversidade se refletia, também, no público participantes dos EBAA. As motivações eram bastante amplas, algumas mais próximas às vertentes do debate ambientalista e outras mais preocupadas com os impactos sociais da modernização e com a necessidade de fortalecer as organizações políticas dos pequenos produtores (DIAS, 2004). Um outro tipo de público eram os grupos simpatizantes do movimento de agricultura alternativa, tais como: hippies, naturalistas, vegetarianos, e grupos de sociedades alternativas.

“As posições políticas assumidas pelos agentes sociais envolvidos com as propostas ‘alternativas’ vão desde o descomprometimento ao forte engajamento político; desde a preocupação em entender as leis que regem a dinâmica de vida da natureza até o questionamento do modelo sócio-econômico e cultural e na maneira de os homens se relacionarem entre si e com a natureza” (ALMEIDA, 1989: 184).

Contudo, DIAS (2004) ressalta, por outro lado, que existiam muitos pontos de convergência dentro do movimento de agricultura alternativa e um certo consenso em torno da construção do significado e do valor cultural da noção de agricultura alternativa. “De modo crescente, as pessoas se identificavam com a causa, o que indicava o compartilhamento de orientações simbólicas e significados que eram prontamente aceitos pelos atores envolvidos e que, paulatinamente, iam ganhando novos simpatizantes e interlocutores” (DIAS, 2004: 110). Além disso, havia confluências sobre as causas do processo de marginalização dos pequenos produtores e dos meios políticos e organizacionais necessários ao enfrentamento da questão.

Neste III EBAA entrou novamente em discussão a criação de uma associação nacional do movimento de agricultura alternativa. Porém, desta vez, a proposta tinha sido discutida previamente com as instituições membros da comissão organizadora do Encontro. Segundo Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), a idéia era criar uma entidade de representação mais ampla – “que não ficasse só restrita aos agrônomos” – envolvendo também os movimentos sociais e as organizações não governamentais (representadas pelo PTA/FASE). O objetivo era criar uma organização que desse continuidade ao movimento de agricultura alternativa, com a filiação de entidades e não de indivíduos, como tinha sido proposto no II EBAA.

“A gente discutiu dentro da coordenação na preparação do EBAA a idéia de você criar uma coordenação permanente que desse continuidade a um programa de trabalho entre EBAA. Esse trabalho que a gente continua fazendo até hoje. Intercâmbio, formação, situação de informações. Uma coisa que desse sentido organizativo, orgânico, ao movimento de agricultura alternativa. O nome a gente não discutiu muito bem, mas a idéia era você ter um movimento que continuasse. Só que a gente ao invés de uma coisa tipo associação a gente faria uma coisa tipo coordenação política onde os movimentos fariam parte. (...) A idéia era uma coordenação que entraria a CUT rural, o MST, a CONTAG, a FAEAB, a FEAB e a gente defendia que entrasse alguém das ONGs. No caso a proposta foi consensuada na reunião da coordenação do Encontro como se fosse o PTA/FASE, porque era a cabeça da rede PTA e seria normal que fosse isso. Essa foi uma proposta fechada ali, era um acordo (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

Contudo, segundo Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), a surpresa deste congresso foi a reviravolta dos estudantes. A plenária final foi uma confusão que ninguém se entendia. A FAEAB manteve a posição de apoiar a proposta, mas os estudantes eram a grande maioria e tinham o controle do congresso. A disputa foi, novamente, pelo controle do poder, só que agora era entre a FEAB e o PTA/FASE. Jean Marc von der Weid (entrevista 2007) comenta a sua versão de como foi este processo:

“Eu me lembro que eu dizia naquela altura. Eu dei uma discutida com a turma da FEAB e disse: eu não gosto dos argumentos que vocês estão usando. Eu não sou contra fazer uma organização neste sentido, mas eu acho que isso pode ter uma posição mais avançada, com mais abrangência, com mais participação popular, essa coisa toda. Não acho legal vocês estarem bloqueando uma proposta organizativa em função da manutenção de um controle de poder. Era o que estava transparente na época. Talvez fosse por aí que eles começaram a se encrespar” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

“Eles fizeram uma reunião noturna, vieram me contar depois, tinha 27 representantes de diretórios acadêmicos e da coordenação da FEAB e decidiram que não ia passar organização nenhuma. Eles não iam deixar passar qualquer organização e o EBAA ia continuar sendo o que era, uma iniciativa da FEAB e da FAEAB e ponto final. E o estranho da história é que eles ficaram tão preocupados que resolveram, chegaram a um acordo entre eles pra não deixar passar nenhuma proposta que eu fizesse, fosse qual fosse. Eles não iam ter tempo de discutir, então em princípio qualquer coisa que eu propusesse não passava” (idem).

Na plenária final, segundo Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), o PTA/FASE apresentou a proposta de criação da entidade de representação, contudo os estudantes fizeram fila pra criticar a proposta. A FAEAB e as instituições do PTA/FASE argumentavam a favor e os estudantes todos contra – “a cada cinco pessoas eu pedia a palavra e respondia”.

“Aí começou uma coisa curiosa. As bancadas começaram a se juntar dentro da plenária por universidades e aí o pessoal começou a me chamar. Primeiro foi o pessoal de Piracicaba, vem cá, o que está acontecendo? Não sei, vocês é que sabem? Eu não estou entendendo nada. Foi um acordo feito ao nível do grupo de coordenação do EBAA, não estou entendendo porque estão caindo de pau. Ai eu discuti com aquele grupo e fui pra outros e mais outros e virou a votação. A gente começou a virar e eles começaram a perder terreno. Eu acredito que se a gente tivesse forçado a barra passava a proposta como a gente queria, exatamente como a gente tinha proposto no começo. Aí de repente, no meio da coisa, me deu uma luz – porque as pessoas não falavam exatamente o que era – o problema é conosco! Eles estão com medo da gente e fui lá saber com o Manoelzinho [FEAB]. Vem cá, se o PTA/FASE não participar da coordenação vocês ficam satisfeitos, vocês permitem. Ah, permitimos – contra a gente não aparecia nada de concreto, ninguém dizia exatamente o que era. Eu disse então, se o problema é a participação do PTA na organização – eu acho uma perda pra coordenação, porque a gente tem tido um papel muito importante, podemos ter um papel importante daqui pra frente – mas não vamos ser nós que vamos ficar aqui dividindo o movimento. Se é isso que atrapalha, tudo bem. Foi votado imediatamente.

Foi aprovado por unanimidade com todas as instâncias menos a gente” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

Na opinião de Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), a FEAB aceitou a participação dos movimentos sociais na coordenação do movimento de agricultura alternativa porque eles não tinham muito envolvimento, “era uma participação meio pro forma”. Por outro lado, a FAEAB já estava perdendo terreno e se enfraquecendo. A única instituição que poderia ameaçava a concentração do poder da FEAB era o PTA/FASE, por isso eles não aceitaram sua participação. Foi deliberado, também, nesta plenária final que os EBAA ocorreriam a cada dois anos e que seriam intercalados neste prazo a realização de Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAA). Além disso, a coordenação dos EBAA seria feita de forma ampla, incorporando os movimentos sociais. Na resolução do Encontro, esta deliberação aparece da seguinte forma:

“Estabelecimento, pela FAEAB e FEAB, de articulação com outras entidades de caráter nacional (CUT, CONTAG, CPT, MST, FENATA e outras, a critério dos citados), para a busca de mobilização e organização de sua base em torno do movimento de Agricultura Alternativa e discussão de sua participação na organização do IV EBAA” (FAEAB, 1987, 14).

O IV EBAA (1989) foi realizado em Porto Alegre e o PTA/FASE chegou a fazer parte da coordenação do Encontro, juntamente com os movimentos sociais rurais, a FEAB e a FAEAB. Contudo, houve um desentendimento entre o PTA e os demais membros da coordenação, que fez com que o PTA/FASE se retirasse da organização do EBAA. A proposta do PTA, segundo Jean Marc von der Weid (entrevista 2007), era de mudança na estrutura do encontro visando dar espaço para os agricultores falarem de suas experiências, suas práticas e suas dificuldades – neste período o PTA já tinha vários grupos trabalhando com agricultura alternativa e a idéia era levar este público para o Encontro. A outra proposta defendida pelos outros membros da coordenação do EBAA era continuar fazendo um encontro mais acadêmico, seguindo os parâmetros dos últimos encontros. A proposta do PTA foi derrotada e eles se retiraram da organização do Encontro, inclusive a grande maioria das instituições membros do PTA, exceto as do Sul, não participaram deste IV EBAA.

No IV EBAA (1989), que teve a participação de cerca de 4 mil pessoas, as divergências afloraram e não foi possível construir nenhum consenso. Houve discordâncias entre os membros da direção do movimento de agricultura alternativa e muitas críticas à organização do evento. Foi o único Encontro que não teve publicação dos Anais (não teve nenhum registro escrito), inclusive alguns estudos acadêmicos nem citam a sua existência, e devido a estas divergências o movimento acabou por se dispersar.

“Muitas instituições tinham se afastado. Muitas pessoas neste evento já achavam que o EBAA não tinha mais que ocorrer. Os eventos *já tinham uma cara de Estudantes*. Este EBAA foi garantido porque a FEAB bateu muito forte e juntou forças com outros movimentos, como o MST e a CUT (através do Departamento Rural). Foi um evento que se teve muitas reclamações da organização. O EBAA estava passando a exigir uma estrutura quase inviável. Ninguém estava disposto a bancá-lo. A FEAB defendia que o EBAA deveria ser consolidado. Defendia-se também que não fosse um fórum tão grande, mas sim, mais reduzido” (SILVA, 1996: 12).

Na opinião de SILVA (1996) – que foi membro da coordenação da FEAB – existiam divergências de objetivos entre a FEAB e o PTA/FASE na organização dos EBAAAs e na condução dos trabalhos de agricultura alternativa. Segundo avaliação de SILVA, as ONGs tinham outras instâncias onde esta questão da agricultura alternativa era discutida e com sua saída dos EBAAAs a FEAB e a FAEAB foram praticamente excluídas dos debates envolvendo a agricultura alternativa.

“Para a FEAB, os Encontros Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAAAs) teriam importância como um ponto de partida para a discussão sobre Formação Profissional e também como evento de formação ou preparação. Para as ONGs interessava discutir um modelo de desenvolvimento alternativo. Não que isto não fosse importante também para os Estudantes, mas o EBAA não era mais importante para as ONGs, porque as discussões já estavam sendo feitas por elas sem a realização destes grandes eventos. Estas Organizações começaram a avançar, portanto, e foram deixando de fora das discussões a FAEAB e a FEAB” (SILVA, 1996: 12).

Na opinião de Manoel Baltasar Baptista da Costa (entrevista 2007), vários fatores corroboraram para o término dos EBAAAs. Um deles foi o enfraquecimento da FAEAB. Ela durante toda a década de 80 exerceu um papel bastante crítico ao modelo que passou a incomodar as multinacionais e estas começaram a se articular para reconquistar o espaço entre os agrônomos. As multinacionais começaram reconquistando as associações estaduais de engenheiros agrônomos e em 1989 conseguem retomar o controle da federação. A ANDEF teve um peso grande e investiu pesado, inclusive financeiramente, para retomar o controle da FAEAB, chegando a lançar o Roberto Rodrigues como presidente da FAEAB.

“Eu tenho a impressão que a única associação de engenheiro agrônomo que eles não tomaram foi no Rio de Janeiro e na Bahia. O resto o povo da ANDEF tomou. Eles fizeram um movimento pra tomar mesmo, colocaram dinheiro, obrigaram seus funcionários a se inscrever na FAEAB, a militar. Entraram pra ganhar e ganharam. Agora, foi um joguinho de poder, não tinha a ver com conteúdo” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

Outro fator destacado por Manoel Baltasar Baptista da Costa (entrevista 2007), foi uma certa desmotivação da militância da FEAB e da FAEB pelas causas classistas, que passam a atuar em outras instâncias da sociedade.

“Eu tenho a impressão que o pessoal foi se desmotivando um pouco pra participar desta luta classista, sabe. Aquele pessoal mais engajado, mais politizado, foi se voltando mais para os trabalhos concretos com produtores, com a Rede PTA, uma série de trabalhos que começaram a pipocar pelo Brasil e foram abandonando estas entidades classistas. (...) Ainda se tentou articular algumas coisas, mas ninguém tinha mais pique, sabe, pra trabalhar nestas lutas classistas. O pessoal estava muito mais no âmbito dos partidos, o próprio PT, e também dos movimentos sociais e em algumas instituições públicas, o IAPAR, por exemplo” (Manoel Baltasar Baptista da Costa, entrevista 2007).

Em entrevista realizada em 2007, Jean Marc von der Weid destaca, também, como fator relevante para o fim dos EBAA a mudança de conjuntura política com a eleição do Fernando Collor de Mello, na qual houve um certo recuo e perda de espaço dos movimentos sociais. Para este Coordenador de ONG, a própria temática da agricultura alternativa perdeu um pouco de importância dentro da FEAB, “que passou a bancar menos este tipo de enfrentamento” e priorizar outras bandeiras de luta. Este debate da agricultura alternativa acabou ficando mais estrito aos Grupos de Agricultura Ecológica existentes dentro das universidades (cursos de agronomia). Nos locais onde os grupos eram mais atuantes, o movimento continuou tendo uma atuação regional e foram realizados eventos locais e regionais, a exemplo dos Encontros Regionais de Agricultura Alternativa (ERAA). Em outros locais onde o movimento não era tão forte, estes grupos foram extintos.

Outro aspecto a ser destacado é que os EBAA estavam sendo bastante criticados por ter virado um encontro estudantil. “No que virou um encontro estudantil ele perdeu um pouco o sentido, ninguém nunca mais teve fôlego pra puxar outro” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007). Alguns críticos do movimento se referiam aos Encontros como “(...) uma reunião de radicais românticos e como uma simples reunião de estudantes universitários que aproveitam uma oportunidade para contestar, de uma maneira romântica e juvenil, esse estabelecimento que é o Estado” (FAEAB, 1987: 76).

A FEAB ainda tentou realizar o V EBAA, que seria em São Paulo. A Coordenação Nacional da FEAB, durante os anos de 1991 e 1992, fez um projeto para a realização do Encontro recebendo apoio da Prefeitura Municipal de São Paulo (Luiza Erundina) e do Governo Paralelo sob a liderança de Luís Inácio Lula da Silva. Este projeto seria financiado por uma fundação alemã, mas isso não se concretizou e a coordenação da FEAB alegou descaso das organizações não governamentais.

“Se pensava em fazer o V EBAA em São Paulo. O financiamento esperado era de uma Fundação Alemã, mas suspeita-se que esta Fundação consultou algumas ONGs brasileiras e por estas serem contrárias ao evento o financiamento não foi aceito. Vale lembrar, que algumas ONGs haviam se retirado por serem contrárias ao evento, pois não lhes interessavam mais e por isso vem a suspeita de intervenção junto a Fundação Alemã. O pior que as ONGs brasileiras não somente se retiraram, mas, como se vê, passaram a boicotar. Elas não queriam este evento, provavelmente porque queriam ter de forma exclusiva uma discussão de Agricultura Alternativa. É uma afirmação pesada, mas necessária para que os Estudantes ou demais leitores entendam a dimensão de todo este processo” (SILVA, 1996: 13).

Neste depoimento novamente aparece a questão de disputa pela coordenação do movimento. Com o afastamento do PTA/FASE da coordenação dos EBAA, aliado à retomada da FAEAB pelos conservadores, a FEAB ficou isolada e não conseguiu construir as alianças para a continuidade dos encontros brasileiros. Além disso, a conjuntura política havia mudado e as ONGs membros do PTA/FASE passavam por um momento de redefinição de estratégias, voltando-se mais para a construção de articulações regionais (conforme será visto no próximo capítulo).

A FEAB fez ainda uma nova tentativa de articulação nacional do movimento de agricultura alternativa através da realização, em 1994, do Seminário Nacional de Agricultura Alternativa – SNAA, realizado no Rio de Janeiro. Este seminário teve a participação de cerca de 200 pessoas (profissionais e estudantes) representando 42 entidades. Contudo, novamente não houve consenso entre os participantes e a tentativa não prosperou (SILVA, 1996).

“Os Estudantes tentaram neste evento, a todo custo organizar um fórum de discussão sobre Agricultura Alternativa e uma coordenação que encarregasse de fazer intercâmbio através de correspondências (e outras formas), porém, esbarrou nos (des) interesses de algumas entidades que seriam decisivas na realização de eventos ou outras atividades com este tema. Os objetivos estavam tão distanciados a ponto de parecer uma enorme disputa em torno das propostas. O que ficou de fato, foram os contatos estabelecidos durante o SNAA, e as Trocas de Experiências riquíssimas. Não conseguiu se articular mais nada. Por ser um evento que foi totalmente ‘puxado’ por Estudantes de Agronomia, apesar dos desgastes (inclusive políticos), serviu muito em termos de formação” (SILVA, 1996: 14).

O movimento de agricultura alternativa teve grande importância nas denúncias sobre as conseqüências ambientais, econômicas e sociais do padrão tecnológico dominante. Ele conseguiu reunir pessoas e instituições com objetivos e motivações bastante diferenciadas, destacando-se por um lado, as diversas correntes e experiências produtivas existentes na agricultura alternativa e, por outro lado, uma diversidade de instituições (públicas e privadas) e movimentos sociais que lutavam por mudanças mais profundas na sociedade.

Contudo, as disputas pelo controle do movimento impediram que se avançasse na construção de uma articulação nacional envolvendo a diversidade de atores sociais que participavam das discussões do movimento de agricultura alternativa. A pequena quantidade de experiências produtivas existentes, aliada à baixa aceitação das tecnologias alternativas, dificultou o avanço do movimento e a incorporação da temática pelos movimentos sociais rurais e instituições do Estado. A crítica que persistia era que existia “muito discurso e pouca experiência prática”. O enfoque predominante era na tecnologia, visando substituir o pacote tecnológico da Revolução Verde.

CAPÍTULO 2

A EXPERIÊNCIA DO PTA/FASE E SEUS DESDOBRAMENTOS

O objetivo deste capítulo é analisar a origem e evolução do debate agroecológico no Projeto Tecnologia Alternativa/FASE, uma experiência paradigmática que teve um papel pioneiro e de reconhecido destaque na construção do debate agroecológico brasileiro, tornando-se referência nacional e internacional desta temática. Pretendo investigar como este debate surge dentro do PTA/FASE e quais as características que o mesmo assume. Como ele foi evoluindo com o tempo, incorporando novos atores e problemáticas sociais, ampliando o seu conceito e trazendo novas dimensões ao debate.

2.1. Origem da Proposta de Intervenção do PTA/FASE

A idéia original do Projeto Tecnologias Alternativas – PTA/FASE não era trabalhar com tecnologias alternativas, mas sim apoiar a luta dos trabalhadores rurais e sua permanência no campo. O trabalho de assessoria de “fim de semana” começou num assentamento de reforma agrária em Paraty, Rio de Janeiro, em 1980. Estes agricultores depois de dez anos de resistência e da conquista da posse da terra – apoiados por agentes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE)³³ – estavam vendendo suas terras e partindo para a cidade em busca de melhores condições de vida. Ao tomar conhecimento do problema, dois agroeconomistas que haviam se refugiado na França durante o regime militar se juntam à equipe da FASE e CPT e decidem prestar voluntariamente assessoria a estes agricultores desenvolvendo intervenções na organização da produção e na comercialização, considerados os principais impasses³⁴. Contudo, a aproximação com a realidade dos agricultores logo mostrou que as mudanças necessárias eram complexas, dispendiosas e de longo prazo (WEID, 1985; WEID, 1997).

Segundo estes assessores, ainda que fossem encontradas soluções para o assentamento de Paraty, financiadas por organizações de cooperação internacional, esta solução não permitiria pensar em perspectivas mais amplas para os demais assentados e para o conjunto dos pequenos produtores (cerca de seis milhões de famílias segundo o Censo Agrícola de 1985), que possuíam realidades semelhantes à situação encontrada. Este impasse colocou para a equipe a questão mais geral da viabilidade da pequena produção e a necessidade de buscar alternativas de produção que fossem compatíveis com a realidade destes agricultores³⁵.

³³ A FASE era a maior e mais antiga ONG brasileira, fundada em 1961. Era uma organização sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro e equipes espalhadas em diversos estados brasileiros. Tinha forte atuação nas áreas de educação popular e assessoria aos movimentos populares do campo e da cidade (MELO, 1993).

³⁴ Estes agroeconomistas, Jean Marc von der Weid e Silvio Gomes de Almeida, tiveram a oportunidade de acompanhar durante o exílio a discussão da crítica do modelo de desenvolvimento e da busca de tecnologias alternativas que estava ocorrendo na Europa durante a década de 70. Eles voltam ao Brasil com a proposta de criar uma organização para trabalhar com a pequena produção, tendo já o conhecimento de possíveis fontes de financiamento e os relacionamentos pessoais que foram fundamentais no estabelecimento futuro das parcerias e no financiamento dos projetos. Com a criação do PTA/FASE eles se tornam seus coordenadores. Para aprofundamento ver, dentre outros: DIAS (2004); MELO (1993) e SOTO (1992).

³⁵ Esta equipe era formada pelo então coordenador da FASE, Jean Pierre Leroy, pelo assessor nacional da CPT, Miguel Presburger, pelos agroeconomistas Jean Marc von der Weid e Silvio Gomes de Almeida e por dois franceses Alain Ruellan do Service Oecuménic d'Entraide (CIMADE) e Marcel Marloire da Solidarités Agro-Alimentaires (SOLAGRAL) (PTA/FASE, 1988a).

“A questão colocada era a da possibilidade de produzir propostas tecnológicas que oferecessem baixos custos, minimizassem os riscos e garantissem aumentos sustentados de produtividade e de produção. Estes novos sistemas de produção, combinados com um esforço comum para enfrentar as condições dos mercados poderiam proporcionar o aumento de renda, a melhoria da alimentação e da segurança alimentar e das condições de vida em geral, capazes de criar novas esperanças para a população rural” (WEID, 1997: 08).

Com estas questões em mente, esta pequena equipe formulou em 1981 um projeto técnico cujo objetivo era pesquisar alternativas tecnológicas ao pacote da Revolução Verde para posterior divulgação aos pequenos produtores. Estes assessores, com o apoio da CPT nacional e com a simpatia do coordenador da FASE, preocupados com estas mesmas questões e devido à concordância de propósitos, firmam um convênio com a FASE viabilizando a institucionalização do projeto nos seus primeiros anos (MELO, 1993). Em 1983, depois de diversas recusas de financiamento, o projeto recebe apoio financeiro da cooperação técnica francesa marcando o início do Projeto Tecnologias Alternativas-FASE.

Neste período o conhecimento sobre tecnologias alternativas era ainda bastante escasso e não existiam profissionais com experiência no Brasil para atuar nesta temática³⁶. Estes assessores partiram, então, para a busca destas experiências (e das pessoas envolvidas), que supunham existir em diferentes partes do Brasil. Foi feito um mapeamento das experiências, instituições e pessoas que desenvolviam algum trabalho envolvendo as tecnologias alternativas. De posse destas informações, decidiu-se concentrar os esforços em duas fontes principais de informação: na área acadêmica e científica e na identificação de experiências alternativas junto aos pequenos produtores.

“Em um ano visitei experiências de grupos de agricultores, de organizações, de universidades, de centros de pesquisa, em 12 Estados. Contatei direta ou indiretamente (por cartas, telefone, ‘telepatia’ etc.) centenas de grupos e pessoas. Fomos descobrindo os nossos pares, a diversidade enorme dos que, questionando o modelo modernizador, se lançavam como nós na busca de alternativas” (WEID, 1988a: 04).

Na área acadêmica e científica, segundo WEID (1997), existiam poucos trabalhos e também baixa sensibilidade para este tipo de proposta. Ainda assim, foram identificados alguns profissionais, considerados os pioneiros do movimento de agricultura alternativa, que se tornaram referência importante na história do PTA. Estes pioneiros, conforme visto no Capítulo 1, tinham grande conhecimento teórico a respeito da agricultura alternativa, cada um em uma área diferenciada. Contudo, praticamente inexistiam experiências práticas em agricultura alternativa, destacando-se as experiências paulistas de agricultura biodinâmica e orgânica agricultura. Nos centros de pesquisa foram encontradas algumas coisas muito pontuais, principalmente sobre infra-estrutura hídrica e sobre produção de hortaliças – área que existia maior número de referências e práticas documentadas.

³⁶ De acordo com WEID (1985b) na elaboração do projeto quando a equipe constatou a inexistência de quadros técnicos com formação e experiência em agricultura alternativa foi pensada três alternativas para suprir esta deficiência: a busca de pessoas qualificadas no exterior – opção abandonada devido aos riscos e ao tempo necessário de adaptação; o envio de quadros nacionais com experiência na área de movimentos sociais para serem qualificados no exterior – opção cara e lenta que também foi abandonada e a terceira opção foi a identificação destas alternativas na prática empírica dos pequenos produtores para uma posterior difusão ampla aos demais agricultores.

A segunda fonte de informações, que posteriormente se tornou a mais significativa para o PTA/FASE, foi a identificação e o resgate das experiências desenvolvidas pelos próprios agricultores. Os coordenadores do PTA/FASE acreditavam que poderiam existir muitas experiências, de práticas tradicionais e inovadoras, que poderiam ser recuperadas junto aos agricultores e multiplicadas para os demais. Contudo, a dificuldade inicial estava na localização destas experiências e no estabelecimento de contatos com os agricultores.

“A gente também não achava que a agricultura tradicional era a resposta. A gente achava que poderia ter coisas dentro da agricultura tradicional que fosse importante pra construção de uma resposta. Outra coisa é que a gente achava que a agricultura inova. O agricultor não recebe só informação externa, ele produz informação própria, sobretudo quando ele está isolado do circuito de informação, pressionado por questões da realidade. Você pode dizer assim: muitos podem ser pessoas tradicionalistas, sem iniciativa ou repetidoras daquilo que eles receberam, mas todos é impossível! Necessariamente tem um percentual de gente que começa a testar coisas e são os caras que fazer certamente a diferença. Esse era o nosso ponto de partida inicial. Agora, como é que você vai achar isso? São agricultores dispersos que você não sabe onde está, que as próprias organizações que eles fazem parte não tem noção do que você estava perguntando” (Coordenador de ONG, entrevista 2007).

A estratégia utilizada pela equipe do PTA/FASE para contatar os agricultores foi através de vínculos políticos previamente existentes, principalmente por meio de lideranças populares ligadas ao trabalho da Igreja Católica (CPT, sindicatos, cooperativas, associações de produtores, etc.). Este primeiro contato foi importante para o PTA/FASE, pois possibilitou o mapeamento de grupos potenciais que, posteriormente, se transformaram em grupos parceiros do projeto. Estas articulações conferiram certa legitimidade ao trabalho do PTA/FASE, tanto junto às lideranças dos movimentos populares, como junto aos próprios agricultores, pois os membros do PTA já chegavam com o respaldo destas lideranças.

A proposta inicial da equipe do PTA/FASE era trabalhar, predominantemente, em áreas de pequena produção abrangendo um amplo raio de ação.

“Optou-se por um amplo e ambicioso raio de ação, cobrindo os principais Estados das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil onde se concentravam 80% dos pequenos produtores do país. Já as organizações de produtores escolhidas eram aquelas próximas ao trabalho de conscientização iniciado pela Igreja Católica e que vieram, na sua maior parte, a integrar os quadros do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Única dos Trabalhadores – o DNTR-CUT” (WEID, 1997: 14).

Além destas duas fontes principais de informações foi realizado um levantamento de material bibliográfico, tanto nacional como internacional, que resultou na estruturação de um pequeno acervo de textos e materiais impressos de agricultura alternativa, ainda escassos na época. Surge, assim, o embrião do Centro de Documentação e do Setor de Comunicação do PTA/FASE, criado em 1984, que se tornou um importante centro de referência em tecnologia alternativa no país.

“A Coordenação Nacional do PTA/FASE criou na sua sede, no Rio de Janeiro, um Setor de Comunicação e um Centro de Documentação, com o

objetivo de reunir informações sobre as TAs [Tecnologias Alternativas], os pequenos produtores e metodologias de organização e participação popular. Dezenas de contatos foram realizados com organizações do Brasil e do exterior, com a objetivo de resgatar informações dessa natureza. No final dos anos 80, além de um vasto número de publicações e referências bibliográficas adquiridas, o PTA/FASE havia identificado mais de 3000 práticas agropecuárias alternativas e sistematizado 20% desse total, constituindo um acervo bastante original e significativo sobre o assunto” (MELO, 1993: 155).

Com base nestes contatos e informações, os membros do PTA/FASE organizaram um seminário nacional para discutir o projeto de tecnologia alternativa. Este seminário foi realizado em Campinas, dezembro de 1983, e contou com a participação de mais de cem pessoas vindas de vários estados do Brasil, formada principalmente por lideranças, técnicos e assessores dos movimentos populares que trabalhavam com a pequena produção (WEID, 1985). Este encontro marcou o início da implantação do PTA/FASE e foi um momento rico de troca de experiências e de discussão dos rumos a serem seguidos pelo projeto. Além disso, foi criada uma coordenação nacional, assumida pelos assessores do PTA, com função de ampliar o debate para outros parceiros potenciais e promover encontros regionais e locais para a troca de experiências em tecnologias alternativas (DIAS, 2004).

Neste seminário, com base no levantamento prévio de experiências e no interesse manifestado pelas instituições em participar do projeto, foi definido que o PTA/FASE iria acompanhar cinco experiências, desenvolvidas em diferentes estados da federação, consideradas mais avançadas em termos de tecnologias alternativas. As experiências escolhidas foram: CAPA – Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor (Santa Rosa, Rio Grande do Sul), Instituto Vianei de Educação (Lages, Santa Catarina), ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Francisco Beltrão, Paraná), MOC – Movimento de Organização Comunitária (Feira de Santana, Bahia) e PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas (Campina Grande, Paraíba)³⁷.

³⁷ 1) O CAPA esta vinculado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana e atuava em várias comunidades de pequenos produtores. O trabalho se desenvolvia em três linhas básicas: reuniões comunitárias e mutirões de capacitação técnica; a implantação de “propriedades modelo” para a demonstração das técnicas alternativas (diversificação de cultura, recuperação do solo, adubação verde); educação e formação técnicas para os jovens filhos de agricultores.

2) O Projeto Vianei tinham uma estreita ligação com a CPT regional e prestava assessoria em tecnologia alternativa aos grupos e movimentos que buscavam apoio junto à CPT (controle biológico de pragas, consorciação de culturas, conservação do solo, criação de cabras, apicultura, reaproveitamentos de dejetos para adubação). Desenvolviavam um trabalho mais amplo voltado para a organização e desenvolvimento das comunidades que envolvia não somente a área agrícola, mas também os problemas de saúde, educação, lazer, organização, etc, dos agricultores.

3) A ASSESOAR estava vinculada ao trabalho da Igreja Católica e desenvolvia um trabalho mais geral de organização e conscientização dos agricultores. Seu objetivo era “assistir o agricultor na totalidade” (social, político, religioso, cultural, etc.), respeitando o agricultor que podia discutir “de igual para igual”, além de incentivá-los para a organização em grupos e a buscarem as soluções para os próprios problemas. Ela estimulava o desenvolvimento de tecnologias desenvolvida pelos agricultores e o uso de materiais existentes na própria propriedade. Prestava assessoria política aos STRs e MST nas questões relativas a organização e lutas por direitos (conquista da terra) e trabalhava no campo pastoral em diversas paróquias da região.

4) O MOC trabalhava em dezenas de comunidades e alguns sindicatos na região de Feira de Santana junto a pequenos produtores, meeiros, posseiros e ocupantes cuja maioria não tem título de propriedade. As atividades principais eram hortas e roças comunitárias, produção de sementes, transformação doméstica de produtos alimentares, armazenamento comunitário, comercialização coletiva, compras comunitárias de alimentos e insumos e pequenas experiências em agricultura alternativa (compostagem, cobertura morta e curva de nível).

O objetivo principal era fazer uma avaliação comparativa destas experiências com as tecnologias convencionais, destacando-se principalmente as técnicas produtivas utilizadas, as formas de comercialização e de organização da produção (PTA/FASE, 1988a). Os coordenadores do PTA se comprometeram no período de um ano agrícola “(...) acompanhar essas experiências e produzir, junto com as comunidades e entidades envolvidas, manuais simples que permitissem difundir as soluções encontradas, bem como uma avaliação das condições para a sua reprodução” (WEID, 1985: 10).

Contudo, este objetivo foi alcançado apenas parcialmente e o resultado, devido principalmente a problemas técnicos e de infra-estrutura, acabou frustrando as expectativas iniciais. Esta estratégia de trabalhar em diferentes estados, com diferentes realidades, ao mesmo tempo que dava maior abrangência ao projeto, tornou aparente também a dificuldade de se trabalhar com esta diversidade. As experiências estavam inseridas em condições sócio-econômicas, culturais e ambientais bastante diferenciadas, tendo em comum apenas o fato de envolverem os pequenos produtores. Na avaliação da coordenação do PTA/FASE estas equipes não tiveram o mesmo envolvimento em relação à proposta³⁸. Algumas equipes incorporaram-na plenamente e se empenharam na execução das atividades enquanto outras priorizaram um trabalho mais político e a avaliação técnica não foi realizada.

“Olhando para trás, hoje nos damos conta das ilusões que permeavam esse caminho. Acreditamos que estas experiências nos dariam, a todos nós, as respostas aos problemas, pelo menos o suficiente para darmos alguns saltos no processo de difusão tecnológica. Era como a prática mostrou, pedir muito a grupos cuja experiência nessa área era ainda muito recente e em fase de teste. Acompanhar estas experiências foi, no entanto, a primeira prática alternativa dos técnicos do PTA e os resultados foram muito ricos, mesmo se frustrando as altas expectativas iniciais” (WEID, 1988a: 4).

Conforme pode ser observado no depoimento acima, os coordenadores do PTA/FASE depositaram muitas expectativas na identificação e análise destas experiências, talvez até pela escassez de propostas alternativas existentes, acreditando que as mesmas pudessem ser difundidas amplamente para outros agricultores, o que seria importante nesta fase inicial do projeto. Contudo, uma análise mais detalhada mostrou que estas tecnologias tinham um caráter bastante localizado, resolvendo pontualmente um problema, mas não tinham o caráter generalista esperado. Implicitamente buscava-se “soluções globais para problemas globais” que pudessem ser aplicadas, com as devidas adaptações, a todas as situações. O objetivo era a construção de uma proposta tecnológica de alcance nacional, alternativa ao pacote tecnológico da Revolução Verde, que pudesse oferecer soluções gerais aos problemas dos pequenos produtores (WEID, 1997).

5) O PATAC inicialmente trabalhava com o meio urbano na fabricação de tijolos, criação de aves e suínos. Posteriormente priorizou o trabalho no meio rural trabalhando com pequenos produtores e assentados no semi-árido em que além da questão técnica trabalhava com a organização e discussão dos problemas mais gerais dos agricultores. Desenvolvia trabalhos de recuperação, conservação e melhoramento do solo (curva de nível, cobertura morta, adubação orgânica), combate natural de pragas, irrigação e aproveitamento da energia eólica, criação de minhoca e cultivo de leguminosas. Além disso, estimulava a construção de equipamentos e processos de trabalhos simples (máquina manual de debulhar feijão, descascador de mandioca, bomba d'água tipo rosário, cultivador manual, etc.) (WEID, 1985b; ARAÚJO & JORDÃO, 1985; OLIVEIRA, 1985).

³⁸ Esta diferença de envolvimento, segundo MELO (1993), foi atribuída à forma de vinculação das equipes à coordenação nacional, à prioridade das ações, ao âmbito de atuação e público assistido, às diferenças regionais e à constituição técnica das equipes. Algumas equipes tinham um perfil mais técnico e outras desenvolviam um trabalho mais político e priorizavam a organização e sensibilização dos agricultores.

2.2. A Evolução para Redes de Intercâmbio

No encontro de Campinas foi definida, também, a criação de Redes de Intercâmbio com a finalidade de facilitar a circulação de informações que estavam sendo em agricultura alternativa. Estas redes começaram a ser estruturadas nos estados onde foram selecionadas as cinco experiências, pois já existia um contato pré-estabelecido e as experiências poderiam se tornar um “pólo dinamizador” dentro da rede. Nos estados onde não existiam os grupos de tecnologias alternativas, o PTA/FASE passou a discutir a criação da rede com “(...) organismos locais com boa liderança e respeito nos mais diversos movimentos sociais rurais” (PTA/FASE, 1988a: 64)³⁹. O objetivo era criar uma rede de articulação para “troca de informação, intercâmbio e ajuda mútua”, envolvendo as diversas organizações de agricultores, entidades de apoio aos movimentos populares, além de técnicos e indivíduos interessados na construção de uma proposta tecnológica alternativa.

A estruturação das Redes de Intercâmbio demandou do PTA/FASE a ampliação de sua equipe de trabalho e a estruturação de novas equipes nos estados onde as redes iriam ser construídas⁴⁰. Este foi um período de rápida multiplicação de ONGs e de equipes ligadas ao PTA/FASE. Em alguns locais foram criadas novas ONGs (CTA-ZM/MG, APTA/ES, SASOP/BA e CETAP/RS), ligadas institucionalmente ao PTA/FASE. Em outros, as ONGs já existentes (CAPA, Centro Vianei, ASSESOAR, ESPLAR/CE, Centro Josué de Castro/PE e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos/MA) incorporaram novas equipes para trabalhar com as temáticas propostas pelo PTA/FASE (LEROY, 1998).

A estratégia do PTA/FASE para sua ampliação foi a utilização de redes de relações preexistentes e contratar pessoas com capacidade de articulação política que tivessem algum contato com estas instituições. A maioria dos quadros técnicos contratados inicialmente pelo PTA/FASE era de agrônomos recém formados que haviam participado dos grupos de agricultura alternativa, existente nas escolas de agronomia, ou de pessoas inseridas em entidades e organizações vinculadas aos movimentos populares (muitos tinham participado do Seminário de Campinas).

Estas equipes técnicas do PTA/FASE passaram a atuar em duas frentes prioritárias: na identificação das experiências existentes – “o que muitas vezes implicava em ‘descobrir’ para

³⁹ A primeira Rede de Articulação foi criada na Bahia e em pouco tempo mais de dez estados brasileiros já haviam estruturado esta rede: Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em todos os estados onde foram criadas as Redes de Intercâmbio foram realizados “Encontros Estaduais de TA”, considerados momentos ricos de troca de conhecimento entre técnicos e agricultores. Normalmente estes encontros tinham a duração de três dias e contavam com a participação de pequenos produtores, representantes sindicais, movimentos sociais, CPT, técnicos, estudantes e eventualmente representantes de instituições públicas. Os encontros eram compostos, de um modo geral, de quatro fases: um momento de troca de experiência entre os agricultores no qual estes discutiam seus problemas e relatavam suas experiências em TA; numa segunda fase os técnicos buscavam fazer uma ligação dos problemas dos agricultores com questões mais gerais da agricultura (modernização da agricultura, política agrícola, reforma agrária); apresentavam-se então algumas experiências e técnicas alternativas existentes na região; por fim era discutida a organização da rede e a criação de comissões regionais para a continuidade dos trabalhos (PTA/FASE, 1988a).

⁴⁰ Em fevereiro de 1984 a equipe permanente do PTA/FASE era constituída por: Jean Marc von der Weid – coordenador do projeto e encarregado de sua execução na região Nordeste, Silvio Gomes de Almeida – coordenador do projeto na região Sul; Ricardo Abramovay – sociólogo; Patrick Maury – agrônomo e cooperante francês; Lourdes Grzybowski – educadora responsável área comunicação social; Felícia A. Moraes – setor de documentação e secretária. Com o crescimento acelerado do Projeto TA foi necessário criar duas coordenações regionais, no Nordeste e no Sul, que ficaram responsáveis juntamente com a coordenação nacional na gestão da rede (PTA/FASE, 1988a: 88).

os próprios usuários de práticas alternativas o caráter alternativo destas práticas” – e na sensibilização de organizações e entidades de assessoria para o “(...) conceito e as potencialidades de um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola”⁴¹ (PTA/FASE, 1988a: 62).

Para a execução de suas funções – identificação de experiências e criação de redes de intercâmbio – as equipes técnicas deveriam seguir algumas orientações gerais que poderiam ser encontradas, segundo DIAS (2004), no texto de Pablo Sidersky – escrito em 1986 com base na sua experiência de campo junto ao grupo de tecnologia alternativa com atuação em Pernambuco e Paraíba⁴². Este texto foi amplamente divulgado para todos os componentes da rede e continha uma série de procedimentos a serem aplicados na pesquisa de campo para identificar, classificar e sistematizar as tecnologias alternativas. Além de explicar os procedimentos para identificar os atores que deveriam fazer parte da rede e o papel a ser desempenhado pelos mesmos.

Porém, na prática, estas orientações não foram seguidas e os técnicos acabaram utilizando sua sensibilidade e conhecimentos para a execução dos trabalhos. De forma que as estratégias utilizadas pelas equipes resultaram em formas bastante diferenciadas de atuação. Estas diferenças variaram segundo as condições objetivas do trabalho, a composição das equipes, a realidade local e a capacidade técnica e de articulação das equipes, dentre outros motivos.

“Periodicamente a gente se reunia com o Jean Marc e, naquele, momento a diretriz era sistematizar experiências. Eles [a coordenação] traçaram uma estratégia que era, vamos descobrir o que tem de experiências e sistematizar pra poder difundir estas experiências. Só que quando as equipes chegavam em campo (...), quando você chega e quer ter uma parceria com o sindicato não dá para dizer: ah, eu estou aqui pra sistematizar experiência. Este pessoal têm uma porrada de demandas e na medida que você faz parceria, você começa a ter que entrar nas questões deles. A gente não conseguia uma legitimidade em campo só indo lá e perguntando as práticas que eles usavam” (Rosangela P. Cintrão, entrevista 2007).

Na opinião da coordenação nacional, as equipes técnicas deveriam ter certa autonomia para a execução dos trabalhos, devido principalmente à existência de diferentes realidades no campo. Contudo, era preciso encontrar um ponto de equilíbrio entre os objetivos do PTA – identificação, sistematização e difusão de tecnologias alternativas – e os objetivos das entidades conveniadas, mais voltados ao trabalho organizativo e de sensibilização política,

⁴¹ O termo “sensibilizar” era bastante utilizado pelo PTA/FASE. Como a terminologia tecnologias alternativas era pouco conhecida dos seus interlocutores – não fazendo parte das preocupações daqueles setores sociais com o qual se pretendia trabalhar – o PTA entendia que era necessário sensibilizá-los para a necessidade de incluírem nas suas preocupações a questão tecnológica, considerada como fundamental para a viabilização dos pequenos produtores. A sensibilização era considerada uma atividade de caráter político que tinha por objetivo “vender a mensagem”, ou seja, apresentar o Projeto TA/FASE e estimular o interesse por tecnologias alternativas e para a construção de parcerias (PTA/FASE, 1988a).

⁴² Segundo SIDERSKY & FIGUEIREDO (1988: 15) a Rede de Intercâmbio deveria ser formada, preferencialmente, por seis tipos diferentes de atores (“elementos”): agricultores individuais (principalmente os com perfil de liderança); grupos de agricultores (comunidades ligadas às CEBs); organizações de agricultores (STRs, delegacias sindicais, federações, pólos sindicais, cooperativas e associações de agricultores); instituições privadas (grupos e instituições de apoio aos movimentos de trabalhadores rurais, associações profissionais, associações de defesa do meio ambiente, etc.); técnicos e diversos tipos de assessores do movimento popular; instituições públicas (prefeituras ou órgãos destas, escritórios locais da EMATER, instituições oficiais de pesquisa e ensino, etc.).

para justamente poder garantir certa unidade em torno dos objetivos gerais do projeto (WEID, 1997).

Na prática, os técnicos, até mesmo pelo seu perfil de esquerda, acabaram priorizando o trabalho de sensibilização política, trabalhando as conseqüências do pacote tecnológico. A sistematização e a difusão de experiências acabaram ficando em segundo plano, mesmo que muitas experiências tivessem sido identificadas. Rosângela P. Cintrão (entrevista 2007), comenta como foi este trabalho na Rede Bahia.

“Quando tinha um sindicato interessado a gente ia lá e discutia o que era revolução verde, tentava recuperar com eles como era antes o sistema produtivo e como é agora. A gente fazia uma crítica à revolução verde pra dizer que precisava ter uma alternativa. Era eminente político o trabalho. Era sensibilização política dos atores sociais que estavam ali. Na Bahia tinha um pessoal que até virou o Centro Assuruá, mas na época era um grupo de bicho-grilo que queria fazer um trabalho. A gente ia lá e conversava com eles, dava assessoria, ajudava eles a se organizar. Tinha as escolas agrícolas que a gente percebia uma abertura pra este tema, a gente ia e conversava. Em Remanço tinha uma ONG e a gente periodicamente se reunia com a equipe deles. Onde tinha demanda a gente ia lá e conversava”.

Neste período, as equipes do PTA identificaram, junto aos pequenos produtores, mais de mil experiências alternativas. Contudo, segundo WEID (1988b), pouco se fez para alcançar o objetivo central do PTA/FASE que era sistematizar e difundir estas experiências para um amplo espectro de usuários potenciais. Os efeitos práticos das tecnologias alternativas foram pouco trabalhados, limitando-se a um processo rudimentar de difusão de algumas experiências produtivas.

Ademais, os próprios técnicos tinham dificuldades em enxergar e valorizar as experiências desenvolvidas pelos agricultores, inclusive pela formação profissional convencional que receberam⁴³. Os técnicos tenderam a ignorar o conhecimento dos pequenos produtores e passaram a difundir (assim como acontecia com a agricultura química) as tecnologias alternativas, multiplicando-se assim os cursos e dias de campo para ensinar estas práticas (WEID, 1997). Era o “pacote alternativo”.

“Quando levados a um processo mais extenso de difusão (sobretudo através dos cursos de capacitação de lideranças dos pequenos produtores) a tendência dominante foi a de reproduzir um limitado cabedal de conhecimentos alternativos extraídos da literatura corrente (limitadíssima)

⁴³ Os coordenadores do PTA/FASE consideravam a qualificação profissional das equipes como um fator limitante para o crescimento do Projeto. Os técnicos receberam uma “formação convencional”, baseada na lógica da agricultura moderna que menosprezava a realidade do pequeno produtor. Na visão de WEID (1988a: 07) “a formação das nossas universidades (em geral) e das nossas escolas de agronomia (em particular) é do tipo metafísico. O produto das mesmas, salvo raríssimas e parciais exceções, é um técnico capaz apenas de reproduzir técnicas – as do pacote modernizador – muito pouco criativo e sem nenhuma noção do universo real, em particular o do pequeno produtor”. O perfil desejado pelo PTA era de um profissional que “além de técnicos, devem ter uma correta visão política e social e capacidade pedagógica de relacionamento com os pequenos produtores” (PTA-FASE, 1988a: 79). Este “correta visão política” se referia a profissionais com visão de esquerda e com sensibilidade para as demandas dos movimentos sociais. Contudo, os próprios coordenadores reconheciam que “a dificuldade de encontrar quadros técnicos com este perfil era imensa”, visto que os poucos profissionais com algum conhecimento em tecnologias alternativas tinham adquirido-o fora das universidades, por intermédio do movimento de agricultura alternativa e de literaturas específicas sobre o tema, ainda bastante escassas.

sobre o assunto. E tome compostagem, cobertura morta, adubação verde, curva de nível etc. às vezes sem muita avaliação das condições específicas para o emprego desta ou daquela técnica. É o pacote alternativo! Ou seja, trabalhou-se pouco com o universo da rica inovação empírica dos produtores e muito com o limitado conhecimento teórico adquirido (fragmentariamente) pelos técnicos” (WEID, 1988b: 10).

Foram realizados, também, diversos cursos de capacitação e sensibilização em tecnologias alternativas (locais e regionais). O público prioritário eram os pequenos produtores (geralmente lideranças de associações), os assessores dos movimentos populares (principalmente os representantes sindicais) e alguns estudantes interessados⁴⁴. “Uma das equipes do PTA chegou a realizar 60 cursos para um total de 1.000 participantes em um único ano, contando com apenas dois técnicos” (WEID, 1997: 21). A expectativa do PTA/FASE era que os participantes dos cursos não somente adotariam estas práticas alternativas como as difundiriam para os demais agricultores. Contudo, “(...) uma avaliação posterior mostrou que a adoção destas propostas ficou muito aquém das expectativas embora, em alguns casos específicos, os sucessos tenham sido impressionantes” (idem p.22).

Estes cursos não se limitavam às questões técnicas de produção, havia a intenção de contribuir na formação política dos agricultores, discutindo as questões mais gerais que envolviam a agricultura. Ao mesmo tempo em que eram testadas e difundidas novas tecnologias, havia a preocupação, também, de articular este processo ao fortalecimento da organização dos agricultores. Por isso, a atuação dos técnicos e a mobilização dos agricultores ocorriam principalmente através de grupos organizados em associações ou sindicatos, via cooperativas ou por intermédio de ações organizadas pela Igreja Católica (DIAS, 2004).

As atividades desenvolvidas pelo PTA/FASE eram dirigidas para o processo produtivo, mas tinham uma perspectiva política mais ampla que era apoiar e reforçar a organização dos trabalhadores rurais enquanto classe. A busca de soluções tecnológicas surgia como um meio de luta e resistência dos pequenos produtores por sua permanência na terra (WEID, 1985c). Em termos práticos as tecnologias alternativas poderiam significar maior segurança na produção e menor dependência de recursos financeiros – utilizando tecnologias de baixo custo e os recursos disponíveis no local – além de preservar os recursos naturais.

“A tecnologia alternativa é uma resposta ao modelo agrícola dominante. Ela corresponde aos interesses dos pequenos produtores na medida em que ajuda a viabilizar a pequena propriedade tanto do ponto de vista econômico como do ponto de vista social. Ela favorece a fixação do homem à terra, aliviando

⁴⁴ Por exemplo, os cursos realizados pela Rede Minas Gerais reuniam agricultores de vários municípios (5 a 10 agricultores de cada município), que normalmente eram escolhidos em reuniões do sindicato e tinham o compromisso de repassar o conhecimento adquirido para os demais agricultores. Os cursos tinham a duração de três dias e objetivavam introduzir os STRs nas discussões de agricultura alternativa. Os cursos partiam de um levantamento dos principais problemas enfrentados pelos pequenos produtores da região. Buscava-se relacionar esses problemas com o processo de modernização da agricultura discutindo-se suas conseqüência para os pequenos produtores (endividamento, intoxicação por agrotóxicos), os desequilíbrios causados ao meio ambiente, os interesses que estão por trás da modernização (multinacionais, agências bancárias, comerciantes) e o papel do Estado na difusão deste modelo. Como saída para o pequeno produtor os técnicos apresentavam a agricultura alternativa, explicando seu significado e objetivos, mostrando algumas experiências existentes na região e fazia-se uma troca de experiências entre os participantes sobre as tecnologias utilizadas por eles. Depois disso era feita uma demonstração prática de algumas tecnologias alternativas (composto, curva de nível, inseticida caseiro, cobertura morta) ou se visitava uma propriedade que desenvolvia estas práticas. Por fim se fazia uma avaliação do curso de formação e eram discutidas as propostas de continuidade do trabalho (MARCATTO & GADELHA, 1988).

as pressões que o levam a migrar para as periferias dos centros urbanos” (WEID, 1985c: 06).

Para os membros do PTA/FASE as tecnologias alternativas tinham uma dimensão política importante. Elas representavam tanto a possibilidade de fortalecer a capacidade produtiva dos pequenos produtores, visando sua permanência no meio rural, quanto um meio para enfraquecer as relações de dominação e dependência que os agricultores estariam sujeitos ao aderirem ao pacote tecnológico da Revolução Verde. As tecnologias alternativas não deveriam estar dissociadas das lutas políticas dos setores sociais aos quais se pretendia reforçar. Por isso, o Projeto TA/FASE buscava trabalhar junto com os movimentos sociais, reforçando suas causas e sensibilizando-os para as questões das tecnologias alternativas (WEID, 1985c).

2.3. Os Centros de Tecnologias Alternativas

Paralelamente à estruturação das Redes de Intercâmbio começou a ser discutida, também, a criação de Centros de Tecnologias Alternativas – CTAs. Estes centros deveriam ter uma atuação complementar às Redes de Intercâmbio, buscando soluções aos problemas levantados com os pequenos produtores e desenvolvendo tecnologias mais voltadas à sua realidade.

Os CTAs funcionavam como pequenos centros de pesquisa, imitando as condições da pequena propriedade, com áreas para experimentação e demonstração de tecnologias alternativas. O objetivo era desenvolver soluções para problemas de natureza mais complexa e sistêmica, integrando o conhecimento empírico dos agricultores com fontes científicas dos centros de ensino e pesquisa.

“O objetivo desses Centros é o de diagnosticar os principais problemas dos pequenos produtores de uma região, identificar as soluções viáveis através de pesquisas sobre experiências empíricas dos próprios produtores e/ou referências técnicas e científicas nacionais e estrangeiras. Essas soluções serão testadas de forma integrada em um campo experimental, reproduzindo as condições médias dos pequenos produtores. Caso as mesmas demonstrem sua eficácia agrônômica, econômica e social, servirão de base para a difusão junto a líderes de organizações rurais que terão por responsabilidade multiplicar as experiências a nível de suas comunidades. Os métodos de difusão envolverão a demonstração, cursos de formação prática e aconselhamento às comunidade” (WEID, 1985b:13).

O embrião dos CTAs surgiu no Movimento de Organização Comunitária (MOC) em Feira de Santana, Bahia, por sugestão dos próprios agricultores – participantes dos cursos de capacitação organizados pela Rede de Intercâmbio – e por iniciativa de alguns técnicos, como pode ser observado no exemplo abaixo, que sentiam necessidade de demonstração prática das técnicas apresentadas e de testar a viabilidade de outras práticas para poder repassá-las aos agricultores. Inicialmente as demonstrações práticas eram realizadas na propriedade dos agricultores e posteriormente passou a ocorrer num pequeno sítio de propriedade do MOC.

“Godofredo, técnico agrícola que veio ajudar a montar a Rede-Bahia, era cheio de iniciativa. Sempre cobrado pelos agricultores dos sindicatos e da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), para demonstrar o efeito de suas propostas, aceitou o desafio, e com apoio de

Albertino, coordenador do MOC, transformou o pequeno sítio do Periquito, propriedade desta organização nos subúrbios de Feira, num local de experimentação/demonstração onde pudesse ‘ter algo para mostrar’. Nas horas vagas de suas viagens por conta da montagem da Rede, começou, com a ajuda de dois agricultores, a realizar algumas práticas, que mostrava a cada semana aos interessados que chegavam para a feira. Foi algo limitado e que se acabou com sua partida, de volta para o Sul da Bahia, de onde saíra há anos. Mas a idéia vingou, evoluiu” (WEID, 1988a: 05).

Os dois primeiros CTAs foram criados em 1986, um em Quixeramobim, sertão do Ceará, com o ESPLAR, e outro em Ouricuri, Pernambuco, na Chapada do Araripe⁴⁵. A escolha destas áreas seguia o propósito do PTA de trabalhar o mais próximo possível da realidade do pequeno produtor, buscando representar áreas típicas e as condições vivenciadas pelos agricultores (WEID, 1988a). Outro fato que corroborou para a escolha destas áreas foi a preocupação da coordenação nacional em desenvolver tecnologia alternativa adaptadas às condições do semi-árido nordestino. A intenção era criar centros de pesquisa em diversos estados, desenvolvendo tecnologias alternativas adaptadas para diferentes agroecossistemas, visando atender um número maior de agricultores⁴⁶.

O PTA/FASE colocava como fundamental para a criação de um CTA fazer uma discussão ampla com as bases sociais diretamente envolvidas, buscando o seu envolvimento. Outro requisito era a participação ativa dos pequenos produtores, tanto no processo de criação dos centros quanto na escolha e desenvolvimento de técnicas produtivas alternativas que seriam testadas. Para garantir esta participação foram criados os Conselhos Consultivos – formados por dez agricultores (indicados pelos STRs, associações ou grupos) e cinco técnicos representantes dos movimentos sociais – que se reuniam periodicamente com o objetivo de planejar, avaliar e encaminhar as atividades do centro⁴⁷. As decisões eram tomadas

⁴⁵ O CTA Quixeramobim foi criado numa área típica do semi-árido cearense de 35 ha (25 ha destinados para pesquisa e reserva de vegetação nativa e 7,8 ha para o desenvolvimento dos experimentos do CTA). Após muita discussão a equipe técnica decidiu montar uma unidade produtiva com um conjunto de propostas técnicas alternativas articuladas que pudessem viabilizar a existência de uma família típica na região. Neste espaço foram introduzidos: agricultura de sequeiro, criação de animais (bovinos, caprinos, ovinos, galinhas caipiras e apicultura), um pomar e horta irrigados. A idéia era testar as tecnologias alternativas de forma integrada para servirem de exemplos aos pequenos produtores. Além de verificar sua viabilidade técnica e econômica e os riscos para os agricultores (LIMA, 1988). Já no CTA Ouricuri, um sítio de 16 ha no sertão nordestino, devido a grande diversidade dos produtores, a equipe ao invés de trabalhar reproduzindo uma propriedade decide trabalhar com um conjunto de técnicas alternativas que pudessem ser adotadas pelos agricultores. Os técnicos realizavam experimentos (chamados de práticas de estimulação dedutiva) em que comparavam uma prática tradicional com aquela proposta pelo CTA. No caso da prática de cobertura morta, colocava-se um local com cobertura e outro sem cobertura e com um regador simulava uma chuva. A partir do resultado dos experimentos se discutia com os agricultores as causas dos problemas, suas vantagens e dificuldades de realização (MONTEIRO, 1988).

⁴⁶ Além destes dois centros foram criados também o CTA/COMSAÚDE em Goiás, dois CTAs em Minas Gerais (Zona da Mata e Montes Claros) e um na Bahia (Feira de Santana). Em Santa Catarina (Instituto Vianei de Educação) e no Rio Grande do Sul (CETAP) a equipe do PTA acumulou a função da Rede de Intercâmbio e do CTA se tornando também uma unidade de experimentação e de demonstração de tecnologias alternativas. Apenas no caso de Pernambuco foi contratada nova equipe para o CTA, nos demais locais as equipes do PTA assumiram também as funções dos CTAs, em alguns locais incorporando novos membros às equipes.

⁴⁷ No entanto, esta ampla participação nem sempre foi garantida. Em alguns casos a criação dos centros se deu de forma precipitada, sem uma discussão mais aprofundada com as bases sociais envolvidas. “A pressa com que foram montadas as primeiras propostas, com o fim de levantar fundos para os CTAs, resultou em que estas ainda sofressem de certas generalidades, sem um plano operacional concreto para a instalação e funcionamento dos Centros” (PTA/FASE, 1988a: 78).

conjuntamente com a equipe técnica formada por quatro a cinco membros, principalmente de profissionais das ciências agrárias. O Centro era criado numa área específica, comprada ou doada pelas instituições conveniadas, no qual era construída uma sede, com sala de aula e alojamento para a realização dos cursos, além dos locais propriamente dos experimentos (PTA/FASE, 1988a; LIMA, 1988).

Além de centros de pesquisa, os CTAs eram também espaços para a realização de cursos intensivos de capacitação, tanto de pequenos produtores (lideranças e pessoas que se “destacavam pelas suas habilidades inovadoras”) quanto de técnicos e assessores de movimentos sociais que trabalham com estes agricultores. O objetivo era que os participantes dos cursos se tornassem agentes multiplicadores destas tecnologias alternativas, levando estes conhecimentos para os demais agricultores (PTA/FASE, 1988a). Para o Projeto o grande desafio dos Centros era ir além da pesquisa e desenvolver atividades de capacitação e difusão de tecnologias alternativas.

Diferentemente dos cursos realizados pelas Redes de Intercâmbio, os cursos realizados pelos CTAs tinham por objetivo formar lideranças (dos movimentos e dos agricultores) para que estas levassem estes conhecimentos para os demais agricultores. Neste sentido, os cursos eram de longa duração e tratavam com maior profundidade os assuntos que envolviam as tecnologias alternativas⁴⁸. Por exemplo, o CTA Quixeramobim realizou em 1987 um curso que teve a participação de representantes de vinte comunidades (dois membros de cada uma), pertencentes a seis regiões diferentes do estado, que tinha este caráter abrangente e de longa duração⁴⁹.

“Trata-se de um curso de 13 módulos mensais, com 3 dias de duração cada, que busca contribuir na instrumentalização técnico e política dos pequenos produtores que dele participam. Procura trabalhar a idéia de totalidade da vida do agricultor através de um programa que desenvolve atividades comuns do ano agrícola e inserir novos conhecimentos, sejam científicos ou empíricos” (LIMA, 1988: 38).

“A participação efetiva dos agricultores contribuindo com suas observações, trazendo para o debate seus problemas, experiências e práticas de vida, aliadas à metodologia adotada, acaba por tornar assuntos presumivelmente teóricos, enfadonhos ou distantes da realidade, em algo profundamente rico e gratificante de ser tratado. A pretensão é que os cursos de formação em agricultura alternativa capacitem para a difusão, preparando agricultores que passem a ser a referência para os grupos/comunidades dos locais onde vivem e trabalham” (LIMA, 1988: 38).

Estes depoimentos dão uma noção de como estes cursos intensivos eram realizados. Segundo WEID (1997), centenas de lideranças comunitárias receberam estes longos e intensos treinamentos. Porém, o objetivo das lideranças se tornarem agentes multiplicadores

⁴⁸ Estes cursos abordavam temáticas bastante diversificadas, dentre as quais destacam-se: introdução aos princípios da agricultura alternativa, modelo de desenvolvimento, agrotóxicos, horticultura, apicultura, fruticultura, armazenagem e comercialização, biologia do solo, manejo e conservação do solo, controle de pragas, manejo de pastagens, banco de sementes, administração rural, tração animal (LIMA, 1988).

⁴⁹ O CTA Ouricuri realizava cursos mensais com duração de dois dias e meio que eram realizados com grupos de agricultores escolhidos pela comunidade que serviam como “agentes repassadores” dos conhecimentos adquiridos. Extraordinariamente o CTA também promovia cursos de longa duração (cinco módulos de sete dias cada) para agricultores e técnicos (MONTEIRO, 1988).

deste conhecimento nem sempre foi alcançado. Os participantes encontravam dificuldades na hora de transmitir estes conhecimentos para os demais agricultores e cobraram um acompanhamento das equipes do PTA/FASE, gerando uma demanda praticamente impossível de ser atendida devido ao excesso de trabalho das equipes. Estas lideranças se viam praticamente isoladas nas comunidades e sem interlocutores para recorrer na hora das dúvidas (existiam comunidades que distavam desde 15 a 700 km do CTA). Além disso, os participantes dos cursos tinham a árdua tarefa de divulgar uma tecnologia nova, que nem sempre era bem aceita por todos⁵⁰. As dificuldades vivenciadas pelos pequenos produtores faziam com que eles fossem avessos ao risco, geralmente não adotando tecnologias desconhecidas, por isso era preciso sua comprovação prática.

Na avaliação de WEID (1997), a experiência dos CTAs foi rica na produção de novos conhecimentos e um extraordinário sucesso na formação dos técnicos do PTA. Mas todos padeceram de um mesmo pecado original: as propostas técnicas ao invés de serem elaboradas conjuntamente com os agricultores partiram basicamente do conhecimento dos técnicos. Segundo o autor, os CTAs significavam um avanço pois buscavam uma visão sistêmica da propriedade, mas os sistemas não partiram da realidade dos agricultores. A idéia era viabilizar sistemas de produção alternativos que seriam apropriados pelos agricultores depois de sofrerem as devidas adaptações.

“É claro que muitas práticas de agricultores, tradicionais ou inovadoras, foram integradas nas propostas, mas a concepção dos sistemas, para os quais não haviam referências empíricas ou científicas, ficaram por conta da criatividade dos técnicos de cada CTA” (WEID, 1997: 17).

Neste caso, como estas experiências incorporaram pouco do conhecimento do agricultor, muitas vezes elas não eram adequadas à sua realidade. Algumas eram muito trabalhosas ou necessitavam de muita mão-de-obra; outras se mostraram inadequadas às condições do local. No caso do CTA Ouricuri a prática de cobertura morta (deixar os restos de cultura no terreno após a colheita) foi considerada inviável pelos agricultores, pois a palha das culturas era destinada para a alimentação dos animais ao invés de ser destinada para a proteção do solo como era proposto pelos técnicos.

CINTRÃO (1996) analisando a experiência do CTA Zona da Mata constatou estas mesmas dificuldades na adoção de tecnologias alternativas. A autora constatou que técnicos e agricultores tinham percepções diferenciadas sobre a realidade. Os técnicos fizeram um levantamento junto aos agricultores e constataram como principais problemas: degradação do solo; contaminação dos recursos naturais; monoculturas e alto preço dos insumos agrícolas – adubos químicos e sementes híbridas. Estes problemas eram interpretados como decorrentes da modernização da agricultura propondo, em contrapartida, o uso de práticas alternativas, tais como a cobertura morta, adubação verde, sementes crioulas e composto.

Entretanto, estas tecnologias propostas tiveram baixa aceitação pelos agricultores, exceto o uso de milho crioulo – que tinha boa produtividade, embora menor que o milho

⁵⁰ Na opinião de WEID (1997) a baixa adoção destas tecnologias pelos agricultores era derivada de uma combinação de erros que envolveu desde a falha na estratégia de difusão até a escolha dos participantes dos cursos. O autor ressalta que a escolha de lideranças ao invés de ajudar dificultou o processo de difusão de tecnologia. “Verificou-se que a participação no sindicato, nos partidos populares ou nas organizações das igrejas não credenciavam, automaticamente, os agricultores como os mais capazes de realizar estas transformações propostas e transmiti-las para seus pares. Além disso, estes líderes são, em geral, os mais ocupados e os menos disponíveis para levar a cabo estas tarefas. Os melhores resultados foram obtidos quando as mulheres e jovens adultos participaram dos cursos, formando novo tipo de lideranças mais voltadas para as questões do desenvolvimento” (p.27).

híbrido, baixos custos e era resistente ao caruncho na hora do armazenamento. Os agricultores, segundo (CINTRÃO, 1996), contrariando o que era ensinado pelos técnicos, muitas vezes viam vantagens no uso das tecnologias modernas. A adubação química, embora cara, aumentava a produção e resolvia o problema da fertilidade do solo; o uso de agrotóxicos reduzia a quantidade de mão-de-obra, escassa em muitas famílias. Além disso, existia a dificuldade na implantação de algumas tecnologias alternativas, tais como: muito trabalhosa e exigente em mão-de-obra; falta de matéria-prima (esterco ou palhada) e pouca confiabilidade nestas tecnologias. As razões dos agricultores muitas vezes não eram consideradas pelos técnicos, o que contribuía para a baixa adoção das tecnologias propostas.

“Embora tenham acumulado inúmeras propostas técnicas parciais interessantes, os CTAs, sobretudo nas zonas de maiores dificuldades como o semi-árido nordestino, não conseguiram efetivamente criar um modelo ideal viável. Impasses técnicos que surgiram ainda estão sem solução definitiva, em particular o manejo da escassa matéria orgânica existente e a otimização dos recursos hídricos pluviais. Por outro lado, os modelos construídos muitas vezes ignoraram condições objetivas dos produtores como a disponibilidade de mão-de-obra” (WEID, 1997: 17).

Contudo apesar de todas as limitações e dificuldades o Projeto TA/FASE teve um rápido crescimento, tanto em termos quantitativos como qualitativos⁵¹. Foram criadas as Redes de Intercâmbio, os Centros de Tecnologias Alternativas, ampliaram-se as equipes de trabalho, foram realizados diversos encontros de tecnologias alternativas (estaduais, regionais e locais) e numerosos cursos de sensibilização e capacitação em tecnologias alternativas. A proposta teve boa receptividade junto aos movimentos populares do campo, ainda que estes não a tenham assumido integralmente, que tornaram-se a principal base sociais do Projeto.

Ademais, o PTA conseguiu levar esta discussão para setores até então quase alheios a esta problemática (instituições de ensino, pesquisa e extensão rural) e divulgar sua proposta para públicos mais amplos, através de programas periódicos de rádio, folhetos, artigos em publicações especializadas, em boletins de organizações como sindicatos e pastorais, em encontros e congressos nacionais (PTA/FASE, 1988a)⁵².

“A multiplicidade e a diversidade das tarefas exigiu imenso esforço dos quadros, mas avaliamos que o essencial dos objetivos colocados no início de 1986 foram alcançados. Passamos por uma fase transitória de implantação/consolidação das Redes, concepção e início de implantação dos CTAs, afirmamos metodologias de trabalho, melhoramos a capacitação dos movimentos sociais, ganhamos espaços em áreas governamentais e científicas. O crescimento do Projeto T.A., cujo ritmo foi considerado por algumas agências e, inclusive, por setores próprios da FASE como

⁵¹ CINTRÃO (1996) destaca que em apenas seis anos de Projeto TA já existiam dezesseis equipes vinculadas ao PTA, com atuação de cerca de cem profissionais e com financiamento de mais de dez agências diferentes.

⁵² O PTA elaborou um folheto relacionando a luta pela reforma agrária e as tecnologias alternativas, que foi distribuído a todos os 4800 delegados sindicais do 4º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado pela CONTAG. Outro folheto divulgando o Projeto TA foi distribuído aos 4000 participantes do Congresso Nacional dos Engenheiros Agrônomos. Além disso, o PTA publicou livros e revistas específicos em tecnologias alternativas (Edição n.27 e n.36 da revista Proposta) e elaborou cartilhas e folhetos para os agricultores tanto de temas técnicos (compostagem, hortas intensivas) quanto de tecnologias alternativas (PTA/FASE, 1988a).

exagerado, mostrou ser possível, aproveitando integralmente a conjuntura favorável em que se inseriu” (PTA/FASE, 1988a: 86).

Este crescimento acelerado do Projeto pode ser atribuído, também, à conjuntura política favorável da década de 80, marcada pela progressiva reconquista das liberdades públicas, pela retomada dos processos organizativos do movimento popular e pela intensificação do debate sobre as alternativas para o desenvolvimento democrático da sociedade (PETERSEN & ALMEIDA, 2004).

Porém, este rápido crescimento do PTA começou a se tornar incomodo para a FASE, pois o mesmo já estava se tornando maior que a própria FASE. De um pequeno projeto, criado dentro da FASE, o PTA começou a se tornar um projeto de proporções relevantes, tanto em termos de recursos financeiros como humanos – existindo cerca de 100 pessoas vinculadas ao projeto, pagos pela FASE. A solução encontrada, em comum acordo, foi a desvinculação do PTA da FASE. Foi proposto, então, pela coordenação do PTA a realização de um encontro nacional, com a presença de todos os membros do PTA, para a discussão dos rumos a serem seguidos.

2.4. A reestruturação do PTA/FASE e a criação da AS-PTA

O Encontro Nacional do PTA, ou simplesmente “O Encontrão” como ficou conhecido, foi realizado entre os dias 12 e 16 de dezembro de 1988 no Rio de Janeiro. Este encontro contou com a participação da grande maioria dos técnicos do PTA, de representantes das entidades conveniadas e de colaboradores do projeto. “Estava em pauta a tentativa de alcançar uma maior unidade discursiva em torno dos objetivos gerais, das propostas e ações do projeto, diante de uma realidade que apontava uma crescente diversificação de métodos e estratégias de ação entre as equipes” (DIAS, 2004: 133).

Este encontro foi um momento de avaliação e reestruturação importante para o PTA. Nele foram discutidos diversos assuntos que envolviam desde questões conceituais relacionadas ao PTA/FASE, até questões mais específicas da prática cotidiana dos técnicos. O objetivo era discutir as principais linhas de ação e estabelecer pontos de convergência para a definição do futuro do PTA.

“O Encontro será um lugar de reflexão sobre o concreto das experiências vividas, buscando a troca de opiniões sobre as grandes linhas explícitas ou implícitas nas nossas ações, clareando posições e perspectivas. O objetivo é sair dele com uma visão mais clara dos rumos do PTA, suas possibilidades e limites, seu papel a curto e longo prazos” (PTA/FASE, 1988b: 03).

A decisão sobre as questões que seriam discutidas no encontro foi retirada de encontros preparatórios realizados ao longo de 1988 e de documentos elaborados tanto pelas ONGs conveniadas como pelas coordenações do PTA/FASE (nacional e regionais). Estas discussões preliminares resultaram na elaboração de um Documento Base, entregue a todas as equipes do PTA (este material ficou pronto apenas uma semana antes do Encontrão o que, certamente, dificultou o seu debate nas equipes locais), no qual constava as questões consideradas estratégicas para o futuro do PTA/FASE, destacando-se os pontos polêmicos e consensuais discutidos até então.

A pauta do Encontro Nacional era composta de oito temáticas, que são as seguintes: concepção de tecnologia alternativa; tecnologias alternativas e a transformação social; natureza e objetivos do PTA; relações com os movimentos sociais; relações com o Estado; relações com os financiadores; estratégias de crescimento; reestruturação do PTA. Cada

temática foi discutida em pequenos grupos. O objetivo era retirar destas discussões alguns consensos que serviriam de orientação para a atuação futura do PTA. O resultado destas reflexões foi publicado nas resoluções do Encontro.

Sobre a temática “Concepção de Tecnologias Alternativas” os debates se concentraram em torno do conceito de tecnologias alternativas e seu papel nas transformações sociais, com destaque para os aspectos políticos da tecnologia. Neste Encontro Nacional foi ratificado o conceito amplo de tecnologia alternativa, elaborado no Encontro de Campinas (1983), reiterando que os princípios gerais do PTA/FASE não foram modificados ao longo de sua existência.

“Entendemos por tecnologia alternativa aquela que, atendendo aos interesses do pequeno produtor rural, reforça a sua capacidade de resistir na terra, de melhorar sua organização, seu poder de enfrentamento das forças econômicas e políticas adversas, de melhorar seu padrão de vida e sua segurança econômica” (Resoluções do Encontro de Campinas, 1983 in: PTA/FASE, 1988a: 47).

Embora o conceito não tenha se modificado, houve uma discussão sobre a abrangência do conceito de tecnologia alternativa, a importância e o papel da tecnologia nas formas de produção e nas relações de poder⁵³. No entendimento dos membros do PTA/FASE a tecnologia era entendida de uma forma mais ampla envolvendo além das questões produtivas, os aspectos sociais e políticos da produção, de forma que a questão do desenvolvimento tecnológico não pode ser dissociada das lutas políticas e da organização dos setores aos quais pretendem reforçar (PTA/FASE, 1989b).

“Enquanto conjunto de conhecimentos, especialmente princípios científicos, aplicados a um determinado campo de atividade, o conceito de tecnologia não envolve apenas os instrumentos materiais de trabalho, mas também conhecimentos, práticas, a organização social da produção e os modos de utilização e apropriação das forças produtivas” (PTA/FASE, 1989b: 01).

Como avanços do debate, pode-se ressaltar a busca de um caráter sistêmico das tecnologias. Ao invés de soluções pontuais as tecnologias alternativas deveriam buscar uma visão sistêmica dos sistemas produtivos, levando em conta a multiplicidade de aspectos que envolvem a realidade rural. Outro fato importante era que os membros do PTA/FASE se manifestavam contrários à proposta de filiação a correntes de agricultura alternativa. O PTA buscava incorporar as contribuições destas correntes, mas sem se vincular a nenhuma delas. Também rejeitava a idéia de criação de um “pacote tecnológico alternativo”, alegando a realidade diversa existente no Brasil e a necessidade de adaptação das tecnologias às diversas situações.

⁵³ Com o intuito de esclarecer a abrangência do conceito de tecnologia alternativa – o que poderia ser considerado como tecnologia alternativa – foram destacados como elementos constitutivos importantes: limitações da dependência de insumos externos (agrotóxicos, adubos químicos, sementes híbridas); favorecer a autonomia produtiva do pequeno produtor; ser apropriadas às condições sociais, econômicas, físicas e culturais do local em que serão utilizadas; melhorar o aproveitamento dos fatores produtivos (terra, vegetação, animais, mão-de-obra); levar em consideração a preservação e diversidade do meio ambiente; reduzir os custos financeiros; ter preocupação com a sustentabilidade da proposta e com a redução dos riscos; trabalhar com diversificação de culturas e melhoria da produtividade do solo, visando a construção de um sistema mais equilibrado e sustentável (PTA/FASE, 1989b).

“A prática do PTA incorporou não apenas a óbvia diversidade dos ecossistemas onde nos inserimos, como também a imensa heterogeneidade do público que nós lidamos, ou seja, diversidade cultural, econômica, social, política, étnica e histórica. Não temos um modelo para impor, mas princípios a adaptar, levando em conta toda esta imensa diversidade de situações. O nosso critério final de ‘alternativo’ é a sua apropriabilidade pelo produtor – a curto, médio e longo prazos” (PTA/FASE, 1988d: 03).

No Encontro Nacional foi discutido se o trabalho realizado junto aos pequenos produtores seria realmente alternativo, visto que sua contribuição aos problemas apresentados pelos agricultores era geralmente pontual e parcial. Esta questão foi superada com o entendimento por seus membros que, de fato, estas alterações pontuais não resolviam os problemas dos agricultores, contudo elas eram importantes como formas de luta e deveriam ser consideradas como uma etapa no caminho de mudanças estruturais mais abrangentes.

Sobre a temática “Tecnologia Alternativa e Transformação Social”, houve concordância no Encontro sobre o caráter político das tecnologias alternativas e de uma visão de sociedade na qual os pequenos produtores constituem uma parte fundamental. Contudo, um ponto considerado polêmico foi a discussão sobre o caráter de classe da agricultura alternativa – discussão também presente no movimento de agricultura alternativa, como visto no Capítulo 1.

A coordenação do PTA embora simpatizasse com uma sociedade socialista, não defendia a ruptura do regime de governo: “(...) o novo vai se formando dentro do velho” (PTA/FASE, 1988b: 11). Contudo, este ponto não era unânime e apresentava divergência entre seus membros. Alguns defendiam uma transformação mais profunda da sociedade e não apenas a alteração do modelo tecnológico. No entendimento da coordenação do PTA a transformação tecnológica estava subordinada às transformações sociais, por isso defendia uma atuação estreita com os movimentos sociais, apoiando suas lutas e conscientizando-os para as questões das tecnologias alternativas.

“O PTA não vive da ilusão do caráter ‘revolucionário’ ou ‘socialista’ da agricultura alternativa. Sabemos que todo trabalho que desenvolvemos pode tornar-se mera caridade ou puro reformismo se não for articulado com as lutas mais gerais por transformação social e com os movimentos que as conduzem. Entendemos que a agricultura alternativa só se viabilizará com um movimento social forte pressionando a mudança da sociedade e a mudança do modelo de desenvolvimento” (PTA/FASE, 1989b: 05).

Um ponto de destaque é a evolução da discussão para a criação de um modelo alternativo de desenvolvimento, debate em que o PTA/FASE foi pioneiro. O PTA inicialmente defendia a construção de um padrão tecnológico, alternativo ao padrão tecnológico dominante e que fosse adequado à realidade dos pequenos produtores. Aos poucos, este debate foi evoluindo para a discussão de um novo modelo de desenvolvimento⁵⁴.

⁵⁴ Esta discussão começou em meados da década de 80 e foi se intensificando com o passar do tempo. No Encontro foram levantadas várias questões que, em última instância, refletiam a necessidade de esclarecimento e avanço desta discussão: qual o papel (e o lugar) da pequena produção no modelo de desenvolvimento capitalista e que papel poderá desempenhar no novo modelo de desenvolvimento? Como deveriam se dar as relações campo-cidade e agricultura-indústria? Que condições políticas, econômicas e sociais poderão viabilizar a pequena produção nesse novo modelo? É papel do PTA elaborar um projeto de sociedade? É papel do PTA elaborar um novo modelo de desenvolvimento? O PTA deve se definir como socialista? Que socialismo é esse? Que lugar ocupa a pequena produção em nossa visão de socialismo? (PTA/FASE, 1989b: 06).

Segundo o entendimento dos membros do PTA (PTA/FASE, 1989b), a agricultura alternativa não poderia ser considerada apenas como uma bandeira tática a ser utilizada como paliativo para os mais pobres do campo ou “meros ganchos” para um trabalho mais político-organizativo⁵⁵. A agricultura alternativa deveria ser considerada o elemento chave na construção de um “novo modelo de desenvolvimento com a hegemonia dos trabalhadores”.

“Mesmo que não esteja ainda inteiramente definido esse novo modelo, o trabalho com as TAs contribui de um ponto de vista imediato e tático para as transformações sociais, na medida em que se vincula à organização e à luta dos trabalhadores pela reforma agrária, pela viabilização dos assentamentos, enfrentamento das forças de mercado, melhorias das condições de produção, de trabalho, de vida, de renda, etc. Tudo isso implica num sem número de opções técnicas, políticas e organizativas, que estamos continuamente enfrentando e que implicam em aumentar a parcela de poder dos grupos com que estamos atuando, nas suas relações com a sociedade e o Estado” (PTA/FASE, 1989b: 05).

Na temática “Natureza e Objetivos do PTA” o debate no Encontro foi bastante polêmico e considerado “extremamente superficial” pelos coordenadores do PTA⁵⁶. Existia um entendimento entre seus membros que o PTA era uma rede de ONGs de assessoria que participava de um movimento mais amplo, estando a serviço dele.

“O PTA é uma entidade de apoio e assessoria aos movimentos populares organizados nas questões relativas ao modelo agrícola, tendo como eixo específico o resgate, geração e difusão de tecnologias alternativas. A natureza do PTA é a de uma rede articuladora de entidades e movimentos, orientada para a formulação de propostas, o intercâmbio e capitalização de experiências e o trabalho de formação e informação” (PTA/FASE, 1989b: 07).

Contudo, a polêmica estava no tipo de assessoria a ser prestada. Segundo a coordenação, o PTA deveria assessorar as questões tecnológicas de produção (relacionadas ao modelo tecnológico) e não se subordinar às demandas do movimento social por acessória em diversas áreas (direitos humanos, violência, reforma agrária, sindicalismo, constituinte, política agrícola, organização, etc.). O entendimento era que não era função do PTA prestar assessoria nestas áreas, até porque seus membros não tinham uma preparação específica nestas áreas.

Segundo a coordenação do PTA, até o final dos anos 80 as questões tecnológicas de produção estavam praticamente ausentes do debate nos movimentos sociais com o qual o PTA se relacionava. A partir de então, começou a aparecer demandas cada vez mais frequentes na área de política agrícola – temática que estava entrando, cada vez mais, na pauta de discussão

⁵⁵ Esta crítica era direcionada ao movimento sindical que demonstrava grande aceitação à proposta do PTA/FASE, mas não assumia a mesma na sua prática cotidiana. “As TA entram como propaganda do que ‘seria possível’ se o Estado não fosse o que é, burguês, capitalista e agenciador do ‘pacote’ agrícola” (PTA/FASE, 1988b: 05).

⁵⁶ Segundo os coordenadores do PTA: “O tema ‘Natureza do PTA’, tratado de forma muito insatisfatória ao longo da fase preparatória foi apenas arranhado no Encontro. As discussões revelaram perplexidades, imprecisões e talvez concepções divergentes que não tivemos oportunidade de melhor identificar e clarificar. Lembremos que o debate dessa questão em plenária foi, inclusive, interrompido para ser retomado no tema da reorganização do PTA, o que finalmente não ocorreu” (PTA/FASE, 1989a: 03).

dos movimentos sociais – exigindo dos técnicos do PTA/FASE um conhecimento bastante específico que muitas vezes eles não tinham: “ao tratar hoje de política agrícola não escapam de generalidades e informações precárias” (PTA/FASE, 1988b).

“A temática da política agrícola que hoje explode no movimento social (no sindicalismo em particular) tem suscitado fortes demandas de assessoria às equipes do PTA, fazendo com que estas, para atendê-las, deixem de lado suas tarefas prioritárias” (PTA/FASE, 1988b: 04).

Outro ponto de discussão foi a pertinência em alargar a área de atuação do PTA para o conjunto de questões que envolvem a política agrícola. Ficou definido que o PTA não podia se furtar de tratar de questões mais gerais da política agrícola, justamente pelas profundas relações que a temática guardava com o campo mais específico de atuação do PTA, isto é, a geração e difusão de tecnologia. Contudo, a coordenação do PTA/FASE defendia que não era tarefa do PTA trabalhar na organização dos movimentos sociais, mas “introduzir nos setores organizados a dimensão das TAs” (PTA/FASE, 1988b). Os membros do PTA definiram, também, que não era papel do PTA assumir todas as etapas de um “Projeto de Desenvolvimento Integrado”: produção, transformação, comercialização, transporte, energia, saneamento, saúde, habitação, educação, crédito, etc. Esta era uma tarefa que deveria ser assumida pelos organismos do Estado.

Alguns membros do PTA ponderaram, também, que o tema tecnologias alternativas não era considerado relevante pelos movimentos sociais, que tinham outras prioridades como, por exemplo, a reforma agrária. Em resposta, a coordenação argumentava: “(...) não discutimos este fato. Não queremos transformar as TA no eixo principal das entidades dos sindicatos ou outras organizações do movimento social. Queremos apenas que ele tenha seu lugar específico e cremos que sua importância tende a crescer” (PTA/FASE, 1988b: 05).

Na temática “Relação com os Movimentos Sociais” o debate no Encontro também foi intenso, mas não teve muitas propostas concretas. Contudo, modificou quase que completamente as orientações do Documento Base (formuladas pelos coordenadores do PTA). Nos debates que antecederam o Encontro as discussões se concentraram na necessidade de alteração do modelo de desenvolvimento e nas estratégias necessárias para alcançar este objetivo. Como passo estratégico, a coordenação do PTA vislumbrava a necessidade de “ganhar os movimentos sociais para assumirem a proposta do PTA”, principalmente o movimento sindical, mas também buscar a ampliação da base de apoio em outros setores.

“Sem esta base social firmemente esclarecida e convencida da importância das TA na sua luta não será possível uma pressão suficiente ao nível do poder do Estado de forma a se criarem as condições institucionais para a mudança da base tecnológica (em relação com a mudança da base social) do modelo agrícola” (PTA/FASE, 1988b: 09).

“Em resumo: temos que ganhar os movimentos sociais, os meios profissionais, os movimentos urbanos, a opinião pública e os partidos políticos – nesta ordem de importância – para chegarmos a impor alterações no modelo via intervenção do poder do Estado” (idem, p.11).

Na resolução do Encontro Nacional foi destacada apenas a necessidade de construir uma relação de organicidade com as entidades e organizações do movimento social, não fazendo nenhuma menção à ampliação da base de apoio. De acordo com SOTO (1992) este

recuo poderia estar indicando uma resistência ou temor por parte da maioria das entidades conveniadas em abrir-se para estes espaços da sociedade.

A orientação tirada no Encontro foi que o PTA/FASE “estava a serviço do fortalecimento do movimento popular”. E foi definido como objetivo estratégico, de médio e longo prazo, que o PTA deveria se colocar sob a direção política dos movimentos sociais. Contudo, esta orientação não representava uma submissão às instâncias organizativas do movimento, mas a busca de uma relação dialética na qual os técnicos do PTA e os movimentos tivessem espaço próprio para trabalhar (PTA/FASE, 1989b).

“Cabe ao PTA continuar promovendo o trabalho de sensibilização junto às organizações do movimento e construir junto com ele a proposta de um novo modelo de desenvolvimento agrícola. À medida que avança o trabalho e se consolida a proposta do PTA junto com o movimento, este vai se integrando progressivamente e direcionando politicamente o Projeto” (PTA/FASE, 1989b: 11).

O PTA/FASE desde o seu surgimento sempre buscou construir uma relação estreita com os movimentos sociais que trabalhavam com os pequenos produtores, principalmente com a CPT e os STRs. Contudo, na avaliação dos membros do PTA/FASE, faltava comprometimento do movimento com a proposta do PTA. O apoio era ainda muito limitado e desigual, variando muito entre as instituições conveniadas. “A tendência dos movimentos é, freqüentemente, adotar o discurso, mas passar para o PTA (os técnicos) a responsabilidade da prática” (PTA/FASE, 1988d: 10). Por outro lado, estava claro também para os membros do PTA que a assessoria em tecnologia alternativa não era propriamente uma demanda dos movimentos sociais, mas o PTA estava “provocando a demanda pela introdução de conceitos novos no movimento” (idem).

Na temática “Relações com o Estado” houve avanços significativos no debate e no encaminhamento de propostas, embora fosse considerada uma questão bastante polêmica devido à natureza anti-estado das ONGs. Os membros do PTA sempre tiveram uma visão crítica do Estado, tanto pela herança do regime autoritário quanto por sua atuação mais específica de agente impulsionador do modelo de desenvolvimento. Com a Nova República, as possibilidades de relacionamento entre as ONGs e o Estado aumentaram. Algumas pessoas mais próximas do PTA/FASE (e seus coordenadores) passaram a fazer parte do governo, facilitando o estabelecimento de parcerias com o Estado. Contudo, estas relações eram muito mais no campo informal, através de pessoas conhecidas e simpatizantes da proposta, do que no campo das relações institucionais (MELO, 1993)⁵⁷.

Entretanto, este estreitamento de relações com o Estado não era consensual entre as equipes do PTA/FASE. Foi avaliado no Encontro que as parcerias estabelecidas com o Estado não tinham ferido a autonomia do Projeto e nem a sua imagem junto aos movimentos sociais, deliberando-se pela continuidade desta relação. Contudo, as condições e o peso das relações de cooperação deveriam ser avaliados levando em consideração a conjuntura política e o respaldo dos movimentos populares.

⁵⁷ Segundo SOTO (1992) o PTA, sempre que a correlação de forças permitia, buscava estabelecer relações de parceria com o Estado seja através de prefeituras, secretarias estaduais, nacionais e até com os Ministérios. A título de ilustração o PTA firmou convênio com a Secretária de Agricultura de São Paulo e do Paraná, com a estação experimental da EMPASC-ACARESC em Santa Catarina. A nível ministerial o PTA participou de consultorias, intercâmbios ou elaboração conjunta de programas de pesquisa e assistência técnica com a EMBRAPA e EMBRATER. Realizou uma avaliação do PTTA – Programa de Transferência de Tecnologias Apropriadas. Fez contrato de parceria com o FINEP e o BNDES negociando o apoio financeiro aos CTAs (Pernambuco e Minas Gerais).

Como pontos negativos desta relação com o Estado os membros do PTA apontaram a burocracia nos contratos, o atraso na liberação dos recursos, a insegurança quanto à continuidade da parceria (corte de convênios) e a instabilidade das políticas públicas (PTA/FASE, 1989b). Além disso, foram levantados, também, alguns riscos que poderiam advir desta relação, com destaque para: a legitimação de políticas estatais, a perda de autonomia do Projeto e a possibilidade de perder a posição crítica em relação ao Estado e suas políticas.

Para dificultar o aparecimento destes problemas foram definidos critérios que deveriam ser seguidos pelos membros do PTA/FASE no estabelecimento das parcerias. Dentre os quais, destacam-se: garantia de autonomia do PTA; manter transparência com o movimento popular e contar com seu respaldo; não fazer concessões em função de eventuais benesses; garantir a prioridade de serviço ao movimento popular; evitar a dependência exclusiva de recursos do Estado, formando reservas e diversificando as fontes de financiamento (PTA/FASE, 1989b).

Na opinião da coordenação do PTA/FASE a relação com o Estado era estratégica e o PTA/FASE deveria disputar todos os espaços existentes. A parceria com o Estado poderia trazer recursos financeiros de maior porte, necessários para a ampliação do Projeto e que dificilmente seriam conseguidos com as atuais parcerias. Além disso, defendia-se a utilização da estrutura existente no Estado (instituições de pesquisa) para o avanço das pesquisas em tecnologia alternativa. Por fim, a coordenação do PTA/FASE colocava a necessidade de reorientação das políticas públicas e da descentralização das estruturas do Estado, na qual as ONGs poderiam assumir um papel importante⁵⁸. Contudo, este era um objetivo de longo prazo e a proposta precisava ainda ser melhor discutida com as equipes do Projeto (PTA/FASE, 1988b).

O PTA e outras instituições do gênero tem um papel importante de ‘desbravar’ os caminhos técnicos, metodológicos e pedagógicos para a construção da AA, mas que a afirmação do novo modelo depende a longo prazo da sua assimilação pelos movimentos sociais e sua transformação em política de Estado. A curto prazo isto é impossível, não só pela relação de forças atual mas porque a proposta ainda é insuficientemente desenvolvida para ser generalizável. Será um processo de construção nos níveis político e técnico a longo prazo” (PTA/FASE, 1988b: 17).

“Ao contrário de muitos na esquerda cremos que a descentralização das responsabilidades e do aparato do Estado é um fator democratizante, seja quem for a força política que o controle. Pensamos que a pesquisa e sobretudo a assistência técnica feita pelas ONGs pode expandir-se no futuro e assumir boa parte das iniciativas hoje no Estado, permitindo um maior controle direto pelos movimentos sociais” (idem).

No que se refere à temática de “Política de Financiamento”, o debate no Encontro foi bastante limitado devido principalmente à falta de informação de muitos membros do PTA/FASE. Esta era uma temática pouco discutida dentro da organização e, geralmente, as

⁵⁸ “Não há dúvida que não podemos pretender ‘resolver’ as questões da agricultura alternativa excluindo o aparelho do Estado, criando uma ‘EMBRATER e uma EMBRAPA dos pobres’. Também nos parece equivocado deixar a questão do estado para depois da ‘revolução’ ou a ‘tomada do poder’. Existem espaços a disputar, ganhos parciais a acumular. Insistimos que esta não é a via principal e inclusive que ela só se abre na medida em que aumenta a pressão social. Mas insistimos também que ela não é desprezível” (PTA/FASE, 1988b: 17).

informações se concentravam mais entre os coordenadores. O PTA possuía, neste período, quatro fontes principais de financiamento: Estado brasileiro (FINEP); Estados estrangeiros (GATE – Alemanha, CIMADE – França); organizações multilaterais (FAO, BID, CEE, PNUD, BIRD, etc.) e agências não governamentais estrangeiras (MISEREOR – Alemanha, EZE – Alemanha, NOVIB – Holanda, Desenvolvimento e Paz – Canadá, ICCO – Holanda, CWS – Estados Unidos, IAF – Estados Unidos, CAFOD – Inglaterra, OXFAM – Inglaterra)⁵⁹.

Estas últimas, segundo a coordenação do PTA, eram as mais conhecidas e confiáveis, mas possuíam limitação de recursos e não estavam isentas de mudança de rumos. Como orientação geral, os membros do PTA/FASE consideravam importante ampliar e diversificar as fontes de financiamento, priorizando as parcerias com as agências mais progressistas. Devido ao caráter de instituição sem fins lucrativos e à carência do público trabalhado, o autofinanciamento das instituições membros do PTA foi descartado (PTA/FASE, 1989b; SOTO, 1992).

A discussão da temática “Estratégias de Crescimento” era importante para os membros do PTA/FASE e a coordenação distinguia quatro tipos principais de crescimento: qualitativo, quantitativo, abrangência temática (questões de política agrícola) e externo (“para fora”). No curto prazo os debates do Encontro ressaltaram como fundamental garantir o crescimento qualitativo – concentrando-se na consolidação do projeto, na sistematização e no aprofundamento metodológico do trabalho – e priorizar o crescimento externo junto aos movimentos sociais (PTA/FASE, 1989b).

O crescimento quantitativo (número de técnicos e de equipes) estaria subordinado à necessidade do projeto. “Mais gente hoje deve significar reforço de qualidade neste aperfeiçoamento, com a absorção de experiências e formações complementares as já existentes” (PTA/FASE, 1988b: 12). Na opinião da coordenação do PTA/FASE, o projeto não precisava necessariamente expandir-se internamente para fazer crescer sua proposta. O crescimento poderia ocorrer através da conscientização e capacitação de membros dos movimentos sociais e de associações de produtores para trabalharem com as questões de tecnologia alternativa. Trabalho que, até então, era assumido apenas pelos técnicos do PTA/FASE.

“Nosso ideal de crescimento é o de ganhar as entidades do movimento social para assumirem a nossa proposta, em vez de serem apenas clientes dos nossos serviços. A medida em que outras ONGs, sindicatos, pastorais, etc. forem especializando quadros para operar com a questão das TA e que pudermos formar/integrar estes quadros na nossa metodologia e sistemática de trabalho estaremos nos aproximando da estrutura ideal do PTA enquanto uma Rede real de atores, agentes e não de passivos observadores” (PTA/FASE, 1988b: 12).

A coordenação do PTA chegou até a apontar como ela visualizava o crescimento do Projeto – pelo menos um CTA em cada estado e duplicação das equipes de trabalho, que atualmente eram de cinco a seis pessoas. Contudo, destacava três fatores limitantes ao crescimento desejado: necessidade do movimento social assumir a questão tecnológica; baixo número de quadros capacitados para assumir a proposta do PTA; a questão financeira. Neste

⁵⁹ “(...) os recursos do GATE vem de uma relação direta com o governo alemão; os recursos da CEE passam pelo CIMADE, mas os da FAO, vêm diretamente para o PTA. Os recursos do Banco Mundial chegam a nós através da SUDENE e os do BID através da EMBRATER, confundindo-se com programas estatais. O estado brasileiro nos versa recursos próprios via FINEP” (PTA/FASE, 1989b: 16).

sentido, não era por acaso a defesa da coordenação do PTA no estabelecimento de parcerias com o Estado, pois isso implicava tanto no financiamento dos projetos quanto na sua capacidade de expansão.

“Com um CTA por Estado e redes com 12 quadros teríamos um orçamento global de cerca de 4,5 milhões de U\$ por ano. Mesmo supondo que as agências que hoje nos apóiam cheguem a manter a médio prazo até 2,0 milhões por ano, é evidente que o PTA terá que buscar fontes bem mais fortes para ampliar a escala de sua atuação e conseguir chegar ao ponto que denominamos de criação de ‘massa crítica’ de experiências e de irradiação a partir da qual a expansão pode se dar principalmente fora das estruturas próprias do PTA e sob sua orientação e assistência” (PTA/FASE, 1988b: 15).

Neste sentido, fica explícito que a coordenação visualizava também uma mudança de atuação no Projeto TA: ao invés de trabalhar diretamente na geração e difusão de tecnologia, o desejo futuro era o de capacitar quadros que desenvolvessem este trabalho.

“Nossa função principal no futuro seria ao invés de desenvolver métodos de geração/difusão de TA, formar quadros de TA nesses métodos, articular atividades conjuntas, produzir material pedagógico e material de comunicação. Ou seja: mais do que a produção e difusão de tecnologias estaríamos, principalmente, gerando métodos e formando quadros que, por sua vez, fariam o grosso da geração/difusão de TA. Dessa forma, o ‘crescimento externo’ implica também em crescimento quantitativo e qualitativo” (PTA/FASE, 1989b: 19).

Na temática “Reestruturação do PTA” as discussões do Encontro foram bastante tensas e não foi possível chegar a um acordo, postergando a definição para uma nova reunião em 1989. Existiam vários pontos de convergência entre os membros do PTA/FASE sobre o processo de reestruturação da instituição: a natureza do PTA enquanto rede de entidades; o objetivo de o PTA se colocar sob a direção política dos movimentos populares; o respeito à autonomia das entidades; o reconhecimento da diversidade da natureza das entidades conveniadas ao PTA e a diferença de ritmos e modalidades com que estas assumem a proposta do Projeto; a necessidade de fundamentar a nova estrutura na realidade atual do PTA e numa perspectiva de progressiva evolução; o PTA deve se organizar fora dos quadros institucionais da FASE (PTA/FASE, 1989b: 20).

Contudo, a grande polêmica foi em relação à concentração de poder por parte da coordenação nacional. Alguns de seus membros consideravam a estrutura do PTA centralizadora e verticalista, considerando-se excluídos das principais instâncias de decisão, e manifestaram o desejo de “querer participar nas decisões gerais” da instituição. Este grupo de oposição formulou uma outra proposta (Proposta 2) e apresentou no Encontro surpreendendo os membros da coordenação⁶⁰.

⁶⁰ Na opinião dos coordenadores: “as tensões que marcaram desde os primeiros momentos do ‘Encontro’ a discussão sobre reorganização do PTA derivaram de uma evidente manifestação de desconfiança nas coordenações por parte de um contingente ponderável de companheiros. Essas manifestações de desconfiança se assentou, a nosso ver, em bases absolutamente subjetivas e injustas. Ela se materializou numa articulação de equipes inteiras e de companheiros individualmente (a que não faltou certo caráter conspirativo, com a exclusão das coordenações e de companheiros de outras equipes), para a formulação de uma proposta de reorganização, em reação a intenções ou comportamentos nebulosos atribuídos às coordenações no encaminhamento da discussão do tema” (PTA/FASE, 1989a: 04).

A proposta da coordenação nacional era manter praticamente a mesma estrutura, somente saindo das instâncias da FASE, continuando com a coordenação nacional, as coordenações regionais e os projetos locais. A segunda proposta, encabeçada pelas organizações do Sul, propunha praticamente a mesma estrutura, mas com a coordenação nacional eleita pelos seus membros⁶¹.

Para muitos técnicos do PTA a coordenação nacional era vista como uma “estrutura institucional exterior e superior às entidades, com a capacidade de definir políticas e práticas e dotada de um poder próprio de representação” (PTA/FASE, 1989a: 08). Esta visão era, de certo modo, natural, pois seus membros tiveram um papel fundamental na criação e consolidação do Projeto TA. Embora as equipes locais tivessem certa autonomia na realização de suas atividades e a responsabilidade de coordenação fosse dividida com as coordenações regionais é inegável o poder de influência adquirido pela coordenação nacional durante estes anos todos do PTA/FASE.

“Coube a ela [coordenação nacional] escolher os interlocutores do Projeto a nível local, fossem eles entidades ou técnicos. Tinha ainda o controle sobre as fontes de recursos, já que todos os projetos locais foram iniciados com financiamentos próprios da CN [Coordenação Nacional] ou por ela obtidos. Dispunha finalmente a CN de mais amplas relações políticas e institucionais a nível nacional e internacional” (PTA/FASE, 1989a: 08).

Contudo, a coordenação argumentava que foi amadurecendo, pouco a pouco, a estratégia de descentralização através da criação de redes de entidades autônomas que passaram a assumir em nível local a orientação e a gestão das atividades que seriam desenvolvidas, assim como a gestão dos seus próprios recursos. Na opinião da coordenação nacional havia certa confusão entre as funções de assessoria e apoio desempenhadas pelas mesmas com as funções de representação.

“Na verdade, o poder de que dispomos hoje como resultado de uma estratégia exitosa definida pela própria Coordenação, é a possibilidade de propor às entidades e equipes e com ela discutir o que nos parecem ser as melhores opções para o PTA. Cabe também assinalar que a própria história do Projeto e a função nele cumprida ao longo de 5 anos, conferiu à Coordenação um razoável poder de iniciativa, de articulação e de acesso à informação, que no entanto não pode ser confundido com o poder de representação” (PTA/FASE, 1989a: 09).

Esta questão de disputa de poder esteve presente durante todo o Encontro e somente foi superada no último dia, vencendo uma terceira proposta, defendida pelo Edmar Gadelha (MG), que propunha uma organização em rede, uma estrutura descentralizada com autonomia das ONGs membros. Para explicar a estrutura em rede foi feito o desenho de uma grande galáxia entrelaçada que causou espanto no início, mas depois foi criando o entendimento entre os membros do PTA que este era o caminho mais adequado (Eugênio Ferrari, entrevista 2007).

O PTA se desvinculou institucionalmente da FASE e as equipes vinculadas à coordenação nacional constituíram-se em ONGs autônomas criando novas organizações:

⁶¹ Não consta nos documentos oficiais do Encontro Nacional do que constava exatamente esta segunda proposta e os argumentos do grupo de oposição. A visão predominante nestes documentos é a da coordenação nacional do PTA/FASE.

CAATINGA – PE (1988), SASOP – BA (1989), REDE – MG (1989), APTA – ES (1990)⁶². Os coordenadores do PTA se estruturam numa nova instituição, a AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, criada em 1989 e fundada em março de 1990, na qual foram incorporados também os serviços de comunicação e de documentação do PTA/FASE. Eles deixam de ter o papel de coordenação do Projeto e passaram à condição de assessores das ONGs membros da Rede PTA, contribuindo para a organização da rede e na assessoria técnica e metodológica das instituições.

A AS-PTA definiu dois grandes objetivos estratégicos, um de curto e outro de longo prazo. No curto prazo o objetivo era “(...) conter o processo de concentração fundiária e esvaziamento do campo pelo apoio aos pequenos e médios produtores para a melhoria de suas condições de produção e de vida, ampliar o processo de organização e conscientização acumulando forças para mudar o modelo atual de desenvolvimento” (AS-PTA, 1992: 09). No longo prazo, “(...) a implantação no Brasil de um modelo de desenvolvimento sustentável baseado na agroecologia e apoiado numa base social de pequenos e médios agricultores livremente organizados para produzir, transformar e comercializar” (WEID, 1991d: 02).

Percebe-se que começou a ser incorporado nos objetivos da instituição a criação de um novo modelo de desenvolvimento (discussão que ocorreu no Encontro), uma grande evolução do debate anterior que era centrado nas tecnologias alternativas. Para atingir este ambicioso objetivo de promover um novo modelo de desenvolvimento a AS-PTA defendia uma atuação simultânea e combinada no âmbito local e global.

No plano macro o objetivo prioritário era sensibilizar a sociedade para as questões agroecológicas – um exercício constante de crítica ao modelo tecnológico vigente e de demonstração das vantagens da agroecologia – procurando, em um nível mais avançado, influenciar nas orientações de política do Estado e na legislação através da elaboração de programas e projetos que levem em conta os princípios da agroecologia (AS-PTA, 1992).

No âmbito local a prioridade era desenvolver experiências tecnológicas que pudessem servir de exemplo (para os agricultores, Estado e sociedade em geral) na construção do novo modelo. “Uma das primeiras e principais tarefas da AS-PTA está em desenhar estratégias de intervenção que, produzindo impactos significativos a nível localizado, carreguem um potencial de reprodução em escala” (AS-PTA, 1991: 10).

No entanto, segundo os membros da AS-PTA, uma frente estava estreitamente ligada a outra, pois os exemplos práticos eram fundamentais para a divulgação e ampliação da proposta, garantindo um maior poder de convencimento e aceitação da proposta. Por outro lado, os exemplos práticos se não forem divulgados acabam por perder o poder de convencimento. “Vale dizer que, sem exemplos concretos e experiência acumulada, é difícil, senão impossível, sensibilizar os diferentes públicos e influir na formulação de políticas para o setor” (AS-PTA, 1998: 10).

Nos primeiros anos de funcionamento (1989 a 1992), conforme o próprio nome sugeria, a AS-PTA atuou como uma entidade de assessoria e serviço às instituições membro da Rede PTA. Contudo, em pouco tempo, começou a perceber que seria muito difícil se viabilizar como uma entidade de assessoria, até porque nem todas as instituições estavam dispostas a buscar este tipo de assessoria (técnica e metodológica). “A gente percebeu rapidamente que grande parte não queria nossa assessoria. Eles queriam a gente no respaldo

⁶² Em 1990 foi criada também a Associação Agroecológica Tijupá no Maranhão (desmembrada da Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos) e nesta época se associam à Rede o CAE-Ipê e o FUNDEP-DER (Rio Grande do Sul), o CAT (Governador Valadares – MG) e o PROTER (São Paulo). Em 1993 o PTA de Pernambuco sai do Centro Josué de Castro e cria o SABIÁ. Em 1992 o Terra Viva (Bahia), em 1993 o PATAC (Paraíba), em 1994 a APACO (Santa Catarina), em 1996 a AACC (Rio Grande do Norte), em 1997 o CEPAGRI (Santa Catarina) e em 1998 o IAF (Paraná) passam a fazer parte da Rede. Em 1998 existiam 27 ONG membros da Rede PTA, distribuídas nas três regiões de atuação (LEROY, 1998).

político, mas não que a gente fosse interferir no trabalho que eles faziam ou que não faziam” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007). Outra dificuldade encontrada foi em relação ao financiamento, pois a maior parte das agências de financiamentos não financiavam instituições exclusivas de assessoria. “A maior parte dos financiadores querem trabalho direto com as comunidades. Se você não tem um trabalho direto com a comunidade, pouco a pouco você vai perdendo [o financiamento]” (idem).

Os membros da AS-PTA decidem, então, alterar sua estratégia de intervenção e assumem, a partir de 1992, a execução direta de programas de desenvolvimento local. Na opinião de Paulo Petersen (entrevista 2007), este contato direto com as experiências locais foi importante para a AS-PTA, capacitando seus membros para a prestação de assessoria. Permitiu um maior domínio dos métodos e técnicas de produção e a demonstração na prática de sua viabilidade, servindo de exemplo para as demais instituições da Rede PTA, que passam a incorporar estes conhecimentos.

“A gente pensou: é necessário que a gente tenha o nosso próprio campo de exercício, de experimentação, para que a gente possa tanto renovar o nosso próprio ponto de vista – com o tempo o assessor vai descolando da realidade porque ele não vivencia nenhuma realidade própria onde ele possa tirar dali elementos – e você, por outro lado, não conseguia implementar [a proposta]. Esta foi a principal razão porque se definiu a criação dos programas locais” (Paulo Petersen, entrevista 2007).

A AS-PTA, a partir de então, continuou a prestar apoio às entidades da Rede PTA, mas priorizou, por um lado, o desenvolvimento de programas locais de desenvolvimento, cada um com equipe técnica própria e diretamente vinculada à AS-PTA e, por outro lado, a execução de programas nacionais de desenvolvimento metodológico e de políticas públicas. Estes programas serão abordados com mais detalhes no próximo item.

2.5. Transformações da Década de 90: Agroecologia, Desenvolvimento Local e Metodologias Participativas

Paralelamente ao processo de reestruturação do PTA/FASE, o final da década de 80 foi também um período de mudanças conceituais e metodológicas. A terminologia “agroecologia” foi introduzida no Brasil fruto de contatos estabelecidos entre a coordenação do PTA/FASE com representantes de outras experiências de agricultura alternativa na América Latina. Desta aproximação resultou a criação em 1989 do Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (CLADES), que no início dos anos 90 já reunia doze ONGs latino-americanas que trabalhavam com propostas alternativas de desenvolvimento⁶³. “A idéia do consórcio era difundir as bases dos preceitos agroecológicos, estimulando pesquisa e intercâmbio de informações” (DIAS, 2004: 148).

O uso contemporâneo do termo agroecologia data dos anos 70, mas “a ciência e a prática da agroecologia têm a idade da própria agricultura” (HECHT, 1989). O termo agroecologia, segundo GLIESSMAN (2000), foi utilizado inicialmente na década de 20 por

⁶³ A criação do CLADES ocorreu em 1989, fruto de relações pessoais entre representantes de experiências em agricultura alternativa, em especial Brasil (Rede PTA), Chile e Peru. Para a criação do CLADES foram feitas diversas reuniões com estes representantes e a terminologia agroecologia foi introduzida neste circuito via Miguel Altieri (Chileno, radicado nos Estados Unidos, professor da Universidade de Berkeley, na Califórnia), membro do CLADES (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

ecologistas de plantas cultivadas visando uma aproximação da ecologia à agricultura, passando a se tornar uma espécie de sinônimo de “ecologia aplicada”⁶⁴.

Contudo, a ecologia e a agronomia tiveram um relacionamento tenso durante o século XX. “A fronteira entre a ciência pura e a natureza, por um lado, e a ciência aplicada e o esforço humano, por outro, manteve as duas disciplinas relativamente separadas” (GLIESSMAN, 2000: 55). Foi somente no final dos anos 50, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, que se deflagrou um interesse renovado na análise ecológica da agricultura. Este interesse se expandiu gradualmente na década de 60 e 70 através da intensificação das pesquisas em ecologia de populações e comunidades, da influência crescente de abordagens em nível de sistemas e da ampliação da “consciência ambiental” (GLIESSMAN, 2000).

A agroecologia, concebida inicialmente como uma disciplina específica que estudava os agroecossistemas, passou a ser entendida de uma forma mais ampla, através da contribuição de diferentes áreas de conhecimento⁶⁵. Suas raízes estão presentes nas ciências agrícolas, no movimento ambiental, na ecologia, nas análises de agroecossistemas indígenas e em estudos de desenvolvimento rural (HECHT, 1989). Segundo LEFF (2002), os saberes e princípios da agroecologia, processo ainda em construção, receberam contribuição e influência de “(...) uma constelação de conhecimentos, técnicas, saberes e práticas dispersas que respondem às condições ecológicas, econômicas, técnicas e culturais de cada geografia e de cada população” (p.37).

Os trabalhos de Miguel Altieri (Universidade de Berkeley, Califórnia) e de Stephen Gliessman (Universidade de Santa Cruz, Califórnia) se tornaram referência devido a sua importante contribuição à constituição do enfoque agroecológico. Miguel Altieri foi um dos principais expoentes da agroecologia nos anos 80 e foi ele quem popularizou o uso do termo agroecologia como um novo marco conceitual científico e de desenvolvimento apresentando contribuição decisiva para sua evolução conceitual. A partir de sua obra, diversas instituições em todo o mundo passaram a incorporar esta temática em suas agendas. Miguel Altieri estudou os sistemas tradicionais de cultivo, principalmente os sistemas indígenas e camponês, e propôs o desenvolvimento de técnicas conciliando a atividade agrícola com a manutenção das características naturais e ecológicas do ambiente, levando em consideração também os componentes sociais e econômicos. Stephen Gliessman sistematizou os estudos de interação entre agronomia e ecologia através da análise ecológica da agricultura e definiu a agroecologia como a “(...) aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis”. Estes dois autores são considerados os principais expoentes do enfoque científico da agroecologia a partir de uma nova e mais estreita aproximação da ecologia com a agronomia (JESUS, 1996; EHLERS, 1996).

⁶⁴ Margareth Merrill, apud EHLERS (1996), em seu estudo sobre a história da “eco-agricultura” considera que as raízes da agroecologia são encontradas em trabalhos científicos que datam do final do século XIX, destacando o trabalho sobre a formação do húmus pela ação das minhocas de Charles Darwin, em 1881, e o trabalho sobre a inoculação de micorrizas de A. B. Frank, em 1885. Para EHLERS (1996), grande parte do desenvolvimento inicial da agroecologia pode ser atribuída a Klages devido aos trabalhos de ecologia agrícola desenvolvidos em 1928 e 1942. Segundo Klages, para se entender as complexas relações entre a agricultura e os ecossistemas é preciso considerar os fatores fisiológicos, agronômicos e incluir os componentes históricos, tecnológicos e socioeconômicos que caracterizam os diferentes ambientes.

⁶⁵ A agroecologia, segundo NORGAARD (1989), possui uma base epistemológica diferente da ciência ocidental, pois busca entender como os sistemas agrícolas tradicionais se desenvolveram de uma maneira sustentável durante séculos e a relação existente destes com os agricultores. Para NORGAARD é necessário que haja uma fusão dos conhecimentos ocidental e tradicional, introduzindo uma direção de “mão dupla” entre a ciência e o desenvolvimento, o que seria muito frutífero para o desenvolvimento futuro de ambas.

Eduardo Sevilla Guzmán (Universidade de Córdoba, Espanha), outro importante pesquisador desta temática agroecológica, é professor e diretor do Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos (ISEC) da Universidade de Córdoba. A universidade possui, desde 1991, um programa de doutorado em “Agroecologia, Sociologia e Desenvolvimento Rural Sustentável”, se constituindo num importante centro de estudos sobre as bases teóricas e metodológicas que fundamentam a proposta agroecológica⁶⁶. Sevilla Guzmán teve importante contribuição na construção das bases sociais da agroecologia e defendeu o conhecimento local e a participação como uma estratégia importante para se recriar a heterogeneidade no meio rural e desenvolver estratégias de desenvolvimento sustentável.

CAPORAL & COSTABEBER (2004c) destacam outras contribuições para a constituição do pensamento agroecológico, tais como: da economia ecológica que defende que a agricultura convencional, sob o ponto de vista energético, é insustentável no médio e longo prazo; da ecologia política que mostrou os resultados negativos, em termos ambientais e sociais, gerados pelas estratégias desenvolvimentistas; da tese de Martínez Alier sobre ecologismo popular ou ecologismo dos pobres na qual sustenta que os movimentos sociais dos pobres são movimentos ecologistas; da corrente do codesenvolvimento de Ignacy Sachs que defende um estilo de desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente; da corrente “neo-marxista” que rompe com a idéia de unilinearidade do processo de desenvolvimento e considera a força das relações de produção como determinantes dos processos de reprodução social e das respectivas formas de apropriação ecológica e social dos recursos naturais; dos estudos camponeses desenvolvido por Victor Manuel Toledo, segundo os quais as culturas tradicionais tendem a implementar e desenvolver sistemas ecologicamente corretos para a apropriação dos recursos naturais; das contribuições metodológicas vindas dos enfoques centrados no desenvolvimento local ou endógeno através das orientações de Paulo Freire e de Orlando Fals Borba que sustentam que a intervenção de agentes externos deve ocorrer mediante a metodologia de Investigação-Ação Participante capaz de desvendar o potencial endógeno e transformar os grupos sociais em protagonistas dos processos de desenvolvimento.

Contudo, embora as raízes da agroecologia se encontrem em diversas áreas de conhecimento e estudos realizados em diferentes partes do mundo, foi somente a partir dos anos 80 – com a intensificação dos estudos e da revalorização dos métodos de manejo e gestão ambiental empregados em sistemas agrícolas tradicionais no Terceiro Mundo – que a agroecologia foi sistematizada como uma ciência específica (ALMEIDA, PETERSEN & CORDEIRO, 2001). O tema agroecologia passou a abordar com mais profundidade os componentes econômicos e sociais dos agroecossistemas, ainda que os aspectos tecnológicos continuem recebendo maior ênfase até hoje.

Diferentemente do termo alternativo que vinha recebendo críticas por não ter uma definição muito precisa – era um discurso contra o padrão tecnológico moderno – a agroecologia buscou construir um arcabouço conceitual que desse maior rigor científico à proposta da agricultura alternativa, acusada de não ter fundamentação científica. Era um conceito que incorporava diferentes campos de conhecimento e propunha uma atuação mais integrada dos sistemas produtivos, valorizando o sujeito (agricultor) do processo de intervenção.

“[A agroecologia] É definida como uma estrutura teórica destinada a compreender os processos agrícolas da mais ampla maneira. A tendência

⁶⁶ Dentre os profissionais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que obtiveram seu doutoramento, no final da década de 1990, neste instituto e trabalham com esta temática, destacam-se: João Carlos Canuto (Embrapa/RS, 1998), José Antonio Costabeber (Emater/RS, 1998), Francisco Roberto Caporal (Emater/RS, 1998), Eros Marión Musoi (Epagri/SC, 1998), João Costa Gomes (Embrapa/RS, 1999) e Flavio Sacco dos Anjos (UFPeL/RS, 2000).

agroecológica encara os sistemas produtivos como uma unidade fundamental de estudo, onde os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações sócio-econômicas são investigadas e analisadas como um todo. Então, a pesquisa agroecológica preocupa-se não em maximizar a produção de uma atividade em particular, mas sim com a otimização do agroecossistema como um todo. Essa tendência troca a ênfase de uma pesquisa agropecuária direcionada a disciplinas e atividades específicas para tratar de interações complexas entre pessoas, culturas, solo e animais” (ALTIERI, 1989: 18).

O enfoque agroecológico utiliza o agroecossistema como unidade de análise e apresenta como característica marcante uma abordagem sistêmica sobre a problemática rural. Ao invés de trabalhar a tecnologia de forma isolada, passou-se a buscar uma intervenção mais complexa trabalhando a unidade produtiva como um todo. O agricultor passa a ser visto como sujeito, com conhecimentos e racionalidades próprias que precisam ser respeitados e incorporados, conjuntamente com o conhecimento técnico-científico, na construção de estratégias de desenvolvimento rural.

Na Rede PTA a agroecologia começou a ser discutida oficialmente com a tradução e publicação pelo PTA/FASE, em 1989, do livro “Agroecologia – as bases científicas da agricultura alternativa” de Miguel Altieri (publicado originalmente nos EUA em 1983). Neste mesmo ano a coordenação do PTA promoveu um curso de agroecologia, ministrado pelo próprio Miguel Altieri, em que participaram representante de ONGs de todo o Brasil. Os referenciais trazidos pela agroecologia se adequavam perfeitamente às propostas defendidas pela Rede PTA e proporcionaram grande avanço ao debate.

“Estas coisas foram trazendo novas referências conceituais pra gente. Isso aqui, estes conceitos, é isso que nós estamos fazendo! Só que eles trazem toda uma estrutura de apreensão da realidade, a idéia de agroecossistema – que era uma novidade pra nós – que trouxe melhor a questão do enfoque sistêmico, quer dizer, você deixa de olhar a técnica isoladamente e passa a olhar o sistema. Isso foi um avanço enorme no trabalho com a agricultura alternativa. Então, na verdade, a agroecologia surge pra nós aqui no Brasil no momento em que já existiam vários grupos trabalhando com a chamada agricultura alternativa, então encaixou como uma luva” (Paulo Petersen, entrevista 2007).

“(…) [a agroecologia] foi um ponto de inflexão positivo. Acho que foi um conceito mais denso, mais completo, mais explicativo, mais claro, que permitiu integrar um monte de coisas e abriu um mundo, digamos assim, de implicações científicas e de conceitos que a gente não trabalhava (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

A introdução do conceito de agroecologia, mais que uma mudança conceitual, representou, segundo PETERSEN & ALMEIDA (2004), uma ruptura epistemológica trazendo profundas implicações às abordagens metodológicas adotadas pelas ONGs, pois permitiu que a noção de transferência de tecnologia fosse aos poucos substituída pela noção de “processos sociais de inovação agroecológica”. O foco de atenção é deslocado das técnicas alternativas para a ação dos agentes de inovação (os agricultores). Com esta mudança de enfoque, “(…) as tecnologias deixam de ser abordadas como se fossem elementos externos às

relações sócio-culturais e ecológicas locais e são reintroduzidas no universo histórico-cultural das comunidades dos produtores familiares” (p.30).

A questão da metodologia de trabalho já vinha sendo objeto de reflexão, após o Encontro, por parte das entidades membros da Rede PTA. Ainda que o tema agricultura alternativa tivesse avançado muito politicamente e alcançado setores até então alheios a este debate, a incorporação prática destas tecnologias pelos agricultores ainda era bastante reduzida. Os impactos eram considerados ainda parciais e pulverizados em localidades dispersas e ignorados do público em geral, não permitindo uma demonstração mais massiva do potencial das alternativas (WEID, 1997). O grande desafio da Rede PTA era superar o discurso e avançar com as experiências concretas.

“Na verdade nós começamos a perceber que você tinha uma distância razoável entre o discurso e a prática. Você tinha uma organização que todo mundo era bom de discurso, gente de esquerda e tal. Grande parte dos técnicos saídos do movimento estudantil, uma formação de esquerda, petista, cutista, essa coisa toda. O discurso do modelo caía muito bem, era o nosso discurso e todo mundo reproduzia. O que não acontecia era a prática e a gente dizia o seguinte: nós não queremos ser uma organização que discute o modelo. Queremos ser uma organização que cria um modelo, que vai levar uma prática para os agricultores. Os agricultores têm que incorporar isso na sua realidade concreta. Eles [técnicos] tinham uma certa tendência, foi uma tendência muito forte no conjunto da Rede PTA, uma vocação proselitista, você vai pra convencer os agricultores e as organizações dos agricultores que esta alternativa era o máximo, que ela tem futuro. Então os agricultores passam a aderir ao discurso (...) mas você não consegue ver um sequer fazendo algum tipo de prática” (Jean Marc von der Weid, entrevista 2007).

Para os membros da AS-PTA era preciso desenvolver metodologias que garantissem uma participação mais ativa dos agricultores, em todas as etapas de um projeto de desenvolvimento, visando a obtenção de resultados práticos mais consistentes e de maior alcance. Contudo, os mesmos reconheciam que esta não era uma tarefa fácil. “A questão da participação é a chave do sucesso em projetos de desenvolvimento mas apreender o conceito e aplicá-lo corretamente é muito mais complicado do que parece à primeira vista” (WEID, 1997: 31).

O debate da participação começou a ganhar destaque dentro da Rede PTA com a publicação da série “Agricultores na Pesquisa”, que teve seu primeiro volume “Agricultores experimentadores e pesquisa” publicado em 1989 pelo PTA/FASE. Esta publicação consta de três textos apresentados em um seminário realizado na Universidade de Sussex (Inglaterra), pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento, em junho de 1987, intitulado “Agricultores e Pesquisa Agrícola: métodos complementares”. Neste encontro os pesquisadores colocam em discussão seus métodos e abordagens participativas, nas quais os agricultores são parte ativa do processo participando de todas as etapas de um projeto de desenvolvimento (CHAMBERS, RICHARDS & BOX, 1989).

Os membros da AS-PTA, com base nestes estudos internacionais, intensificaram as pesquisas com metodologias participativas no Brasil e após várias tentativas com sucessos parciais apresentam a proposta dos “Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas”, os chamados DRPAs, uma metodologia de pesquisa que visava de forma ágil e participativa aprofundar o conhecimento dos agroecossistemas. Esta proposta foi inspirada nos referenciais teóricos do método “Rapid Rural Appraisal”, na experiência da

escola inglesa de desenvolvimento rural (Farming Systems Research) e no enfoque “Recherche Development” da escola francesa (PETERSEN & ALMEIDA, 2004)⁶⁷.

As primeiras tentativas de diagnóstico realizadas no Brasil (Paraná e Pernambuco) não obtiveram o resultado esperado. Foi realizado um método clássico de diagnóstico, em que eram coletadas uma série de informações interessantes (maioria de dados quantitativos), mas não se tinha uma metodologia de análise compatível. Este fato dificultou a análise dos dados impedindo, inclusive, que muitas informações fossem utilizadas. O método era excessivamente longo, demorando até dois anos para a execução, demandando muito tempo e esforço das equipes. Ademais, o método tendia a instrumentalizar os técnicos, mas não garantia a participação efetiva dos agricultores (WEID, 1991b).

“Carecíamos, na verdade, de indicações qualitativas e de uma boa percepção da dinâmica dos sistemas e da lógica dos produtores. Decidimos abandonar os métodos quantitativos, os formulários, os questionários e outras intervenções pesadas” (WEID, 1991b: 31).

Com base na “tentativa e erro” os membros da AS-PTA foram aos poucos adaptando esta metodologia às condições brasileiras e desenvolveram uma formulação própria de diagnóstico, priorizando os aspectos qualitativos da abordagem. O diagnóstico realizado em Guidoal (1990), Zona da Mata Mineira, foi avaliado positivamente, demonstrando a eficácia do método⁶⁸ (WEID, 1991c). A participação se tornou um conceito-chave e a preocupação estava na criação de uma dinâmica que valorizasse e mobilizasse estes recursos dos agricultores. Os agricultores passam a ser vistos como sujeitos com conhecimentos e racionalidades próprias, que precisavam ser respeitados e incorporados, conjuntamente com o conhecimento técnico-científico, na construção de estratégias de desenvolvimento rural.

Os diagnósticos participativos foram sendo incorporados às estratégias de trabalho das instituições membros da Rede PTA e foram implementados em parceria com as organizações de agricultores que atuavam no local. Os DRPAs permitiam, em prazos curtos, a elaboração de uma leitura crítica da realidade e a construção coletiva de estratégias de intervenção. “Nos últimos cinco anos, dezenas de DRPAs foram aplicados pelas ONGs da Rede PTA, sobretudo nas regiões sudeste e nordeste” (WEID, 1997: 35). Embora nem todos os casos tenham correspondido à proposta metodológica ideal (em muitos casos a opinião dos agricultores não

⁶⁷ Este método de diagnóstico era conhecido no exterior como Rapid Rural Appraisal (Diagnóstico Rural Rápido), que desenvolvia experiências de diagnóstico desde a década de 70. Um pouco mais tarde alguns centros tais como o Institute for Environment and Development (IED), a Universidade de Sussex e Universidade de Khon Kaen sistematizaram o método, cujas aplicações se deram de forma bastante variadas. Contudo, o método embora tivesse evoluído bastante ainda não estava totalmente desenvolvido, necessitando de adaptações a cada situação específica (WEID, 1991c). Em 1990 o CLADES promoveu um curso no Chile com o objetivo de capacitar técnicos de diversos países para a realização do diagnóstico. Três técnicos da Rede PTA participaram deste curso e constataram que várias técnicas de campo poderiam ser incorporadas à realidade brasileira, mas a questão da participação dos agricultores era um aspecto original da nossa proposta (WEID, 1997).

⁶⁸ Os DRPAs eram compostos das seguintes etapas: determinação do universo do diagnóstico e do seu objeto específico; identificação das informações necessárias para conhecer o objeto específico do DRPA; escolha da equipe (técnico, sócio-economista e liderança da região); levantamento preliminar de informações sobre a região (organizações do Estado, instituições de ensino e pesquisa); formulação das hipóteses de partida; elaboração do roteiro de entrevistas e de observações nas visitas de campo (relevo, hidrografia, solo, clima, população, estrutura fundiária, descrição do sistema produtivo, comercialização); visitas de campo para aplicação do roteiro (com as lideranças sindicais, informantes qualificados [agricultores antigos] e com grupos de agricultores); sistematização e análise dos dados; levantamento de dados complementares; estabelecimento de prioridades e busca de soluções; reunião final com as comunidades (discussão dos principais problemas encontrados e das possíveis soluções) (WEID, 1991c; FERRARI, 1991).

foi considerada e sua participação não foi efetiva), seu aperfeiçoamento tem provocado modificações nas abordagens das ONGs e na eficiência dos programas de desenvolvimento local.

A década de 90 representou uma mudança de estratégia para as ONGs da Rede PTA, que se voltam para a execução de projetos locais de desenvolvimento. A AS-PTA concentrou sua atuação no desenvolvimento de três programas locais, cada um com equipes técnicas próprias diretamente vinculadas à AS-PTA: Agreste Paraibano, Centro-Sul do Paraná e em Pernambuco (município de Mirandiba)⁶⁹.

O “Programa de Desenvolvimento Local do Agreste Paraibano” foi criado em 1993 e concentrou sua atuação em três municípios (Solânea, Remígio e Lagoa Seca), uma região de grande diversidade ambiental, alta densidade populacional e com presença marcante de pequenos agricultores (ALMEIDA & CORDEIRO, 2002). O trabalho iniciou com a realização de um DRPA em que foram levantados os principais problemas existentes nas unidades produtivas e suas possíveis soluções. A AS-PTA contou com a participação ativa dos agricultores e suas organizações (em especial os sindicatos de trabalhadores rurais, as associações comunitárias e os grupos de paróquia), concentrando sua atuação na geração de referências técnicas e metodológicas para a implantação de uma proposta de “desenvolvimento rural sustentável”. O objetivo era desenvolver experiências de inovação agroecológica que pudessem servir de referência para a formulação de propostas de políticas públicas.

Como principais resultados deste trabalho, destacam-se: a criação de bancos de sementes comunitários (foram criados 76 bancos até 2003); o resgate e melhoramento de mais de cem variedades locais de sementes (feijão, fava, milho); maior oferta e diversificação de cultivos tanto para a alimentação humana como para comercialização (inhame, amendoim, gergelim, frutíferas, plantas medicinais, estacas de sabiá); criação de fundos rotativos solidários para a construção de cisternas de placas (foram criados 230 fundos até 2003), compra de adubos orgânicos e cultivos forrageiros; otimização dos recursos existentes na propriedade (sementes, forragens, estacas, esterco, defensivos naturais); criação de feiras municipais e regionais de produtos ecológicos; rearborização das propriedades com espécies que cumprem múltiplas funções (alimentação humana, forragem, quebra-vento, cerca viva, lenha) e criação de viveiros de mudas comunitários (AS-PTA, 2004).

Esta mudança de estratégia, buscando uma intervenção mais participativa e articulada no sistema produtivo como um todo, representou um grande avanço em relação ao período anterior, marcado pela transferência de tecnologia. Além de proporcionar melhorias técnicas nos sistemas produtivos, contribuiu para o fortalecimento das relações sociais e organizativas dos agricultores. Como exemplos, destacam-se a criação de bancos de sementes e fundos rotativos, que se constituíram em “(...) inovação social viável que favoreceu a dinamização das associações e da gestão pública, contribuindo para o fortalecimento das organizações dos agricultores” (ALMEIDA & CORDEIRO, 2002: 37).

⁶⁹ Inicialmente começou a ser desenvolvido também um outro programa, o de Agrofloresta no Sul da Bahia – Centro Agroflorestal Três Colinas, uma experiência do suíço Ernest Goetsch na zona cacauera da Bahia. Ernest transformou uma propriedade decadente de cacau em um sistema de manejo florestal bastante complexo em que utilizava o conhecimento de sucessão vegetal observando o papel ecofisiológico de cada espécie. O objetivo do programa era compreender e sistematizar esta metodologia de agrofloresta do Ernest para que pudesse ser implementada em outros lugares do Brasil. Contudo, por divergências com seu criador este projeto foi desativado em 1995 da Bahia e redirecionado para o Rio de Janeiro, através da cooperação com pesquisadores da UFRRJ e da EMBRAPA que demonstraram interesse na continuidade das pesquisas (MONTECINOS & ROMANO, 1997).

Outro resultado extremamente positivo foi a criação de redes locais de experimentação e divulgação de inovações agroecológicas, envolvendo diversos atores locais⁷⁰. Entre outros aspectos, forneceram instrumentos para o efetivo envolvimento comunitário nos processos de desenvolvimento local e facilitaram a crescente interação de pesquisadores de universidades e centros de pesquisa a estes processos de inovação. A AS-PTA Paraíba estabeleceu parcerias com a Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, centros da EMBRAPA local e com o Centro de Cooperação Internacional de Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento – França (AS-PTA, 2004).

A partir de 2002 o Programa Paraíba ampliou sua abrangência para dezesseis municípios do agreste paraibano (Planalto da Borborema) e estabeleceu alianças com organizações de abrangência regional (Pólo Sindical da Borborema) e estadual com a Articulação do Semi-Árido Paraibano, um fórum plural da sociedade civil com forte presença de movimentos sociais (AS-PTA, 2001). Simultaneamente a esta expansão “para fora”, a AS-PTA em conjunto com o Pólo Sindical, se empenhou na intensificação de relações de intercâmbio com outras “redes de agricultores-experimentadores”, procurando reproduzir as abordagens metodológicas empregadas no Agreste da Paraíba (AS-PTA, 2004)⁷¹.

O “Programa de Desenvolvimento Local do Centro-Sul do Paraná” também teve início em 1993. Com sede em União da Vitória, este programa foi desenvolvido em parceria com o Fórum das Organizações dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná, formado por organizações sindicais, associações comunitárias, organizações de mulheres agricultoras e jovens rurais⁷². O trabalho de experimentação participativa e inovação agroecológica foi realizado mais intensivamente em três comunidades. O início dos trabalhos também se deu com um DRPA, realizado em 1994, que diagnosticou problemas de erosão e fertilidade do solo, especialização de cultivos e desmatamento acentuado nas propriedades (PETERSEN, TARDIN & MAROCHI, 2002).

Os trabalhos de maior repercussão foram: resgate e multiplicação de variedades crioulas (milho, feijão, mandioca, arroz e batata) com a implantação na Universidade Estadual de Londrina em 2003 de um “banco de germoplasma crioulo” e um laboratório de melhoramento genético e realização de experimentos de avaliação de cultivares de milho crioulo por “agricultores experimentadores” (em 2004 eram 120 agricultores) em conjunto com pesquisadores da UEL; realização de feiras de sementes crioulas, “(...) que se transformaram progressivamente em amplas redes sociais de resgate, troca de conhecimentos, conservação e uso da agrobiodiversidade” (AS-PTA, 2004: 33); desenvolvimento de experimentos em manejo ecológico dos solos em parceria com o IAPAR e a EMBRAPA Agrobiologia; melhoria das condições de acesso ao mercado com a criação de feiras de produtos ecológicos; comercialização da erva-mate ecológica com a marca “Sombra dos

⁷⁰ Os programas locais são implementados em parceria com as organizações dos agricultores familiares atuantes nas regiões e são espaços onde, a um só tempo, articulam-se vários objetivos: constituição de redes sociais locais de experimentação e de disseminação de inovações; fortalecimento da capacidade das organizações dos agricultores para a gestão autônoma de projetos próprios de desenvolvimento; geração, aprimoramento e sistematização de conceitos e métodos relacionados com a proposta agroecológica, que serão fonte de referência para a formulação de propostas de políticas públicas (www.aspta.org.br).

⁷¹ Para aprofundamento da experiência da AS-PTA no Agreste da Paraíba ver, dentre outros, ALMEIDA & CORDEIRO (2002), DIAS (2004), SABOURIN (2001).

⁷² Os jovens rurais têm uma atuação ativa na região, tanto nos programas, quanto na realização de eventos gerais ou específicos. Destacam-se a organização da 1ª Romaria da Juventude Rural (1999), da qual participaram 4 mil jovens, motivados pelo lema “Jovens: Sementes do Novo Milênio, a Vida sem transgênicos”; o I Congresso da Juventude Rural do Centro Sul do Paraná (2000), a 2ª Romaria da Juventude Rural (2000) com o lema “Na Terra Sagrada Garantimos nossa Cidadania – Jovem você é digno desta terra” (AS-PTA, 2001).

Pinheirais” da Associação das Famílias Ecologistas do Iratinzinho – AFEIRA; criação de um consórcio de cinco organizações comunitárias para o beneficiamento e comercialização de grãos ecológicos com a marca comercial de “Alimento Sagrado” (AS-PTA, 2004).

O terceiro programa local da AS-PTA, Programa de Mirandiba (sertão semi-árido), foi criado em 1995 e se concentrou na temática de manejo de recursos hídricos. O objetivo era identificar e sistematizar técnicas de captação, conservação e uso apropriado de água para os pequenos produtores (cisterna de placas, uso da semente de moringa no tratamento da água, cacimbões, bombas d’água manuais). Este programa desenvolveu uma metodologia específica de diagnóstico de problemas hídricos e contribuiu para a formulação de uma estratégia integrada de manejo dos recursos hídricos que envolveram diversas ONGs do Nordeste, associações comunitárias e a prefeitura municipal de Mirandiba. A partir de 1998 este programa deixa de existir e a temática foi incorporada aos demais programas da AS-PTA (AS-PTA, 1998).

No final da década de 90 (1997 e 1998) a Rede PTA passou por um processo de avaliação. Cada ONGs da Rede foi avaliada individualmente e estes relatórios foram entregues a dois avaliadores externos (Ricardo Abramovay e Jean Pierre Leroy), que analisaram criticamente os resultados alcançados pela Rede PTA em termos de sistemas produtivos, relações sociais, contribuição teórico-metodológica e organização institucional (AS-PTA, 1998).

Esta avaliação mostra que houve um grande avanço nas experiências locais, com vários acúmulos nos planos técnico, metodológico, conceitual e político. Contudo, as experiências locais apresentavam pouca visibilidade no plano nacional e as instituições pouca capacidade de sistematização e avaliação dos resultados obtidos com estas experiências.

“Essa ‘volta para o local’ trouxe vantagens evidentes no que diz respeito à produção de resultados concretos do emprego dos princípios agroecológicos na conversão produtiva dos agroecossistemas e ao fortalecimento das capacidades políticas dos atores locais envolvidos com a promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento rural. Por outro lado, trouxe também contrapartidas negativas, já que a capacidade de construção de articulações mais amplas que extrapolam a abrangência local se tornava cada vez mais restrita. Essas articulações, fundamentais para a construção de uma expressão organizada do campo agroecológico no nível nacional, ainda dependiam fundamentalmente dos processos de mediação realizados pelas próprias entidades da Rede PTA” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 40).

Ao mesmo tempo em que houve um fortalecimento das experiências locais, com a criação de redes locais envolvendo diversos atores locais, por outro lado, houve um enfraquecimento da Rede PTA, que se constituiu como uma rede fechada de ONGs voltada para ela mesma. “A perda de vitalidade da Rede PTA foi se processando à medida em que se fortaleciam as redes locais nas quais suas entidades estavam vinculadas” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 40). A cobrança por resultados, a necessidade de sobrevivência das ONGs membros da Rede PTA e a pressão das agências financiadoras fez com que as mesmas se voltassem para a realização de projetos locais de desenvolvimento e fossem estabelecidas parcerias com outros atores locais. Esta estrutura inicialmente fechada foi, contudo, condição essencial para a construção de identidades e para o amadurecimento metodológico e político das organizações da Rede PTA.

“Diferentemente da Rede PTA, as redes locais caracterizam-se por serem articulações abertas que congregam instituições formais e informais de

diferentes naturezas e indivíduos de diferentes inserções sociais: ONGs, organizações de agricultores familiares, instituições oficiais de pesquisa e extensão, prefeituras, igrejas, universidades, grupos de estudantes, agricultores, pesquisadores, extensionistas etc... Esse vínculo com atores que se inserem de forma diversificada na sociedade permitiu que os referenciais da Agroecologia se capilarizem nos territórios nos quais as dinâmicas de inovação foram desenvolvidas, assentando as redes multi-institucionais locais em bases sociais sólidas” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 40).

A avaliação da Rede PTA sinalizou para a necessidade de abertura da Rede, com a incorporação dos diversos atores que estavam incorporando a temática agroecológica e para a criação de uma articulação nacional. As principais sugestões do avaliador Jean Pierre Leroy são as seguintes:

“-Cabem hoje atividades e projetos que envolvem parte ou o todo das entidades atualmente na Rede PTA, mas a exigência de exercer um papel de formação, de formulação de propostas e de intervenção em políticas públicas leva a Rede à necessidade de se abrir mais para fora. Talvez à criação de um outro tipo de Rede.

-A Rede tem que se dar os meios da sua ação: sistematização/monitoramento de seus trabalhos e do trabalho das entidades, visibilidade pública, animação e representação, maior inserção na vida ordinária das entidades, secretaria.

-Em especial, tem que ser equacionados os problemas da representação e da legitimidade.

-O cimento e o campo da Rede – agroecologia, agricultura familiar, dependência dos movimentos sociais – tem que ser repensados e ampliados.

-Afirmar uma identidade própria é uma condição para a parceria e o serviço aos movimentos.

-Deve-se buscar sempre inter-relacionar as intervenções locais/regionais, nacionais e temáticas.

-Deve ser mantida e reforçada a estreita ligação entre uma proposta técnica e uma concepção de sociedade e de democracia” (LEROY, 1998: 39).

A ampliação da Rede era condição fundamental para sua sobrevivência. “A idéia era não deixar que a Rede PTA fosse se esvaziando até se acabar. Então, antes que ela acabasse, porque o formato que ela tinha, a forma que ela vinha sendo conduzida estava se esvaziando, a gente tentou refundar ela em outras bases, inclusive abrindo a Rede PTA para outras organizações” (Eugênio Ferrari, entrevista 2007). Após a avaliação foi realizado um encontro em Ouro Preto para discutir a nova fase da Rede PTA e foram retirados vários encaminhamentos para a sua ampliação que não prosperaram.

Diante deste resultado as instituições mudam a estratégia e começam a propor a realização de um encontro nacional de agroecologia, buscando se articular com outros atores sociais que vinham trabalhando com a promoção da agroecologia, como será visto em seguida. “Foi a partir do I ENA [Encontro Nacional de Agroecologia] que realmente a gente teve condições de estar refundando, não mais a Rede PTA, mas uma articulação nacional com outros atores, estabelecendo um outro tipo de relação com os movimentos sociais e uma outra metodologia” (Eugênio Ferrari, entrevista 2007).

2.6. O Avanço do Debate e a Articulação Nacional da Agroecologia

A década de 90 foi um período de grande crescimento do número de ONGs e de consolidação de experiências em agroecologia, tanto entre as instituições membros da Rede PTA como em outras organizações que são criadas neste período, inclusive nas regiões Norte e Centro-Oeste onde a Rede PTA não estava presente. A ampliação da demanda mundial por produtos orgânicos, que apresentou um crescimento exponencial neste período, permitiu um aumento das oportunidades de mercado, e corroborou para o crescimento da produção orgânica também no Brasil.

Este crescimento mundial, aliado à importância que os produtos orgânicos estavam assumindo no mercado internacional, desencadeou no Brasil a discussão sobre normatização e certificação destes produtos. A União Européia estabeleceu suas regras de comercialização e certificação e pressionou que os demais países criassem normas seguindo o padrão europeu. Este processo se acentuou em 1994 com a proposta do Ministério da Agricultura de normatização dos produtos orgânicos no país. Esta proposta gerou reações contrárias de diversas ONGs, principalmente do Sul do Brasil, que se posicionavam contra esta iniciativa, questionando a normativa proposta pelo Ministério da Agricultura, que previa somente a certificação realizada por certificadoras credenciadas (SANTOS, 2005).

Existiam duas posições divergentes no debate que se materializavam, de um lado, nas instituições que seguiam o modelo proposto pela Federação Internacional de Movimentos em Agricultura Orgânica (IFOAM), os defensores da agricultura orgânica (geralmente produtores individuais que produziam para nichos de mercados e para exportação). Estes defendiam a criação de empresas certificadoras externas e a qualidade orgânica seria atestada por um inspetor filiado a estas certificadoras.

Do outro lado estavam os defensores da agroecologia (formada por grupos e organizações de pequenos produtores com produção diversificada e voltada principalmente para o mercado local). Estes defendiam a não obrigatoriedade da certificação para o mercado local e a criação de um sistema solidário de geração de credibilidade, a certificação participativa em rede, em que os próprios agricultores e suas organizações (através de um conselho de ética) garantiriam a procedência dos seus produtos. Nos mercados locais, a própria proximidade entre produtores e consumidores já estabelece uma relação de confiabilidade na procedência dos produtos e o selo, em muitos casos, não é considerado necessário.

Para a exportação dos produtos orgânicos a certificação era obrigatória e deveria ser realizada por certificadoras oficiais reconhecidas pela IFOAM. Porém, a legislação estava sendo construída tendo por base a realidade da agricultura orgânica (geralmente produtores individuais, com processos produtivos mais empresariais voltados para nichos de mercado e para a exportação) e a legislação previa a utilização das mesmas normas rígidas para o mercado interno. Esta imposição provocava a exclusão de um grande número de experiências produtivas com enfoque agroecológico, desenvolvidas por grupos e organizações de pequenos produtores, voltadas principalmente para o mercado local (feiras livres, pequenos estabelecimentos comerciais, cestas em domicílio, entre outros).

Este processo de discussão fortaleceu as ONGs, que se mobilizam para defender os interesses dos agricultores familiares e garantir um processo de normatização e certificação mais adequado à realidade do seu público. Fruto deste debate foi criada em 1998 a Rede Ecovida de Agroecologia, que inicialmente envolvia apenas Santa Catarina e rapidamente se expandiu para toda a região Sul⁷³.

⁷³ Paralelo a este debate nacional, existia em Santa Catarina uma forte pressão por parte de órgão estatais para a criação de um comitê estadual responsável pela certificação, com as normas estabelecidas por este comitê, monopolizando no estado todo o processo de certificação. Este fato provocou forte reação das instituições que

“A Rede Ecovida de Agroecologia é um espaço de articulação entre agricultores familiares ecologistas e suas organizações, organizações de assessoria e simpatizantes com a produção, o processamento, a comercialização e o consumo de produtos ecológicos. A Rede trabalha com princípios e objetivos definidos e tem como metas fortalecer a agroecologia em seus mais amplos aspectos, gerar e disponibilizar informações entre os participantes e criar mecanismos legítimos de credibilidade e garantia dos processos desenvolvidos por seus membros”⁷⁴ (SANTOS, 2005: 14).

Em 1999 o Governo publica a Instrução Normativa 007, que definia normas e procedimentos para a produção e certificação de produtos orgânicos no Brasil, considerando as realidades regionais e metodologias locais para a realização da certificação. Porém, a IN 007/99 não definia os procedimentos para o credenciamento das certificadoras e estes foram definidos pela IN 006/02, contemplando apenas a forma de geração de credibilidade realizada por certificadoras credenciadas, ficando de fora a certificação participativa⁷⁵. Com a pressão dos movimentos e organizações sociais a legislação foi revista e contemplou também os sistemas participativos de garantia. Fruto deste debate, foi aprovada em 2003 a Lei de Orgânicos (Lei 10.831/2003), uma legislação que define as normas e procedimentos para a produção, comercialização e certificação dos produtos orgânicos no Brasil.

No final da década de 90 as ONGs da Rede PTA começaram a discutir a realização de um evento nacional de agroecologia. Esta idéia ganhou força com a realização do Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia e o Seminário sobre Reforma Agrária e Meio Ambiente, ambos realizados em 1999. O processo preparatório do ENA durou dois anos e envolveu um conjunto de organizações e movimentos sociais, que promoveram encontros locais e regionais para levantar as experiências existentes e mobilizar os diferentes atores locais envolvidos com a promoção da agroecologia e a agricultura familiar.

Segundo PETERSEN & ALMEIDA (2004) existiam também neste período alguns indicativos que corroboravam para a construção de uma articulação nacional, destacando-se: os movimentos sociais do campo (MST, MPA, FETRAF-Sul e segmentos da CONTAG) passaram a incorporar propostas convergentes com os princípios da agroecologia; a existência de algumas iniciativas de promoção da agroecologia feitas por instituições oficiais do Estado; a valorização do rural (qualidade dos alimentos, crescimento mercado de orgânicos, categoria

trabalhavam com a agroecologia no estado, que se articulam e começam a discutir a certificação participativa em rede, criando a Rede Ecovida de Agroecologia (SANTOS, 2005).

⁷⁴ Atualmente, a Rede Ecovida possui 24 núcleos regionais em distintos estágios de organização, que abrangem 170 municípios e reúnem aproximadamente 3500 famílias de agricultores. Seu trabalho congrega 200 grupos de agricultores, 31 ONGs, 20 cooperativas de consumidores e dezenas de pequenas agroindústrias e comercializadoras de produtos ecológicos, além de diversos profissionais. A Rede Ecovida é uma articulação aberta e estes números estão em constante crescimento. Os produtos, tanto in natura quanto industrializados, são comercializados preferencialmente em 135 feiras ecológicas ligadas à Ecovida, além de redes de supermercados e no mercado externo. Outra forma de comercialização que vem se destacando e dando grande estímulo às experiências de agroecologia são os chamados mercados institucionais – merenda escolar, hospitais e restaurante de instituições públicas (SANTOS & MAYER, 2007).

⁷⁵ Além deste problema, estava em tramitação no Senado o Projeto de Lei N.14 de 2002 (N. 659/99 na sua origem) que reforçava a agricultura orgânica empresarial, dificultando ou excluindo a possibilidade dos agricultores familiares adotarem a agricultura orgânica. A partir da articulação realizada por membros do Grupo de Trabalho da Agricultura Orgânica no Brasil, no qual a Rede Ecovida está envolvida, o projeto foi resgatado através do senador Aelton Freitas e submetido ao 2º Encontro Nacional do Grupo de Agricultura Orgânica realizado em Campinas em abril de 2003, que conseguiu aprovar uma nova proposta.

da agricultura familiar); o contexto pré-eleitoral favorável ao debate da agricultura familiar, reforma agrária e modelo tecnológico, polarizado pela questão dos transgênicos.

O ENA, realizado em 2002 no Rio de Janeiro, é considerado um marco importante no debate da agroecologia, não somente pela diversidade de atores envolvidos como, também, por colocar no centro do debate o agricultor e suas experiências concretas de promoção de agroecologia. Ele exprimiu, pela primeira vez em escala nacional, a riqueza e a diversidade das experiências em agroecologia existentes em diferentes partes do Brasil. Dos cerca de 1200 participantes, 600 eram de agricultores (as) e estavam representando 432 experiências.

O Encontro permitiu que estas experiências se tornassem conhecidas tanto junto ao grande público como, principalmente, entre os próprios agricultores que se encontravam praticamente isolados uns dos outros. Além disso, abriu caminhos para o fortalecimento e intercâmbio entre os agricultores e suas organizações.

A plenária final do ENA aprovou uma carta política e decidiu pela criação de uma Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), um espaço de articulação entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil voltado para a promoção da agroecologia nas diferentes regiões do Brasil⁷⁶. Busca promover a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da produção familiar e como parte de um novo modelo de desenvolvimento ecológico e democrático para a sociedade brasileira (ANA, 2007).

A atuação da ANA está ancorada em três objetivos principais:

“-De um lado, favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e de desenvolvimento local, integrando o esforço coletivo dos movimentos sociais e das redes locais e regionais.

-De outro lado, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico para sistematizar e refletir suas próprias experiências, de forma a extrair e socializar seus ensinamentos, bem como construir propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da agroecologia.

-Também integra os objetivos da ANA o combate ao modelo de desenvolvimento ambientalmente predatório e socialmente excludente que tem predominado no Brasil nos últimos 50 anos, baseado na chamada Revolução Verde, e que no momento atual vem se expressando politicamente no agronegócio” (ANA, 2007: 281).

Os membros da ANA, embora diverjam em algumas questões, têm uma identidade forte contra o agronegócio e em defesa da agricultura familiar. Esta identidade foi sendo construída em cima de certos princípios comuns, destacando-se: resgate da dívida social no

⁷⁶ A ANA é composta pelas seguintes organizações e movimento sociais: organizações não governamentais (AOPA, APTA, AS-PTA, CAA-NM, Centro Ecológico Ipê, Centro Sabiá, CEPAC – PI, CETAP, CTA-ZM, FASE, GTNA, Instituto Giramundo, PESAGRE, PROTER, SASOP); redes regionais (ANA-Amazônia, ASA – Articulação no Semi-Árido Brasileiro, GTA – Grupo de Trabalho Amazônico, Rede Ecovida de Agroecologia, ACA – Articulação Capixaba de Agroecologia, AMA – Articulação Mineira de Agroecologia); redes nacionais (ABA – Associação Brasileira de Agroecologia, FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil, UNEFAB/ARCAFAR – União Nacional das Escolas Família Agrícola do Brasil/ Associações Regionais das Casas Familiares Rurais); movimentos sociais (CNS – Conselho Nacional de Seringueiros, COIAB – Coordenadoria dos Povos Indígenas da Amazônia, CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura, CPT– Comissão Pastoral da Terra, FETRAF-Brasil – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar, MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de babaçu, MMC – Movimento das Mulheres Camponesas, MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores, MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) (Carta Política do II ENA).

campo; democratização do acesso aos recursos naturais – terra, água e recursos genéticos; promoção do desenvolvimento local sustentável; geração e apropriação social do conhecimento agroecológico; pelo fortalecimento da produção familiar; equidade nas relações de gênero; participação ativa das populações na formulação e gestão das políticas públicas (Carta Política do I ENA, 2002).

A ANA se organiza de forma horizontal e descentralizada, em torno a temas mobilizadores da ação, buscando elaborar estratégias para o enfrentamento do agronegócio e para a construção da agroecologia. Sua forma de organização visa garantir fluidez, capacidade de iniciativa e efetividade às dinâmicas interativas, tendo como princípios basear-se nas experiências concretas, reconhecer e valorizar as dinâmicas regionais existentes e não se sobrepor a agendas e outros fóruns e espaços (ANA, 2007).

A ANA é composta por uma diversidade enorme de organizações não governamentais, movimentos sociais rurais e redes regionais de promoção de agroecologia. Ela vem se tornando um importante canal de mobilização e expressão das forças sociais envolvidas com a promoção agroecológica. A coordenação nacional da ANA – um espaço de convergência, debate e irradiação de conteúdos políticos sobre diferentes dimensões do desenvolvimento da agroecologia – atualmente é formada por quarenta membros (um representante de cada organização representativa da ANA), que se reúnem periodicamente para discutir as questões de interesse da articulação.

Além da articulação nacional de agroecologia, foram criadas neste mesmo período diversas redes e articulações estaduais e regionais de promoção da agroecologia. Com exceção da Rede Ecovida de Agroecologia e da Articulação do Semi-Árido (ASA), que foram criadas no final da década de 90, as demais foram criadas após o I ENA, destacando-se: ANA-Amazônia, Grupo de Trabalho Amazônico, Articulação Capixaba de Agroecologia, Articulação Mineira de Agroecologia, Rede Cerrado e Rede ATER Nordeste. Algumas redes possuem uma dimensão mais ampla, trabalhando também com outras temáticas e interesses regionais e todas são vinculadas à ANA.

Estas redes estaduais e regionais são formadas por diversas entidades representativas da agricultura familiar, especialmente ONGs locais, sindicatos de trabalhadores rurais, associações de agricultores e movimentos sociais. Estas articulações assumiram relativa importância na execução de políticas públicas de assistência técnica e extensão rural, principalmente com a reformulação da Política Nacional de ATER que incorporou o enfoque agroecológico e as metodologias participativas, temáticas já trabalhadas pelas ONGs, criando um canal de interlocução com os governos locais, estaduais e com o Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Foram realizados, também, neste período diversos encontros estaduais e regionais envolvendo a promoção da agroecologia. As Jornadas Paranaense de Agroecologia são realizadas anualmente em Ponta Grossa desde 2002. A Jornada é um espaço de expressão que articula amplos segmentos promotores da agroecologia e da agricultura familiar no Paraná (ONGs, organizações locais e estaduais da agricultura familiar, CPT, PJR, MST, prefeituras municipais e cooperativas rurais de crédito). As Jornadas de Agroecologia têm desempenhado um papel ativo na campanha nacional contra os transgênicos e na criação da lei “Paraná livre de transgênicos”⁷⁷.

⁷⁷ Na II Jornada Paranaense de Agroecologia (2003) o tema foi “Terra livre de transgênico e sem agrotóxico” e o evento foi encerrado com um protesto e destruição de 4 hectares de milho transgênico numa área de pesquisa da transnacional Monsanto. Esta área foi ocupada permanentemente por um grupo de famílias de agricultores e deu origem ao Centro Chico Mendes, um centro de conservação da biodiversidade, melhoramento genético de variedades crioulas e formação em agroecologia. Na III Jornada (2004), “Construindo um projeto popular e soberano para a agricultura familiar e camponesa”, o encontro iniciou com a distribuição de 10 toneladas de sementes crioulas produzidas no Centro Chico Mendes e lançou as bases de um amplo programa popular de conservação de variedades crioulas no Paraná (AS-PTA, 2004).

A Festa Nacional das Sementes Crioulas realizadas em Anchieta, Santa Catarina, é outro evento de repercussão nacional. Inicialmente a festa tinha âmbito estadual e sua primeira edição foi realizada em 2000, promovida pelo sindicato dos trabalhadores da agricultura familiar (SINTRAF), Movimento dos Pequenos Agricultores e Prefeitura Municipal de Anchieta. Seu objetivo principal era promover o intercâmbio de sementes e conhecimentos locais entre os agricultores da região. A partir de 2002 esta festa passou a ter abrangência nacional e teve o apoio em sua organização da AS-PTA e das organizações da Via Campesina. Nesta primeira edição nacional da festa foram expostas 943 variedades de sementes, sendo 228 de milho crioulo, com um público participante de cerca de 15 mil pessoas de vinte estados da federação. Este evento se repetiu em 2004 e em 2007 (VOGT, CANCI & CANCI, 2007).

Além de Anchieta, vários outros locais estão realizando encontros estaduais e regionais de sementes crioulas. Por exemplo a Paraíba, que em 2004 realizou a primeira Festa Estadual da Semente da Paixão em Soledade, organizada pela ASA-Paraíba (rede que reúne 270 organizações de base e que mobiliza milhares de agricultores familiares) e organizações da Via Campesina. Esta festa passou a ser realizada anualmente a partir de então e na sua última edição (2007), realizada em Patos, teve a participação de 2 mil agricultores que apresentaram mais de 300 variedades de sementes. A Paraíba possui, vinculada à ASA-PB, 228 bancos de sementes comunitários que em 2007 passam a se articular numa rede estadual, a Rede Sementes da Paraíba. Além das sementes, as feiras estão resgatando hábitos alimentares e promovendo uma mudança nos padrões de consumo, estimulando o uso de espécies nativas (frutas, grãos e plantas medicinais) (SILVA & ALMEIDA, 2007).

O I Encontro Nacional da Articulação do Semi-Árido Brasileiro foi realizado no ano de 2000, em Pernambuco, e inicialmente a questão prioritária era a falta de acesso à água, cujas discussões resultaram no “Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semi-Árido: Um Milhão de Cisternas Rurais”. Em 2003 a ASA-Brasil amplia sua linha de ação incorporando outras temáticas de interesse da agricultura familiar (reforma agrária, agroecologia, tecnologias apropriadas para o Semi-árido) além do acesso à água e seu IV encontro nacional tinha como tema “Agricultura Familiar: Construindo a Segurança Alimentar no Semi-Árido Brasileiro”. Atualmente a ASA-Brasil é formada por mais de 700 entidades dos mais diversos segmentos: igrejas católicas e evangélicas, ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações de trabalhadores rurais e urbanos, associações comunitárias, sindicatos e federações de trabalhadores rurais (www.asabrasil.org.br).

Os Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA) são realizados anualmente a partir de 2003 e são promovidos por instituições de ensino, pesquisa e extensão rural (públicas e privadas). Os CBAs são derivados dos Seminários Estaduais de Agroecologia realizados pela EMATER/RS (1999-2002) e constituem espaços preferenciais para apresentação e debate de trabalhos científicos sobre agroecologia.

No II CBA, realizado em 2004, foi deliberada a criação da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA-Agroecologia, que segundo seu estatuto “(...) é uma sociedade cultural e técnico-científica destina-se a incentivar e contribuir para a produção de conhecimento científico no campo da agroecologia”. É uma associação interdisciplinar que busca aproximar o saber local com o conhecimento científico, não se restringindo à participação de acadêmicos e pesquisadores. A ABA-Agroecologia tem as seguintes finalidades:

- “-Unir em seu quadro social todos aqueles que, profissionalmente ou não, se dediquem à Agroecologia e Ciências afins;
- Promover a Agroecologia levando-se em contas as suas diversas dimensões (econômica, social, ecológica, cultural, política e ética);

- Organizar reuniões e congressos, como o Congresso Brasileiro de Agroecologia, para debate e apresentação de trabalhos sobre Agroecologia;
- Editar e divulgar trabalhos sobre Agroecologia;
- Pugnar pela proteção da agrobiodiversidade;
- Despertar o interesse do público nas questões que dizem respeito à Agroecologia;
- Assessorar e aconselhar Entidades oficiais ou particulares no que concerne ao desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis;
- Manter um fórum permanente de ensino em Agroecologia, práticas sustentáveis e cooperação internacional” (www6.ufrgs.br/abaagroeco).

A ABA-Agroecologia passou a editar, a partir de 2006 a Revista Brasileira de Agroecologia, uma publicação que tem periodicidade semestral e está disponível inicialmente somente em versão eletrônica. A revista tem por objetivo atuar como veículo de divulgação de trabalhos científicos em áreas ligadas à agroecologia. As três primeiras edições foram destinadas para a publicação dos trabalhos apresentados nos CBAs, inclusive com publicação das palestras e das experiências apresentadas nestes congressos.

Além da articulação de redes estaduais, regionais e nacionais e da promoção de eventos envolvendo a temática agroecológica, as organizações do campo da agroecologia vêm aumentando, no Governo Lula, seu poder de influência na elaboração de políticas públicas, tanto em âmbito federal como estadual e local, o que demonstra que a agroecologia está aumentando sua visibilidade e reconhecimento.

As ONG de desenvolvimento tiveram papel importante na elaboração de diversas políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de promoção da agroecologia especialmente nos temas de crédito, desenvolvimento territorial, assistência técnica e extensão rural, pesquisa agrícola, aquisição de alimentos⁷⁸, política de sementes e política de biossegurança. Embora pontuais e de alcance limitado, estas políticas representam um grande avanço, pois a questão agroecológica passou a ser considerada e incorporada na elaboração de algumas políticas públicas, fato que praticamente não acontecia no Governo anterior.

Atualmente algumas ONGs, a exemplo da AS-PTA, vem participando ativamente de vários espaços relevantes para o debate de desenvolvimento rural e formulação de políticas públicas, especialmente: Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar (CONDRAF); Conselho Nacional Assessor Externo da Embrapa; Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural; Conselho Nacional de Segurança Alimentar; Conselho do Fundo Nacional para a Biodiversidade (AS-PTA, 2004).

⁷⁸ O Programa de Aquisição de Alimento (PAA) foi criado em 2003 e vem sendo implementado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Este programa, apesar de seu alcance limitado, está possibilitando o acesso ao mercado a muitos agricultores familiares que se encontravam praticamente excluídos do mesmo, favorecendo sua ascensão social e econômica e contribuindo para a diversificação produtiva e para a segurança alimentar. O fato deste programa valorizar os produtos locais e as experiências agroecológica, cujos produtos estão sendo adquiridos para atender os mercados institucionais locais (merenda escolar, hospitais, creches, entre outros), aproximando produtores e consumidores, cria um novo dinamismo nestas regiões e favorece a cooperação entre os mesmos. Tanto a produção quanto os recursos advindos de sua comercialização são consumidos e aplicados na própria região, provocando impacto inclusive sobre a arrecadação dos municípios (SOARES, 2005). O PAA, mesmo não tendo este objetivo, está permitindo a democratização do acesso aos produtos ecológicos de qualidade superior, antes restritos a um público que tinha condições de pagar mais pelos produtos. Ele deu visibilidade ao potencial da agroecologia fornecer alimento para um amplo segmento da população, abrindo possibilidades de expansão das experiências com enfoque agroecológico.

A articulação em redes e a criação de parceria com outras organizações e movimentos sociais proporcionaram um grande avanço ao debate agroecológico. As organizações não governamentais aumentaram sua influência na elaboração de políticas públicas, principalmente dentro do MDA, e passaram a trabalhar mais intensivamente como executoras de políticas. A agroecologia passou a ser incorporada continuamente pelos movimentos sociais rurais e instituições do Estado, o que vem permitindo que se construam convergências para a elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo.

CAPÍTULO 3

O DEBATE AGROECOLÓGICO NOS MOVIMENTOS SOCIAIS RURAIS

Este capítulo é constituído de duas partes principais. A primeira abordará o movimento sindical rural, especialmente CONTAG, CUT e FETRAF-Sul, apontando as principais transformações ocorridas, principalmente em relação à organização sindical, às principais questões em debate e às mudanças no discurso em relação ao sistema produtivo. O objetivo é entender quando o movimento sindical passa a questionar o modelo tecnológico, discutir novas estratégias e trabalhar para a construção de um “Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável” com base na agricultura familiar. Quando o debate agroecológico passou a ser incorporado pelo movimento sindical rural e qual o significado que ele assume?

A segunda parte busca entender como (e quando) o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a incorporar o debate agroecológico e as características que o mesmo vai assumindo dentro do Movimento. Inicialmente, farei uma breve exposição sobre a origem e o processo de formação do MST, destacando as principais preocupações e questões em debate em cada período. O segundo ponto tratará da organização do sistema produtivo, em especial do sistema de cooperação agrícola nos assentamentos. E, por fim, como o MST altera seu discurso e suas práticas e passa a incorporar a temática da agroecologia.

3.1. O Movimento Sindical Rural

3.1.1. Origens e transformações do sindicalismo rural brasileiro

A questão da terra sempre ocupou um lugar central no Brasil, sendo objeto de debates e opções políticas, de ações coletivas e de conflitos. A luta pela terra no Brasil tendeu, segundo MEDEIROS (2005), a assumir um caráter de luta surda, porém contínua, só vindo ao espaço público em momentos raros e, mesmo assim, de forma pontual. Foi somente no final dos anos de 1940 e início dos anos 50 que as diferentes formas de conflito existentes no meio rural brasileiro começaram a se unificar em uma linguagem comum, através da mediação do Partido Comunista Brasileiro, consolidando demandas por transformações na estrutura fundiária e por direitos trabalhistas. No final dos anos 50 também ganharam projeção as Ligas Camponesas do Nordeste, cuja ênfase era a luta por reforma agrária.

O sindicalismo enquanto movimento ganhou destaque com as Ligas Camponesas que centrou sua ação na luta contra as formas de dominação e exploração do trabalho e pela reforma agrária. A regulamentação do sindicalismo rural pelo Estado e a conseqüente criação de entidades organizativas pré-existentes em sindicatos culminaram, em 1963, na constituição da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – CONTAG, que unificava a enorme diversidade de segmentos no campo e centralizava as organizações sindicais até então existentes⁷⁹.

⁷⁹ A estrutura sindical oficial tem como marco inicial a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, a criação da Lei da Sindicalização, em 1931, e a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943. Contudo, até a década de 60 a formação de sindicatos rurais era dificultada pela legislação vigente sob o argumento que a categoria não constava no quadro de atividades e profissões constantes no artigo 577 da CLT. Mesmo assim, neste período, devido a este processo intenso de mobilização dos agricultores ocorre a disseminação de sindicatos informais por todo o Brasil, com grande diversidade e diferenciação entre si. A regulamentação da sindicalização rural ocorre apenas em 1962 – até então o Estado estava praticamente ausente desta discussão – e por exigência dos próprios sindicatos que percebiam a importância do seu reconhecimento

Este período foi marcado por um processo intenso e efervescente de organização e luta dos trabalhadores no meio rural brasileiro. São frutos deste momento histórico as Ligas Camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – ULTAB e o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER. A primeira diretoria da CONTAG, sob hegemonia do Partido Comunista do Brasil (PCB), objetivando ampliar sua representação e legitimidade foi composta por quase todas as forças políticas que atuavam no campo, com exceção das Ligas que já estavam em um período de crise (BITTENCOURT, 2000).

“(…) as mobilizações camponesas, através das Ligas Camponesas e dos então chamados sindicatos rurais, tinham colocado os trabalhadores do campo, até aquele momento rigorosamente marginalizados da vida política, no centro dos acontecimentos. A ‘agitação camponesa’ foi um dos pretextos mais fortemente utilizados pelos organizadores do golpe para, em nome da ameaça ao princípio da propriedade, buscar apoio social ao seu projeto” (PALMEIRA, 1985: 43).

Com o golpe militar em 1964 o movimento pela reforma agrária foi derrotado e a questão agrária foi assumida pelo Estado, que como solução trilhou o caminho da modernização conservadora, conforme visto no Capítulo 1, sem alteração da estrutura fundiária e das relações de dominação. A CONTAG sofreu intervenção. A diretoria foi afastada e seus membros perseguidos. “Sedes de Ligas e de sindicatos foram fechadas e vasculhadas; as lideranças perseguidas; muitos foram presos, muitos outros assassinados; outros ainda conseguiram escapar ao cerco e se exilar” (MEDEIROS, 1989: 86).

Contudo, a repressão aos movimentos sociais não representou o fim dos sindicatos. O Estado não tinha a intenção de eliminar os sindicatos, mas “lhe dar uma outra direção, mais condizente com os novos tempos” (MEDEIROS, 1989: 88). Durante o período de intervenção, por exigência legal e das lideranças sindicais, as vinte e nove Federações existentes foram unificadas por estado, conformando uma nova estrutura sindical (sindicatos, federações estaduais e uma confederação), vigente até os dias atuais. Além disso, o Ministério do Trabalho instituiu a categoria “trabalhador rural” e permitiu a existência de apenas um único sindicato, de base municipal, para representar os trabalhadores rurais. A unificação de todos os trabalhadores (assalariados, parceiros, arrendatários, posseiros, pequenos produtores, etc) em uma única categoria provocou impactos na conformação dos poderes locais, causando disputas pela representação dos trabalhadores⁸⁰.

oficial. O Ministério do Trabalho, através da portaria 355-A de 20/11/62, criou quatro categorias para enquadramento dos trabalhadores do campo: trabalhadores na lavoura, na pecuária e similares, na produção extrativa rural e os produtores autônomos. Este enquadramento foi alterado pelo Ministério do Trabalho em 1965, onde ficou estabelecido a existência de apenas um sindicato para cada base territorial, o sindicato dos “trabalhadores rurais”, representando todos os trabalhadores da agricultura (MEDEIROS, 1995).

⁸⁰ Para conseguir a unicidade sindical o movimento sindical “(...) precisou se fazer reconhecer como porta-voz de um amplo e diversificado segmento, num processo permeado não só por recorrentes disputas internas, mas também pela concorrência com o sindicalismo patronal, que disputava a adesão de uma parcela de ‘pequenos proprietários’” (MEDEIROS, 2001: 105). O esforço de unificar linhas de ação e de tentar transformar o sindicato em representante efetivo dos interesses do conjunto dos trabalhadores rurais encontrou vários obstáculos e obteve graus diferenciados de sucesso. Segundo MEDEIROS (1989), o desafio era transformar as bandeiras de luta em chamados reais para o conjunto dos trabalhadores. Onde a memória das lutas era mais presente os sindicatos mantinham um maior comprometimento com as demandas e reivindicações dos trabalhadores. Onde isso não ocorria, o encaminhamento das demandas “via ofício” e as práticas assistencialistas absorviam por completo a vida sindical.

“A representação sindical outorgada pelo Estado institucionaliza-se, portanto, no meio rural, em oposição às formas de organização construídas nas lutas do pré-64. No plano legal, a tutela do Estado se manifesta na imposição da unicidade sindical, no controle sobre a vida financeira dos sindicatos, na imposição do estatuto padrão, no poder de intervenção das Delegacias Regionais do Trabalho (DTRs) sobre as eleições sindicais e numa série de outros mecanismo. Constitui-se, assim, um ‘sistema de relações que assegura a subordinação dos sindicatos (oficiais) às cúpulas do aparelho de Estado – do Executivo, do Judiciário ou do Legislativo’ ” (SCHMITT, 1996: 191).

MEDEIROS (1989) destaca que as entidades vinculadas à Igreja tiveram um papel importante na reconstituição do sindicalismo. “Foram elas que indicaram muitos interventores e juntas governativas e que tentaram reorganizar os sindicatos” (p.88). Segundo PALMEIRA (1985), a participação da Igreja na articulação do golpe de 64 garantiu, paradoxalmente, uma certa continuidade ao sindicalismo rural. As entidades sindicais ligadas à Igreja foram “poupadas” do processo de intervenção e, para o autor:

“(…) não é de se estranhar, por conseguinte, que já nos primeiros meses após o golpe, várias dessas lideranças estivessem encaminhando as reivindicações dos trabalhadores e tentando prosseguir no trabalho de organização sindical. Um processo semelhante, embora em menor escala, pela própria extensão da repressão, dava-se em sindicatos não ligados à Igreja” (PALMEIRA, 1985; 45).

Essa continuidade permitiu que o movimento sindical, apesar da vigilância e repressão constante, se reestruturasse num tempo relativamente curto em estados como Pernambuco e Rio Grande do Norte, onde tinha raízes mais profundas, e partisse para a retomada da CONTAG em 1968 (PALMEIRA, 1985). A derrubada do antigo interventor por apenas um voto colocou à frente da entidade:

“(…) representantes dos setores mais atuantes de um movimento ainda em larga medida sufocado. Essa nova direção nacional iria, por assim dizer, ‘puxar’ o movimento: atraindo seus segmentos mais conservadores para posições de defesa dos interesses efetivos da classe, colocando a reforma agrária no centro de suas reivindicações e, através da criação de novos sindicatos e federações, bem como da sindicalização em larga escala, implantando o movimento a nível nacional” (PALMEIRA, 1985: 46)⁸¹.

Em 1971, o governo militar, com a criação do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – FUNRURAL, alterou o papel das recém-criadas entidades sindicais e os sindicatos se tornaram órgãos executores de políticas governamentais específicas direcionadas à categoria⁸². Com isso, conseguiram reforçar sua legitimidade junto aos associados, não

⁸¹ Em 1968 o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR) incluía apenas 680 sindicatos e 11 federações estaduais. Seis anos depois, existiam federações em todos os estados e o número de sindicatos havia mais que triplicado (PALMEIRA, 1985). No período que vai de 1961 a 1980 foram criados 2.243 sindicatos de trabalhadores rurais (STRs), 80 % dos STRs existentes no Brasil em 1989 (SCHMITT, 1996).

⁸² As bases da Previdência Social rural foram instituídas com o Estatuto do Trabalhador Rural, mas só começaram a ser implementadas como assistência médico-social em 1967. Contudo, sua efetiva instauração ocorreu apenas com a criação do Funrural, abrangendo aposentadoria, pensão, auxílio funeral, serviços de saúde

enquanto instâncias de representação política, mas, sobretudo, enquanto agências de prestação de serviços.

Segundo SCHMITT (1996), os próprios agricultores não tiveram uma participação mais ativa na criação da maioria dos sindicatos deste período. Muitas vezes, os agricultores eram meros figurantes, referendando nas assembléias de formação dos sindicatos os estatutos que já vinham prontos. Contudo, ressalta SCHMITT, seria um erro ver o sindicalismo oficial enquanto uma estrutura monolítica, isenta de tensões e conflitos internos, integralmente comprometida com a reprodução política do regime militar e afastada da vida cotidiana dos trabalhadores.

A CONTAG representou uma espécie de oposição consentida no campo. O sindicalismo “(...) ao mesmo tempo que se beneficia da parceria com o Estado na execução das políticas de saúde e previdência implementadas pelo regime militar, procura unificar os trabalhadores rurais levantando a bandeira da reforma agrária, tendo como referência legal o Estatuto da Terra” (SCHMITT, 1996: 193).

MEDEIROS (1989), chama a atenção que as organizações de trabalhadores no Brasil (Ligas, associações e sindicatos dos anos 50 e 60) já tinham uma tradição de atividades assistenciais junto a seus associados, que eram combinadas com as práticas de mobilização e de reivindicação. No entanto, mudada a conjuntura e reduzida a possibilidade do sindicato se constituir em instrumento de mobilização, reivindicação e luta dos trabalhadores, o assistencialismo imposto pelo Estado acabou, muitas vezes, se tornando prática predominante, senão única.

Diante das condições de vida extremamente pauperizadas dos trabalhadores rurais e numa esfera onde as carências eram enormes, os sindicatos passaram a ser procurados e identificados por suas ações assistencialistas (MEDEIROS, 1989). Os sindicatos acabaram assumindo uma dimensão social e política importante no município, em que o presidente, muitas vezes, era considerado uma “autoridade”. “Em diversos locais, os sindicatos se tornaram apenas uma agência assistencial, espaço de arregimentação de votos e favores, numa reedição do clientelismo” (MEDEIROS, 1989: 97).

Entretanto, SCHMITT (1996) pondera que a simples existência do sindicato, mesmo naqueles em que a diretoria era menos atuante, representava para o trabalhador rural a possibilidade de recorrer a uma outra justiça, “(...) reivindicando direitos escritos na lei e relativizando, em algum nível, as formas de dominação impostas pelos grupos dominantes” (SCHMITT, 1996: 193). O acesso a este tipo de serviço – chamado de assistencialista – prestado pelos sindicatos era de suma importância para estes agricultores que estavam relegados a sua própria sorte, ainda que o papel dos sindicatos não fosse este⁸³.

A existência de muitos sindicatos e federações atrelados ao controle do Estado não impediu, por outro lado, que o MSTR se tornasse um dos vetores fundamentais na divulgação de direitos sociais estabelecidos pelo Estatuto da Terra. A simples existência dos sindicatos representava um mínimo de proteção aos interesses dos trabalhadores rurais, que eram

e serviço social (MEDEIROS, 1989). Mas a efetivação destes direitos não foi automática, precisou ainda muita luta, pois a integração da categoria na Previdência Social só ocorreu com a Constituição de 1988.

⁸³ “De um modo geral, o sindicato é visto, nos pequenos municípios do interior, como uma instituição, ao mesmo tempo, confiável e multifuncional, na qual é possível encontrar auxílio para problemas de natureza diferenciada. É no dirigente sindical ou no funcionário do STR que o colono confia na hora de conferir o cálculo de um financiamento no banco, preencher a guia de um documento qualquer ou formalizar um contrato de arrendamento. A continuidade desse perfil de atuação no universo do sindicalismo combativo tem, como uma de suas causas, a questão da sustentação e reprodução política e financeira do próprio aparelho sindical” (SCHMITT, 1996: 210).

estimulados, em todo o território nacional, para a mobilização por melhores condições de vida (GARCIA & PALMEIRA, 2001).

A luta por direitos, dentro dos parâmetros legais, se constituiu na diretriz básica da ação da CONTAG. O objetivo prioritário era a divulgação dos direitos, de forma mais ampla possível, para torná-los conhecidos pelos trabalhadores e dirigentes sindicais, organizando-os para sua conquista. “Tratava-se, pois, de tornar a lei em suas diversas formas, em campo de disputa e, assim, ampliar os espaços de organização” (MEDEIROS, 1989: 92).

A década de 70 foi um período de grande crescimento do movimento sindical⁸⁴. A CONTAG realizou, em pleno regime militar, dois congressos nacionais (1973 e 1979) e definiu como prioridades de ação: a reivindicação da reforma agrária e de crédito específico para a pequena produção; a luta pelo cumprimento dos direitos trabalhistas dos assalariados rurais e a equiparação dos benefícios da previdência urbana à rural. Em 1979, o movimento assumiu, também, uma crítica aberta ao modelo sindical atrelado ao Estado e apontou para a necessidade de massificação das lutas da CONTAG, retomando o processo de formação de lideranças.

No 3º Congresso Nacional (1979), a CONTAG definiu a reforma agrária e as campanhas salariais como suas bandeiras prioritárias, que se transformaram, segundo BRANCHER (2001), na “(...) carta de apresentação das ações da CONTAG para os trabalhadores rurais e para a sociedade brasileira”. Esta priorização pela reforma agrária aparece, de forma explícita, nas resoluções dos congressos. A reforma agrária passou a ter um caráter mais preciso: “ampla, massiva e imediata”, devendo contar com a participação dos trabalhadores rurais.

“Reafirmamos que a reivindicação máxima do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais é a REFORMA AGRÁRIA, ressaltando que qualquer medida adotada sem sua efetiva realização constituirá mero paliativo” (CONTAG, 1979: 07).

“A Reforma Agrária foi sempre a principal reivindicação dos Trabalhadores Rurais, que não deixam escapar nenhuma oportunidade para manifestar que, sem a execução da Reforma Agrária, não poderá haver desenvolvimento político, social e econômico para o país” (CONTAG, 1985: 74).

Até este período a questão tecnológica aparecia de forma bastante tímida dentro do movimento sindical. No 3º Congresso começou a aparecer algumas críticas ao modelo de desenvolvimento, principalmente devido ao alto custo das tecnologias. Começou a ficar cada vez mais evidente a inadequação destas tecnologias modernas à realidade dos pequenos produtores e os danos sociais e ambientais que as mesmas provocavam.

“-é reduzido o número dos pequenos agricultores atingidos pela assistência técnica oficial;

-a tecnologia, da maneira como está sendo aplicada, não se ajusta às condições financeiras dos pequenos agricultores e não leva em conta a devastação, a erosão e a dispensa de mão-de-obra que vem provocando;

-os defensivos, cada vez mais tóxicos, são vendidos e usados de forma indiscriminada, causando o desequilíbrio ecológico, a destruição da fauna e

⁸⁴ “Apesar das condições desfavoráveis para o trabalho sindical entre o último Congresso [1973] e os dias atuais, passamos de 19 para 21 Federações, de 1500 Sindicatos para 2275, de dois milhões e meio de associados para mais de cinco milhões” (CONTAG, 1979: 82).

da flora, e as sérias intoxicações, havendo produtos que se acumulam no organismo humano e animal até causarem mortes repentinas” (CONTAG, 1979: 173).

A reivindicação principal dos trabalhadores rurais era pela reorientação da política agrícola, visando culturas de abastecimento interno (ao invés das culturas de exportação) e a criação de programas específicos para os pequenos produtores (crédito rural, seguro rural, assistência técnica, comercialização e preços mínimos) e voltados às suas necessidades e condições financeiras.

“-que seja criado um serviço especial de Assistência Técnica, voltado para atender às necessidades dos pequenos agricultores, e que sejam respeitados seus costumes e a experiência por eles acumuladas, exigindo-se do Governo a aceleração de convênios com as Federações e Sindicatos de trabalhadores Rurais, para a livre contratação de técnicos agrícolas;
-que a introdução da mecanização não seja prejudicial ao aproveitamento da mão-de-obra, incentivando-se o uso da tração animal, a adubação orgânica e a policultura;
-que sejam concedidos incentivos para as práticas de conservação do solo, das matas, da fauna, da flora e reflorestamento de áreas devastadas;
(...)
-que as sementes sejam de boa qualidade, produzidas adequadamente e distribuídas através do Governo, Cooperativas de pequenos produtores e Sindicatos de Trabalhadores Rurais, na época exata do plantio;
-que os preços e a qualidade dos insumos sejam rigorosamente controlados, fiscalizados e subsidiados aos pequenos agricultores;
-que seja criada legislação relativa à proteção do meio ambiente, estabelecendo sanções e penalidades para os casos de aplicação de defensivos que causem prejuízos a terceiros e aos bens de domínio público, como também para os casos de poluição de rios por detritos industriais;
-que sejam promovidas pelo Governo campanhas públicas de divulgação e esclarecimento sobre o uso de defensivos químicos, alertando os agricultores e a população em geral, sobre os riscos e perigos de seu uso indevido (...)”
(CONTAG, 1979: 173)

Embora o movimento sindical não esteja reivindicando uma mudança de padrão tecnológico moderno, mas a adequação da tecnologia às condições econômicas e sociais dos pequenos produtores, nota-se que suas percepções sobre as conseqüências do modelo tecnológico guardam semelhanças com o que estava sendo discutido na categoria profissional dos engenheiros agrônomos (conforme visto no Capítulo 1). Ambos destacavam: os problemas de contaminação por agrotóxico (meio ambiente e humanos), o alto custo das tecnologias, a necessidade de criação de legislação específica para o controle do uso indiscriminado de agrotóxicos, a mecanização que provocava a liberação de mão-de-obra agrícola e a necessidade de alterar os serviços de assistência técnica em benefício dos pequenos produtores. Talvez isso seja reflexo da forte crise que afetou a economia brasileira neste período.

A CONTAG, através do esforço de constituição e representação do sindicalismo rural, passou a se constituir em importante referência nacional nas lutas travadas no meio rural: participou ativamente das lutas pela redemocratização do país; apoiou as mobilizações por melhores preços agrícolas; apoio as campanhas salariais e as greves nos canaviais nordestinos,

que levaram à criação dos primeiros acordos e dissídios trabalhistas no campo, entre outras ações.

Contudo, o alcance destas transformações esbarrava nas próprias contradições e heterogeneidades existentes no interior do sindicalismo rural. Segundo MEDEIROS (1989), existia uma enorme diversidade de posturas nas direções dos sindicatos, a maioria era constituída por pessoas sem experiência na atuação de conflitos e escolhida por interesses políticos. Ademais, a representação de diferentes categorias num mesmo sindicato, agregando grupos diversos com interesses distintos e, por vezes, contraditórios (pequenos produtores e assalariados), dificultava a constituição da identidade destas categorias e, conseqüentemente, sua participação nos sindicatos.

No entendimento de BRANCHER (2001), embora no discurso a CONTAG defendesse a liberdade e autonomia sindical, ela construiu sua “unidade a partir do abafamento das diferenças conflitantes em seu interior” (p.03). O autor pondera que estas diferenças sempre existiram no interior do movimento sindical rural, mas, na década de 80, elas se aprofundam e se transformam em projetos políticos distintos, surgindo, assim, as oposições sindicais.

O trabalho molecular da Igreja foi um dos principais responsáveis pelo aparecimento das oposições sindicais, criticando não apenas a estrutura sindical, mas também as práticas cotidianas dominantes no sindicalismo. Este movimento de oposição sindical foi impulsionado pela ala progressista da Igreja Católica, que se orientava a partir dos princípios da Teologia da Libertação. Foi através deste trabalho eclesial disseminado pelo Brasil inteiro, e com forte apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT, que as oposições sindicais ganharam destaque e começou a se constituir numa nova proposta de sindicalismo rural (MEDEIROS, 2001)⁸⁵.

“O ‘presidencialismo’, o ‘assistencialismo’ e o ‘burocratismo’ dos sindicatos, no encaminhamento das demandas dos associados, serão alvos privilegiados do discurso das oposições sindicais. Tratava-se de construir um sindicalismo ‘autentico’, ‘combativo’, capaz de representar efetivamente as ‘bases’” (SCHMITT, 1996: 193).

Na região Sul, as primeiras oposições nos sindicatos de trabalhadores rurais começaram a surgir no final da década de 70 e se expandiram fortemente na década seguinte, juntamente com a retomada das lutas sociais no campo e com a criação de novos movimentos sociais. Destacam-se como sindicatos símbolos deste processo o STR de Erechim-RS, Chapecó-SC e Francisco Beltrão-PR, todos conquistados em 1978 (BONATO, 2003). Estes sindicatos tornaram-se pólos aglutinadores e de referência para o que veio a ser conhecido na década de 80 como sindicalismo cutista, ampliando rapidamente sua representação nos demais municípios e criando articulações regionais⁸⁶. O apoio da Igreja Católica foi fundamental para a ampliação destas oposições sindicais e conquista dos sindicatos.

⁸⁵ A criação da CPT em 1975 deu impulso às ações da Igreja no meio rural. Ela esteve presente nas áreas de conflito e através dos agentes pastorais tornou-se parte da própria comunidade (MEDEIROS, 2001). Sua criação gerou as condições para a consolidação de uma poderosa rede de influência, contribuindo para a reestruturação do espaço político brasileiro. “Com sua legitimidade, inerente ao seu caráter institucional, fornecia uma legitimação teológica para as demandas emergentes e para as ações de resistência, formava quadros, através da ação das pastorais e viabilizava espaços e infra-estrutura para encontros e gestação de organizações, num período em que o próprio ato de reunir era posto sob suspeita pelo regime militar” (Novaes, apud MEDEIROS, 2001: 106).

⁸⁶ O movimento de oposição sindical teve uma atuação bem forte na região Sul. A identidade entre estes três estados, principalmente destas regiões, contribuiu para a constituição de articulações regionais – a Coordenação Sindical do Alto Uruguai (COSAU), no Rio Grande do Sul; a Articulação dos Sindicatos Autênticos do Oeste

“Se é verdade que muitos sindicatos foram conquistados através de um processo participativo, com efetiva mobilização dos agricultores, é verdade também que esse movimento foi, em muitos casos, tributário do trabalho de conscientização realizada pelos agentes religiosos. Prova disso é que, do universo de dirigentes entrevistados, mais de 90% eram oriundos da Pastoral da Juventude, onde iniciaram sua trajetória no mundo da política” (SCHMITT, 1996: 195).

Este novo sindicalismo, segundo SCHMITT, surgia como parte de um processo mais amplo de organização popular. A ação pastoral desenvolvida por religiosos identificados com a Teologia da Libertação voltava-se, antes de mais nada, para as bases, ou seja, aqueles setores da população privados “do ter, do poder e do saber”, desdobrando-se em distintas frentes de luta. Num primeiro momento, a luta dos sem terra, dos atingidos por barragens, dos pequenos produtores, dos seringueiros, do movimento de mulheres, apareciam na região Sul como desdobramentos de um único projeto, cujo objetivo último era a construção de uma nova sociedade. “Neste contexto o STR aparece como um espaço que precisa ser conquistado e posto a serviço das lutas dos trabalhadores” (SCHMITT, 1996: 194).

SCHMITT destaca ainda que, no Rio Grande do Sul, a estruturação das oposições sindicais mantinha uma estreita ligação com a construção da CUT e com a estruturação do Partido dos Trabalhadores (PT). “Movimento popular (incluindo aí as pastorais da igreja), sindicato e partido eram vistos como etapas sucessivas de um processo de conscientização política” (p.198). Os novos dirigentes sindicais eram identificados, a partir de 1984 (ano de eleições municipais), com o PT que começava a se estruturar nos municípios e tinham como alguns de seus agentes, estas mesmas lideranças. Este fato provocou uma polarização no campo político partidário local com disputas acirradas pela representação dos agricultores.

“O sindicato até então um espaço de poder político disputado pelas elites locais, torna-se alvo da intervenção de jovens lideranças, portadoras de um discurso político que denunciava as desigualdades sociais, a estrutura de classes da sociedade capitalista e a opressão histórica da classe trabalhadora. Essa nova visão de mundo entrava em rota de colisão com as representações vigentes acerca das relações de poder instituídas no espaço das comunidades rurais” (SCHMITT, 1996: 199).

Catarinense, em Santa Catarina; e a Micro 1-A e a Oposição Sindical, no Paraná – cujo objetivo central era encaminhar as lutas, organizar oposições sindicais e conquistar mais sindicatos (BONATO, 2003). No Rio Grande do Sul foi criado, também, em 1983 o Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP), que servia como suporte político e pedagógico ao trabalho desenvolvido pelas organizações populares que se constituíam naquele momento. A partir de 1984 a COSAU passou a editar “O Informativo Sindical”, um jornal que era ao mesmo tempo um instrumento de comunicação entre os sindicatos e um veículo de difusão do trabalho para novas regiões (SCHMITT, 1996). Em 1984, fruto deste processo, foi criada a Articulação Sul, que teve importância decisiva nas lutas e na organização sindical e dos movimentos da região Sul até o final dos anos 80. Em 1984, fruto deste processo, foi criada a Articulação Sul, que teve importância decisiva nas lutas e na organização sindical e dos movimentos da região Sul até o final dos anos 80. Ela organizou protestos massivos, fechando estradas e boicotando o transporte de produtos agrícolas. “Como principais pontos de reivindicação estavam o reajuste dos preços mínimos, a redução dos juros, a devolução da correção monetária, a prorrogação das dívidas, a suspensão imediata das execuções judiciais das propriedades hipotecadas, a extinção do PROAGRO e a criação de um novo seguro agrícola, entre outros itens”. (SCHMITT, 1996: 216). A Articulação Sul, também, foi responsável pela criação da Escola Sindical Margarida Alves (1985), da Escola Sindical do Alto Uruguai (1986) – ambas voltadas para o trabalho de formação política de dirigentes e lideranças que atuavam em diferentes frentes de luta –, da rádio popular Ativação (1986) e do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais, DESER, em 1988 (BONATO, 2003).

Em 1983, como desdobramento deste intenso processo de mobilização social e de retomada da organização dos trabalhadores em bases nacionais, foi criada a Central Única dos Trabalhadores, reunindo sob uma mesma estrutura diferentes vertentes de contestação do sindicalismo oficial. O setor rural, que ficou conhecido como os “rurais da CUT”, sempre teve uma importância grande dentro da Central. Ele foi responsável pela criação e consolidação da CUT em vários estados e indicou cinco dirigentes para compor a primeira direção nacional da CUT: Paulo Farina – RS, Vitório Systerenn – SC, Luis Silva – PB, José Novaes – BA e Avelino Ganger – PA (BITTENCOURT, 2001).

Os primeiros anos da CUT tiveram como tônica a construção da organização. Foi um período em que as energias estavam concentradas na construção das oposições sindicais, com a “conquista” dos sindicatos. A participação e a luta eram dois conceitos-chave no discurso das lideranças. O sindicato só era considerado realmente “autentico” quando as bases participassem de forma consciente e organizada, lutando pela conquista dos seus direitos.

A CUT foi se firmando junto aos trabalhadores e à sociedade em geral através da massificação de um conjunto bastante diversificado de bandeiras de luta, dentre as quais destacam-se: o não-pagamento da dívida externa; fim do arrocho salarial; redução da jornada de trabalho para 40 horas; a liberdade e autonomia sindical; direito irrestrito de greve; luta pela reforma agrária; garantia de participação popular na Constituinte (CUT, 1984). Ela buscou construir sua identidade se contrapondo ao “modelo sindical contaguiano”, tensionando de diferente maneira tanto suas bandeiras de luta, como sua relação com o Estado. A liberdade e autonomia sindical se constituíram numa das principais bandeiras de luta deste novo sindicalismo⁸⁷.

Entretanto, no setor rural, as demandas da CUT se assemelhavam às da CONTAG, ainda que a forma de condução das lutas fosse bastante diferenciada. Destacando-se: reforma agrária sob o controle dos trabalhadores; lutas de resistência e de conquista; lutas dos assalariados; luta pelo fim da violência contra os trabalhadores rurais; luta por uma política agrícola que atenda aos reais interesses dos trabalhadores; formação permanente nas lutas e no trabalho organizativo de quadros dirigentes (CUT, 1986).

Em meados da década de 80, a questão agrária voltou à agenda política do Estado, traduzida no I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), divulgado oficialmente no 4º Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais – CNTR, realizado pela CONTAG em 1985⁸⁸. O tema central do Congresso foi: “Reforma agrária para acabar com a fome e o desemprego no campo e na cidade”. Este Congresso teve ampla repercussão junto à opinião pública, pois contou com a presença, pela primeira vez na história, do então presidente da república José

⁸⁷ Os fundamentos básicos desta nova estrutura sindical foram definidos no II CONCUR (1986), no qual deveriam prevalecer os seguintes princípios: ampla democracia; sindicato classista e de luta; combate a todas as formas de exploração tanto na cidade como no campo; liberdade e autonomia sindical; organização sindical por ramo de atividade produtiva; eleições sindicais livres e diretas; sustentação financeira; sindicalização de todos os trabalhadores; unidade sindical pela base (CUT, 1986).

⁸⁸ De acordo com MEDEIROS (2005), esta proposta do PNRA, com base no Estatuto da Terra, colocava em cena a possibilidade de início de um amplo processo de desapropriações, de forma a atender as metas do plano (assentar sete milhões de famílias em 15 anos). Contudo, alguns grupos que se empenhavam na defesa da reforma agrária (principalmente MST e oposições sindicais) consideravam o Estatuto da Terra pouco eficaz e defendiam o uso adicional de outras formas de pressão para a realização da reforma agrária, sinalizando pouca confiança nas promessas governamentais. Por outro lado, os proprietários de terra rapidamente reagiram, atualizando suas formas de organização (criação da URD), participando intensamente do debate político em torno da proposta e, ao mesmo tempo, respondendo com violência às ocupações de terras. Estes embates acabaram por descaracterizar o PNRA, ainda que se tenha conseguido realizar várias desapropriações em áreas de conflitos antigos. Este debate da luta pela reforma agrária passou a ocorrer, então, na Constituinte de 1988.

Sarney e seus ministros, além de inúmeras autoridades. A questão agrária ganhou notoriedade, aparecendo nas primeiras páginas dos jornais, nos noticiários da televisão e no rádio. Além disso, se destacou, também, neste Congresso a luta pela consolidação da democracia com o apoio à convocação da Assembléia Nacional Constituinte e a luta pelo fim da violência no campo (CONTAG, 1985)⁸⁹.

As críticas à modernização tecnológica foram reiteradas neste 4º Congresso e ganhou força a “luta por uma nova política agrícola” que priorizasse os pequenos produtores. A política agrícola deveria assegurar, entre outros, “crédito suficiente e a juros subsidiado, assistência técnica, seguro agrícola, preços justos, insumos, garantia de comercialização e armazéns nas áreas de produção” (CONTAG, 1985: 17). Foi ressaltado, também, que para ser apropriada às condições dos pequenos produtores, as tecnologias deveriam considerar suas condições econômicas e sociais além das condições ecológicas da região e a mecanização não deveria prejudicar a ocupação da mão-de-obra agrícola.

Contudo, a CONTAG não tinha um posicionamento muito claro em relação ao padrão tecnológico moderno. As resoluções deste Congresso mostram, por um lado, o estímulo ao uso de tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais (tração animal, adubação orgânica, controle biológico de pragas, diversificação de culturas). Mas, por outro lado, ficava explícita a defesa do uso das tecnologias modernas: “(...) os insumos são imprescindíveis para o aumento da produção e da produtividade agrícola, entretanto são poucos os pequenos agricultores que podem adquiri-los” (CONTAG, 1985: 130). A reivindicação era que o governo assumisse o controle dos preços dos insumos e subsidiasse sua aquisição para os pequenos produtores, além de fornecer máquinas agrícolas aos municípios para que os agricultores também tivessem acesso. Para o movimento sindical o problema estava no acesso à tecnologia, devido ao seu alto custo, e a reivindicação principal era por políticas agrícolas específicas para os pequenos produtores.

Não podemos esquecer, também, que na década de 80 o Brasil passava por sucessivos ajustes estruturais na economia. Os fracassados planos de estabilização – Planos Cruzado I e II (1986), Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989) –, aliados à aceleração inflacionária e à crise financeira do Estado, afetaram diretamente o setor agrícola através da redução da oferta de crédito rural, da eliminação de subsídios e da grande flutuação dos preços agrícolas. Isso criou uma enorme instabilidade nas expectativas dos agentes econômicos e gerou comportamentos altamente especulativos quanto aos estoques e ativos agropecuários, intensificando o caráter especulativo da formação dos preços das *commodities* agrícolas, o que redundou, ajudado por outros fatores, numa crise agrícola no início dos anos 1990 (DELGADO, 2007).

Esta crise se agravou ainda mais com as medidas de reestruturação do Estado e de liberalização da economia adotadas pelo presidente Fernando Collor de Mello, eleito em 1989 por voto direto depois de duas décadas de regime militar. A redução drástica do volume de crédito rural e a importação de produtos básicos de fácil produção no Brasil (milho, feijão, leite, trigo), favorecida pela abertura econômica, agravou ainda mais a situação dos

⁸⁹ O texto constitucional foi o resultado de um embate por acesso e ampliação de direitos sociais que mobilizou diferentes segmentos da sociedade. Como eixos prioritários dos trabalhadores rurais no processo de elaboração da Constituição destacam-se as seguintes propostas: reforma agrária (emenda popular que reuniu mais de 1 milhão de assinaturas); política agrícola (proposta de Lei Agrícola que defendia uma política diferenciada para os pequenos produtores) e direitos sociais (saúde, previdência). No entanto, os principais avanços para os trabalhadores rurais ocorreram apenas na área de seguridade social com a equiparação de direitos entre os trabalhadores urbanos e rurais. Nos dois outros pontos (reforma agrária e Lei Agrícola) houve retrocesso, prevalecendo os interesses dos latifundiários e empresariado rural (SCHMITT, 1996). Em relação ao movimento sindical a nova Constituição, embora tenha propiciado certa autonomia às organizações de trabalhadores (fim do enquadramento sindical e estatuto único), manteve não somente a unicidade sindical, mas o imposto sindical e a estrutura confederativa, que eram as principais reivindicações da CONTAG.

produtores rurais. Além disso, com o reajuste monetário (Planos Collor I e II) as dívidas agrícolas foram corrigidas muito acima do preço dos produtos, aumentando o endividamento dos agricultores. Não foi por acaso que o crédito rural se tornou, na década de 90, um dos principais temas de debate nas organizações sociais rurais, em especial no movimento sindical.

O final da década de 80 foi, também, um período de crise de representatividade e de identidade para o sindicalismo rural. Segundo BRANCHER (2001), a CONTAG passava por um período de desgaste devido à sua aproximação ao governo Sarney e apoio ao I PNRA, o que havia provocado certo distanciamento dos sindicatos e de suas estratégias de lutas junto aos trabalhadores por eles representados. Aliado a isso, o fortalecimento de outros atores sociais, com identidades e demandas próprias (sem terra, mulheres, seringueiros, atingidos por barragens, CUT, pescadores, quebradeiras de coco, entre outros), estabeleceu uma crise de mediação com o movimento sindical de trabalhadores rurais.

“Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais tiveram dificuldades de coexistir com as novas formas de organização. Isso, combinado com mudanças econômicas significativas, na área rural e com uma conjuntura nacional e internacional desfavorável ao sindicalismo em geral, no campo e na cidade, conduziu a um período marcado por um certo desânimo e uma diminuição da intensidade de algumas lutas, culminando o que se convencionou chamar de ‘crise do sindicalismo rural’” (CONTAG, 1995: 29).

MEDEIROS (2001) analisa que a emergência de novos atores, novas identidades e novas demandas deu maior visibilidade política à categoria trabalhadores rurais, mas, ao mesmo tempo, acentuou a percepção social da grande diversidade contida nesta categoria. As oposições sindicais inauguraram novas iniciativas de enfrentamento, estranhas às práticas vigentes no “sindicalismo contaguiano”, e buscaram alternativas organizativas, de caráter local (em especial associações), para enfrentar os problemas relacionados à produção e comercialização. Este conjunto de mudanças afetou profundamente o sindicalismo rural dirigido pela CONTAG, que deixa de ter o monopólio de falar pelos trabalhadores rurais e passa a disputar sua representação e bandeiras com outras formas organizativas, tanto dentro (sindicatos por categorias específicas: empregados rurais, fumicultores, suinocultores, agricultores familiares) como fora do universo sindical (MST, Conselho Nacional de Seringueiros).

“Apesar da reiteração da identificação dos diferenciados segmentos com o mundo do trabalho, ela passou a se dar através de uma clara diferenciação das categorias que passaram a ganhar identidade própria e a se constituir como atores diferenciados no cenário político. Ocorreu uma ‘implosão’ da categoria ‘trabalhador rural’ tal como constituída nos anos 70, acompanhada pela emergência de diversas possibilidades organizativas que romperam com a tradição unitária de representação do sindicalismo rural” (MEDEIROS, 2001: 108).

Para o movimento sindical rural cutista este foi, paradoxalmente, um período de avanços e de crise. O setor rural, inicialmente organizado na Secretaria Rural da CUT, foi transformado no III CONCUR (1988) numa organização própria, orgânica à Central, o Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR), criado oficialmente no I Congresso do DNTR (1990), e nos estados foram criados os Departamentos Estaduais de Trabalhadores

Rurais (DETRs)⁹⁰. Esta mudança favoreceu os “rurais da CUT”, que passam a trabalhar mais afirmativamente com as demandas dos pequenos produtores, o mais numeroso e influente na porção rural da Central.

Na região Sul, o movimento sindical combativo passou a adotar uma identidade cutista, criando assim os Departamentos Estaduais (DETR-SC e DETR-PR em 1989 e o DETR-RS em 1990). Com estas mudanças na organização sindical a atuação do movimento se concentrou em dinâmicas mais estaduais, o que fez com que a com que Articulação Sul perdesse força e voltasse a se rearticular somente em 1992, com a criação do Fórum Sul dos DETRs/CUT, mais tarde denominado Fórum Sul dos Rurais da CUT.

Contudo, a generalidade do discurso e a dificuldade em modificar de modo substantivo a estrutura sindical corporativa restringiu o alcance das rupturas que o sindicalismo rural cutista tentava instituir⁹¹. Estas continuidades, associadas ao contexto desfavorável do início da década de 90, acabaram por conformar um quadro de crise. Contribuiu para esta crise o acirramento das divergências com o MST, que se fortaleceu e criou canais próprios de organização, independente dos sindicatos, e passou a questionar não somente a ação sindical relacionada às questões fundiárias, mas, também, a estrutura organizativa dos sindicatos.

No Rio Grande do Sul, os contornos desta crise foram discutidos no 5º Congresso Estadual da CUT (1989) e foram ressaltados os seguintes aspectos:

“O sindicalismo rural está em crise. Esta crise caracteriza-se por uma série de constatações, destacando-se: o peso da estrutura sindical oficial, a falência econômica dos trabalhadores e dos sindicatos, a falta de conquistas econômicas, o surgimento de vários outros atores que, de certa forma, são mais ágeis e mobilizam muito mais, como movimentos (sem-terra, mulheres, barragens), cooperativas, associações de produtores etc. Também tem pesado a influência direta das classes dominantes junto aos trabalhadores, como a ação da UDR junto aos pequenos proprietários em alguns Estados ou das cooperativas como é o nosso caso” (SCHMITT, 1996: 218).

Segundo Claudia Schmitt (entrevista 2007), o movimento sindical cutista da região Sul (assim como outros movimentos sociais) esteve bastante mobilizado para o debate da Constituinte e, em seguida, para a campanha presidencial de 1989. A derrota de Luiz Inácio Lula da Silva, aliada às dificuldades em transformar a estrutura sindical oficial e à crise dos pequenos produtores, que se agravou ainda mais com a implantação do projeto neoliberal, provocou uma crise de desagregação no movimento sindical.

⁹⁰ Neste período houve um crescimento expressivo do número de sindicatos e federações filiados à CUT (até 1988 existiam 246 sindicatos filiados à Central. Em 1990 este número passou para 429 e em 1993 para 630 sindicatos). Em 1993 já existiam sete federações filiadas à CUT (PA, TO, GO, RO, CE, AC e PI) e composição com setores progressistas da CONTAG nas federações de MG, ES, PE, BA e AM (FAVARETO, 2001; DNTR, 1993).

⁹¹ Segundo SCHMITT (1996), embora no discurso das oposições sindicais a crítica ao assistencialismo sempre estivesse presente, principalmente a prestação de serviços de atendimento médico e odontológico pelos STRs, ela raramente aparecia de forma explícita. Nos sindicatos gaúchos que tomaram a decisão política de abrir mão do controle sobre os serviços de saúde, resultando inclusive na implantação de experiências de gestão dos serviços da saúde com a participação dos trabalhadores, este fato “(...) parece ter contribuído para que ocorresse um relativo esvaziamento da entidade, que perdeu suas antigas atribuições sem conseguir uma nova imagem e um novo papel junto aos associados” (SCHMITT, 1996: 209). Como resposta, a maioria dos dirigentes sindicais de oposição optou por manter uma estrutura híbrida, onde os momentos de luta coexistissem com a rotina do atendimento individualizado no balcão do sindicato.

“Principalmente depois da campanha o movimento sindical entra numa crise bárbara de desmobilização, de desagregação de lideranças, do que fazer. Você tem um refluxo importantíssimo dentro da Igreja, também, neste mesmo período. O Sul do Brasil, e outras regiões, era cercado de agentes pastorais, de pessoas que faziam este trabalho de base, que mobilizavam. Então, começa a entrar uma conjuntura de refluxo mesmo. E aí os movimentos vão tentar elaborar como podem” (Claudia Schmitt, entrevista 2007).

Esta conjuntura de crise no sindicalismo rural, que se expressava de forma diferenciada entre as regiões, colocou na ordem do dia vários questionamentos sobre a estrutura sindical e o papel dos sindicatos. O movimento sindical repensa suas estratégias, altera suas formas de luta e assume como prioridade a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, “através de uma ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar”, conforme será abordado a seguir.

3.1.2. Rumo ao projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável⁹²

Na avaliação do movimento sindical cutista, a definição política que colocou a necessidade de buscar alternativas de desenvolvimento para o campo foi resultado de uma avaliação do esgotamento do atual modelo de desenvolvimento, em crise desde meados da década de 80, e da compreensão que existia de fato uma disputa política estabelecida pelo confronto de concepções de desenvolvimento entre os pequenos produtores e os grandes proprietários de terra (DNTR/CUT, 1995).

Este debate vinha sendo feito por alguns Departamentos Estaduais da CUT, principalmente da região Sul, em resposta à crise do setor agrícola. Segundo Gilmar Pastorio (entrevista 2007), a pequena produção passava, no final da década de 80, por um “processo de derretimento praticamente”, no qual os agricultores estavam completamente endividados. Muitos agricultores priorizaram os cultivos comerciais e estavam deixando de produzir, inclusive, os alimentos para o consumo da família.

“Ele [o agricultor] já não criava mais galinha, porque a galinha comia a soja, ia lá e pinicava a soja. Já não criava mais porco, porque não plantava mais milho, só plantava soja, então não tinha mais comida pro porco, não criava mais. Só tinha uma vaquinha de leite porque, enfim, a soja dava mais, então vende as vacas, lavra o potreiro e faz soja no potreiro. Foi desta forma que a agricultura familiar do Sul do Brasil se tornou produtora de soja” (Gilmar Pastorio, entrevista 2007).

Na opinião de Gilmar Pastorio (entrevista 2007), foi a constatação do empobrecimento dos pequenos produtores que provocou o debate sobre a necessidade de repensar o padrão tecnológico moderno. A crise do setor agrícola, com o progressivo endividamento dos agricultores e abandono da atividade agrícola, possibilitou uma avaliação crítica do modelo de desenvolvimento e abriu perspectivas para a discussão de alternativas ao mesmo.

“Nós vínhamos de um processo de exaustão do projeto, que iniciou nos anos 60 com a Revolução Verde, operação tatu, isso tudo, em especial no Sul. Lá

⁹² Tema do 7º Congresso Nacional da CONTAG (1998).

chamava operação tatu: fazer curva de nível, fazer não sei o que, arrancar mato até na barranca dos rios, empurrar o rio pra dentro pra poder plantar soja, plantar milho, enfim, produção de grãos. Naquele momento, quanto mais avançava... a gente começou a perceber que quanto mais os agricultores plantavam, mais se endividavam; quanto mais trabalhavam, menos sobrava. Neste momento a gente falou: tem alguma coisa errada! A gente começou a fazer um processo de debate dentro do Departamento com os sindicatos dos três estados do Sul e dissemos: bom, olha, o agricultor está trabalhando mais, está trabalhando muito mais, ganhando muito menos e está se endividando mais. Alguma coisa está errada! Precisamos começar a debater que modelo é esse” (Gilmar Pastorio, entrevista 2007).

Esta crítica ao modelo tecnológico começou a aparecer de forma mais clara no 1º Congresso Nacional do DNTR/CUT (1990), que elegeu como principal questão a “construção da unidade na diversidade”, na qual a diferenciação da situação do trabalho no campo foi ponto de partida para refletir a organização do movimento sindical⁹³. Entretanto, a idéia de construir um projeto alternativo de desenvolvimento ganhou força somente a partir dos debates realizados no 2º Congresso DNTR/CUT e na Plenária Nacional (1993).

O 2º Congresso do DNTR foi realizado em meio a uma profunda crise do sindicalismo cutista, fruto das discussões sobre estrutura sindical e da construção do “novo sindicalismo”⁹⁴. Contudo, apesar destas disputas, este Congresso apontou a necessidade de construção de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo, cujas bases foram aprofundadas na Plenária Nacional (DNTR/CUT, 1995).

Nesta Plenária, foi deliberado pela “implementação de organizações sindicais de base diferenciadas entre sindicatos de assalariados e pequenos agricultores” e pela construção de um “projeto alternativo de desenvolvimento” para o campo – decisões que tiveram forte influência do Fórum Sul dos Rurais da CUT. Estas definições marcam uma mudança de estratégia do movimento sindical, partindo para a construção de uma agenda mais propositiva com elaboração de uma pauta nacional de lutas (DNTR/CUT, 1993b: 14)⁹⁵.

⁹³ Neste Congresso foram abordadas a diversidade de categorias e de realidades existentes no campo (assalariados, pequenos produtores, pescadores, extrativistas, indígenas, atingidos por barragens) e a dificuldade para o movimento sindical em trabalhar com esta diversidade de demandas. “A diversidade de categorias representa também uma das expressões da dimensão perversa do modelo de desenvolvimento agrícola. É perversa porque se pauta na desigualdade, na exploração e na dominação de classe. Mas ela também desvenda as contradições e os limites deste modelo agrícola: a luta dos trabalhadores rurais é a expressão disso. As inúmeras fontes de luta existentes questionam a realidade e a concepção deste modelo. A diversidade das lutas no campo, hoje, significa a generalização da reação e da contestação” (DNTR/CUT, 1990: 16).

⁹⁴ Existia um grande debate dentro da CUT sobre estrutura sindical. A principal divergência era se a CUT deveria disputar dentro ou fora da estrutura oficial da CONTAG. No 5º Congresso da CONTAG (1991), após inúmeras controvérsias e intensos debates, a CUT articulou uma chapa de composição com os setores progressistas da CONTAG. Esta estratégia foi considerada precipitada pelo setor cutista e acabou gerando uma forte crise dentro da Central, que se refletiu no 2º Congresso do DNTR, no qual os delegados não conseguiram chegar a um acordo, postergando a definição para a 1ª Plenária Nacional do DNTR, realizada em agosto do mesmo ano. Nesta Plenária foi deliberado, por ampla maioria, pela “manutenção da disputa pela estrutura da Contag, considerando-a como uma das partes da construção da CUT no campo”.

⁹⁵ Neste mesmo período (1993) a região Sul retoma o debate em torno da política de crédito. Com a assessoria do DESER, o movimento sindical fez um intenso processo de discussão e elaborou uma proposta de crédito diferenciado com o lema “Crédito de investimento – uma luta que vale milhões de vidas”, propondo subsídios e rebates diferenciados para os pequenos agricultores. O CAMP Vídeo contribuiu para a massificação do debate através do vídeo “Terra da Gente”. Além da temática do crédito, ganhou destaque, também, a implementação da

“O país passa por uma de suas maiores crises, com miséria, recessão, arrocho salarial, elevado desemprego, alta inflação e falência do Estado. Diante deste quadro, não é possível insistir em uma ação sindical somente de caráter reivindicatório e contestatório” (DNTR/CUT, 1993b: 02).

“A construção de um Projeto Alternativo de Desenvolvimento Econômico para o campo, articulado com toda a Central e setores aliados. Esse Projeto deve servir como base para elaboração de pautas concretas de reivindicação e negociação” (idem).

No entendimento dos cutistas, o projeto alternativo de desenvolvimento deveria ser construído com base nas experiências desenvolvidas pelos trabalhadores, a partir das lutas e do debate político com toda a sociedade. Como eixos prioritários desta proposta, destacam-se: a reforma agrária; política agrícola diferenciada para os pequenos produtores; melhoria das condições de vida e trabalho dos assalariados; produção agrícola e respeito ao meio ambiente (o novo modelo deve levar em conta as questões sociais e ecológicas da produção agrícola); organização da produção – “apostar em iniciativas para a organização da produção, industrialização e comercialização” (DNTR/CUT, 1993b).

“A Reforma Agrária, aliada a uma política agrícola diferenciada, é um dos elementos centrais de uma proposta de alternativa de desenvolvimento do campo com distribuição de renda. A Reforma Agrária deve ser entendida como instrumento econômico e político de transformação da sociedade e não só como instrumento de política social” (DNTR/CUT, 1993b: 03).

Esta Plenária aprovou, também, a realização de uma jornada nacional de lutas – com base nas experiências dos cutistas da região Norte (Gritos do Campo/Amazônia) e da região Sul (Jornadas de Luta) – que envolvesse o conjunto das organizações dos trabalhadores rurais, com pauta unificada nacionalmente. “O DNTR deve realizar em conjunto com outras entidades uma ação nacional por terra, trabalho, salário, crédito, saúde e previdência” (DNTR/CUT, 1993b: 5). Esta proposta originou no ano seguinte (maio de 1994) o 1º Grito da Terra Brasil, “(...) uma das maiores manifestações de massa do sindicalismo rural, envolvendo cerca de 100 mil trabalhadores em 23 estados” (RODRIGUES, 2000: 55).

“Por que Grito da Terra Brasil? Era quando a gente percebeu que de fato o modelo estava levando à exaustão dos recursos naturais. Então, a idéia era que a terra gritasse, pedisse por socorro, gritasse e pedisse por socorro, por isso nós colocamos o nome de Grito da Terra Brasil. Não foi algo que surgiu do nada, de uma idéia de uma pessoa iluminada. Ah, vamos chamar de Grito da Terra Brasil. Não. Tinha toda uma lógica da construção de um novo projeto e a terra gritando por socorro, porque aquele modelo não servia” (Gilmar Pastorio, entrevista 2007).

O 1º Grito da Terra Brasil foi a primeira grande mobilização nacional rural a envolver diversas organizações nacionais de trabalhadores (CUT, MAB, MST, CNS, MONAP, CAPOIB). Esta mobilização teve como principal conquista a criação do Programa de

legislação previdenciária, o Mercosul e o debate para a elaboração de um projeto alternativo de desenvolvimento para o campo (BONATO, 2003).

Valorização da Pequena Produção (PROVAPE), que no ano seguinte foi alterado e passou a ser denominado de Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), constituindo-se no primeiro programa nacional de crédito diferenciado, uma antiga reivindicação do movimento sindical para o setor.

“Com o Grito da Terra consolidamos uma nova forma de luta, ao mesmo tempo que demos um passo adiante na construção da unidade de ação entre os diversos movimentos e na forma de relacionar-se com o Estado. O principal mérito destas mobilizações é que os movimentos, pela primeira vez, conseguiram sistematizar um conjunto de propostas alternativas de desenvolvimento, tendo como referência as políticas públicas” (DNTR/CUT, 1995:24).

Os Gritos da Terra Brasil passaram a ser realizados anualmente e no 2º Grito a CONTAG também passou a fazer parte de sua organização. Os Gritos são considerados, também, um marco da opção pela agricultura familiar e na construção de sua identidade⁹⁶. A partir de então a terminologia agricultura familiar passa a ser utilizada em substituição à pequena produção. Esta mudança de estratégia do sindicalismo (articulação nacional de lutas e proposição de políticas públicas), aliada à globalização da economia, complexifica a luta política, exigindo das organizações uma crescente capacidade de formulação de políticas públicas, coerente com esta nova conjuntura.

O 6º Congresso da CONTAG, previsto para acontecer em 1994, ocorreu em 1995, sendo realizado em 1994 um Congresso Extraordinário, onde a CUT consegue aprovar um conjunto de resoluções que contribuíram para a filiação da CONTAG à Central no congresso seguinte. Foi realizada, neste Congresso Extraordinário, uma pesquisa de opinião que mostrou que 57,67% dos delegados eram favoráveis à filiação, sendo a região Sul a única onde os contrários eram a maioria (BITTENCOURT, 2000)⁹⁷.

No 6º Congresso, que tinha como lema “Nem fome, nem miséria o campo é a solução. Reforma agrária, agricultura familiar e salário digno”, foram tomadas duas decisões importantes para o MSTR: a filiação da CONTAG à CUT e a incorporação do debate sobre a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento.

As disputas históricas existentes entre as duas entidades e o apontamento para a necessidade de construção de uma estratégia conjunta de luta apareceram no discurso do presidente na CONTAG, Francisco Urbano, na abertura do 6º Congresso. Ele ressaltou a importância de unir forças para enfrentar o “verdadeiro inimigo”, identificado com o projeto neoliberal.

⁹⁶ A terminologia “agricultura familiar” é utilizada pelo sindicalismo, pela primeira vez, em publicações do DESER, nos documentos e estudos, em 1993, com o “Diagnóstico sócio-econômico da agricultura familiar no sudoeste do Paraná” e, a partir de então passa a se tornar de uso corrente nos documentos (RODRIGUES, 2000).

⁹⁷ A CUT fez, neste período, um amplo processo de preparação para o 6º Congresso da CONTAG. “Participamos de todas as plenárias estaduais, debatendo nossa plataforma e apresentando emendas ao documento base da Contag, grande parte das nossas emendas foram incorporadas ao documento guia” (DNTR/CUT, 1995: 08). Foi realizada, inclusive, uma campanha de filiação da CONTAG à CUT, no início de 1995, direcionada aos sindicatos com o lema “A soma das forças entre CONTAG e CUT, fortalecendo o sindicato”. Este debate saiu do movimento sindical e permeou outros segmentos da sociedade. A aceitação do discurso era grande e mesmo antes do Congresso já não existiam mais dúvidas sobre sua filiação. (DNTR/CUT, 1995).

“Tenho a convicção, companheiros, que só unidos, só passando por cima das divergências que nos separam pela forma de pensar ou de agir é que seremos capazes de enfrentar os desafios aí colocados. É preciso identificar onde está o verdadeiro inimigo e adversário dos trabalhadores. Não está nesta sala, não está nas eventuais divergências entre cada um de nós. Nós temos a obrigação moral e política (...) de lutarmos para que possamos viver um dia melhor e que este dia seja breve” (CONTAG, 1995: 15).

Neste Congresso, após intenso debate, foi feito um acordo de chapa única para a direção da CONTAG, com Francisco Urbano (dirigente da CONTAG) para a presidência e Avelino Ganzer (liderança histórica da CUT rural) para a vice-presidência⁹⁸. Para estabelecer esse arranjo, ao invés de promover uma ruptura com a tradição contaguiana, contribuíram, de um lado, a pressão de dirigentes sindicais urbanos, preocupados em ampliar a influência da CUT sobre um leque mais amplo de sindicatos e de forças políticas e, de outro lado, o medo das próprias lideranças rurais da CUT de assumir a direção da CONTAG sob o signo do divisionismo (FAVARETO, 2001).

A outra decisão importante foi que a CONTAG, neste Congresso, passou a fazer uma crítica mais veemente ao modelo tecnológico – “conservador, excludente e ecologicamente insustentável” – e assumiu como estratégia política a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, cujas diretrizes principais foram discutidas e aprovadas no 7º Congresso Nacional da CONTAG.

“O padrão tecnológico, sobre o qual se assenta o modelo, caracteriza-se pelo uso intensivo de sementes melhoradas e híbridas, adubos químicos, agrotóxicos, hormônios e corantes, maquinaria pesada etc, além de ser forte consumidor de energia. Caro, altamente dependente de insumos industriais e exigente em quantidades de terra, ele não se ajusta às condições da agricultura em regime de economia familiar. Além disso, esse padrão tem efeitos destrutivos sobre o meio ambiente, gerando desequilíbrios, muitas vezes, irreparáveis nos ecossistemas, como a multiplicação de pragas, a esterilização dos solos, o assoreamento de rios e reservatórios, a poluição de águas, a devastação das florestas, a redução da biodiversidade, a contaminação dos alimentos o envenenamento de trabalhadores rurais. Este modelo aprofunda a exclusão social, gera desemprego, concentra terra e renda e é o responsável pela violência no campo e pelo assassinato de trabalhadores e lideranças sindicais, revelando-se incapaz de apoiar a superação da fome e da miséria no País. A passagem para um padrão de desenvolvimento sustentável, assentado na agricultura familiar, na agroecologia e na preservação e equilíbrio dos ecossistemas, é uma opção de desenvolvimento que coloca em jogo estruturas, interesses e formas de organização do conjunto da sociedade, correspondendo a um processo longo e complexo. No entanto, um modelo a longo prazo tem que ser construído desde já, articulando medidas de curto e médio prazo” (CONTAG, 1995: 51).

⁹⁸ “A chapa foi apresentada em plenário do Congresso sob reações de vários setores: a direita que não queria a filiação da Contag à CUT; as mulheres, que no decorrer do processo, não foram prioridade na definição da composição da executiva da Contag; setores ligados a Francisco Urbano que não aceitavam Avelino Ganzer e outros cutistas na executiva; setores Cutistas descontentes com o processo de negociação e decisão da chapa única, com Francisco Urbano na presidência. A chapa obteve 71,2% dos votos” (DNTR/CUT, 1995: 09).

Este fato, aliado a sua ativa participação nos Gritos da Terra Brasil, garantiu para a CONTAG uma renovação do seu discurso e da sua capacidade de interlocução com vários atores sociais. Ela também passou a utilizar a terminologia agricultura familiar em substituição ao pequeno produtor e criou secretarias específicas para trabalhar com os temas prioritários (agricultura familiar, assalariados, reforma agrária), reconhecendo e legitimando a diversidade de situações e interesses emergentes no sindicalismo rural. Além disso, novos temas se impuseram ao sindicalismo, com destaque para as questões de gênero e geração.

A filiação da CONTAG à CUT trouxe um novo dinamismo para o sindicalismo rural e possibilitou a soma das potencialidades dos dois projetos. A CONTAG possuía uma estrutura de invejável capilaridade e boa capacidade de interlocução com o Estado. Enquanto o novo sindicalismo tinha grande capacidade de mobilização e apresentava conteúdos e práticas renovadoras (FAVARETO, 2001).

“Com a aprovação da filiação da Contag à CUT, o movimento sindical rural conseguiu reunir novamente numa mesma entidade sindical nacional a representação dos trabalhadores rurais brasileiros. Temos clareza que a direção eleita, bem como as resoluções aprovadas dão suporte na implementação de uma nova dinâmica na condução das lutas e no enfrentamento das políticas neoliberais do Governo. A filiação também cria novas condições na forma de relacionamento dos diversos atores sociais no campo uma vez que a CUT sempre se pautou pelo respeito à diversidade, buscando relacionar-se com estes movimentos no sentido de construir/elaborar políticas que atendam os interesses dos mais diversos setores do campo brasileiro” (DNTR/CUT, 1995: 10).

Esta aproximação entre as duas organizações sindicais não conseguiu, contudo, romper com as divergências históricas existentes entre as mesmas. A CUT não tem conseguido alterar a estrutura sindical e a unicidade sindical vem sendo reafirmada, em todos os congressos da CONTAG, como princípio orientador da organização dos trabalhadores rurais. Outro agravante é que a CONTAG não aceita a filiação das novas entidades organizativas (FAF/SP, FERAESP, FETRAFESC, FETRAF/Sul)⁹⁹ que, por sua vez, também são filiadas à CUT. Este fato tem gerado, segundo FAVARETO, duas contradições no sindicalismo rural:

“(…) em primeiro lugar, porções importantes da base histórica da CUT, onde foram gestadas boa parte das propostas hoje assumidas pela CONTAG, têm ficado alijadas dos espaços de discussões e representação da confederação. Em segundo lugar, o conjunto das propostas gestadas pela CUT para transformar a estrutura sindical são negadas pela CONTAG, que passou a ser seu organismo de expressão e organização no campo” (FAVARETO, 2001: 111).

Após o 6º Congresso, o MSTR continuou o debate sobre a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento nas suas várias instâncias, realizou seminários regionais de desenvolvimento alternativo (1996) e, em conjunto com a CUT, o “Projeto CUT/CONTAG de Pesquisa e Formação Sindical”, resultando em “momentos ímpares de elaboração e

⁹⁹ Federação da Agricultura Familiar de São Paulo – FAF/SP, Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo – FERAESP, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina – FETRAFESC, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF/Sul.

sistematização de propostas”¹⁰⁰. Ademais, as mobilizações do Grito da Terra Brasil têm sido outro importante espaço para formulação e articulação de demandas por políticas voltadas para um novo desenvolvimento (CONTAG, 1998).

O Projeto CUT/CONTAG foi organizado em dois eixos temáticos: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e Organização Sindical. O objetivo era articular as demandas dos diversos segmentos do setor rural (agricultores familiares, assalariados rurais, trabalhadores sem terra, aposentados) em um projeto coeso que apontasse para a transformação do caráter excludente do atual modelo de desenvolvimento. A execução do Projeto foi realizada através de três eixos operativos: diagnóstico do setor rural brasileiro¹⁰¹; formação (capacitação de dirigentes para elaboração de políticas públicas); elaboração de diretrizes do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural e de políticas para a ação e organização sindical (Projeto CUT/CONTAG, 1998).

“A pesquisa teve como objetivo reunir elementos para a elaboração de um diagnóstico da situação atual do sindicalismo rural brasileiro, visando uma ação sindical mais eficaz e pautada em um projeto de desenvolvimento rural sustentável, fortemente ancorado na produção de base familiar e numa ampla e massiva reforma agrária” (Projeto CUT/CONTAG, 1998: 27).

De acordo Gilmar Pastorio (entrevista 2007), o Projeto CUT/CONTAG tinha como objetivo implícito uma aproximação maior entre as duas organizações, visando a superação das suas divergências. O setor cutista objetivava, também, ampliar sua visibilidade no meio rural e transformar a confederação dos trabalhadores rurais numa entidade cutista, buscando a filiação à CUT de todas as federações e sindicatos contagianos.

“O Objetivo era a partir das experiências da CUT – porque a CONTAG nunca reconheceu o Departamento, então falava-se em CUT – e a partir das experiências da CONTAG formular um projeto de desenvolvimento para a agricultura familiar do Brasil. Este era o objetivo. Objetivo pelo qual nós disputamos recursos. O que foi na verdade? Foi uma das formas de tentar aproximar a CONTAG da CUT. Porque, assim, a CONTAG tinha se filiado à CUT e foi uma das formas de, primeiro, tentar fazer com que a CONTAG se tornasse uma entidade cutista e tentar trazer pra dentro da CUT o conjunto dos sindicatos e federações que ainda não estavam filiados. Porque a Confederação era filiada, mas mais da metade das FETAGs não são filiadas até hoje. E muito mais da metade dos sindicatos, não são filiados nem até

¹⁰⁰ O Projeto CUT/CONTAG foi realizado em três anos (jul/96 a jun/99) e teve apoio das seguintes entidades: ICCO, FNV e Solidaridad da Holanda; Conselho de Cooperação LO/TCO da Suécia. “Para elaboração deste Projeto foram realizadas várias reuniões conjuntas entre representantes das executivas da CUT e da Contag. Contou também com a participação de dirigentes e assessores da CUT no Planejamento da Executiva da Contag e no Conselho de Representantes da Confederação, onde o projeto foi apresentado e aprovado por todas as Federações. Outro momento importante na elaboração do projeto foi a realização do Seminário Normativo nos dias 11 e 12 de julho de 1996, em Brasília (DF), que contou com a participação de dirigentes sindicais da CUT e Contag da quase totalidade dos Estados, que debateram o Projeto e definiram os passos para o início do diagnóstico nas regiões”(Projeto CUT/CONTAG, 1998:08). Para a realização do diagnóstico do setor rural foi montada uma equipe técnica composta por assessores da CUT e da CONTAG, consultores contratados para cada um dos eixos e por um grupo de pesquisadores contratados pelas Escolas Sindicais da CUT e ONGs em todas as regiões do país.

¹⁰¹ O Projeto CUT/CONTAG mapeou a existência de quarenta e quatro dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento rural no Brasil.

hoje. A idéia era, a partir de um processo de debate – por isso os temas eram organização da produção e sindicalismo, exatamente para atacar os dois flancos que estavam temerários, que eram... quanto ao processo de organização você tinha uma federação filiada, mas que 80% daquilo que compunha, que eram os sindicatos, não estavam filiados. Tinha a filiação de cúpula e não da base. Então era uma aposta” (Gilmar Pastorio, entrevista 2007).

A construção deste Projeto possibilitou a realização de um debate amplo sobre a realidade do sindicalismo rural, resultando num grande aprendizado sobre a realidade do campo e a situação da agricultura familiar. Contudo, segundo Gilmar Pastorio (entrevista 2007), na temática organização sindical as divergências continuaram e as divergências de concepções e entendimentos entre as duas organizações sindicais não permitiram tomadas de posições sobre as questões mais polêmicas do PADRS. A proposta aprovada é considerada bastante ampla, na qual “todas as posições acabam sendo contempladas”, mas não existe um posicionamento claro sobre questões fundamentais que orientam este novo modelo, como por exemplo em relação à agroecologia e aos transgênicos.

“Têm coisas muito interessantes no sentido da pesquisa. Se levantou dados, acho que nem o IBGE tem tantos dados quanto se têm no projeto: dados de produção, onde estão [agricultores], como estão, como se organizam, saldo organizativo, as várias experiências. Foi muito bom. Agora, aonde ficou o problema? Quando você terminou este passo de coletar as informações e tal, quando a gente foi dar o segundo passo, que era afunilar o debate pra discutir um projeto de desenvolvimento sustentável, diferenciado, com base na agroecologia, solidário, ficou isso! Aí afunilou no sentido de a direção da CONTAG mais a direção nacional do Departamento e aí as divergências existentes continuavam. Aí, bom, se buscou acordos. Quando você busca acordos políticos dentro de algo que transcende as concepções, então você acaba tendo que abrir mão de alguns entendimentos de ambos os lados. E aí ficou isso que você leu, que é um mistão com alguns apontamentos, mas nunca claros. Porque, tipo assim, pra CONTAG dizer hoje: sou contra os transgênicos e pronto. Bom, metade das federações se desfiliam da CONTAG na hora (...). Se a CONTAG disser o seguinte: muito bem, vamos discutir os transgênicos, já que não tem jeito mesmo. Ganha o Sul e perde todo o Nordeste. Então a posição deles é uma posição ampla – que nem as leis brasileiras, cada um interpreta de um jeito. Então, todas as posições acabam sendo contempladas. Por que a gente desistiu de disputar? Porque é isso! Porque eles não conseguem dizer: é sim ou é não! É sempre: pode ser, vamos ver! Porque o conjunto dela é muito heterogêneo (Gilmar Pastorio, entrevista 2007).

No 7º Congresso Nacional (1998) a temática foi “Rumo ao Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”, através de uma ampla e massiva reforma agrária e da valorização e fortalecimento da agricultura familiar¹⁰². Neste Congresso ganhou destaque,

¹⁰² Neste Congresso as divergências entre as duas instituições novamente afloraram a ponto de, pela primeira vez, se ter duas chapas disputando a direção da Confederação. Saiu vencedora a Chapa 1 liderada por Manoel do Santos (66,26% dos votos) da CONTAG. Esta disputa eleitoral, depois de esgotadas as possibilidades de negociações, provocou rupturas no sindicalismo e acirrou ainda mais as disputas internas a ponto das questões mais polêmicas (organização, estrutura sindical e finanças) serem designadas para o 2º Congresso

também, a discussão de gênero sendo aprovada a cota de no mínimo trinta por cento de mulheres em todas as instâncias do sindicalismo rural. Houve inclusive a alteração do nome do movimento, que passou a ser “Movimento Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais” (MSTTR) e do congresso nacional da entidade, chamando-se “Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais”.

As diretrizes principais do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) foram aprovadas neste Congresso e o mesmo passou a nortear as ações políticas da entidade. Este Projeto tinha como ponto de partida uma noção bastante ampla de desenvolvimento, que deveria abranger diversas dimensões:

“(…) o desenvolvimento deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental. Este desenvolvimento deve privilegiar o ser humano na sua integralidade, possibilitando a construção da cidadania. As questões econômicas, portanto, têm que estar articuladas às questões sociais, culturais, políticas, ambientais e às relações sociais de gênero e raça” (CONTAG, 1998: 24).

No entendimento do MSTTR, a construção deste projeto alternativo de desenvolvimento passava, necessariamente, pela (o): luta pela reforma agrária: “é um instrumento essencial para promover o desenvolvimento democrático da agricultura e o resgate da cidadania para milhões de trabalhadores e trabalhadoras que, expulsos da terra, se viram excluídos do processo produtivo” (CONTAG, 1998: 25); fortalecimento da agricultura familiar – capacidade de gerar emprego e renda a baixo custo e, potencialmente, com menores danos ambientais; assalariados rurais – ampliação das oportunidades de trabalho, renda digna e respeito aos direitos trabalhistas; formulação de políticas sociais para o campo – “educação, saúde, lazer, previdência e assistência social, formação profissional, pesquisa e assistência técnica” (idem, p.29); relações de gênero e geração – “legitimação e valorização social dos diversos sujeitos envolvidos, ou seja, mulheres, homens, jovens, crianças, idosos, eficientes e excepcionais” (idem, p.30).

“A estratégia do MSTR deverá estar articulada com o enfrentamento ao projeto neoliberal, suas conseqüências e seus gestores, e com a reorganização sindical, buscando maior organicidade, democracia e transparência às estruturas e às ações. Isto só será possível combinando-se um conjunto de iniciativas e ações, entre elas a necessidade de dar continuidade e visibilidade à elaboração do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável, fazendo dele um instrumento de proposição clara para as novas diretrizes contra a miséria e a exclusão social” (CNTR, 1998: 31).

Para o movimento sindical, a elaboração e implementação de um projeto alternativo de desenvolvimento deve estar obrigatoriamente articulada a um processo intenso de luta e mobilização popular (Gritos da Terra Brasil, campanhas salariais, ocupações de latifúndios, pressão aos órgãos públicos, luta dos aposentados, jovens) e estabelecer uma política de alianças com outros movimentos e organizações sociais. Visto que, um dos principais desafios é combinar as mobilizações locais com as reivindicações de políticas públicas globais (CONTAG, 1998).

Extraordinário, realizado em 1999. Neste Congresso, as principais teses defendidas pela CUT (filiação das estruturas diferenciadas, proporcionalidade, liberdade e autonomia sindical) foram novamente derrotadas (BITTENCOURT, 2000).

Diante da conjuntura política e econômica desfavorável para a agricultura familiar do início da década de 90, o movimento sindical rural começou a se envolver mais intensamente na construção de um projeto alternativo de desenvolvimento, em que a agricultura familiar é a base social prioritária, juntamente com a realização da reforma agrária – “realização de uma ampla e massiva reforma agrária e a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar”. Contudo, no tocante ao modelo tecnológico, embora tece críticas ao mesmo, destacando suas conseqüências econômicas, sociais e ambientais, não existia ainda uma orientação muito precisa do movimento como um todo sobre o rumo que irá seguir.

“O atual modelo tecnológico, além dos danos ambientais, provoca a exclusão social. O enfrentamento da questão ambiental, portanto, além da sua importância ecológica, é condição fundamental para a formação da sustentabilidade deste projeto. O MSTR ainda não tem uma noção precisa da importância do componente ecológico para a sustentabilidade do projeto, mas já existem experiências e propostas em curso. O debate é amplo em outros setores da sociedade e, em geral, as propostas mais significativas contam com a participação ativa das organizações das trabalhadoras e trabalhadores rurais” (CONTAG, 1998: 147).

Para o movimento sindical a sistematização e debate destas experiências, no contexto da formulação do PADRS é tarefa fundamental. Além disso, ressalta a importância de iniciar uma reflexão sobre como incluir o elemento ambiental no conjunto de políticas que o MSTR vem formulando. Como experiências que vem sendo construídas com a participação dos sindicatos de trabalhadores rurais, destacam-se:

“As experiências de manejo de solo, adubação verde, rotação de culturas etc, no Sul; as experiências de agrosilvicultura e comercialização no Sudeste; as experiências de irrigação em pequena escala e criação de pequenos animais no Nordeste; a diversificação de culturas e manejos de solo no Centro-Oeste; (...) no caso da Amazônia, o debate sobre a agricultura e meio ambiente tem contornos especiais. Diante da fragilidade daquele sistema (...) a prioridade que vem sendo construída pelo MSTR e outras organizações é o manejo sustentável da própria floresta através da extração com usos múltiplos” (CONTAG, 1998: 147).

O 8º Congresso da CONTAG (2001), cujo lema foi “Avançar na Construção do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável”, apontou para a necessidade de uma atuação mais forte do movimento sindical na organização da produção e na comercialização. Outra deliberação importante foi a incorporação – através da criação de uma Comissão de Jovens (vinculada à Diretoria Executiva da CONTAG) – dos jovens rurais na organização da CONTAG. Contudo, embora o movimento sindical venha avançando na construção do PADRS, aprofundando as concepções e discutindo os problemas para a sua implementação, a agroecologia ainda não está sendo efetivamente incorporada nas ações da CONTAG. No discurso aparece como uma questão importante, mas devido à grande heterogeneidade existente no interior da CONTAG, ainda não se configura como uma questão prioritária.

Este posicionamento dúbio aparece nas resoluções do 8º Congresso em que são destacados os seguintes princípios gerais que norteiam a elaboração e a construção do PADRS (CONTAG, 2001: 31):

- Contraposição e combate ao projeto neoliberal;

- Valorização do meio rural como espaço privilegiado para a implementação de políticas de inclusão social;
- Realização de uma ampla e massiva reforma agrária;
- Valorização e fortalecimento da agricultura familiar;
- Criar alternativas aos agricultores na situação de parceiros, meeiros ou arrendatário;
- Limite mínimo de área par 01 módulo fiscal e no máximo 35 (trinta e cinco) módulos fiscais;
- Fim de toda e qualquer discriminação de gênero, geração, etnia e raça;
- Melhoria das condições de vida (escola, creche, saúde e transporte seguro para estudantes e trabalhadores e trabalhadoras rurais), de renda e trabalho para assalariados e assalariadas rurais;
- Gestão democrática e descentralizada das políticas públicas, garantindo a participação dos diversos atores sociais em todas as etapas do processo, da concepção de propostas e tomada de decisões;
- Mobilizações das energias e potencialidades voltadas para o desenvolvimento local, regional e nacional, respeitando as diversidades, através de ações múltiplas e coletivamente articuladas;
- Distribuição da riqueza, da renda e do poder; lutando para a eleição de governos democráticos populares no âmbito nacional, estadual e municipal;
- Segurança e soberania alimentar;
- Geração de emprego e ocupações produtivas, garantida a igualdade de oportunidades;
- Lutar por um salário mínimo real e justo;
- Resgate da prática da solidariedade, da cooperação, associativismo e da equidade social, como força política e econômica dos trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- Qualificação e reconversão profissional dos trabalhadores e trabalhadoras, articulando o ensino formal, a pesquisa e a assistência técnica;
- Combate ao desemprego, à fome, à miséria, à violência e ao êxodo rural;
- Respeito à biodiversidade e garantia da preservação e recuperação dos ecossistemas;
- Emprego tático das negociações, do embate e da pressão no processo de construção do projeto.

Nota-se que novamente a agroecologia não entra como uma prioridade. Aparecem como questões importantes a organização e qualificação dos agricultores, a luta contra o modelo neoliberal, o respeito à biodiversidade, soberania alimenta, a gestão de políticas públicas, gênero, reforma agrária, valorização da agricultura familiar, inclusão social. A questão tecnológica nem sequer é mencionada como uma questão importante na construção do projeto de desenvolvimento.

Apenas no Documento Base do 9º Congresso da CONTAG (2005) aparece uma menção a este respeito, apontando que o movimento sindical passa a incorporar a agroecologia como uma estratégia importante para a categoria familiar.

“O grande desafio para a agricultura familiar é o de se afirmar enquanto a alternativa viável para a construção do desenvolvimento rural sustentável. Para tanto, a agricultura familiar deverá orientar, cada vez mais, suas formas produtivas e organizativas de modo a incorporar valores ambientais. Neste sentido, o PADRS define a agroecologia como estratégia a ser adotada pela agricultura familiar, porque este padrão produtivo, além de significar rentabilidade, incorpora valores essenciais da sustentabilidade” (Documento Base do 9º CNTR).

A CONTAG possui grande capilaridade no meio rural e forte capacidade de interlocução com o Estado, principalmente nas questões relativas à agricultura familiar e aos assalariados rurais. Suas principais bandeiras de luta ainda persistem como grandes temas da categoria (reforma agrária, assalariados, previdência). As primeiras críticas ao modelo de desenvolvimento começam a ganhar relevo ainda no final da década de 70, devido principalmente ao alto custo das tecnologias, e a reivindicação principal era por políticas agrícolas específicas para os pequenos produtores, que se encontravam praticamente excluídos do processo de modernização.

Na década de 80, período de crise na agricultura brasileira, a CONTAG reafirmou a necessidade de criação de uma nova política agrícola com prioridade para os pequenos produtores. Contudo, se tornou mais claro o seu posicionamento dubio em relação ao padrão tecnológico moderno. Ao mesmo tempo em que apoiava o uso de tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais, ela enaltecia o uso das tecnologias modernas, defendendo a democratização do modelo tecnológico e a criação de políticas agrícolas específicas para os pequenos produtores. Esta falta de clareza em relação à questão tecnológica deixa transparecer que este tema não era considerado prioridade para a organização, cuja preocupação se concentrava na luta pela reforma agrária.

Na década de 90, após um período de crise de representatividade e de identidade para o sindicalismo rural, ocorrem mudanças substanciais no movimento sindical. A implantação do projeto neoliberal havia acentuado ainda mais a crise da agricultura brasileira, principalmente da agricultura familiar, que passava por uma grave crise (endividamento, êxodo rural). O movimento sindical cutista assume uma postura crítica em relação ao modelo de desenvolvimento e passa a discutir a necessidade de construção de um “projeto alternativo de desenvolvimento para o campo”. Ademais, passa a construir estratégias conjuntas com outros movimentos do campo para o enfrentamento do modelo neoliberal, que resultaram na conquista de um programa nacional de crédito para a agricultura familiar.

Com a filiação da CONTAG à CUT as duas entidades assumem como prioridade a construção do projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável, através de uma ampla e massiva reforma agrária e do fortalecimento da agricultura familiar. O Projeto CUT/CONTAG representou um grande avanço para o movimento sindical, pois possibilitou a realização de um amplo debate sobre a realidade do sindicalismo rural e resultou num grande aprendizado sobre a realidade do campo e a situação da agricultura familiar.

Contudo, as profundas divergências entre as duas entidades impediram que fosse construído um ponto de vista comum em relação ao modelo de desenvolvimento. Acabou prevalecendo uma noção ampla sobre desenvolvimento – deve incluir crescimento econômico, justiça, participação social e preservação ambiental, mas não tem nenhuma orientação sobre a questão tecnológica, nem, tampouco, sobre a agroecologia. Em alguns sindicatos de trabalhadores rurais, principalmente ligados à CUT, existe uma incorporação maior do debate agroecológico, especialmente nos locais onde existe atuação de ONG de desenvolvendo ou redes de promoção de agroecologia. Porém o número de sindicatos que assumiu este desafio ainda é pouco expressivo.

Uma experiência importante a ser destacada é o Projeto Terra Solidária, realizado pela FETRAF-Sul, entre os anos 1999 e 2002.¹⁰³ O Terra Solidária era ao mesmo tempo uma

¹⁰³ A filiação da CONTAG à CUT havia enfraquecido o setor cutista da região Sul. No Rio Grande do Sul e no Paraná houve uma composição entre as duas instâncias sindicais, com prejuízos para o setor cutista, mas em Santa Catarina às divergências históricas impediram a construção de um acordo e o setor cutista criou em 1997 uma nova categoria sindical específica da agricultura familiar, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Santa Catarina – FETRAFESC. Em 1997 a região Sul voltou a ganhar relevância com a realização dos Encontros da Agricultura Familiar e com a realização do Projeto Terra Solidária. A derrota da chapa de setor

experiência de educação rural (ensino fundamental) para jovens e adultos e de formação de lideranças locais, com período de duração de dezoito meses. A partir de uma metodologia inovadora de educação e formação profissional para a agricultura familiar, o projeto objetiva agregar atividades de formação político-sindical de dirigentes e atividades de capacitação e estímulo à agroecologia e industrialização da produção (BONATO, 2003).

O curso partia da realidade dos agricultores familiares e buscava trabalhar os diferentes aspectos do sistema produtivo (econômico, ecológico, político, social e cultural), destacando a necessidade de mudança de modelo de desenvolvimento. O objetivo é estimular o “desenvolvimento rural sustentável e solidário”. O projeto foi elaborado com a participação de ONGs de desenvolvimento e durante sua vigência formou 140 turmas num total de mais de 5000 agricultores da região Sul. Em 2006 ele começou novamente a ser executado.

3.2. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

3.2.1. Origem e processo de formação do MST

A origem do MST é marcada por uma soma de conflitos fundiários enfrentados por agricultores sem terra no final da década de 70 e início da década de 80. Destacam-se a ocupação da fazenda Magali e Brilhante em Ronda Alta, Rio Grande do Sul; a ocupação da fazenda Burro Branco em Campo Erê, Santa Catarina; a ocupação da fazenda Primavera em Andradina, São Paulo; no Mato Grosso do Sul, municípios de Naviraí e Glória de Dourados, milhares de arrendatários se organizaram e lutaram pela permanência na terra; no Paraná a luta pela terra envolveu a construção da hidrelétrica de Itaipu, cuja inundação afetaria mais de dez mil famílias; em outros estados como Bahia, Rio de Janeiro e Goiás as ocupações envolveram centenas de pessoas (STÉDILE & SÉRGIO, 1995).

Segundo estes autores, estas iniciativas isoladas começaram a ser articuladas pela Igreja Católica, por meio da CPT, que promoveu vários encontros regionais com os trabalhadores sem terra, o que possibilitou que as lideranças se articulassem para a realização do 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, em janeiro de 1984, em Cascavel, Paraná. Este Encontro é considerado o marco oficial de criação do MST e nele foram definidos os princípios gerais do movimento e deliberado pela continuidade e ampliação da luta pela terra¹⁰⁴. Um ano depois, em janeiro de 1985, foi realizado em Curitiba o 1º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Neste Encontro participaram cerca de 1500 delegados, resultando na constituição de uma coordenação nacional e marcando a ampliação do movimento para todo o território nacional.

NAVARRO (2002) identifica, sob uma perspectiva geral, três fases principais na história do MST¹⁰⁵. A primeira fase – que vai do final da década de 70 até meados da década

cutista da região Sul no Congresso da CONTAG em 1998 fez com que os mesmos concentrassem suas estratégias no local, se articulando com outras organizações do campo da agricultura familiar. Em 1999, no III Encontro da Agricultura Familiar, foi criada a Frente Sul da Agricultura Familiar composta por sindicatos, departamentos, FETRAFESC e ONGs, a maioria com vínculos históricos com o novo sindicalismo. Em 2001, no I Congresso Sindical da Agricultura Familiar em Chapecó, foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – FETRAF-SUL, que incorporou STRs, SINTRAFs, DETRs, FETRAFESC e o Fórum Sul dos Rurais da CUT (BONATO, 2003). Em 2005, no I Congresso Nacional da Agricultura Familiar, foi criada a FETRAF-Brasil.

¹⁰⁴ Foram definidos como objetivos gerais do MST: “lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa, fraterna e acabar com o capitalismo; integrar à categoria dos sem terra: trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, pequenos proprietários etc.; a terra para quem nela trabalha e dela precisa para viver” (MST, 1984: 12).

¹⁰⁵ Embora utilize a periodização de NAVARRO (2002), esta constitui uma leitura datada em que o autor não incorpora em sua reflexão as transformações mais recentes em relação ao modelo produtivo, que vêm ocorrendo

de 80 – refere-se ao período de constituição do movimento, ainda restrito à região Sul do Brasil. Esta fase teve significativo apoio dos mediadores religiosos da CPT, inclusive como dirigentes do próprio Movimento e, no geral, as ações de pressão realizadas optavam freqüentemente pela negociação, tendo como interlocutor principal os governos estaduais.

Neste período os agricultores sem terra ainda não se identificavam como um movimento, mas como agricultores que lutavam por terra dentro do movimento sindical (STRAPAZZON, 1997). O lema “Terra pra quem nela trabalha” foi constituído sob a égide da simbologia cristã e legitimou uma das primeiras estratégias de luta: as ocupações de terra. A conotação moral deste lema permitiu aos mediadores construir junto às populações rurais, tradicionalmente bastante legalistas, a idéia de aceitação de ocupações de propriedades rurais que não cumpriam sua função social (SCHERER-WARREN, 2000).

Esta estratégia foi reforçada com o lema “Terra não se ganha, se conquista”, por ocasião da fundação do MST, e “Sem reforma agrária não há democracia”, lema do 1º Congresso Nacional (1985), no qual a ocupação de terras (ociosas ou públicas) virou um instrumento de luta dos agricultores para a realização da reforma agrária. Uma alternativa para pressionar o Estado, criando fatos políticos e atraindo a atenção da opinião pública.

A segunda fase (entre 1986 e 1993) foi marcada pela ampliação e consolidação do Movimento, que passou a se constituir de forma autônoma e independente das organizações que contribuíram para sua formação (Igreja e movimento sindical)¹⁰⁶. O MST foi se constituindo em função das suas próprias experiências de luta, no cotidiano dos acampamentos e assentamentos, através de lutas massivas e tendo a participação das famílias e a religiosidade popular como elementos aglutinadores. Um dos traços marcantes do MST é a concepção que a conquista da terra não é o fim da luta, mas um ponto de partida.

“Esse *caráter popular* de uma forma de organização, em que participam as mulheres, as crianças, os homens, os jovens e os anciãos, diferenciava o Movimento das outras instituições políticas. Durante a formação do Movimento, as famílias criam espaços de participação porque a dimensão da luta pela terra requer e envolve a todos. Na constituição do MST, foi-se aprendendo que a luta não era apenas por um pedaço de terra, era uma luta permanente pela dignidade e pela vida. Daí a necessidade de participação de todos. Também perceberam que nesse ponto residia toda a sua força política” (FERNANDES, 1999: 75).

O MST inovou tanto nas formas de luta quanto na estrutura organizativa, se tornando uma organização extremamente ágil que modificava suas estratégias de acordo com a conjuntura do momento e o avanço das lutas. “*Forma em movimento*, modificando-se e dimensionando-se conforme as necessidades nascentes na marcha das transformações das realidades, tornou-se a *lógica da organização dos sem-terra*” (FERNANDES, 1999: 161).

no pós 2000, quando o MST assume a questão ambiental como uma bandeira de luta, foco da minha análise. Estas mudanças poderiam configurar uma quarta fase na história do MST.

¹⁰⁶ STRAPAZZON (1997) chama a atenção que após 1985 o MST praticamente não fazia mais referência ao seu mediador privilegiado (a CPT) considerando-se totalmente livre e autônomo. Juntamente com este deslocamento do mediador, o MST passou a adotar um novo discurso e uma nova estratégia de encaminhamento das lutas. “Do discurso que é deslocado, político-religioso, conserva-se o núcleo marxista, formando-se outro discurso, de inspiração marxista-leninista” (p.68).

Nesta fase o MST partiu para ofensiva alterando sua bandeira de luta para “Ocupação é a única solução” (1986)¹⁰⁷. Ocorreram vários episódios de enfrentamento com policiais ou jagunços dos grandes proprietários e, conseqüentemente, um endurecimento por parte do Estado, provocando um aumento da violência – que atingiu trabalhadores, lideranças, políticos, religiosos, entre outros. Ainda assim, NAVARRO, MORAES & MENEZES (1999) destacam que o final da década de 80 foi o período de maiores resultados práticos em termos de número de assentamentos e agricultores recrutados para as ações propostas¹⁰⁸.

O sucesso de suas ações (aumentos das desapropriações) permitiu a ampliação do movimento, que ganhou expressão nacional e credenciou o MST como o principal porta-voz da luta pela terra no Brasil (MEDEIROS, 2001). A sede do MST foi transferida do Sul para São Paulo e o governo federal passou a ser o interlocutor privilegiado até, pelo menos, 1988 quando foram abandonadas as esperanças de ocorrerem amplos processos de desapropriação de terras, promessa do governo José Sarney com o I PNRA (NAVARRO, MORAES & MENEZES, 1999).

Porém, este rápido crescimento do número de assentamentos aliado, por outro lado, à presença ostensiva de forças contrárias, em especial a União Democrática Ruralista – que se propunha a defender, inclusive com armas, a propriedade da terra contra as “invasões” –, acabou provocando uma certa crise dentro do Movimento, que tinha que responder de forma afirmativa a estes desafios. A questão que passou a se impor foi: “como organizar a produção nessas novas áreas, viabilizando economicamente os assentados e apresentando-as como áreas modelo?” (NAVARRO, MORAES & MENEZES, 1999: 29).

No 3º Encontro Nacional do MST, realizado em janeiro de 1987, foram definidas como prioridades: a organização da base, a formação dos sem-terra, a articulação com os demais trabalhadores (sindicatos e urbanos) e o avanço na organização da produção (MST, 1987)¹⁰⁹. Com o aumento do número de assentamentos a viabilização econômica das famílias passou a ser uma preocupação crescente das lideranças do MST. Era preciso não somente garantir a sobrevivência econômica dos assentados, mas, também, legitimá-los socialmente.

¹⁰⁷ Segundo STRAPAZZON (1997) esta mudança de bandeira de luta – que na fase de mediação com a CPT era “Terra para quem nela trabalha” – para “Ocupação é a única solução” significava uma ruptura com a visão político-religiosa “(...) que interpretava a conquista da terra como ‘Terra de trabalho’, com conotação moral, para uma visão político econômica, visando à conquista da terra, como meio de produção e desenvolvimento econômico” (p.70).

¹⁰⁸ Segundo MORISSAWA (2001), somente em 1989 o MST fez 62 ocupações em 18 estados, com 17.589 famílias, mais que o dobro do ano anterior, sendo 50% delas realizadas no Nordeste, mobilizando 40 mil trabalhadores. De acordo com FERNANDES (1999), no período de 1985 a 1990 o MST se territorializou por dezoito estados, tornando-se um movimento nacional. “Ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra espacializaram a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando as suas realidades. Assim, prosseguiram com o processo de formação do MST, ressocializando famílias de trabalhadores excluídos pela territorialização do capital e do latifúndio, lutando pela reforma agrária e pela transformação da sociedade” (p.160).

¹⁰⁹ Neste Encontro foi escolhido um dos principais símbolos do MST: a bandeira. Desde a gênese do MST foram criadas diferentes simbologias (facão, foice, enxada e frutos do trabalho) que se incorporaram à história da luta, identificando-os como sujeitos na luta pela terra. O hino do MST foi escolhido em 1989, no 5º Encontro Nacional. “No MST, a mística tornou-se um ato cultural, em que os sem-terra trabalham com diversas formas de linguagem para representarem suas lutas e esperanças. É espaço/tempo de confraternização, de aprendizagem e, portanto, de construção de conhecimento e da consciência da luta. Na criação de seus símbolos, na práxis e na mística, os sem-terra interagem e confrontam os conteúdos dos discursos de diferentes matrizes, constituindo sua identidade e autonomia, absorvendo saberes e elaborando seus conhecimentos. No fazer-se de seus princípios, formaram-se, gerando idéias, incorporando pessoas de diversas matrizes e origens, dimensionando e transformando realidades. Essa conformação traz em seu conteúdo o sentido do ser sem-terra. Essa consciência em que se compreendem como organização, enquanto classe” (FERNANDES, 1999: 178).

“Iniciando 1987, a situação dos assentamentos era crítica. Emergia claramente a consciência de que a conquista da terra é apenas o começo da luta. Os agricultores organizados no MST sofriam a pressão do latifúndio, de um lado, e do governo, de outro, para que os assentamentos fracassassem e provassem concretamente que era inútil lutar por eles. A **cooperação** apareceu então como a principal experiência dos assentados para resistir e manterem-se na terra” (MORISSAWA, 2001: 144).

A conquista da terra tinha sido um primeiro passo na luta pela reforma agrária, porém existiam ainda outros desafios a serem enfrentados. Era evidente, também, que devido à complexidade dos problemas existentes nos assentamentos, estes não seriam resolvidos a curto prazo. “Com a territorialização da luta pela terra, os sem-terra faziam emergir questões e desafios, cujas soluções estavam por ser construídas” (FERNANDES, 1999: 180).

“Quase todos os assentamentos têm sérias dificuldades de produção e de comercialização, que acontecem também com a maioria dos pequenos agricultores do país. Em nosso caso o problema é muito grave porque a terra é muito ruim ou até imprestável, os lotes são pequenos e faltam recursos para investir na produção. Além disso, falta assistência técnica e são poucos os técnicos que têm compromisso conosco e nos orientam de acordo com os nossos interesses e necessidades. As condições de vida nos assentamentos são muito ruins. Falta comida para enfrentar o trabalho da primeira safra e em alguns lugares nem água tem (...). O atendimento de saúde não existe ou é muito precário, sendo que muitos companheiros já morreram por causa disso. Faltam também escolas e o ensino é feito contra nossos interesses porque não valoriza nossa luta e o trabalho na roça. Faltam ainda estradas e condições de moradia” (MST, 1986: 29).

Ante os inúmeros problemas que se impunham, tanto internamente nos assentamentos quanto na organização e formas de luta do Movimento, o MST redefine sua estratégia e elabora o “Plano Nacional do MST”, aprovado no 5º Encontro Nacional (1989), que deveria orientar as ações do Movimento nos próximos cinco anos¹¹⁰. Neste Encontro Nacional o tema foi “Ocupar, resistir e produzir”, que tornou-se a bandeira do Movimento até meados da década de 90. Esta incorporação do “produzir” sinalizava um aumento da importância da questão produtiva para o Movimento.

Em maio de 1990 foi realizado o 2º Congresso Nacional do MST, com a participação de 5 mil delegados dos 19 estados onde o MST estava organizado. Participaram, também, do Congresso diversas entidades e organizações populares, parlamentares de diversos partidos e

¹¹⁰ Este Plano Nacional do MST é composto de quatro pontos fundamentais. O primeiro consta de uma análise do desenvolvimento do capitalismo no campo, na qual são destacadas suas características excludentes e as consequências sociais e econômicas para o setor rural. No segundo ponto foi destacada a importância e a necessidade da luta pela reforma agrária. “Nesta nova conjuntura de desenvolvimento do capitalismo e das lutas dos trabalhadores impõem-se a necessidade de transformar a luta pela terra em lutas massivas e permanentes, com caráter classista” (MST, 1989: 10). No terceiro são apontados os desafios da luta pela reforma agrária. Como pontos principais foi ressaltada a necessidade de combinar as lutas por reformas com a luta política; a construção de uma aliança permanente entre os operários e os camponeses; ampliar a capacidade de organização e mobilização, articular as lutas isoladas pela terra e combinar a ocupação com outras formas de pressão. O último ponto trata das perspectivas do MST para o período de 1989 a 1993, associando o desenvolvimento das lutas com a organização interna do Movimento, definindo as instâncias e os setores de atividades (MST, 1989).

delegados de organizações da América Latina. As ocupações de terra foram reafirmadas como o principal instrumento de luta pela reforma agrária. Foi elaborado um documento com 56 reivindicações, entregue ao Ministro da Agricultura em audiência no último dia do Congresso (MORISSAWA, 2001).

Durante os primeiros anos da década de 90, numa conjuntura adversa à implementação da reforma agrária, o MST priorizou as lutas e sua organicidade interna. Foi um dos períodos mais difíceis para o MST, com intensa repressão, despejos violentos, assassinatos e prisões arbitrárias. Diante desta conjuntura adversa o Movimento se volta para os problemas internos dos assentamentos, estimulando a cooperação agrícola e a criação de cooperativas de produção e comercialização. Aliada às dificuldades internas do MST, somava-se a conjuntura macroeconômica desfavorável para a agricultura com a implantação do projeto neoliberal pelo governo Fernando Collor de Mello.

O rápido crescimento do número de assentamentos impôs ao MST a questão da viabilidade econômica das famílias assentadas. Para enfrentar este desafio, os sem-terra começaram a discutir o desenvolvimento da cooperação agrícola, numa perspectiva econômica e política da resistência ao modelo de desenvolvimento econômico da agricultura (FERNANDES, 1999). A orientação hegemônica passou a ser a coletivização da produção, resultando na criação de várias cooperativas e grupos de cooperação, como será visto com mais detalhes no item seguinte.

A terceira fase, segundo NAVARRO (2002), que iniciou em 1994, foi marcada por um conjunto de novos fatos políticos importantes. Com destaque para a consolidação do MST em São Paulo, o estado mais influente do país e num campo privilegiado de atuação, o Pontal do Paranapanema (área enorme de terras devolutas), passando a ter uma presença ainda mais marcante nos assuntos referentes à reforma agrária. Outra razão para a crescente capacidade de pressão do MST foram os massacres de trabalhadores (Corumbiara em 1995 e Eldorado dos Carajás em 1996), em virtude da brutal ação das forças policiais. Estes trágicos episódios foram decisivos para impulsionar as pressões sociais em favor da reforma agrária, que passam a abranger a partir de então amplos setores urbanos (NAVARRO, MORAES & MENEZES, 1999).

Estes violentos conflitos provocaram uma reação da sociedade em favor da reforma agrária, repudiando a violência no campo. “Jornais que até então eram ferrenhos adversários da luta do MST começaram a publicar editoriais criticando a timidez e lentidão do governo para resolver a questão. Multiplicaram-se os espaços na mídia para informar à sociedade o absurdo da concentração fundiária no Brasil” (MORISSAWA, 2001: 153).

A temática da reforma agrária voltou a ser assunto diário nas discussões da sociedade e nos meios de comunicação. No 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, o MST altera sua bandeira para “Reforma agrária: uma luta de todos”, ampliando suas alianças com outros setores da sociedade. Este Congresso reafirmou a convicção que a “terra é um bem de todos” e deve estar a serviço de toda a sociedade. Era preciso lutar por uma reforma agrária que garanta a melhoria das condições de vida para todos os brasileiros; busque justiça social e igualdade de direitos; difunda a prática dos valores humanistas e socialistas; busque a participação igualitária das mulheres; produza alimentação barata e de qualidade, com preservação do meio ambiente e visando a sustentabilidade (MST, 1995). O MST procurou ampliar suas ações em direção às cidades, ampliando sua interlocução através da realização de grandes manifestações públicas.

Em 1997 ocorreu a “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária”, que partiu de três pontos diferentes do país e chegou a Brasília no dia 17 de abril, dia internacional da luta camponesa, lembrando um ano do massacre de Eldorado dos Carajás. Na sua chegada o Movimento fez um grande ato público, recebendo o apoio de mais de 100 mil pessoas, numa das maiores manifestações já realizadas em Brasília. A Direção Nacional do MST

entregou um documento ao presidente Fernando Henrique Cardoso manifestando suas críticas à política econômica e à política agrária. Alertou para a situação dos pequenos produtores e do desemprego, declarando que “aquilo que o governo chamava de reforma agrária é tão somente uma política de assentamentos”. E reivindicou, dentre outros pontos, o assentamento das famílias acampadas, o aumento do valor do crédito rural e a urgência da aprovação da Lei que agiliza a reforma agrária¹¹¹ (FERNANDES, 1999: 244).

Esta Marcha teve grande repercussão nacional e internacional, “extrapolando os limites do MST e contagiou setores populares, sindicais, religiosos e estudantis”. Neste mesmo dia foi inaugurada a exposição de fotos de Sebastião Salgado e lançado o livro Terra, que continha as fotos da exposição e o CD de Chico Buarque. “As exposições das fotos de Sebastião Salgado abriram portas até então inacessíveis ao MST. Ao lado das fotos, nossa bandeira estava em galerias de artes, centros culturais, assembléias legislativas, shopping centers e universidades. No exterior repetiu-se o sucesso” (MST, 1997: 05).

Em agosto de 2000, o MST realiza seu 4º Congresso Nacional, com a participação de mais de onze mil pessoas. A frase símbolo do Congresso foi “Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio”. Esta frase “representa a síntese de nossa avaliação política, de que é impossível desenvolver o país, impossível construir uma sociedade democrática, impossível eliminar a pobreza e as desigualdades sociais no meio rural, sem acabar com o latifúndio” (MST, 2000: 04).

Neste Congresso foi reafirmada a perspectiva abrangente da reforma agrária e a necessidade de “combater o modelo das elites, que representa os produtos transgênicos, as importações de alimentos, os monopólios e as multinacionais” (MORISSAWA, 2001: 166). A questão ambiental se tornou uma bandeira de luta do Movimento e ganha relevância o debate sobre a construção de um novo modelo tecnológico: “que seja sustentável do ponto de vista ambiental, que garanta a produtividade, a viabilidade econômica e o bem-estar social” (idem).

Para o MST a reforma agrária deveria estar inserida num projeto popular que “transforme as estruturas econômicas e sociais do Brasil, em benefício do povo brasileiro” (MST, 2000: 04). Foi deliberado, também, desenvolver ações contra o imperialismo, combatendo a política dos organismos internacionais (FMI, OMC, Banco Mundial e ALCA); a participação ativa nas diferentes iniciativas que representem a construção de um “projeto popular para o Brasil”; resgatar a importância do debate em torno de questões como “meio ambiente, biodiversidade, água doce, defesa da bacia do São Francisco e da Amazônia, transformando-as em bandeira de luta para toda a sociedade” (MORISSAWA, 2001: 166).

No 5º Congresso Nacional, “Reforma agrária: por justiça social e soberania alimentar”, realizado em junho de 2007, um dos líderes do MST, João Pedro Stédile, numa declaração polêmica à Revista Época afirmou que “(...) o projeto de reforma agrária que o MST passou 20 anos lutando para implantar se esgotou”.

“Da década de 90 para cá, nosso país e as elites brasileiras abandonaram o projeto nacional. O que está em curso é um projeto popularmente conhecido como neoliberalismo, que subordina a economia brasileira ao capital internacional e financeiro. O projeto pelo qual o MST lutou 20 anos se esgotou porque as elites brasileiras deixaram de defender um projeto de industrialização nacional” (STÉDILE, 2007).

¹¹¹ FERNANDES (1999) destaca, por outro lado, que o presidente divulgou seu programa de governo para a questão agrária “Reforma agrária: um compromisso de todos”. As principais propostas eram a criação de um projeto de assistência técnica – o Projeto Lumiar – para os assentamentos; o Projeto Emancipar, destinado a emancipação de assentamentos; o programa Cédula da Terra e o Projeto Casulo desenvolvido em parceria com prefeituras para a implantação de assentamentos.

Segundo Stédile, será preciso um novo tipo de reforma agrária. E destaca cinco fundamentos deste novo modelo de reforma agrária: democratização da propriedade da terra; reorganização da produção agrícola para o mercado interno; repensar novas técnicas agrícolas, porque as usadas pelas transnacionais são insustentáveis do ponto de vista do meio ambiente; levar a educação formal e o conhecimento para o campo para formar o cidadão camponês; levar as pequenas agroindústrias ao interior para gerar emprego lá (STÉDILE, 2007).

Marina Silva, dirigente nacional do MST (SILVA, 2007), apontou como principais desafios do Movimento para os próximos anos: buscar novas formas de luta e de enfrentamento com o latifúndio no campo que não seja somente a ocupação da terra; a ampliação do processo de democracia e participação interna, principalmente na questão das mulheres e dos jovens; formação e capacitação de toda a base; continuar na construção, juntamente com toda a sociedade brasileira, do projeto nacional de desenvolvimento.

É necessário um novo tipo de ação que responda a esta nova onda do capitalismo no campo, por meio do agronegócio e das transnacionais. Precisamos denunciar que esse modelo não responde à necessidade da maioria das pessoas. Há o desafio de fazer com que a sociedade tome conhecimento do papel que essas empresas estão tendo.

Outro desafio é como fazer esta luta do ponto de vista institucional para que a gente garanta condições de toda a nossa base estar num processo de educação, formação e capacitação permanentes.

O MST estar cada vez mais próximo dos agricultores, dos setores da sociedade, dos trabalhadores que fazem a luta pela soberania popular enquanto nação, na defesa da nossa terra, da água da biodiversidade, neste projeto de convivência com o Semi-Árido, na defesa de nossas sementes (SILVA, 2007).

Este Congresso, que teve a participação de cerca de dezoito mil militantes e 180 convidados internacionais representando vinte e uma organizações camponesas, aprovou como documento uma carta de princípios – “Carta do 5º Congresso Nacional do MST” – composta por dezoito compromissos assumidos pelo MST, uma agenda de temas e prioridades para os próximos anos. Dentre estes destacam-se:

- Articular com todos os setores sociais e suas formas de organização para construir um projeto popular que enfrente o neoliberalismo, o imperialismo e as causas estruturais dos problemas que afetam o povo brasileiro.
- Lutar contra as derrubadas e queimadas de florestas nativas para expansão do latifúndio. Exigir dos governos ações contundentes para coibir essas práticas criminosas ao meio ambiente. Combater o uso dos agrotóxicos e a monocultura em larga escala da soja, cana-de-açúcar, eucalipto, etc.
- Combater as empresas transnacionais que querem controlar as sementes, a produção e o comércio agrícola brasileiro.
- Lutar por um limite máximo do tamanho da propriedade da terra. Pela demarcação de todas as terras indígenas e dos remanescentes quilombolas.

- Lutar para que a produção dos agrocombustíveis esteja sob o controle dos camponeses e trabalhadores rurais, como parte da policultura, com preservação do meio ambiente e buscando a soberania energética de cada região.
- Defender as sementes nativas e crioulas. Lutar contra as sementes transgênicas. Difundir as práticas de agroecologia e técnicas agrícolas em equilíbrio com o meio ambiente. Os assentamentos e comunidades rurais devem produzir prioritariamente alimentos sem agrotóxicos para o mercado interno.
- Preservar as matas e promover o plantio de árvores nativas e frutíferas em todas as áreas dos assentamentos e comunidades rurais, contribuindo para preservação ambiental e na luta contra o aquecimento global.

Podemos observar nestes compromissos assumidos uma preocupação ainda maior com as questões ambientais (desmatamento, transgênicos, monoculturas) e com questões mais gerais que estão em discussão também em outros setores da sociedade a exemplo da questão energética e do aquecimento global. O MST vem assumindo cada vez mais uma postura de enfrentamento às empresas transnacionais buscando chamar a atenção para os problemas do agronegócio. Um exemplo emblemático foi a destruição, pelas mulheres da Via Campesina, do horto da Aracruz Celulose em 2006, no qual o Movimento foi criminalizado, mas conseguiu chamar a atenção para o problema da monocultura do eucalipto. Outro exemplo é a Jornada de Luta pela Reforma Agrária (conhecida por Abril Vermelho) – no qual o MST faz manifestações, mobilizações e ocupações concomitantemente no mês de abril em todo o país. Podemos destacar, também, a Jornada Nacional de Lutas das mulheres da Via Campesina, que ocorreu em 08 de março, contra a expansão do agronegócio e em defesa da soberania alimentar (ocupação simbólica de multinacionais e manifestação em rodovias e prédios públicos).

O MST tem tido uma capacidade surpreendente de reinventar-se politicamente, segundo as variações conjunturais, e uma criatividade sem paralelo com os outros movimentos. O MST tem conseguido manter-se suficientemente ativo para influenciar a agenda pública sobre o mundo rural e empreender ações coletivas de grande repercussão, tornando-se ator de referência obrigatória em todos os assuntos ligados à questão agrária brasileira (NAVARRO, 2002).

Atualmente o MST está presente em 24 estados da federação. Ainda que os problemas e desafios sejam imensos houve avanços significativos da questão agrária no país. No período compreendido entre os anos de 1979 a 1999 foram criados 3958 assentamentos, garantindo acesso à terra a cerca de 475 mil famílias de sem terra (FERNANDES, 1999). Estes assentamentos além de alterar substantivamente o modo de vida destas famílias modificam, também, a correlação de força política nos pequenos municípios onde são instalados, dinamizando o comércio local e estabelecendo novas relações sociais.

3.2.2. A cooperação agrícola nos assentamentos

Nos primeiros anos de formação do MST a preocupação prioritária era com a conquista da terra e com a organização dos trabalhadores, a questão produtiva não estava em pauta. A partir da metade da década de 80, com o aumento do número de assentamentos, a questão produtiva começou a ganhar relevância crescente, juntamente com a discussão das

formas organizativas de produção e da posse da terra nos assentamentos¹¹². A cooperação agrícola era vista como uma estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores dentro do sistema capitalista. Afinal grande parte das famílias que conquistaram a terra haviam sido expulsas ou expropriadas por este modelo. “Com suas próprias histórias tinham aprendido que isolados eram presas fáceis e que organizados fortaleceriam a resistência constante, condição fundamental para manterem-se na terra” (FERNANDES, 1999: 168).

O objetivo do Movimento era desenvolver uma organização produtiva alternativa à produção capitalista individualizada e estimular uma ética de vida coletiva, considerada superior à ética da vida capitalista individualizada (STRAPAZZON, 1997). Para o MST a “cooperação é o jeito de organizar a produção através da divisão social do trabalho” e ela poderia ocorrer de diversas maneiras, desde as formas mais simples (mutirões, grupos e associações) até as mais complexas (terra e produção coletiva) (MST, 1986).

“A agricultura não conseguirá se desenvolver se cada assentado ou pequeno agricultor familiar continuar fazendo tudo sozinho ou com sua família. Fazendo desde o preparo do solo até a colheita. E cada um plantando um pouco de tudo e criando tudo o que for ‘bicho’. Então, a Cooperação Agrícola, é o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (trilhadeira, trator, ceifadeira, etc.), comprar matrizes de animais, produzir uma lavoura em conjunto. E, até chegar ao ponto de ter a terra, capital, trabalho em conjunto. Surge assim o agricultor familiar cooperado. Para comercializar os produtos também fica mais fácil. Ao juntar as pequenas compras individuais e as pequenas vendas individuais dos produtos, o assentado garante maior poder de barganha de preços e dá menos despesa com transporte, material, mão-de-obra, etc.” (CONCRAB, 1997: 21).

Na organização da posse da terra o MST exemplifica quatro formas possíveis, mas ressalta que em cada assentamento os agricultores devem discutir a forma mais adequada para eles. “Cada assentamento, cada comunidade, cada agricultor deve discutir com seus companheiros e escolher livremente o que se pode fazer em conjunto. Nada pode ser obrigado ou forçado” (MST, 1986:16). Contudo, deixa claro sua preferência pelas formas coletivas.

- “Cada família de agricultor recebe um lote separado, faz cerca nele, mora em cima dele e trabalha sozinho. Esta é a forma mais comum de organizar a posse da terra nos assentamentos (...). Na verdade, essa também é a forma mais fácil do agricultor não conseguir produzir na terra, de ficar devendo sozinho no banco, e em seguida ser forçado a abandonar o lote porque não dá mais.
- Cada família de agricultor recebe um lote, mora em cima dele, mas faz a cerca e passa a trabalhar em conjunto com seus vizinhos. Esta forma de ter a posse da terra já existe em vários assentamentos, onde os próprios companheiros tomaram a iniciativa de fazer o trabalho da lavoura em conjunto, independente da divisão dos lotes.
- Cada família de agricultor recebe um lote registrado, mas os lotes não são medidos. E os agricultores procuram ficar morando mais perto um do outro, aproveitando melhor a terra, e passam a trabalhar em conjunto na lavoura. Cada família fica apenas com um pequeno lote perto da casa, para as criações e as

¹¹² Em 1986 já existiam 97 projetos de assentamento em todo o Brasil (47 deles na região Sul), envolvendo mais de 12 mil famílias (MST, 1986).

pequenas plantações, como horta mandioca etc. As plantações grandes são feitas em conjunto.

- Toda área da terra fica registrada em nome de todas as famílias que estão no assentamento. Cada família sabe que tem uma parte mas não sabe qual é a parte. (...) Cada família mora em pequenos lotes onde planta o que quer, mas as lavouras maiores são feitas em conjunto. Essa forma de organizar a posse da terra é a mais segura para o agricultor. Desta forma ninguém vai expulsá-lo da terra, nem o banco, nem o latifundiário, nem as doenças na família, nem as pragas da lavoura” (MST, 1986: 12).

No entendimento das lideranças do MST a priorização da cooperação agrícola se justificava pelas suas vantagens econômicas, políticas e sociais. Do ponto de vista econômico as vantagens destacadas eram: aumentar o capital constante; aumentar a produtividade do trabalho; aumentar a divisão do trabalho e a especialização; racionalizar a produção de acordo com os recursos naturais; fazer uma adequação tecnológica; conseguir melhores preços para os produtos; desenvolver a agroindústria e a indústria. As razões sociais destacadas: urbanização das moradias (agrovilas); infra-estrutura básica; educação, transporte coletivo; saúde; igualdade de direitos entre homens e mulheres; maiores possibilidades de lazer. As razões políticas eram: ampliar a resistência ao capitalismo; construir a retaguarda do MST; proporcionar militantes e dirigentes; desenvolver a consciência política dos assentados; fazer a articulação política; acumular forças para a transformação social (CONCRAB, 1997: 22-28).

A questão da organização da produção e da posse da terra nos assentamentos começou a ser discutida mais intensamente a partir de meados da década de 80. Em 1985 foi realizado em Cascavel o 1º Encontro Nacional dos Assentados e em 1986 o 2º Encontro Nacional – que teve a participação de representantes de 67 assentamentos – no qual foram discutidas prioritariamente a vinculação orgânica dos assentados à estrutura do MST e a organização da produção nos assentamentos. A pauta de reivindicações foi ampliada, resultando na conquista, em 1986, de uma linha de crédito específica para investimento em áreas de reforma agrária, o Programa Especial de Crédito à Reforma Agrária – PROCERA¹¹³. Além disso, foi criada a Comissão Nacional dos Assentados do MST, com objetivo de ajudar na organização dos assentamentos e na busca de alternativas para os problemas enfrentados nos assentamentos (MST, 1986).

Até este período, a organização da produção nos assentamentos se dava basicamente através de grupos de ajuda mútua e associações de produção (máquinas e insumos agrícolas). Não existia uma política agrícola voltada aos pequenos produtores, de modo que as iniciativas dos sem-terra eram os únicos trabalhos voltados para transformar esta realidade (FERNANDES, 1999). Os problemas enfrentados pelos assentados eram de diversas ordens e a cooperação agrícola era entendida como condição fundamental para o desenvolvimento dos assentamentos. “A despeito das dificuldades que enfrentavam com a organização dos assentamentos, haviam criado mais de 400 associações de produtores assentados em diferentes níveis de organização e cooperação” (p.170).

Em 1990 foi criado o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), um setor do MST criado para estimular as formas de cooperação agrícola dentro dos assentamentos. Era o setor que cuidava dos assuntos da produção, da comercialização, da tecnologia, da agroindústria, do crédito rural e da organização de base. Este sistema era fruto “(...) de muitas discussões e de

¹¹³ O crédito do Procera – no qual uma parte era destinada à família individualmente e outra era para investimentos coletivos – teve grande importância para os assentamentos e ajudou na consolidação de grupos de cooperação e na criação de cooperativas de produção.

toda a nossa prática no campo da produção, nestes últimos anos. É a organização de nossa proposta de Cooperação Agrícola para os Assentamentos”¹¹⁴ (MST, 1993: 40).

Nesta nova fase a motivação da cooperação passou a ser principalmente econômica (acumular capital) e política (liberar quadros e procurar sustentar o MST) (CONCRAB, 1997). Para a coordenação do MST era preciso avançar nas formas de organização da produção, pois a produção de subsistência não assegurava o desenvolvimento econômico das famílias. A solução proposta foi a criação de cooperativas coletivizadas, “(...) entendendo que esta forma representa um salto de qualidade e uma etapa superior de organização da produção dos assentados” (MST, 1993: 40).

“Pela primeira vez formula-se políticas para a organização dos assentados e para a organização da produção (...). Passamos a entender que era impossível avançar organizando a produção apenas no nível da subsistência. Isto não mexia com o capitalismo; ao contrário, ele nos excluía. Surge o desafio de fazer uma produção que envolvesse a subsistência e o mercado. O problema da produção passava a ser tão importante como ocupar. (...) Percebeu-se que os pequenos coletivos e as grandes associações não conseguiam fazer avançar a produção, ora porque eram muito pequenas ou ora por não se guiar por critérios econômicos” (CONCRAB, 1997: 31).

O Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA) estruturou-se em três níveis: escala local ou microrregional com as Cooperativas de Produção Agropecuárias (CPAs); escala estadual com as centrais estaduais de cooperativas e escala nacional com a confederação nacional das cooperativas¹¹⁵. Na década de 90 foram criadas várias cooperativas de produção e comercialização dentro dos assentamentos e em maio de 1992 foi criada a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil – CONCRAB (MST, 1993).

No entendimento do MST, a organização deste Sistema representava um passo adiante na melhoria da qualidade de vida dos assentados e, também, na forma de organização do conjunto das lutas do MST. Os objetivos ressaltados eram de ordem econômica, social e orgânico ao MST (MST, 1993: 41).

Objetivos econômicos:

- Ajudar a resolver os problemas econômicos de toda as famílias assentadas;
- Desenvolver a cooperação agrícola como uma empresa econômica que produza “sobras”, ou seja, resultados financeiros para as famílias;

¹¹⁴ O MST promoveu três seminários nacionais específicos para discutir a cooperação agrícola, que resultaram em três Manuais de Cooperação Agrícola. O Manual de Cooperação Agrícola II reúne uma coletânea de textos teóricos voltados ao fomento dessa proposta. “Os textos abordam temas como a ‘renda da terra’ (David Rosenberg), ‘a cooperação’ (Marx, Lenine e Mao), aspectos econômicos e políticos da cooperação agrícola (Júlio Moguel), experiências internacionais de cooperação agrícola (Julio S. Guerra) e a experiência cubana nessa área (Orlando Gomez). Na sua maioria, tratam-se de análises clássicas do assunto, segundo a linha de pensamento marxista-leninista. Percebem as unidades familiar de produção como avessas ao desenvolvimento tecnológico e, portanto, fadadas a um crescente grau de marginalização social. A cooperação agrícola apresenta-se como a alternativa para romper com o isolamento camponês, com seus costumes artesanais e atrasados, propiciando o acesso às tecnologias modernas e empresariais” (CAZELLA, 1992: 47).

¹¹⁵ O MST fazia questão de deixar clara a diferença entre o sistema cooperativo tradicional existente e o sistema cooperativo que estava sendo desenvolvido pelo MST, chamado de cooperativa dos assentados, sob o controle dos trabalhadores. Para aprofundamento destas diferenças entre os dois sistemas cooperativos ver MST (1993).

- Aumentar o progresso econômico e social dos assentamentos garantindo: aumento da produtividade do trabalho, acumulação de capital, diminuição da exploração dos trabalhadores;
- Modernizar a produção no campo;
- Desenvolver a agroindústria.

Objetivos sociais:

- Propor um tipo de organização da produção agropecuária que sirva de alternativa para o conjunto dos trabalhadores do campo;
- Desenvolver um modelo tecnológico adequado à realidade dos assentamentos;
- Provar que a reforma agrária é viável, não só do ponto de vista da justiça social, mas também do ponto de vista econômico;
- Aumentar o poder de barganha e pressão dos assentados diante do governo;
- Formar e capacitar quadros para o conjunto das lutas dos trabalhadores;
- Contribuir para a construção do Homem Novo e da Nova Mulher. Cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros;
- Transformar a luta econômica em luta política e ideológica.

Objetivos orgânicos:

- Consolidar a organização de base do MST;
- Conseguir liberar as pessoas para participar dos movimentos e organizações populares;
- Servir de retaguarda econômica do MST;
- Desenvolver a consciência social, com uma nova visão de sociedade;
- Transformar a ideologia do camponês: substituir o “meu” pelo “nosso” e mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo;
- Acumular forças para a transformação da sociedade.

Este modelo coletivo de cooperação foi inspirado no ideário marxista-leninista, tendo as experiências das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) cubanas como referencial empírico (CONCRAB, 1997). A orientação dos assentados para a criação de cooperativas foi realizada tendo por base uma metodologia massiva de capacitação, chamada de “laboratórios experimentais” ou “laboratório organizacional de campo”, desenvolvida por Clodomir Santos de Moraes. Esta metodologia foi publicada no Caderno de Formação n. 11: “Elementos sobre a teoria da organização no campo” (MORAIS, 1986). As idéias defendidas por Clodomir Santos de Moraes foram reproduzidas nos cursos de formação política do MST e em vários cadernos de formação.

A análise de MORAIS (1986) segue a perspectiva marxista. O autor faz uma evolução histórica das origens da organização do trabalho e, a partir desta, aborda o comportamento ideológico dos trabalhadores fazendo um paralelo entre os estratos que surgem na cidade (o artesão, o assalariado, o semi-assalariado e o *lumpen*) com os estratos que surgem no campo (camponês parcelheiro – começa e termina todo o processo produtivo; agricultor assalariado em fazendas; agricultor que produz em sua parcela e trabalha em processos produtivos complexos; *lumpen* é aquele que não participa de nenhum processo produtivo). A partir desta análise do comportamento ideológico, o autor destaca os níveis de consciência dos grupos sociais, que é dividido em três: consciência ingênua, consciência crítica e consciência organizativa. E, por fim, aponta os vícios ou desvios ideológicos determinados pelas formas artesanais de trabalho (individualismo, personalismo, espontaneísmo, anarquismo,

imobilismo, comodismo, sectarismo ou radicalismo, liquidacionismo, aventureismo, autosuficiência) e os mecanismos para combatê-los (vigilância, crítica e reunião).

Segundo FERNANDES (1999), até 1992 haviam sido realizados vários “laboratórios experimentais” em diversos estados. O primeiro laboratório foi realizado em Palmeiras das Missões (1988), no Rio Grande do Sul. Estes laboratórios eram realizados nos assentamentos por grupos de famílias interessadas em formar uma cooperativa. O estudo tinha a duração de trinta a quarenta dias e seu objetivo era discutir as formas de organização do trabalho que iriam utilizar na implantação da empresa. “Estimulava-se a divisão do trabalho e o coletivismo, criando-se diversos setores de atividades e de produção, para intensificar a produtividade e melhorar os resultados econômicos” (p.169).

Contudo, o autor ressalta que a maior parte das experiências dos laboratórios não se consolidou e os sem-terra abandonaram esta metodologia. Estas experiências receberam várias críticas, inclusive de pessoas do próprio Movimento:

A proposta do laboratório organizacional mostrou certas limitações. Não deu certo porque, em primeiro lugar, o método é muito ortodoxo, muito rígido na sua aplicação. Em segundo, porque ele não é um processo, é muito estanque. Ou seja: tu reúnes a turma e em 40 dias tem que sair com a cooperativa. A experiência nos assentamentos nos mostra que esse processo é mais lento. (...) Por outro lado, o método do Clodomir teve uma grande utilidade ao nos abrir para essa questão da consciência do camponês. Ele trouxe um conhecimento científico sobre isso (Stédile e Fernandes, 1999 apud: FERNANDES, 1999: 169).

Segundo SOUZA (1999), a experiência do laboratório de campo não trabalhava com a questão da heterogeneidade cultural. Havia uma homogeneização das pessoas em função dos objetivos do experimento. O cotidiano e a trajetória do assentado não eram levados em consideração. “A trajetória social do trabalhador que participa do movimento é ignorada, tornando-se um ‘vício’, quando poderia ser ponto de partida para a discussão da organização do campo” (p.114). Do ponto de vista educacional tratava-se de uma técnica reprodutora de conteúdos, na qual o professor era o centro do saber e do processo de aprendizagem. Na verdade, o laboratório “(...) é algo a-histórico que pressupõe o trabalho com sujeitos ‘passivos’ que precisam ser conscientizados, através de um processo rígido de educação. E a democracia, a participação, a liberdade do assentado, quando aparece?” (p.116).

Zander Navarro fez pesadas críticas ao conteúdo da proposta – ignorava a história social dos agricultores e as diferenças sócio-culturais – e sua perspectiva modernizante, que aproximava o Movimento ao discurso hegemônico, dotando-lhe de uma posição muito próxima à econômica de mercado e, por outro lado, se afastando ainda mais de mediadores sociais, a exemplo das ONGs de desenvolvimento, que defendiam um outro modelo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar e na agroecologia.

“É importante assinalar a sua óbvia conseqüência em termos de adesão a uma visão tradicional de formato tecnológico para a agricultura. Se os objetivos do laboratório eram (e têm sido) formar empresas capazes de competir no mercado, principalmente a partir de uma estruturação interna similar à ‘grande propriedade empresarial’, é apenas uma conseqüência imediata que a escolha da base técnica fosse aquela encontrada em tais empresas, ou seja uma agricultura em grande escala, fortemente presa à monocultura mecanizada e intensiva ao uso de insumos agroindustriais, inclusive agroquímicos. Não surpreende, portanto, que a distância entre o MST e os

profissionais preocupados com compreensões alternativas de desenvolvimento produtivo no campo se acentuasse” (Navarro, 1994 apud: FERNANDES, 1999: 169).

De acordo com PAULILO (1994), esta busca pelo modelo tecnificado de produção era um desejo tanto dos assentados como das lideranças do MST. O processo de modernização da agricultura havia imposto uma mentalidade produtivista ao pequeno produtor, que também queria ter acesso às inovações tecnológicas. Esta expectativa modernizante era resultante da sua experiência de escassez, que os informava da necessidade de não ficar novamente de fora do processo de modernização.

“Esse modelo se impôs, porém, tendo por pressuposto um processo de seleção que expulsou do campo aqueles produtores que ‘ficaram para trás’ isto é, que não acompanharam o processo de modernização. Uma das condições básicas para o acompanhamento era a presença de recursos financeiros. O crédito subsidiado supriu, em parte, a falta desses recursos, mas os agricultores mais pobres ficaram alijados do processo. Como a grande maioria dos sem-terra teve sua origem nesse movimento de exclusão, isto é, são filhos de pequenos proprietários e arrendatários empobrecidos, trabalhadores rurais e mesmo trabalhadores urbanos que, embora já longe do campo, não perderam uma orientação de vida camponesa, eles também compactuaram com o modelo produtivista, pois têm medo de ‘ficar para trás’ mais uma vez” (PAULILO, 1994: 195).

No entendimento das lideranças do Movimento o problema não estava no uso em si das tecnologias modernas, mas na apropriação desigual dos benefícios gerados e no crescente monopólio dos meios de produção. O objetivo era “mudar o jeito artesão de trabalhar e enxergar o mundo”, criando empresas agrícolas – administradas coletivamente – que usariam máquinas e insumos tecnologicamente avançados e teriam condições de competir no mercado capitalista. Ademais, o Movimento acreditava que a coletivização dos meios de produção era o caminho para a construção de uma nova sociedade, ou seja, uma sociedade socialista: “cidadãos responsáveis, culturalmente desenvolvidos, solidários e fraternos uns com os outros”.

Contudo SOUZA (1999) destaca que, embora haja um acúmulo de discussões sobre a cooperação, a opção pela organização coletiva da produção nos assentamentos envolveu um grupo relativamente pequeno de famílias. De acordo com dados do I Censo da Reforma Agrária do Brasil (1997), a organização da produção era feita de forma individual em cerca de 94% dos assentamentos. As formas de cooperação agrícola predominantes entre os assentados eram as associações (de produção e comercialização) e os grupos semi-coletivos (parte do trabalho individual e parte coletiva). Segundo dados do Censo da Reforma Agrária, aproximadamente 53 % dos assentados participam de associações. Estes dados mostram um descompasso entre o que é defendido e priorizado pelas lideranças do MST – formas idealizadas de coletivos de produção – com o que é realmente posto em prática pelos assentados.

Em estudos realizados em assentamentos do Rio Grande do Sul, NAVARRO, MORAES & MENEZES (1999) constataram que um dos principais motivos de desagregação dos grupos organizados em cooperativas tem sido a falta de equivalência entre a produtividade e a distribuição dos ganhos. Também tem pesado na decisão a excessiva hierarquização das atividades, que deixa em segundo plano os cultivos de subsistência familiar e prioriza o trabalho coletivo voltado para o mercado. “É interessante notar que um

dos fatores que impulsionam o desligamento das famílias das cooperativas é a busca de autonomia considerada perdida na subordinação à divisão do trabalho, aos interesses e às normas impostas pelo grupo coletivo” (p.52).

Segundo SOUZA (1999), que desenvolveu seu estudo em assentamentos do Paraná, a principal motivação destacada pelo MST no momento da formação dos coletivos era econômica. Contudo, a demora do retorno econômico, aliada às dificuldades na administração da cooperativa (controle de horas, normas, divisão de tarefas), fez com que o assentado se decepcionasse e muitos desistiram da cooperação. Para a autora, os coletivos exigem uma ruptura sócio-cultural de um paradigma anterior de trabalho e de família. No coletivo todos trabalham igualmente, existe um controle rígido de horário, o trabalho é organizado em setores e coordenações de grupos, a divisão do trabalho e a repartição das sobras é semelhante ao que ocorre numa empresa e as normas de funcionamento seguem o que foi pactuado no regimento interno. “O ‘novo’ é tido como algo muito diferente do vivido anteriormente, principalmente para os ex-pequenos agricultores. [O coletivo] Geralmente é bastante aceito entre os jovens, cujo interesse é trabalhar com maquinários e industrialização de produtos” (p.163).

Num depoimento colhido por VERAS (2005) em sua dissertação de mestrado, na qual analisa assentamentos no Rio Grande do Sul, um agricultor assentado aponta alguns problemas vivenciados com a criação da cooperativa:

“Inventamos de fazer uma cooperativa, aí juntamos umas 40 famílias e fizemos (...) aí nós dividimos, começou a vim os projetos e nós começamos a comprar vaca, porco, aí fizemos um coletivão. Aí dividia: tantas pessoas para cuidar das vacas, tantas pessoas pra cuidar das lavouras. [E porquê acabou o coletivo?] Tinha dívida que ta loco (...) trabalhava um mês inteiro, chegava o fim do mês recebia dois, três pila. Era dívida de financiamento, de custeio, essas coisas que nós pegava e nós nunca tinha pra pagar (...) nos últimos anos já não dava, tinha que comprar milho, comprar feijão, não dava, o colono tinha que comprar tudo” (VERAS, 2005: 49).

De acordo com FERNANDES (1999), nessa trajetória de erros e acertos, de desafios e superações, os sem-terra viveram diferentes experiências de cooperação agrícola. O período compreendido entre os anos de 1989 a 1992 foi de maturação das propostas e projetos que estavam sendo implementados. “De fato, os sem-terra se desafiaram e provocaram diferentes reações às suas experiências de cooperação. Não obstante, os fracassos também foram lições aprendidas que os fizeram superar práticas malsucedidas e retirar delas diferentes idéias, compreendendo ainda mais as extensões dos desafios para desenvolver a agricultura camponesa” (p.170).

SOUZA (1999) chama a atenção para a necessidade de flexibilizar os coletivos organizados pelo MST, dando mais liberdade para as pessoas manifestarem suas opiniões. “As experiências de coletivo, que analisamos em nossa pesquisa demonstram a urgente necessidade de flexibilizar tal forma de cooperação, uma vez que o número de desistentes nos dois projetos pesquisados se aproxima de 50%” (p.164). As diferenças culturais estão reforçando a necessidade de recriação do sistema coletivista, seja idealizando um outro modelo de coletivo ou trabalhando com formas mistas associativas. SOUZA destaca que os assentados que desistiram das cooperativas coletivas estão buscando outras formas de cooperação e de trabalhos coletivos, flexibilizando o sistema rígido proposto pelo MST.

Durante o ano de 1993, em meio às crises no interior do sistema cooperativo, o MST criou o curso Técnico em Administração de Cooperativas (TAC), cujo objetivo era preparar os assentados para gerir (com mentalidade empresarial) as cooperativas que estavam sendo

construídas¹¹⁶. Em 1994 foi realizado o Seminário Nacional sobre a Perspectiva da Cooperação Agrícola, que discutiu a crise nas CPAs e nos grupos coletivos, bem como as perspectivas para a cooperação nos assentamentos. Em 1995 foi fundado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária – ITERRA. Em 1996 o Sistema Cooperativo dos Assentamentos (SCA) começou o debate sobre a massificação da cooperação agrícola e realizou o 2º Seminário Nacional sobre a Perspectiva da Cooperação Agrícola (SOUZA, 1999).

Diante da crise e dos problemas vivenciados com a cooperação agrícola nos assentamentos o próprio Movimento começou a repensar os projetos coletivos. O fato do coletivo ser reconhecido como apenas uma das formas de cooperação, não como a mais importante, pelas lideranças do MST, é um dos indícios da revisão do projeto. A preocupação com a organização das atividades produtivas, com a capacitação da mão-de-obra e com o envolvimento das pessoas no projeto, constituem outros indícios de mudança (SOUZA, 1999).

Segundo VILELA & WILKINSON (2002), até 2002 existiam 81 cooperativas de assentados filiadas à CONCRAB, com 13.473 famílias assentadas associadas às cooperativas. Destas, 49 são cooperativas de produção agropecuária (CPA), envolvendo 2.299 famílias associadas, e 32 são cooperativas regionais de prestação de serviços, envolvendo 11.174 sócios diretos¹¹⁷. Existem, também, nove cooperativas centrais estaduais (RS, SC, PR, SP, ES, BA, CE, PE, MA); duas cooperativas de crédito, com 5400 associados, e cerca de 400 associações. Além disso, existem 96 pequenas e médias agroindústrias que processam frutas, hortaliças, raízes, leite e derivados, grãos, café, carnes (suína, bovina e aves), doces e mel.

3.2.3. A incorporação do debate agroecológico

Conforme visto no item anterior, não existia até meados da década de 90 uma crítica mais elaborada do MST ao modelo tecnológico dominante. A orientação hegemônica “(...) era copiar o modelo convencional em áreas reformadas numa lógica de produção coletivizada, coletivização de todos os meios de produção. Isso era forte principalmente na região Sul” (Denis Monteiro, entrevista 2007). O MST optou pelo caminho da modernização da agricultura, reproduzindo o modelo tecnológico dominante voltado à especialização e produção em escala. Esta opção pela modernização trouxe consigo, em consequência, problemas sociais e ambientais relacionados com o uso do chamado “pacote tecnológico” da Revolução Verde.

Embora tenha prevalecido este discurso de economia de escala, existiam discussões, ainda na década de 80, acerca do formato tecnológico que deveria prevalecer nos

¹¹⁶ Este curso objetiva tanto a escolarização em nível de 2º Grau, quanto a formação técnica dos assentados que desenvolvem alguma forma de cooperação. “O TAC constitui-se numa experiência inovadora, tanto enquanto escolarização dos jovens assentados, quanto na formação político-ideológica para a cooperação agrícola. Uma das dinâmicas do curso é que os alunos, desde o início, gerenciem uma espécie de cooperativa, com todos os elementos necessários para o funcionamento da mesma. Constitui-se, também, num espaço de transmissão de conhecimentos que devem ser reproduzidos nos assentamentos, incluindo o trabalho político” (SOUZA, 1999: 121).

¹¹⁷ Segundo FERNANDES (1999), com base em dados da DATALUTA, das 45.417 famílias vinculadas ao MST em 1998, 11.088 eram cooperativadas (24,4%). Contudo, este índice é bastante diferenciado entre as regiões. Na região Sul o número de famílias cooperativadas é bastante superior às demais regiões (Rio Grande do Sul – 65,7% das famílias vinculadas ao MST são cooperativadas; em Santa Catarina o índice é de 28,9% e no Paraná 22,3%), seguida pela região Sudeste (em São Paulo o índice é de 47,7%, Espírito Santo 28,5% e Minas Gerais 13,5%). Na região Nordeste e Centro-Oeste o número de famílias cooperativadas é minoritário (Sergipe com 6,8%, Piauí com 6,4%, Ceará com 4,4% e Pernambuco com 2,8%; em Mato Grosso do Sul este índice é de 2,6%).

assentamentos. No Caderno de Formação n.10 (1986), que discutia as formas de organização nos assentamentos, tem um capítulo que aborda o uso de tecnologias alternativas. O capítulo inicia com uma crítica às multinacionais – que impõem novos padrões de consumo, domina a economia nacional, explora a mão-de-obra brasileira, introduz produtos agroquímicos (fertilizantes, inseticidas, herbicidas, etc.) – e ao comprometimento do Estado com este modelo (MST, 1986).

Como principais problemas do uso das tecnologias modernas, destacavam-se: a introdução de tecnologias externas (EUA e Europa); desmoralização dos conhecimentos e práticas tradicionais utilizadas pelos agricultores; o comprometimento das estações experimentais estatais com “o simples teste dos produtos ou insumos produzidos pelas multinacionais”; uso abusivo de agrotóxicos que, em muitos casos, são proibidos nos países de origem “por afetarem violentamente a saúde dos agricultores, levando-os até à morte, e dos consumidores dos produtos agrícolas produzidos” (MST, 1986: 26).

As tecnologias alternativas eram entendidas como:

“Estas novas técnicas seriam alternativas ao modelo insumista e destruidor das multinacionais de agrotóxicos, buscaria o desenvolvimento e aplicação de técnicas a partir do conhecimento de nossa agricultura, de nosso solo, de nossa natureza e de nosso clima, utilizando os insumos industrializados sempre e quando representassem respeito ao equilíbrio da natureza, ao efetivo aumento da produtividade e a preservação da saúde e do meio ambiente” (MST, 1986: 26).

Segundo este Caderno de Formação existia dentro do MST um programa de formação, intercâmbio e troca de experiências entre os assentamentos, coordenado pelo Setor de Assentamentos, ligado à Secretaria Nacional do MST. Este programa tinha vínculo com o Projeto TA/FASE, que trabalhava com identificação, sistematização e difusão de tecnologias alternativas em vários estados do país, conforme visto no Capítulo 2.

“Esse programa trata de preparar monitores agrícolas dentro dos assentamentos, entre os próprios agricultores; realizar cursos de tecnologias alternativas; promover encontros para troca de experiência entre os agricultores; fazer visitas de intercâmbio entre as diferentes áreas; utilizar áreas comunitárias dentro dos assentamentos para pesquisas, e difundir as informações e as técnicas que os agricultores já utilizam em diferentes assentamentos” (MST, 1986: 27).

Em alguns locais esta parceria – ainda bastante pontual – do MST com o PTA/FASE foi mais efetiva, como no caso do Centro de Tecnologias Alternativas Populares – CETAP, uma ONG vinculada ao PTA/FASE, criada em 1986 no Rio Grande do Sul, que tinha forte ligação com os movimentos sociais rurais do estado, cujos representantes dos movimentos faziam (e fazem até hoje) parte do conselho diretor da entidade. O CETAP desenvolveu trabalhos de assessoria e acompanhamento técnico a alguns assentamentos do MST que estavam se estruturando no estado, levando esta discussão de tecnologia alternativa para dentro do Movimento (ALMEIDA, 1989)¹¹⁸.

¹¹⁸ De acordo com VERAS (2005), com base em Navarro, os profissionais do CETAP eram responsáveis no Rio Grande do Sul pela assistência técnica aos assentados que recebiam os recursos do Proceca. Contudo, tanto os agricultores assentados quanto as lideranças do MST “mostravam-se impermeáveis a tais tecnologias”, evidenciando suas preferências pelas tecnologias modernas. Com o término do convênio o CETAP foi reduzindo paulatinamente sua presença técnica nas áreas de assentamentos, mantendo suas ações nos grupos de agricultores

Como exemplo de práticas agrícolas estimuladas pela agricultura alternativa, que poderiam ser utilizadas pelos assentados, destacavam-se:

- Conservação dos solos e adubação: uso de adubação verde, compostagem; uso de rochas trituradas (fosfato); evitar o uso de fogo; evitar a erosão; usar adubo orgânico, esterco, etc.
- Reflorestamento: preocupação em preservar as matas na beira dos rios, das fontes de água e dos cumes dos morros (...).
- Máquinas: desenvolver equipamentos para agricultura mais adequados às características do nosso solo e das culturas do pequeno agricultor.
- Novas culturas: introduzir e adaptar novas plantas que usem melhor o solo e representem melhores rendimentos.
- Variedades: recuperar variedades mais adaptadas ao nosso clima e nosso solo. Melhorar a produtividade de variedades antigas, buscando maior resistência natural a pragas e doenças.
- Consorciação: utilizar a consorciação de culturas na mesma área, como por exemplo milho e feijão, buscando melhor aproveitamento do solo, adubação natural, melhor necessidade de capinas e proteção contra a erosão.
- Energia: difundir o uso e aproveitamento de estercos e restos de cultura para produzir gás de cozinha, aproveitar quedas d'água e outras fontes de energia naturais que respeitem o equilíbrio da natureza.
- Combater as pragas e doenças: utilização de métodos naturais, inimigos naturais e inseticidas caseiros para atacar pragas e doenças sem o uso de venenos. (MST, 1986: 27-28).

Em 1987 alguns membros do MST e vários assentados participaram do III EBAA de Cuiabá (no EBAA de Porto Alegre em 1989 o MST fez parte da coordenação do evento), o principal fórum de discussão da agricultura alternativa na década de 80. Naquela ocasião Fausto Andrelevicius, representante do MST, participou como debatedor do painel “Caminhos para o movimento de agricultura alternativa”. Ele fez uma exposição sobre a importância da luta dos sem-terra, ressaltando os avanços e as conquistas do MST. Sobre a temática da agricultura alternativa Fausto fez uma provocação aos engenheiros agrônomos – “para quem vocês vão trabalhar? O compromisso é com o agricultor ou com o latifundiário?” – e destacou como proposta dos trabalhadores rurais:

“Analisando a situação atual do movimento de agricultura alternativa, entendemos que embora as denúncias ainda sejam importantes, já encontramos-nos em outra fase relativa a acumulação de experiências. Para que a partir destas experiências o movimento possa ganhar real expressão histórica é necessário que se superem obstáculos e desvios, como a falta de clareza quanto a base social real que deve ser o sujeito do modelo tecnológico alternativo. Quais as classes sociais que dele se beneficiam? (...) A visão localista e imediatista que despreza o fato de que as experiências vividas em situações sociais, ambientais e conjunturais particulares não podem ser simplesmente transferidas e generalizadas para outras realidades e

mais receptivos às tecnologias alternativas. Foi somente “(...) a partir da década de 90 que se consolidam alguns focos de agricultores assentados receptivos às alternativas tecnológicas. Antes disso algumas ONGs tentaram – e pouco conseguiram – praticar algumas ações dentro dos assentamentos de reforma agrária” (p.51).

conjunturas quaisquer. Por este motivo em nosso entender é urgente o debate e esclarecimento das diferentes posições ideológicas que fundamentam as alternativas tecnológicas. Assim entendemos que somente o questionamento global da sociedade capitalista que vivemos pode apontar a saída, pois a necessidade da sobrevivência e experiência cotidiana da luta contra a exploração em que vive o trabalhador, isto é o proletário urbano e rural, e os pequenos produtores camponeses cria solidariedade consistente e a consciência de um projeto histórico, pois só assumindo as perspectivas do projeto histórico dos trabalhadores é que podemos de fato confrontar o modelo tecnológico dominante” (FAEAB, 1987: 138).

O que fica claro neste depoimento é que o MST não tinha uma elaboração mais clara sobre o que seriam as tecnologias alternativas e nem menciona a existência de experiências ou trabalhos sendo desenvolvidos dentro do Movimento. A questão produtiva não era prioridade para as lideranças do Movimento neste período – a prioridade era a conquista da terra – e o entendimento era que o problema não estaria no uso das tecnologias modernas, mas no controle pelos trabalhadores dos meios de produção.

Este discurso das tecnologias alternativas, ainda bastante minoritário dentro do MST, foi vencido pelo discurso produtivista, que defendia a eficiência econômica e a coletivização dos meios de produção. “A luta pela hegemonia discursiva em termos de projeto econômico está sendo ganha pelo discurso produtivista, visando ao mercado, vinculado com o marxismo-leninismo, sendo que o discurso ambientalista ou de desenvolvimento sustentável tem uma importância marginal” (STRAPAZZON, 1997, 85).

De acordo com PETERSEN & ALMEIDA (2004), o tema das tecnologias alternativas era encarado com bastante reserva por parte da maioria dos intelectuais orgânicos dos movimentos sociais. Existiam várias interpretações desqualificadoras do trabalho com agricultura alternativa, que certamente influenciavam as lideranças dos movimentos. Entre elas:

- “As tecnologias alternativas representam uma volta ao passado e os agricultores familiares têm o direito de se modernizarem assim como o empresariado rural o vem fazendo. A luta do movimento social deve ser a de garantir o acesso à modernização por meio de políticas públicas orientadas para a democratização da Revolução Verde;
- O trabalho com tecnologias alternativas revela um viés tecnicista e pouco politizado. A luta dos camponeses é uma luta de classes, pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores;
- A organização para a produção com tecnologias alternativas é uma opção pela elitização. Está voltada para atender à crescente demanda por alimentos orgânicos de uma camada da sociedade urbanizada disposta a pagar mais por esses produtos” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 26).

De acordo com Ciro Correa (entrevista 2007), foi a partir da conquista dos primeiros assentamentos e devido às dificuldades na sua viabilização econômica que o MST começou a se deparar com o esgotamento do modelo de desenvolvimento. A reforma agrária era entendida como um “(...) instrumento para democratizar os meios de produção, para ter nos assentamentos de forma coletivizada a possibilidade de dinamizar o desenvolvimento rural no país”. Contudo, o baixo desempenho econômico provocou um questionamento sobre a viabilidade do modelo tecnológico.

Os membros do Movimento, segundo Ciro Correa (entrevista 2007), começaram a perceber os altos custos do pacote tecnológico e que o lucro estava ficando com as empresas

que produziam estes insumos e não com os assentados. Além disso, os agricultores estavam deixando até mesmo de produzir o alimento para o seu auto-sustento: “(...) este modelo convencional estava nos expropriando até mesmo da nossa alimentação, porque fazia nós entrarmos numa dinâmica doida de produzir para o mercado e também ir buscar no mercado o alimento”.

“Ao nós reproduzir nos assentamentos o mesmo modelo tecnológico, padrão de produção e de consumo de que se preconizava nas médias e nas grandes propriedades nós fomos, cada vez mais, percebendo que este era um caminho totalmente inviável. E, principalmente, a partir do momento que se tem um acesso mais amplo ao crédito, não se tem assistência técnica alternativa – a assistência técnica acaba sendo a do Estado neste modo difusionista e cartesiano de se trabalhar a assistência técnica – é a total frustração né, que foi se tendo. Aonde observamos que grande parte da nossa luta pela terra, luta pelo crédito, luta por algumas melhorias sociais estavam retornando para reforçar o modelo excludente da agricultura. Porque o nosso crédito estava em torno de 60 a 65% regressando para as grandes empresas que produziam agrotóxicos, produziam máquinas, produziam sementes híbridas. Estava sendo simplesmente repassadores deste crédito, o que faz parte da história dos pequenos agricultores também de forma mais recente no Brasil. Então com esta leitura crítica o Movimento começou a perceber isso, a fazer este debate e começou a crescer um pouco esta discussão de qual o papel dos assentamentos nesta atual conjuntura e neste modelo que a gente está vivendo aí (Ciro Correa, entrevista 2007).

Este debate sobre modelo tecnológico se intensificou dentro do MST em meados da década de 90. Começou a aparecer mais incisivamente nas formulações do MST uma crítica ao projeto neoliberal, na qual “a reforma agrária não tem nenhum espaço ou viabilidade nesse modelo de desenvolvimento e com essa política para a agricultura” (STÉDILE, 1997: 13). E começou a se discutir a necessidade de construir um “projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil. (...) um modelo diferente do da elite, centrado nos valores e princípios socialistas” (MST, 1997: 06).

Neste período os membros do MST, com apoio de “intelectuais amigos do MST”, elaboraram uma nova proposta de reforma agrária, fruto de praticamente três anos de discussão, “(...) necessariamente mais abrangente e mais complexa do que a simples distribuição da propriedade da terra”. Esta proposta foi aprovada no 3º Congresso Nacional realizado em 1995¹¹⁹ (MST, 1997: 34). Para o MST um programa de reforma agrária deve ter as seguintes características básicas:

- modificar a estrutura da propriedade da terra;
- subordinar a propriedade da terra à justiça social, às necessidades do povo e aos objetivos da sociedade;
- garantir que a produção agropecuária esteja voltada para a segurança alimentar, a eliminação da fome e ao desenvolvimento econômico e social dos trabalhadores;
- apoiar a produção familiar e cooperativada com preços compensadores, crédito e seguro agrícola;

¹¹⁹ Este “Programa de Reforma Agrária” foi publicado, dentre outros, em MST (1995) e MST (1997). Nele consta os principais significados e características de um projeto de reforma agrária idealizado pelo MST.

- levar a agroindústria e a industrialização ao interior do país, buscando o desenvolvimento harmônico das regiões e garantindo geração de emprego especialmente para a juventude;
- aplicar um programa especial de desenvolvimento para a região do semi-árido;
- desenvolver tecnologias adequadas à realidade brasileira, preservando e recuperando os recursos naturais, com um modelo de desenvolvimento agrícola auto-sustentável;
- busca de um desenvolvimento rural que garanta melhores condições de vida, educação, cultura e lazer para todos (MST, 1995: 29).

Neste novo programa de reforma agrária os fundamentos principais defendidos pelo MST permanecem, mas foi ampliada sua abrangência – “Reforma agrária: uma luta de todos” – e foram introduzidas novas questões: produção voltada à segurança alimentar, desenvolvimento harmônico das regiões, a preocupação com a juventude, cuidados com o meio ambiente, modelo agrícola auto-sustentável.

A criação pelo Incra do Projeto Lumiar, em 1997, e a filiação do MST à Via Campesina Internacional contribuíram para o avanço do debate agroecológico dentro do MST (Ciro Correa, entrevista 2007). Este era um período, conforme visto anteriormente, de conjuntura favorável para a realização da reforma agrária, com crescentes pressões e mobilizações dos movimentos sociais. O Movimento tinha realizado uma grande manifestação nacional, a Marcha à Brasília, que teve grande repercussão nacional e internacional, recolocando a reforma agrária e o MST no centro do debate.

O Projeto Lumiar, que teve vigência de 1997 a 2000, foi criado com a proposta de descentralizar os serviços de prestação de assistência técnica aos agricultores assentados (DIAS, 2004). Este programa de assistência técnica exclusivo para os assentamentos – “talvez o programa mais estruturado que se teve até hoje. Muito aquém do que se precisa, mas talvez até melhor do que se tem hoje” – foi executado de forma bastante diferenciada nos estados, influenciado pela diversidade das equipes estaduais. Muitos técnicos contratados pelo Lumiar eram egressos do movimento estudantil da agronomia ou tinham alguma vivência ou mesmo simpatia pela agroecologia e pelo MST. Este fato favoreceu o desenvolvimento de experiências e ampliou o debate agroecológico nos assentamentos.

“O Programa Lumiar por mais que foi um programa na época da gestão do Jungmann [Raul Jungmann – Ministro do Desenvolvimento Agrário], do Fernando Henrique Cardoso, tinha uma série de objetivos por trás dele – que era de colocar interventores nos assentamentos, de fazer algumas parcerias com universidades que nunca estiveram presente nos assentamentos – mas, em alguns estados nós conseguimos ter uma gestão muito forte do MST em relação ao Lumiar. E no Rio Grande do Sul foi um local onde se destacou bastante. O MST do Rio Grande do Sul conseguiu ter uma boa coordenação política do Lumiar aonde tivemos influência na definição dos supervisores do Lumiar, no perfil dos técnicos a serem contratados e isso trouxe um diferencial muito grande para o MST. Muitos dos técnicos, muitos dos supervisores do Lumiar daquela época são hoje direção do MST, tiveram uma vivência muito forte e permaneceram como militantes do movimento. Isso permitiu nós fazermos uma grande internalização destes técnicos e estes técnicos, também, ao se internalizarem com o movimento trouxeram uma grande contribuição porque, de modo geral, a grande maioria tinha senão uma grande vivência, pelo menos uma grande vontade de preconizar

modelos alternativos ao que estava se reproduzindo, a este modelo hegemônico da Revolução Verde” (Ciro Correa, entrevista 2007).

A Via Campesina Internacional foi criada em 1993 na Bélgica, por ocasião da realização da 1ª Conferência Internacional da Via Campesina, na qual foram definidas suas primeiras pautas estratégicas e sua estrutura. A 2ª Conferência, realizada em 1996 no México, teve a presença de 37 países e 69 organizações de pequenos e médios agricultores, dentre elas o MST¹²⁰. As temáticas principais e campanhas da Via Campesina são: reforma agrária; biodiversidade e recursos genéticos; soberania alimentar e comércio; direitos humanos; agricultura campesina sustentável; migração e trabalhadores rurais; igualdade de gênero (VIA CAMPESINA, 2006). A participação do MST na Via Campesina possibilitou que temáticas até então pouco discutidas pelo MST, a exemplo da biodiversidade e da soberania alimentar, entrassem com bastante força e fossem assumidas como questões prioritárias pelo Movimento.

“Eu pessoalmente acredito que a Via Campesina trouxe uma grande contribuição para o MST. Assim como o MST leva uma grande contribuição pra dentro da Via Campesina, um processo recíproco. E a Via Campesina, então, debate mais sobre soberania alimentar, se posicionando em relação à biodiversidade, sobre a agroecologia, trazendo esta dimensão mais do imperialismo internacional em relação aos povos, principalmente em relação aos povos indígenas e à biodiversidade. Isso vem muito fortemente pra dentro do Movimento, coisa que até então nós não tínhamos tão presente e isso enriquece muito, dinamiza muito a discussão interna no MST” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Em 1997 foi criada a Bionatur, uma das experiências mais divulgadas do MST no campo da agroecologia. Esta experiência, coordenada pela Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados – COOPERAL, começou nos municípios de Hulha Negra e Candiota, localizados na região sul do Rio Grande do Sul¹²¹. Mais do que uma marca de sementes, a Bionatur representa uma nova forma de produção de sementes de hortaliças, produzidas sem agrotóxicos e adubos químicos e de forma cooperativa, resgatando as

¹²⁰ “La Vía Campesina es un movimiento internacional que coordina organizaciones campesinas, pequeños y medianos productores, mujeres rurales, comunidades indígenas, gente sin tierra, jóvenes rurales y trabajadores agrícolas migrantes. Defendemos los intereses básicos de nuestros miembros. Somos un movimiento autónomo, plural, independiente, sin ninguna afiliación política, económica o de otro tipo. Las organizaciones que conforman La Vía Campesina vienen de 56 países de Asia, África, Europa y el continente Americano, organizadas en ocho regiones: Europa, Este y Sureste de Asia, Sur de Asia, Norteamérica, Caribe, Centroamérica, Suramérica y África” (VIA CAMPESINA, 2006: 01).

¹²¹ Nesta região, propícia para a produção de sementes, as grandes empresas do setor (TopSeeds e Agrocere) produzem suas sementes em parceria com agricultores familiares e assentados. Elas entregam aos agricultores as sementes e os insumos agrícolas e os agricultores entram com a mão-de-obra e a terra. Na hora da colheita é feito um teste de germinação, se alcançar o valor determinado pela empresa esta compra toda a produção, senão o agricultor fica com o prejuízo. “El agricultor no tiene más remedio que confiar en lo que la empresa le dice, porque no dispone de los mismos medios técnicos para evaluar el grado de germinación. De esa forma, las multinacionales compradoras siempre especulan con el precio y el volumen de compra según su conveniencia” (Ribeiro, 1998: 46). Esta situação de dependência, aliado ao alto uso de agrotóxicos e adubos químicos, fez com que os membros da COOPERAL começassem a buscar alternativas para os agricultores. A proposta da Bionatur foi construída com a colaboração do agrônomo João Rockett e do Sebastião Pinheiro, professor da UFRGS (RIBEIRO, 1998).

variedades locais que correm o risco de desaparecer devido ao predomínio das sementes híbridas desenvolvidas pelas grandes empresas do setor (RIBEIRO, 1998)

A Bionatur nasceu com doze famílias. A partir de 2003 começou a se expandir e se transformou numa rede nacional de produção e comercialização de sementes agroecológicas. Hoje existem cerca de 230 famílias assentadas, localizadas em 20 municípios da região Sul e de Minas Gerais, produzindo em torno de 50 variedades de sementes de hortaliças. O principal desafio é expandir a rede para os demais estados do país. Na safra de 2005 foram produzidas 22 toneladas de sementes livres de agrotóxicos, certificadas pelo Ministério da Agricultura (ALMEIDA, 2006).

Denis Monteiro (entrevista 2007) destaca outro fator que influenciou o avanço do debate agroecológico no MST, que foi a expansão do Movimento para outras regiões do país, principalmente Norte e Nordeste. A territorialização do Movimento foi tornando mais complexo o olhar sobre a agricultura explicitando suas especificidades. Estas regiões apresentavam contextos e realidades bastante diversificadas das experiências desenvolvidas nos assentamentos do Sul do Brasil. A modernização da agricultura não tinha chegado com tanta força nestas regiões e, em consequência, muitas práticas tradicionais ainda eram mantidas pelos agricultores¹²².

“O modelo tecnológico da Revolução Verde não estava tão disseminado como estava no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. No Nordeste e Norte a coisa não tinha chegado com tanta força. Existem ainda práticas que não estão dentro deste pacote, práticas tradicionais, com baixo uso de insumos, diversificação da produção, produção das próprias sementes, valorização da produção para o autoconsumo, trabalho com plantas medicinais, agroextrativismo, uma série de coisas que fazem com que o movimento olhe para esta realidade, que aí tem ensinamentos pra se pensar um outro modelo. Eu tenho esta impressão, embora eu acho que isso não é tão claro e nem todo mundo do MST concorde neste ponto, mas eu acho que isso tem uma influência de baixo pra cima, uma influência a partir das bases. Inclusive é aí aonde eu acho que está a maior riqueza neste tipo de práticas, porque são práticas na verdade contra-hegemônicas. São práticas contra-hegemônicas que vêm sendo valorizadas pelo movimento agroecológico, revitalizadas” (Denis Monteiro, entrevista 2007).

No final da década de 90 este discurso passou a ter uma certa unidade dentro do Movimento. “Você sente que o discurso mais político começa a construir uma posição mais hegemônica de que não é possível nós reproduzirmos o modelo que nos excluiu eternamente e que temos que ter na luta pela terra e na luta pela reforma agrária uma base diferenciada” (Ciro Correa, entrevista 2007).

No 4º Congresso Nacional (2000) o MST assumiu a agroecologia como bandeira de luta e foi discutida a questão da preservação ambiental e do respeito ao meio ambiente. “Os seres humanos são preciosos, pois sua inteligência, trabalho e organização podem proteger e preservar todas as formas de vida” (MST, 2000: 52). Neste encontro foi elaborada uma carta

¹²² “Pessoalmente me encanta mais olhar pro Norte e Nordeste e pensar o que está acontecendo ali do que pensar que o Sul é o modelo. Porque o movimento tem muito isso ainda, as melhores experiências estão no Sul, que o Sul é mais organizado. Mas é claro, não é negar uma história de organização e construção de experiências que é deles, mas, também, que têm coisas diferentes que podem contribuir muito para a construção do próprio Movimento, neste campo da agroecologia não tenho a menor dúvida. Você olha as experiências da Amazônia, super diversificadas, do Nordeste... É uma outra lógica, mas são experiências super interessantes. Eu acho que olhar pra estas diversas formas de resistência na terra são as coisas que vão garantir que o Movimento continue respirando” (Denis Monteiro, entrevista 2007).

de princípios – “Nossos compromissos com a terra e com a vida” – que teve grande impacto dentro do MST. Os compromissos assumidos foram os seguintes:

- Amar e preservar a terra e os seres da natureza;
- Aperfeiçoar sempre nossos conhecimentos sobre a natureza e agricultura;
- Produzir alimentos para eliminar a fome na humanidade. Evitar a monocultura e o uso de agrotóxicos;
- Preservar a mata existente e reflorestar novas áreas;
- Cuidar das nascentes, rios, açudes e lagos. Lutar contra a privatização da água;
- Embelezar os assentamentos e comunidades, plantando flores, ervas medicinais, hortaliças, árvores...
- Tratar adequadamente o lixo e combater qualquer prática de contaminação e agressão ao meio ambiente;
- Praticar a solidariedade e revoltar-se contra qualquer injustiça, agressão e exploração praticada contra a pessoa, comunidade e a natureza;
- Lutar contra o latifúndio para que todos possam ter terra, pão, estudo e liberdade;
- Jamais vender a terra conquistada. A terra é um bem supremo para as gerações futuras (MST, 2000: 52).

Esta carta ao mesmo tempo que mostra os compromissos assumidos pelos MST, aponta para diversos problemas que ainda persistem nos assentamentos, tais como: monocultura, agrotóxicos, desmatamento, cuidar nascentes e venda de terras. Segundo Ciro Correa (entrevista 2007), este documento criou uma mística muito grande dentro do MST – “(...) da valorização da vida, do respeito a todas as formas de vida, de que deveríamos multiplicar esta vida e zelar por ela” – e por estar no Congresso já ganhou certa amplitude dentro do Movimento.

Associado a esta deliberação existia, também, segundo Ciro Correa, uma cobrança dos parceiros e até mesmo da sociedade para um posicionamento mais claro do MST em relação à temática ambiental e ao modelo de desenvolvimento.

“Associado a isso, também tem, cada vez mais, uma exigência da sociedade, dos diversos fóruns de discussão que nós participamos, que é do movimento começar a se posicionar sobre a temática ambiental. Coisa que até então nós se posicionava de forma muito superficial, de forma muito pontual. Aí, então, que esta deliberação a nível nacional é neste sentido, de que nós precisávamos avançar na temática ambiental sobre qual é a nossa postura? O que nós preconizamos? Qual a nossa crítica? Com quem nós vamos nos articular? Isso, então, é internalizado muito fortemente dentro do MST, tanto enquanto uma iniciativa quanto então de uma demanda que se tem na relação com a sociedade. Isso ajudou a acelerar e aprofundar o processo” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Em 2001 foi criado pelo MST o Coletivo Nacional de Meio Ambiente, fruto de deliberação da direção nacional do MST “que nós tínhamos que aprofundar de forma mais acelerada esta discussão”. Inicialmente houve uma discussão da conveniência de se ter um setor de meio ambiente dentro do MST, pois a temática deveria permear todos os setores e não se restringir a apenas um. “Este debate começa e logo se delibera que a temática ambiental tem que estar presente em toda a nossa vida, em todas as nossas ações. Nós vamos

organizar um coletivo pra dinamizar, pra aprofundar a elaboração estratégica, mas não que este coletivo seja responsável pra conduzir o conjunto do processo e sim pra dinamizar o processo” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Existiam dentro do Movimento algumas pessoas que tinham este debate da agroecologia mais presente, alguns debates locais, mas não tinha ainda uma elaboração mais coletiva e “nós precisávamos ter esta elaboração mais coletiva”. O setor de meio ambiente começa a fomentar nos estados, nos coletivos, este debate ambiental; elabora documentos para auxiliar nas discussões e são realizados diversos encontros e reuniões para aprofundamento desta questão, desde as bases até as instâncias estaduais e nacional.

Contudo, *Ciro Correa*, ressalta que este setor nacional de meio ambiente não representa o conjunto das ações ambientais do MST. É um grupo executivo formado por pessoas de todas as regiões que se articula com os estados, com os debates locais, para junto ir conformando uma visão nacional sobre o tema ambiental dentro do MST. “É um grupo executivo que vai se inserindo nas instâncias do movimento, nos locais de atuação, nos estados e nas regiões, vai contribuindo, fazendo muito esta vinculação entre o nacional, o regional e o local” (*Ciro Correa*, entrevista 2007).

Em 2003 a Via Campesina Internacional lançou no III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, com presença de mais de 15 mil pessoas, a campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”. Esta campanha foi assumida por todos os membros da Via Campesina – Brasil e teve grande repercussão a nível nacional (VIA CAMPESINA, 2003). A discussão sobre a importância das sementes crioulas e sua produção já fazia parte da preocupação de algumas organizações e movimentos sociais, especialmente das ONGs que desde a década de 90 já trabalhavam com o resgate de variedades locais e com banco de sementes crioulas. O próprio MST já discutia esta questão anteriormente, mas esta campanha desencadeou um trabalho mais concreto, assumido por diferentes organizações sociais, e com abrangência internacional. O MST assumiu esta campanha com protagonismo e a questão das sementes contribuiu pra avançar o debate da agroecologia nos assentamentos e a dinamizar muitas experiências. Foram criados diversos banco de sementes e feito o resgate de sementes crioulas em centenas de assentamentos.

Além desta campanha das sementes, o MST vem desenvolvendo outras iniciativas importantes relacionadas à agroecologia. Entre elas destacam-se: a criação da Rede de Pesquisa Agroecológica, composta por uma dezena de centros em todos os biomas, onde são desenvolvidas pesquisas agrícolas com metodologias participativas buscando aprimorar as práticas agroecológicas; a criação de Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS) desenvolvidos em parceria com o Ministério do Meio Ambiente; a elaboração do Programa Ambiental do MST; a elaboração de um Programa Florestal para as Áreas de Assentamentos; o Projeto de Manejo da Agrobiodiversidade com Enfoque Agroecológico; a realização do Diagnóstico Rápido Participativo da Biodiversidade; a criação e coordenação de diversos cursos médio, pós-médio, superior e uma especialização com enfoque agroecológico.

Para aprofundamento desta questão ambiental e de modelo produtivo o MST realizou também diversos encontros internos, destacando-se: o “Encontro nacional de meio ambiente”, realizado em Cajamar (SP) em junho de 2005; o seminário “Concepção e ações em agroecologia no MST” (21 a 23 de agosto de 2005) e o seminário “Modelo produtivo e matriz tecnológica no MST” (8 a 12 de agosto de 2006) – ambos realizados na Escola Nacional Florestal Fernandes em Guararema, SP.

O MST também faz parte da comissão organizadora de eventos nacionais importantes voltados para a agroecologia, destacando-se: o Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado anualmente a partir de 2003; o Encontro Nacional de Agroecologia, realizado em 2002 (Rio de Janeiro) e em 2006 (Recife); a Jornada Paranaense de Agroecologia realizada anualmente em Ponta Grossa no Paraná a partir de 2002; a Festa Nacional de Sementes

Crioulas realizada bianualmente em Anchieta, Santa Catarina. O MST também é membro da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA e, atualmente, desenvolve trabalhos em parcerias com diversas ONGs, tanto em nível nacional, quanto local e estadual.

“A partir de 2003 pra cá houve elaborações bastante contundentes. Estamos fazendo parte hoje da ANA, Articulação Nacional de Agroecologia, uma rede importante. O ENA de 2002, o ENA de 2006 foi também bastante presente nos movimentos sociais, em especial o MST, e aí por diante. Temos inúmeros programas que são nacionais e que têm grande impacto nos estados e a nível local. Muitas experiências têm grande impacto a nível nacional hoje, também, e estamos avançando neste processo. Avaliamos que temos muita coisa sendo preconizada, com um protagonismo muito grande. Muitas dúvidas de como proceder, muitas contradições que estamos vivenciando, mas que faz parte do processo de construção dentro do movimento social” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Esta mudança de orientação em favor da agroecologia pode ser visualizada em diversos documentos e deliberações do MST. Na cartilha “A reforma agrária necessária: por um projeto popular para a agricultura brasileira”, publicada em 2006, as mudanças são claras. Esta cartilha contém a proposta de reforma agrária desenvolvida pelo MST, destacando as mudanças necessárias para sua realização.

“Esta proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza” (MST, 2006: 20).

Nesta proposta são destacados dez pontos prioritário, cada qual apontando as mudanças necessárias para a realização da reforma agrária:

- Terra – democratizar o acesso a terra, aos bens da natureza e os meios de produção.
- Água – a posse e o uso deve estar subordinada aos interesses dos povos.
- Organização da produção: voltada para a produção de alimentos saudáveis; promover a cooperação agrícola; organizar agroindústrias próximas aos locais de produção; promover uma agricultura diversificada, sustentável em bases agroecológicas, sem agrotóxicos e transgênicos, gerando alimentos saudáveis; estimular a realização de feiras agroecológicas em todos os municípios.
- Construção de um novo modelo tecnológico – orientado pelo enfoque ecológico e participativo, adequando-se à reforma agrária e às unidades camponesas de produção.
- Manejo sustentável da água e a irrigação – implementar um amplo programa de manejo sustentado da água, que viabilize a sua conservação natural e a infra-estrutura de captação e uso sustentável.
- Política agrícola pública – o Estado deve usar todos os instrumentos de política agrícola.
- Educação do campo – garantir o acesso à educação formal e informal para todos.

- Industrialização – levar a industrialização ao interior do país, promovendo um desenvolvimento equilibrado entre as regiões, criando oportunidades de trabalho e renda para a juventude e para as mulheres.
- Desenvolvimento da infra-estrutura social – garantir a toda a população do campo as mesmas oportunidades de todos os brasileiros.
- Repensar as instituições públicas que atuam na agricultura (Incrá, Conab, Embrapa); capacitação e conscientização dos servidores públicos que atuam com a reforma agrária. (MST, 2006).

Denis Monteiro (entrevista 2007) comenta que o MST tem procurado conhecer outras iniciativas e dialogar mais com outras organizações sociais, evitando o isolamento, o que tem sido bastante positivo. A diversidade de movimentos e organizações existentes na ANA complexificou o debate da agroecologia, ampliando o conceito e trouxe novas dimensões ao debate. Este fato tem possibilitado uma aproximação maior dos movimentos sociais com as ONGs – “Conseguimos romper um pouco com aquele preconceito que tínhamos e, em parte temos ainda, desta relação com as ONGs. Também as ONGs começam a se aproximar um pouco mais dos movimentos sociais já que anteriormente também tinham uma resistência bastante complicada” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Ciro Correa destaca que este preconceito em relação às ONGs é devido, principalmente, ao seu localismo – “tem uma ação local e não conseguem conectar com a questão macro de projeto político, de transformação da sociedade, de imperialismo”. Esta é uma crítica bastante freqüente dos movimentos sociais, sobretudo o MST, em relação às ONGs de desenvolvimento. Contudo, Ciro Correa pondera, “(...) mas acho que até é um pouco indelicado falar de forma muito rápida, eu estou falando de forma bem superficial”.

“Esta crítica faz parte e isso predominou, caracterizou muito forte as ONGs que procuravam se apegar a alguns projetos de apoio financeiro, alguns programas locais, e criar tipo ilhas de prosperidade. A gente acha que isso é importante. Isso trás um acúmulo de conhecimento importante, produz uma série de estratégias locais, mas se ficar só no local nós daqui a um tempo vamos estar com estas ilhas ótimas, lindas, de prosperidade em meio a um mar de devastação e de dominação do modelo hegemônico. Esta postura esteve muito fortemente entre as ONGs e de forma muito recente era um pensamento predominante entre as ONGs. (...) Assim como, também, nos movimentos sociais têm uma forte discussão de que, bom, precisamos pautar a luta macro de enfrentamento, mas também precisamos construir as iniciativas concretas no local. Uma não substitui a outra, ao contrário, elas têm que convergir e uma vai ajudar a fomentar a outra e a elaborar as estratégias. Então, no início tinha uma certa resistência de ambas as partes que vem se quebrando gradativamente, mas que, lógico, continua presente, mas em menor intensidade. Nós, com certeza, nos últimos tempos conseguimos dialogar bem melhor com as ONGs, assim como as ONGs conseguem dialogar não somente conosco, mas com diversos outros movimentos” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Tanto as ONGs, mais voltadas para o desenvolvimentos de experiências locais, quanto os movimentos, mais voltados para a luta política, começam a rediscutir suas estratégias e buscar aproximar estas duas dimensões. Conforme visto no capítulo anterior, as estratégias políticas das organizações membros da ANA estão sendo construídas a partir de experiências concretas de produção, o debate político diretamente articulado com as experiências de agroecologia.

Com o acirramento do modelo neoliberal as organizações e movimentos do campo da agricultura familiar começam a construir estratégias conjuntas de enfrentamento. Este modelo explicitou a existência de dois modelos distintos de desenvolvimento: o da agricultura familiar e o do agronegócio. Os movimentos sociais começam a construir parcerias, unir esforços, buscando construir unidades para a construção de um “projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil”.

“Até mesmo porque com a crise que se implementa e com a dominação e a hegemonia do modelo de agricultura capitalista do país vai forçando este diálogo. Ou se dialoga ou todos morrem na praia. Então vem se avançando nesta relação estratégica, preservando as autonomias, preservando as individualidades, mas buscando encontrar pontos de convergência. Eu acredito que este é o grande papel da ANA (...). Isso é algo bastante difícil, tem que estar permanentemente sendo cultivado, alimentado, mas hoje o movimento tem esta clareza de que é necessário fortalecer a unidade do campo mais progressista, nas suas diversas expressões” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Atualmente existem diversas experiências agroecológicas sendo desenvolvidas nos assentamentos. “A nível local, tem surgido centenas ou milhares de iniciativas sobre a temática de agroecologia no MST, desde questões de baixo uso de insumos, banco de sementes, metodologias participativas, organização de cadeia produtiva com o controle dos trabalhadores...” (Ciro Correa, entrevista 2007). Contudo, embora o debate tenha avançado muito dentro do Movimento e existam várias iniciativas sendo realizadas, não existe consenso quanto à agroecologia ser uma orientação hegemônica para os assentamentos.

“No MST tem um processo de debate sobre o que é agroecologia, se de fato a agroecologia é um caminho a seguir pra pensar a orientação dos assentamentos. Este debate está começando agora, eu diria que não é consenso, não é consenso a questão da agroecologia (...). Tem várias experiências pipocando, embora, na prática grande parte da base social do MST está numa lógica convencional, ainda não está trabalhando sobre o enfoque agroecológico. A maior parte está no modelo convencional. Mas eu diria, também, que hoje em dia tem muita mais coisa do que tinha a cinco ou seis anos atrás. Está num crescente, tanto no acúmulo de discussão quanto no acúmulo de experiências práticas, isso é importante” (Denis Monteiro, entrevista 2007).

A incorporação da agroecologia pelos assentados não é uma questão simples, envolve vários fatores e as mudanças nem sempre têm a rapidez desejada. A apropriação do tema pelas lideranças do MST ocorre de forma muito mais acelerada do que vem ocorrendo nos assentamentos, na prática dos assentados. Embora o MST esteja investindo fortemente em formação e capacitação em agroecologia, a mudança ainda é bastante lenta. A ideologia modernizadora continua exercendo forte poder de influência entre os assentados e, por que não dizer, em várias lideranças.

“Não é porque hoje a gente tenha uma preconização da agroecologia que em todo e qualquer lugar do MST se pratica a agroecologia. A gente talvez não esteja nem sabendo ainda se está praticando ou não a agroecologia em muitas experiências, mas tem esta construção que vem se fazendo. É uma

metamorfose que vem acontecendo, mas que traz muito fortemente o conhecimento, a cultura, a preconização também do modelo conservador de agricultura. Então, o que a gente está tentando romper é com experiências localizadas, não trabalhar apenas com experiências pontuais e sim transformar isso numa prática cotidiana. Mas isso é um processo que vai levar gerações dentro do MST, nós não temos essa ilusão, bom, daqui a cinco ou dez anos o MST vai estar com a base produzindo totalmente de forma ecológica” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Outro ponto a ser destacado é que o tema que envolve a agroecologia não tem sido prioridade para todos os setores que compõem a estrutura organizativa do MST. O setor que tem uma incorporação mais significativa é o “Setor de produção, comercialização e meio ambiente” – até porque “(...) cabe a este setor tentar pensar um pouco mais esta questão da produção, cooperação e meio ambiente dentro dos assentamentos. É claro, agora o setor está dentro do MST, não é uma coisa estanque, separada” (Ciro Correa, entrevista 2007). Este debate está sendo incorporado, de forma menos intensa, em outros setores do MST especialmente Educação, Saúde e Cultura – “(...) setores que estão fazendo uma leitura mais crítica em relação ao que nós devemos preconizar junto aos assentamentos” (idem).

Para Ciro Correa o grande desafio do MST neste tema da agroecologia é fazer o conjunto do Movimento “entender, interpretar e fazer a agroecologia”. A incorporação da temática agroecológica dentro do MST ainda é bastante desigual e existem diferentes entendimentos e interpretações sobre seu potencial de transformação social.

“Agora, acho que nós estamos numa fase muito preliminar, rompendo ainda com algumas experiências locais, não tendo muito claro ainda que conceito é esse. Afinal a agroecologia é usar umas técnicas diferenciadas? É nós conseguir ter um produto que vá pro mercado? Agora, quem vai consumir este produto? É a classe média que vai pagar por um nicho de mercado seletivo? Isso ainda é um mar de interpretações. Nós estamos nesta fase de fazer o debate mais político da agroecologia dentro do MST, assim como também de ter estratégias mais claras de como preconizar e dinamizar a agroecologia no MST. Agora, sabemos que não basta o MST querer fazer a agroecologia. Nós temos que também pensar nas condições objetivas. Então, não abrimos mão, logicamente, de políticas de reforma agrária. Hoje a política de assentamentos é uma política totalmente insustentável, é uma política que não tem nenhuma consistência estratégica de avançar com a agroecologia nos assentamentos. É uma compensação social pra aliviar o conflito social que, de modo geral, continua reproduzindo os assentamentos isolados, frágeis” (Ciro Correa, entrevista 2007).

Denis Monteiro (entrevista 2007) aponta algumas dificuldades para o avanço da agroecologia nos assentamentos, destacando-se: o passivo ambiental herdado pelos assentados – áreas bastante degradadas e sem uma política de recuperação; a precariedade das políticas públicas de infra-estrutura (escola, estrada, saúde), que dificulta “toda a organização da vida social e do trabalho, não só da agroecologia, mas de qualquer coisa”; as políticas agrícolas quando existem (crédito, assistência técnica, garantia de preço) são fragmentadas e induzem para uma lógica convencional, principalmente a política de crédito; a questão da origem das pessoas que estão nos assentamentos (assalariados da cana, pessoas que vieram da cidade), que precisam recuperar sua bagagem cultural da agricultura. Além disso, ressalta, como pode ser observado no depoimento abaixo, a falta de capacitação em agroecologia e a

predominância do modelo neoliberal, que se constitui num entrave para o avanço do debate agroecológico.

“Outro ponto é o despreparo das equipes de assessoria, dos próprios dirigentes, pra este debate da agroecologia. Ainda têm a lógica que a questão é quem tem a posse dos meios de produção. Tem gente que diz que o problema não é o transgênico, o problema é o transgênico na mão do patrão, se o transgênico estiver na mão do trabalhador tudo bem, como foi a agricultura soviética, agricultura cubana, até recentemente. Eu acho que este tipo de visão está perdendo força, mas ela ainda existe. A outra dificuldade, principal, na verdade tudo isso faz parte de um modelo no qual a reforma agrária não tem espaço. Do primeiro mandato do Governo Lula pro segundo este debate saiu de pauta. É triste reconhecer isso. Ao passo que o debate sobre a expansão do eucalipto está a mil (...). Daqui a pouco a agricultura familiar vai plantar cana, eucalipto, vai criar gado, vai ser integrado das empresas. Existe uma crise econômica, política e social da agricultura como um todo. Nós estamos numa contracorrente, num período de resistir e acumular forças pra superação” (Denis Monteiro, entrevista 2007).

O MST vem incorporando continuamente a agroecologia em seu discurso e existem várias ações sendo realizadas de promoção da agroecologia. Embora com divergências, as elaborações mais recentes do MST mostram uma unidade cada vez maior das lideranças do Movimento em torno da questão agroecológica. O enfoque agroecológico, ao ser apropriado e interpretado por um conjunto bastante diferenciado de organizações e movimentos sociais, em suas múltiplas formas de expressão, assume novos significados o que o torna proponente de mudanças de diferentes ordens e dimensões. Contudo, ainda existe um longo caminho pela frente para que a agroecologia seja efetivamente incorporada pelo conjunto do Movimento, assim como uma série de problemas de infra-estrutura e dificuldades de toda sorte nos assentamentos que precisam ser superadas para que os assentados exerçam seus direitos básicos de cidadãos. O Estado pode exercer, neste sentido, um papel fundamental ao direcionar políticas públicas que fortaleçam o conjunto dos agricultores (camponeses e familiares) e que incorporem o enfoque agroecológico.

CAPÍTULO 4

AS INSTITUIÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL

O objetivo deste capítulo é entender a construção do debate agroecológico nas instituições de pesquisa e extensão rural. Para uma maior compreensão deste processo, será feito inicialmente um breve resgate da trajetória histórica da extensão rural, buscando compreender as principais mudanças que ocorreram em cada fase. A abordagem busca incorporar as principais propostas alternativas que foram surgindo com a crise do modelo hegemônico e as mudanças da nova Política Nacional de ATER, na qual o enfoque agroecológico figura como eixo orientador da nova política. A segunda parte analisa a evolução do debate agroecológico nas instituições de pesquisa, mais especificamente na EMBRAPA. O que pretendo é entender como o enfoque agroecológico foi sendo incorporado pelas instituições de pesquisa e passa a assumir importância crescente na orientação de linhas de pesquisas, provocando mudanças na reorientação da política de pesquisa da instituição, ainda que minoritárias.

4.1. Trajetória Histórica da Extensão Rural no Brasil

Existem pelo menos três trabalhos que classificam a história da extensão rural no Brasil. Nos dois primeiros trabalhos a análise se restringe à década de 80, enquanto CAPORAL (1998) incorpora também a década de 90, portanto seguiremos esta última classificação. Para ALEMANY (1988) a extensão rural é dividida em três fases distintas: projeto educacional extensionista (1948 a 1968); projeto de transferência tecnológica (1968 a 1980) e a crise da extensão rural (década 80). RODRIGUES (1994) também dividiu o processo evolutivo da extensão rural em três momentos: humanismo assistencialista (1948-1962); difusionismo produtivista (1963-1984) e humanismo crítico (1985-1989). Contudo, faz uma ressalva que não se tratam de categorias excludentes e exaustivas que tiveram um desenvolvimento processual linear e homogêneo em todas as regiões do país. Ao contrário, existem diferenças marcantes a níveis regional e estadual, a ponto de distinguir três escolas diferenciadas: mineira, nordestina e sulista.

Para CAPORAL (1998) a história da extensão rural, desde a sua origem em 1948, pode ser caracterizada em quatro momentos distintos: familiar assistencialismo (1948 a 1960); produtivismo modernizador (1961 a 1980); crítico reflexivo (1980 a 1990) e transição ambientalista, a partir de 1990. No entanto, CAPORAL esclarece que não é correto fazer uma diferenciação muito rígida destes períodos e ressalta que os três últimos períodos não se completaram e as características do primeiro período continuam a ser dominantes na atualidade.

O modelo extensionista brasileiro nasceu institucionalmente com a criação, em 1948, da Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais (ACAR – MG), a primeira unidade extensionista do país. Esta experiência piloto, inspirada no modelo norte-americano, se fortaleceu e foi se estendendo para outros estados a partir de 1954 e em 1956 ganha abrangência nacional com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). O objetivo educativo e a concepção de melhoria das condições de vida das famílias rurais se constituíram na orientação chave da ação extensionista deste período. O rural era visto como um setor atrasado que precisava ser modernizado e a extensão rural assumiu para si a tarefa de educar o homem do campo para tirá-lo do atraso em que se encontrava.

CAPORAL (1998) destaca que a ação extensionista – tanto na transferência de tecnologia quanto no trabalho de difundir novos hábitos sobre questões de saúde, habitação,

alimentação e higiene junto aos homens, mulheres e jovens rurais – se caracterizou por ser uma ação não transformadora, no sentido freireano do termo. Os extensionistas, segundo os manuais, deveriam manter uma postura apolítica no seu trabalho cotidiano, sem questionar as relações de dominação existentes no campo.

“Uno de los elementos ideológicos más evidente del esfuerzo extensionista se traduce, en la práctica, por una línea de pensamiento según la cual parece ser necesario educar a los ‘atrasados’ para que se transformen en ‘personalidades’ aptas para adherir a los programas de modernización. En este esquema de pensamiento, la cuestión educativa es aislada del ámbito político y transferida exclusivamente al ámbito técnico-pedagógico, de modo que el proceso de enseñanza y aprendizaje se resume, de forma mecánica, al principio de ‘aprender a hacer’. Educar, en ésta lógica es lo mismo que adestrar; llenar a alguien con informaciones que resulten útiles para el desarrollo del capitalismo en el campo, lo que es reforzado por la pseudo neutralidad de los métodos utilizados” (CAPORAL, 1998: 59).

Nesta primeira fase a extensão rural era considerada prioridade e tinha a função de “semear as necessidades da modernização”. A equipe era formada por um engenheiro agrônomo, médico veterinário ou técnico agrícola, que tratava dos assuntos agropecuários e uma extensionista, com formação em economia doméstica, que tratava dos problemas da casa, família ou comunidade. O objetivo da prática extensionista era “(...) alcançar uma maior produtividade agrícola para conquistar melhores condições de vida no campo através da educação da família rural” (ALEMANY, 1988: 84).

Segundo FONSECA (1985), o homem rural era considerado como portador de todas as carências – “(...) de índole retraída e desconfiado, isolado em seu ambiente pela falta de meios de comunicação e de interesses comunitários, tem vivido à margem do progresso agrícola” (p.92) – e que necessitaria ser educado para sair desta situação. Uma educação voltada para a produção e o consumo em que a estrutura da sociedade não estava em jogo e o desenvolvimento era uma questão de modernização. A extensão rural, segundo a autora, como “um projeto educativo para o capital” capaz de reeducar a população para as novas relações sociais necessárias para o desenvolvimento do capitalismo no campo.

“Para a extensão, o problema consistia em modificar normas de comportamento a fim de conseguir uma nova conduta conforme as exigências do progresso social e técnico, a medida em que a extensão estava convencida de que não poderia fazer com que os agricultores adotassem as inovações transmitidas em seus programas se não conseguissem modificar o que estes sabiam, pensavam, acreditavam, sentiam e faziam de uma maneira tradicional por outra moderna” (ALEMANY, 1988: 86).

Nesta fase, apesar das intenções claramente modernizantes, nenhum governo chegou a articular o conjunto de instrumentos de política agrícola necessários a uma eficaz estratégia modernizante. Ainda assim, conseguiram preparar as bases do que mais tarde seria o eixo da modernização da agricultura: a articulação do tripé formado pela pesquisa, extensão rural e crédito agrícola (ALEMANY, 1988). Em 1961 a ABCAR passou a contar formalmente com o apoio financeiro do Estado e a subordinar-se definitivamente aos governos e as políticas públicas para a agricultura e o meio rural, desenhadas nos gabinetes da tecnocracia estatal (CAPORAL, 1998).

O modelo de extensão rural apresentou crescimento significativo neste período. A extensão rural foi de fato o principal instrumento de política agrícola utilizado pelo Estado até o final dos anos 60, quando o crédito rural passa a ser a política agrícola mais importante de estímulo à modernização agrícola. Em 1968, a extensão rural já estava articulada em 21 estados, com 138 escritórios regionais, 1025 escritórios locais, estando presente em 1393 municípios (ALEMANY, 1988).

Entretanto, no final da década de 60 este projeto extensionista começou a dar sinais de esgotamento, ante as exigências do novo modelo econômico implantado no país a partir de 1964, sob a perspectiva da modernização conservadora da agricultura. Era preciso, então, adequar o projeto de extensão rural às exigências deste novo modelo e ao desempenho produtivo que se esperava do setor agrícola. As mudanças mais significativas nesta fase foram a alteração do público beneficiário – que passa a privilegiar os médios e os grandes produtores “(...) numa tentativa de obter respostas mais rápidas, dada a maior facilidade que estes grupos de agricultores tem para absorver a nova tecnologia” (Eliseu Alves, in: ALEMANY, 1988: 154) – e a aliança com o crédito rural, fortalecido com a criação em 1965 do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), que passa a ser o instrumento privilegiado de intervenção do Estado e o grande viabilizador do processo de modernização da agricultura.

O objetivo central da ação extensionista passou a ser a transferência tecnológica, visando aumentar a produção e a produtividade agrícola através do uso intensivo do pacote tecnológico. Foi o período de auge da modernização da agricultura. As políticas adotadas tentavam dinamizar a agricultura através de estímulos ao mercado externo, ao processamento industrial e a absorção de novas tecnologias. Se estabeleceu a crença que a modernização agrícola era o único caminho para melhorar as condições de vida da população rural.

O próprio Estado passou por reestruturações profundas, buscando se adequar às orientações tecnológicas modernizantes. A pesquisa recebeu um novo impulso com a criação em 1973 da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, vinculada ao Ministério da Agricultura. A EMBRAPA deveria dar ênfase à pesquisa aplicada, delegando às universidades parte da pesquisa básica. Sua maior preocupação nos primeiros anos de ação foi pós-graduar seus pesquisadores e instalar centros nacionais de pesquisa e unidades de pesquisa e experimentação nos estados (OLINGER, 1996). Ela concentrou esforços na geração de inovações tecnológicas, com ênfase na pesquisa por produto, objetivando o aumento da produção e da produtividade das culturas de interesse do Estado.

A extensão rural consolidou sua reestruturação com a criação em 1974 da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER, em substituição à ABCAR, e nos estados com a criação das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATERs. A EMBRATER passou a coordenar todos os serviços de assistência técnica e extensão rural do Brasil, passando a ser o braço forte do governo no campo, centralizando os recursos que posteriormente eram repassados às organizações de extensão estaduais, num modelo de administração marcadamente “de cima para baixo” (CAPORAL, 1998).

“Así se crea la EMBRATER para ser una organización ‘fuerte y ágil, flexible y poderosa, capaz de atender a las necesidades de información tecnológica que tienen los productores’, como lo explican desde el gobierno. Lo que deseaba el Estado era tener una organización que fuera un instrumento rápido y eficiente para la ejecución de programas integrados, con la finalidad de aumentar la producción y la productividad de la agricultura y trabajar en la promoción del hombre del campo” (CAPORAL, 1998: 67).

Desta forma, a pesquisa agrícola, o crédito rural e a assistência técnica se constituíram nos instrumentos essenciais da intervenção do Estado, impulsionadores do processo de modernização da agricultura na década de 70. A pesquisa gerava o pacote tecnológico, que era transferido pela extensão rural aos agricultores mais capacitados, com o auxílio do crédito rural subsidiado.

“A pesquisa agropecuária [tinha por objetivo] (...) gerar e adaptar conhecimentos e montar os pacotes tecnológicos que transformariam a base técnica da agricultura. A extensão rural, devidamente reciclada e despojada de sua filosofia original, para transferir os pacotes tecnológicos aos empresários rurais e demais produtores com acesso aos estímulos e incentivos de política governamental. O crédito rural, através do Banco do Brasil, para financiar, a juros altamente subsidiados, o uso dos insumos modernos e a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas” (RODRIGRES, 1994: 199).

A criação da EMBRATER levaria ao paroxismo a mudança de rumo que vinha se esboçando na extensão rural brasileira. Os grandes e médios produtores se tornaram o público prioritário, pois “tinham a capacidade para absorver a tecnologia existente e dar respostas rápidas”. A pequena produção – chamada pelo Estado de produtores de baixa renda – não estava incluída nas preocupações e metas produtivistas da política de modernização da agricultura, por “existirem sérias limitações a expansão de sua capacidade de produção”, aparecendo apenas como objeto de projetos integrados cuja meta básica era a promoção social (ALEMANY, 1988: 205)¹²³. Os grandes projetos agropecuários substituíram definitivamente os projetos sociais e as ações não produtivas praticamente desaparecem da agenda dos extensionistas, que se tornam “agentes intermediários entre as agências bancárias e os grandes e médios empresários rurais beneficiários dos financiamentos a juros subsidiados” (RODRIGRES, 1994: 174).

Com esta nova estrutura institucional do setor público agrícola, o governo deixava clara a perspectiva difusionista que orientava suas políticas e ações para o meio rural. O Estado tinha agora o comando centralizado sobre a política de pesquisa e extensão rural, de modo que a articulação entre ambas poderia contribuir para um processo mais adequado de geração e transferência de tecnologia para a modernização do setor agropecuário (CAPORAL, 1998).

A década de 70 foi um período de acentuado crescimento das instituições de assistência técnica, mais que dobrando o número de técnicos envolvidos e seus serviços abrangiam mais de três mil municípios. No período de 1974 a 1978 o número de escritórios regionais aumentou de 146 para 186; os escritórios locais aumentaram de 1422 para 1920; o número de municípios assistidos aumentou de 2326 para 3047, representando mais de 70% do total existente no país; o número de pessoal técnico e administrativo passou de 6.702 para 14.275 pessoas; o número de agricultores assistidos passou de 240.028 pessoas para 387.664 pessoas (ALEMANY, 1988).

Contudo, a grande crise econômica que se inicia na década de 80 e que levaria ao malogro o projeto de tecnificação acelerada da agricultura, tendo como principal vetor o crédito rural subsidiado, decretaria também o esgotamento da orientação produtivista da

¹²³ “Na realidade, o que ocorria era que se estava elegendo um modelo tecnológico adequado a grande produção, para logo afirmar que era este setor que naturalmente ‘melhor se adequava ao modelo’. Ficava assim reservado aos produtores viáveis – os de alta e média renda – as preocupações tecnológicas e produtivas do novo sistema de assistência técnica à agricultura” (ALEMANY, 1988: 186).

EMBRATER (RODRIGUES, 1994). Este era também um período de transformações políticas e sociais, marcadas pelo fim do regime militar, pela democratização e pelo fortalecimento dos movimentos sociais, que passam a reivindicar políticas mais adequadas aos interesses dos pequenos produtores. Este contexto contribuiu para o questionamento do modelo de desenvolvimento, que apresentava problemas sociais e ambientais cada vez mais evidentes, favorecendo a discussão de propostas alternativas.

CAPORAL (1998) ressalta que diversos acontecimentos históricos a partir do final da década de 70 influenciaram o repensar do modelo de extensionismo rural brasileiro, tanto internamente (abertura política), como externamente. No exterior, a realização da Conferência Mundial sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (Roma, 12 a 20 julho de 1979) colocou em evidência o problema da pobreza rural e a relação do seu crescimento com as estruturas de posse da terra. Ao mesmo tempo a Conferência dava ênfase ao problema da participação como uma condição básica para alcançar o desenvolvimento rural e exigia que os governos e seus serviços de extensão prestassem atenção aos mais pobres do campo, uma vez que eram o público majoritário dos países subdesenvolvidos.

No país, o autor destaca como fato relevante o questionamento feito por um grupo de professores na XVI Reunião Anual da Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior (1976) sobre o ensino da extensão rural nas universidades brasileiras, dando lugar a uma sucessão de debates sobre o tema. O objetivo destes professores era mudar a abordagem tecnicista da extensão rural, importada de uma realidade econômica e social distinta da brasileira, para uma abordagem orientada para a compreensão dos problemas locais e para a criação de soluções para os mesmos. Deste debate surgiu em 1977 a 1ª Reunião Técnica de Professores de Extensão Rural, fortalecendo as propostas de mudança da extensão e assinalando a preocupação com “uma extensão capaz de encarar os verdadeiros problemas da realidade agrícola e rural do Brasil” (CAPORAL, 1998: 86).

Contudo o Estado passou a intervir na continuidade deste debate, pelo menos nos objetivos centrais do mesmo. A própria EMBRATER, com o objetivo de cooptar os profissionais envolvidos no trabalho de repensar a extensão rural, patrocinou a 2ª Reunião de Professores de Extensão, estabelecendo um novo marco para os debates. A EMBRATER propôs que os professores elaborassem um programa básico, discutindo os requisitos necessários para a formação dos extensionistas, sendo que estes profissionais deveriam estar capacitados para trabalhar com transferência de tecnologia através de uma metodologia adequada à mudança de mentalidade da população rural (CAPORAL, 1998).

No entanto, apesar das intenções conservadoras do Estado, estes fatos destacados tiveram certa influência no discurso oficial da extensão rural. Os documentos oficiais do início da década de 80 reconheciam as críticas e apresentavam novas orientações, embora seguissem orientações das organizações internacionais, como a FAO e o Banco Mundial, em relação à pobreza e ao desenvolvimento rural.

Embora as orientações da extensão rural continuassem a ser de transferência de tecnologia, mudou a orientação em relação ao público beneficiário, voltando a priorizar os pequenos e médios agricultores. Além disso, os documentos oficiais recomendavam que as ações deveriam considerar a propriedade como um todo, não trabalhando apenas com os cultivos de forma isolada, estimulando a participação dos agricultores e a preservação do meio ambiente.

“La apertura dada por éste discurso y los posteriores programas que siguieron en la línea de tales directrices fueron, sin duda, importantes en la fase de transición que se iniciaba. Todavía, el ‘problema extensionista’, que yo denominaría la ‘enfermedad del difusionismo’ permaneció y, desde mi punto de vista, fue uno de los elementos responsables por frenar los avances

que serían posibles por aquellas fechas. Así, a pesar de lo que se decía en inicios de los ochenta, queda claro que el productivismo mantendría su posición dominante” (CAPORAL, 1998: 88).

Algumas alternativas tecnológicas, que poderiam contribuir para a preservação ambiental – a exemplo das práticas de conservação do solo, uso de fontes alternativas de energia (energia eólico, biodigestores), mecanização com tração animal, resgate de tecnologias adaptadas e utilização racional dos recursos hídricos – foram incorporadas nos programas de extensão rural, mas não obtiveram o resultado esperado. CAPORAL (1998) atribui este baixo desempenho às práticas extensionistas que utilizavam as mesmas metodologias de transferência de tecnologia e, portanto, os resultados não poderiam ser diferentes das outras experiências. “O descrédito e o fracasso foram os principais resultados colhidos” (p.89).

Esta mudança de discurso oficial permitiu o crescimento da participação de extensionista no movimento ambientalista, principalmente em questões pontuais como o debate sobre o uso de pesticidas agrícolas, que resultou nas primeiras leis nacionais sobre o controle e o uso de agrotóxicos. Além disso, mesmo sem apoio técnico e político da empresa, alguns extensionista começaram a realizar experiências com práticas alternativas de produção junto aos agricultores (controle biológico de pragas, práticas de manejo do solo). “Algumas coisas ficaram, pois, desta mudança de discurso e já não era possível voltar ao passado” (CAPORAL, 1998: 90). Contudo, a maioria dos extensionistas continuou atuando de forma tradicional e acrítica, diante dos evidentes problemas gerados pelo modelo de modernização implantado.

A partir de 1985, com o início da Nova República, a EMBRATER passou a ser dirigida por Romeu Padilha de Figueiredo, seguidor de Paulo Freire e crítico do sistema tradicional de extensão rural. No seu pronunciamento de posse, Romeu Padilha de Figueiredo anuncia que a extensão rural deveria resgatar aqueles que ficaram à margem do processo de modernização, voltando-se aos mais pobres do campo. Além disso, diz que a extensão rural deveria contribuir para a definição de tecnologias de caráter nacional e popular.

“Debería ser nacional, en la medida en que partiendo de las demandas de los grupos sociales de nuestro país, fundase sus bases tanto en el real conocimiento y en el uso, conservación y defensa de nuestros recursos naturales, como en el trabajo, la cultura y en la creatividad de nuestro pueblo. Y, debería ser popular, de manera que permita incorporar el saber y la experiencia de los contingentes mayoritarios de nuestra población y tenga como referencia el principio de servir a las clases y fracciones de clases que, en los campos y las ciudades, aún no han sido atendidas en sus necesidades básicas” (Figueiredo, apud CAPORAL, 1998: 90).

O presidente da EMBRATER procurou implantar uma nova filosofia de trabalho para orientar a política das EMATERs, na qual o pequeno produtor voltou a ser o foco prioritário da extensão rural. Ele introduziu um novo perfil político-ideológico no discurso extensionista, oposto ao estilo que havia sido dominante. Segundo CAPORAL (1998), Romeu Padilha de Figueiredo propôs mudanças substanciais no sistema de extensão rural, “não se tratava de algo superficial e de aparência”, que expressavam inclusive a natureza classista presente na opção que deveria assumir a extensão. Ele propunha uma “extensão de natureza democrática e popular”.

“Tenemos que hacer nuestros servicios accesibles a un número mucho mayor de pequeños agricultores y sus organizaciones. Debemos ser más permeables a sus demandas. Para eso, no solamente repensaremos y perfeccionaremos, haciendo más democráticos los métodos y procesos educativos del trabajo extensionista, como ambicionaremos la descentralización y la democratización de los procesos de decisión en la planificación y ejecución de la extensión rural en nuestro País” (Figueiredo, apud CAPORAL, 1998: 90).

Estas tentativas de mudanças ocorreram, segundo CAPORAL (1998), em meio a um debate entre correntes antagônicas e com uma forte crítica ao modelo difusionista, aos pacotes da Revolução Verde e às estratégias e metodologias da extensão rural. Com o apoio oficial, uma equipe técnica da EMBRATER fez em 1986 e 1987 um levantamento das experiências alternativas existentes, desenvolvidas por outras organizações governamentais e ONGs, com o objetivo de fixar parâmetros para a sua própria autocrítica. Em seguida, a EMBRATER propôs as suas filiadas alterações no processo de capacitação dos extensionistas, uma vez que as novas posições exigiam “(...) uma nova forma de atuar com os agricultores, suas famílias e organizações, a partir de um novo enfoque sobre o processo educacional e o uso das tecnologias” (p.91).

A ação extensionista deveria se orientar pela perspectiva educacional, abandonando as concepções instrumentalistas adequadas ao modelo difusionista que visavam a transmissão de conhecimentos e tecnologias. Deveria ser “(...) um processo dialógico e participativo, que considere o homem como sujeito de sua ação – que exercita sua inteligência, seu raciocínio e sua criatividade em busca de soluções e decisões que sejam capazes de modificar ou transformar o mundo físico e social” (CAPORAL, 1998: 91).

Contudo, estes anos de reflexão, debates e construção de novas posições para o extensionismo brasileiro, modificaram a extensão, mas não tiveram condições de superar o modelo produtivista inerente ao estilo convencional de desenvolvimento e, também, não foram suficiente para que a extensão abandonasse o enfoque de difusão de tecnologias.

No entendimento de RODRIGUES (1994), esta nova orientação da extensão rural fora apenas esboçada, pois “(...) a nítida virada na estratégia da política agrícola governamental, com a reforma ministerial, voltou-se para a obtenção das ‘supersafras’, pondo em cheque os antigos ‘compromissos sociais’ que o SIBRATER insistia em abraçar” (p.238). Além disso, o autor destaca como fatores que dificultaram esta mudança de rumos da EMBRATER a resistência interna de setores fortalecidos com a própria virada nas prioridades da Nova República e, principalmente, as várias ameaças e a consumação da extinção da EMBRATER, dissolvida efetivamente através de uma medida provisória na posse do presidente Fernando Collor em 1990. “A partir de 1988, o instinto de sobrevivência da Empresa passou a exigir a canalização dos seus maiores esforços no sentido da autopreservação, de modo que nada mais poderia ser feito para sustentar as orientações mudancistas” (idem, p.239).

“Fazendo sua autocrítica a partir dos anos 1980, quando o modelo já dava mostras de sua estagnação, o sistema de extensão rural não conseguiu dar um passo além da elaboração de um novo discurso. De lá pra cá, o sistema de extensão rural vive os reflexos que se abatem sobre o setor ao qual se propôs a salvar do atraso. Trabalhando a partir de uma compreensão equivocada, a extensão não se deu conta que contribuiu para o agravamento dos danos ambientais e para o acelerado processo de diferenciação social na agricultura. A partir daí, como se fora um ente social, a extensão rural entra em um período de anomia” (CAPORAL & COSTABBER, 2004).

De acordo com SIMON (2003), estas proposições de mudança na EMBRATER foram arquivadas com a reforma ministerial de 1986, sobretudo com o fracasso do Plano Cruzado e com os debates da Constituinte. Temas como reforma agrária, viabilização da pequena produção e desenvolvimento rural foram ofuscados pela obsessão por grandes safras. Os aliados da tese progressista da Nova República foram, aos poucos, sendo substituídos pela velha burocracia no Ministério da Agricultura e no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), que passou a dominar as decisões de acordo com os interesses das minorias conservadoras e historicamente privilegiadas pela ação do Estado.

“A instalação da Nova República trazia consigo um discurso de transformação, vinda dos movimentos populares pelos desejos de mudança, soberania, desprivatização do Estado, descentralização administrativa, reforma tributária e de direitos sociais e individuais básicos. Mas logo se evidenciou que sua prática não incluía um novo estilo de desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais e regionais” (SIMON, 2003: 170).

CAPORAL (1998) destaca que as críticas ao setor público de extensão, surgidas em diferentes setores e por diferentes motivações, faziam com que, a partir de meados dos anos 1980, começasse a se delinear uma das mais graves crises enfrentadas pela extensão rural. Estas críticas, segundo CAPORAL, poderiam ser agrupadas em três diferentes blocos: ao modelo de ação; aos objetivos e beneficiários da extensão rural e ao conteúdo tecnológico. As primeiras críticas a este modelo de transferência de tecnologia tiveram origem nos trabalhos de Paulo Freire, afirmando que este modelo desconhecia a história, a cultura e o conhecimento local, “(...) na medida que se constituía em um processo unilinear de transmissão de informações de alguém que pensava saber tudo, para alguém que os primeiros pensavam que não tinha nenhum saber” (CAPORAL, 1998: 292).

Pensado como um instrumento para acelerar a modernização e aumentar a produção agrícola, o modelo de difusão de inovações se transformou num instrumento de introdução de tecnologias de natureza biológica, química e mecânica, desenvolvidas pelo setor industrial e que, na maioria dos casos, tem sido responsável pelos crescentes danos ao meio ambiente. Ademais, era criticado, também, o fato da extensão rural concentrar seus esforços junto aos médios e grandes produtores – os recursos públicos estavam sendo aplicados em benefício dos setores que menos dependiam dele – especialmente aqueles dedicados à agricultura comercial e aos produtos de exportação (CAPORAL, 1998).

A outra vertente de críticas aos serviços públicos de extensão rural era quanto ao conteúdo tecnológico utilizado pelos agentes, centrado na transferência de tecnologia presente no pacote tecnológico da Revolução Verde. A utilização de variedades de alto rendimento, geralmente monocultivos de exportação, associada ao uso intensivo de insumos agrícolas foi a estratégia privilegiada para alcançar aumentos de produtividade. Este processo favoreceu a especialização da produção, com padronização dos produtos e processos produtivos, provocando aumento nos custos de produção e dependência de insumos externos. Os custos sociais e ambientais eram ignorados.

“En razón de ello, los servicios de extensión fueron acusados de actuar de forma acrítica, conduciendo a la diseminación incontrolada de la mecanización agrícola responsable por la erosión del suelo; difusión de las semillas mejoradas e híbridas causando pérdidas en la biodiversidad de los agroecosistemas tradicionales y aumentando la dependencia de otros insumos; y también por recomendar el uso creciente de plaguicidas y

fertilizantes químicos. Además, los paquetes difundidos resultaron socialmente negativos, una vez que, en su conjunto, estas tecnologías agrícolas son, reconocidamente, selectivas y más o menos perjudiciales al medio ambiente. En nombre de un supuesto progreso, la extensión dio elevado valor al conocimiento científico, disminuyendo la importancia de los conocimientos tradicionales y de la coevolución de los agroecosistemas y sistemas culturales de los grupos sociales” (CAPORAL, 1998: 295)

Estas diversas críticas às práticas extensionista contribuíram para a perda de prestígio da extensão rural e para o aprofundamento da crise. OLINGER (1996) aponta dois outros fatores que contribuíram para o aprofundamento da crise e para a extinção da EMBRATER: a postura crítica assumida por Romeu Padilha de Figueiredo, que propôs a criação de um novo modelo de extensão rural, mais próximo das reivindicações dos movimentos sociais – orientação que desagradou as autoridades governamentais. “Foi uma reação natural do governo instalado que, a história está a contar, repetir-se-á sempre que determinada instituição dependente do apoio financeiro governamental voltar-se contra ele” (OLINGER, 1996: 159). O outro fator é que os serviços de extensão rural foram considerados por algumas pessoas influentes na política agrícola (a exemplo do ex-presidente da EMBRAPA, Eliseu Alves) demasiadamente caros e ineficientes, portanto dispensáveis para o Brasil.

Com a mudança de governo em 1990, Fernando Collor de Melo extingue a EMBRATER¹²⁴. A coordenação da extensão rural passou a ser exercida pela EMBRAPA, através da Secretaria de Extensão Rural ligada à presidência da Empresa, sem uma coordenação nacional efetiva e com extrema escassez de recursos. Segundo OLINGER (1996), a EMBRAPA nunca assumiu a extensão rural “como deveria e poderia, se quisesse ter feito” (p.168). Em 1993 o governo federal voltou a assumir a coordenação da extensão rural, criando o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER, vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura. Contudo, mesmo criando um departamento específico de ATER, o Ministério da Agricultura não assumiu efetivamente a política de extensão rural. O número de pessoal envolvido e o volume de recursos destinados ao DATER eram praticamente irrisórios.

Diante da ausência do apoio federal e da inexistência de uma política nacional de ATER, alguns estados – num esforço de manutenção deste instrumento de política pública – reestruturaram os serviços de ATER dando-lhes diversas formas institucionais e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais¹²⁵. Surgiram várias iniciativas patrocinadas por prefeituras municipais, organizações não-governamentais,

¹²⁴ Segundo CAPORAL (1998), a literatura indicava diferentes motivações do governo brasileiro para a extinção da EMBRATER. “Para unos, había un problema de eficiencia, para otros, el modelo de desarrollo de la agricultura brasileña ya no necesitaba del Estado como ejecutor de servicios de extensión. Además, hay quienes atribuyen la iniciativa gubernamental a problemas personales y políticos, particularmente debido al fuerte discurso de contestación al modelo de desarrollo que asumira la EMBRATER, desde 1985” (p.295). Contudo, para CAPORAL, o principal motivo da extinção foi determinado pelas exigências dos organismos financeiros internacionais, ao impor os pacotes de ajustes estruturais de caráter neoliberal, que determinavam a diminuição do tamanho do Estado e que exigiam cortes nos gastos que não afetassem demasiadamente os problemas sociais.

¹²⁵ Segundo OLINGER (1996: 239) nos estados do Amazonas, Amapá e Tocantins a EMATER foi substituída pelo Instituto de Desenvolvimento Rural; no Piauí e Rio Grande do Norte a EMATER deu lugar ao Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural; em Roraima a EMATER transformou-se no Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural; em Sergipe foi criada a Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe; em São Paulo houve uma evolução dentro da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral – CATI, ligada à Secretaria de Agricultura; na Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina houve a fusão da pesquisa agropecuária com a extensão rural, resultando na criação de uma nova instituição.

organizações de agricultores, entre outras (BRASIL, 2004). Nos estados onde a agricultura familiar era mais forte, a exemplo da região Sul do país, as empresas estaduais mantiveram-se relativamente estruturadas. Nos demais estados houve uma crescente precarização dos serviços.

“As tentativas de coordenação nacional por meio da Embrapa e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura não foram capazes de evitar que as Emater ficassem à mercê das políticas de ajuste estrutural e das difíceis condições financeiras dos respectivos estados, além de se ver ampliada a influência dos interesses políticos dominantes em cada região sobre os destinos das entidades oficiais de Ater. A participação financeira do Governo Federal, desde os anos 90, caiu abruptamente, passando a ser irrisória em relação ao orçamento das empresas de Ater do setor público ainda existentes, que gira em torno de R\$ 1 bilhão por ano. Este afastamento do estado nacional resultou em um forte golpe aos serviços levando a uma crise sem precedentes na Ater oficial, que é tanto maior quanto mais pobres são os estados e municípios” (BRASIL, 2004: 04).

Estas iniciativas estaduais de ATER tiveram como características semelhantes o descolamento do Estado nacional como executor das atividades, com um reforço aos processos de descentralização e privatização, e uma tendência a concentrar os recursos disponíveis para a assistência aos agricultores familiares (CAPORAL, 1998). Na região Sul começou a ser observado, também, algumas iniciativas de instituições públicas visando à busca de alternativas ao padrão tecnológico vigente. Um exemplo importante foi o Programa Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, criado em 1994 por entidades governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão¹²⁶.

Estas instituições formalizaram uma agenda de cooperação praticamente inédita, pois até este período ainda eram bastante raras as parcerias entre instituições governamentais e não governamentais nesta temática do desenvolvimento rural sustentável. No primeiro ano de desenvolvimento do Programa (1994) foram realizados dezesseis encontros regionais para debater esta temática e sistematizar algumas experiências que vinham sendo desenvolvidas pelas organizações. Em setembro de 1995 foi realizada, em Porto Alegre, a Conferência Internacional Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, com cerca de 750 participantes convidados.

Desta Conferência resultou um documento chamado Agenda de Compromissos, no qual as organizações integrantes do Programa Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável afirmam seu compromisso com o conceito de desenvolvimento sustentável, fundado em uma visão interdisciplinar, sistêmica e interinstitucional. Os compromissos assumidos por estas organizações foram os seguintes:

- Afirmar política e institucionalmente a opção pela agricultura familiar, como uma das formas sociais de uso da terra que melhor corresponde à noção de sustentabilidade e às necessidades locais, regionais e do País;
- Fortalecer os processos organizativos da agricultura familiar nas suas diversas formas associativas;

¹²⁶ Este grupo era formado pelas seguintes entidades: EMBRAPA, UFRGS, EMATER/RS, FEPAGRO/RS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Rede TA-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia (ALMEIDA & NAVARRO, 1997).

- Concretizar formas duradouras de cooperação entre organizações governamentais e não-governamentais na perspectiva da consolidação da Agricultura Sustentável;
- Elaborar uma agenda de políticas públicas capaz de orientar a ação do Estado na direção do desenvolvimento rural socialmente justo, economicamente eficiente e ambientalmente sustentável;
- Reavaliar a geração e difusão de tecnologias a partir do conceito de Agricultura Sustentável, garantindo competitividade produtiva, respeitando o modo de vida das populações rurais e gerando oportunidades de trabalho (ALMEIDA & NAVARRO, 1997: 316).

Esta Conferência, segundo Paulo Tagliari (Epagri, entrevista 2003), é considerada um grande marco na mudança de orientação e incorporação do debate agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural da região Sul. Nesta Conferência estas instituições estatais assumiram oficialmente o compromisso de trabalhar com a agroecologia, em parceria com as organizações não governamentais. Embora bastante minoritário dentro destas instituições, as experiências com enfoque agroecológico foram aumentando progressivamente deste então.

Um exemplo de reorientação de política institucional, incorporando os referenciais da agroecologia, foi o da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI. Inicialmente restrito a um grupo pequeno de pesquisadores, fruto de entendimentos e esforços pessoais, o debate se ampliou rapidamente e foi incorporando diversos pesquisadores. Atualmente existem várias pesquisas com enfoque agroecológico sendo realizadas pelos pesquisadores, em diversas áreas de produção: horticultura, fruticultura, plantas medicinais, grãos, manejo florestal, animais¹²⁷. Além disso, existe uma política específica sendo desenvolvida no estado que é a Merenda Escolar Orgânica e o Projeto Microbacias II.

Outro exemplo emblemático é o caso da EMATER gaúcha, que no governo Olívio Dutra (1999-2002) definiu a agroecologia como política pública prioritária para a agricultura familiar. A EMATER redefiniu seus objetivos e metodologias de ação e estabeleceu como missão institucional a “promoção do desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da agroecologia”; mediante processos educativos e participativos (CAPORAL, 2003).

Esta mudança de orientação na EMATER gaúcha, embora tenha recebido críticas pela forma como foi implementada – de cima para baixo, inclusive sendo boicotada pelos profissionais da própria instituição que não concordavam com esta orientação –, apresentou, segundo CAPORAL (2003), resultados bastante positivos em termos de conversão do sistema produtivo para a agroecologia. Este processo de transição agroecológica envolveu cerca de 60 mil agricultores familiares (cerca de 10% dos agricultores familiares do estado)¹²⁸.

¹²⁷ A EPAGRI, após a reversão em 1995 do processo de municipalização dos serviços de extensão rural (que iniciou em 1991 com a fusão dos serviços de pesquisa e extensão), passou por um processo de repensar o seu papel como instituição estatal e fez uma avaliação da sua atuação, redefinindo sua missão, objetivos e linha de ação. Sua missão que até então visava “gerar e difundir tecnologias” passou a ser a “geração de conhecimento, tecnologia e extensão para o desenvolvimento sustentável do meio rural em benefício da sociedade” (EPAGRI, 1997). Em 2002 existiam cerca de 1/5 dos pesquisadores trabalhando exclusivamente com a temática agroecológica, num total de 39 experimentos (Paulo Tagliari, entrevista 2003).

¹²⁸ Este programa de transição agroecológica teve ação em diversas atividades agrícolas: produção de grãos (arroz, feijão, milho, soja e trigo), frutas (laranja, pêssego, uva, banana e tangerina/bergamota) e verduras (tomate, cebola, batata e alho) e criação animal (gado de leite, suínos e aves); além de várias práticas de conservação e educação ambiental (saneamento básico, qualidade da água, manejo e conservação do solo) (CAPORAL, 2003).

4.2. A Nova Política Nacional de ATER

Em 2003, com a vitória do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, houve uma discussão sobre a importância da ATER pública e foi ressaltada a necessidade de reestruturar o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural e elaborar uma nova política visando atender prioritariamente a agricultura familiar. O Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) foi transferido para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (Decreto n. 4.739 de 13 de junho de 2003) e foi criado um grupo de trabalho – formado por especialistas em extensão rural – para coordenar a elaboração da nova política nacional de ATER¹²⁹.

Este grupo elaborou um documento Marco de Referência para uma Política Nacional de ATER, que foi o ponto de partida nas discussões para a elaboração da nova política, e a partir das propostas contidas neste documento “(...) promoveu um amplo processo de consulta, a partir de audiências, encontros e seminários envolvendo representações dos agricultores familiares, de movimentos sociais e de prestadoras de serviços de Ater governamentais e não governamentais”¹³⁰ (CAPORAL, 2006: 06).

O documento final da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER é resultado das discussões realizadas nas oficinas regionais, realizadas ao longo de 2003 (em Belém, Curitiba, Campo Grande e Recife), e de uma oficina nacional realizada em Brasília, em setembro de 2003 (BRASIL, 2004). Este processo envolveu mais de cem entidades, cerca de quinhentas pessoas, que discutiram os rumos da ATER pública e as bases da nova política nacional.

Contudo, embora fruto de construção coletiva, é inegável a proximidade teórica e metodológica da PNATER com as proposições defendidas nos textos de Francisco Caporal e José Antônio Costabeber¹³¹ – o artigo “Bases para uma ATER pública”, escrito por Caporal em 2003 pode ser lido, segundo DIAS (2004b), como uma “carta de intenções” – e

¹²⁹ Este grupo era formado por: Argileu Martins, Eros Marion Mussoi, Fani Mamede, Francisco Roberto Caporal, Guilherme de Freitas Ewald Strauch, Hur Ben Corrêa da Silva, Inocêncio Gasparin, Joaquim Thomas, Márcia Muchagata, Nicolau Schaun, Roberta Maçada Lange e Romeu Padilha de Figueiredo BRASIL, 2004:26).

¹³⁰ Esta primeira versão da política nacional de ATER – Marco Referencial – foi elaborada por este grupo de trabalho, que tomou por base principalmente as discussões realizadas num workshop nacional “Uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural centrada na agricultura familiar: proposta”, realizado em Brasília entre os dias 24 e 28 de novembro de 1997, promovido pela Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural – ASBRAER, CONTAG, Federações das Associações e Sindicatos dos Trabalhadores da Extensão Rural – FASER, FAO, Programa das Ações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e Ministério da Agricultura. Neste seminário foi discutida a reestruturação dos serviços de extensão e elaborada uma nova proposta de política de ATER “(...) voltada para o desenvolvimento rural sustentável e centrada na expansão e fortalecimento da agricultura familiar” (BRASIL, 1997: 08).

¹³¹ Francisco Caporal e José Antônio Costabeber são membros da equipe técnicos da EMATER/RS e doutores em Agronomia (com término em 1998) pelo Programa de Agroecologia, Campesinato e História do Instituto de Sociologia e Estudos Campesinos da Universidade de Córdoba, Espanha. Estes profissionais produziram vários textos ressaltando a necessidade de mudanças na extensão rural e de incorporação dos princípios agroecológico. Eles foram agentes importantes nas mudanças ocorridas na EMATER/RS durante o governo Olívio Dutra. Com a vitória do candidato à presidência Luiz Ignácio Lula da Silva (e a derrota do PT gaúcho no estado), Miguel Rossetto (vice-governador na época de Olívio Dutra) assumiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Francisco Caporal a função de Coordenador Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural no DATER/SAF/MDA.

com a experiência de transição agroecológica implementada pela EMATER/RS no governo Olívio Dutra (1999-2002).

A PNATER propõe uma nova orientação para os serviços de ATER, diferenciando-se tanto técnica como metodologicamente das práticas difusionistas que marcaram a história da extensão rural. Conforme consta na Política, os serviços de ATER devem ser públicos, gratuitos e direcionados exclusivamente aos agricultores familiares. Ao mesmo tempo, devem priorizar o uso de metodologias participativas, de tecnologias que preservem o meio ambiente e a gestão compartilhada do sistema. Os agentes devem desempenhar um papel educativo – “atuando como animadores e facilitadores de processos de desenvolvimento rural sustentável” – resgatando e interagindo com os conhecimentos dos agricultores familiares (BRASIL, 2006: 06).

Segundo esta nova perspectiva, os objetivos dos serviços públicos de ATER se diferenciam bastante das atribuições anteriores – que era o de transferência de tecnologia visando o aumento da produção e da produtividade – e passam a ser: “(...) estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações” (BRASIL, 2006: 09).

Do mesmo modo, a PNATER estabeleceu cinco princípios fundamentais que deverão orientar as ações da nova ATER, que são:

- Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquículturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural, pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar.
- Contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais.
- Adotar enfoques multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos e paradigmas tecnológicos baseados nos princípios da Agroecologia.
- Estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações.
- Desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004: 06).

A nova ATER está organizada dentro do Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública – SIBRATER (criado pelo Decreto n.25 de 28 de março de 2006), coordenado pelo DATER, no qual participam entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da assistência técnica e extensão rural e apresentem as condições

mínimas estabelecidas nesta Política¹³². A gestão do sistema nacional é feita de forma compartilhada, por meio da participação em diferentes colegiados consultivos (nacional, estadual e municipal), cada qual com responsabilidades e atribuições específicas¹³³ (BRASIL, 2004).

Permitir a participação da sociedade civil organizada na gestão da política, por meio de conselhos superiores – com poder de definir o que vai fazer, onde fazer, com quem vai fazer e como usar os recursos – é uma grande inovação proposta pela PNATER, embora a maioria das instituições, tanto governamentais como não governamentais, ainda não exerçam efetivamente esta participação com poder decisório.

Com a aprovação da Política Nacional de ATER, final de 2003, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), por intermédio do DATER, vem implementando em parceria com um grande número de entidades esta nova proposta. Está havendo um forte investimento na formação dos agentes de ATER e na socialização de conhecimentos necessários para a implementação da PNATER. O DATER já realizou convênios e contratos para a implantação de serviços de ATER com mais de 200 entidades, com destaque para as 27 organizações públicas estaduais de ATER. O orçamento destinado à ATER cresceu de R\$ 2,3 milhões em 2003 para R\$ 110 milhões em 2006, beneficiando em torno de 2,8 milhões de unidades familiares (CAPORAL & RAMOS, 2006). A previsão para 2007 é investir R\$ 168 milhões com ATER e atingir 2 milhões de beneficiários (Plano Safra 2007/2008).

O DATER realizou em 2004 centenas de Encontros de Nivelamento Conceitual referentes à nova política de ATER. Em novembro de 2004 foi realizada uma vídeo-conferência – realizada na Sede da Embrapa e transmitida para todas as unidades da instituição – com quatro especialistas internacionais em agroecologia (Universidade de Córdoba, Espanha, e Universidade de La Plata e Buenos Aires, Argentina). Vem investindo fortemente na capacitação dos seus profissionais em metodologias participativas e agroecologia. Apoiou dezenas de cursos de agroecologia, em diferentes estados, e a realização de seminários e congressos de agroecologia, com vistas a “(...) acelerar o processo de socialização de conhecimento neste novo campo de estudo, que está bastante enfatizado como eixo da Política Nacional de Ater. Destes eventos participaram milhares de técnicos, agricultores, estudantes e outros interessados” (CAPORAL, 2006: 21).

Além disso, o DATER realizou convênios com universidades (cursos de especialização) e escolas agrotécnicas estimulando a formação de profissionais na área de agroecologia e desenvolvimento rural sustentável e promoveu curso de curta duração para a formação de agentes para trabalhar com quilombolas, extrativistas, indígenas e pescadores artesanais. Outra iniciativa importante foi a elaboração pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Programa de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de

¹³² Para fins desta Política “(...) considera-se como instituições ou organizações de Ater aquelas que tenham como natureza principal de suas atividades a relação permanente e continuada com os agricultores familiares e demais públicos da extensão e que desenvolvam um amplo espectro de ações exigidas para o fortalecimento da agricultura familiar e para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, em toda a sua complexidade” (BRASIL, 2004: 12). As instituições interessadas em prestar serviços de ATER (e que atendam aos requisitos estabelecidos) deverão buscar seu credenciamento junto ao Fórum Nacional de Gestão da Ater Pública ou nos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

¹³³ No plano federal a implementação da PNATER está articulada às orientações do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), através do Comitê de ATER, paritário e composto por 31 entidades (Estado, ONGs e entidades de representação da agricultura familiar), onde as ações e programas do DATER são discutidas e consensadas (CAPORAL, 2006). Na esfera dos estados e municípios as articulações ocorrem nos Conselhos Estaduais (e Municipais) de Desenvolvimento Rural Sustentável ou Câmaras Técnicas Estaduais (e Municipais). Estes Conselhos e Câmaras devem ser deliberativos e contar com a participação dos setores estaduais, de representação dos agricultores e da sociedade civil organizada (BRASIL, 2004).

Produção (conhecido como Programa Agroecologia), que destinou em 2005 R\$ 40 milhões para capacitação e realização de eventos nesta temática. Dentro deste Programa o DATER vem coordenando o “Concurso Nacional de Sistematização de Experiências em Agroecologia”, cujas 50 melhores experiências serão apoiadas financeiramente visando o seu fortalecimento e o material enviado publicado. No campo da pesquisa e extensão universitária a SAF/DATER vem financiando projetos adaptados à realidade da agricultura familiar e na agroecologia. Em 2004 foram financiados 170 projetos, no valor de R\$ 10 milhões (CAPORAL, 2006).

Contudo, apesar dos esforços do MDA/SAF/DATER na reorientação da política de ATER, existe uma dificuldade imensa em romper com as velhas práticas da extensão rural. Segundo CAPORAL & RAMOS (2006), “(...) ainda se observa uma enorme força de inércia que faz com que os serviços sigam pautados por velhas práticas difusionistas” (p.05). Mesmo quando há mudanças no discurso das entidades – e os projetos são elaborados segundo as orientações da nova política – não há, necessariamente, uma mudança nas práticas das instituições, que acabam por reproduzir os velhos modelos.

As instituições continuam usando os mesmos métodos e estratégias de trabalho implementadas durante décadas pela extensão rural. “Os manuais, inclusive alguns recentes, falam de carta circular, visita, reunião, unidade demonstrativa, dia de campo, etc, com o mesmo discurso dos antigos cursos de pré-serviço das décadas de 50 e 60” (CAPORAL & RAMOS, 2006: 15). Mesmo nas entidades que realizaram cursos de formação de suas equipes – em agroecologia e metodologias participativas – ainda existe uma grande resistência à mudança e dificuldades na implementação destas metodologias.

“A prática cotidiana, da maioria dos extensionistas que passaram por esses cursos, continua sendo convencional, difusionista, não participativa e persuasiva. E mais, ainda se observa, em muitos lugares, uma enorme dificuldade de diálogo com os agricultores. Observa-se que há problemas na relação técnico e agricultor. Há uma postura do agente de Ater que dificulta o saber ouvir e compreender o que os agricultores pensam, sabem e desejam. Os extensionistas também têm dificuldade para transmitir suas informações técnicas, para usar uma linguagem que tenha significado para técnicos e agricultores” (CAPORAL & RAMOS, 2006: 15).

Segundo estes autores, para que as mudanças propostas na Política Nacional de ATER se efetivem é preciso que mudem também as entidades e os agentes de extensão rural. A substituição das velhas práticas da extensão rural por um “novo modo de fazer Ater” – baseado no enfoque agroecológico e em metodologias participativas – requer “(...) das entidades, de seus diretores, de seus gerentes e de seus agentes uma nova postura de trabalho, um novo papel e um novo perfil, além de uma atuação baseada em métodos e técnicas que estimulem a participação. Uma nova Ater precisa ser, verdadeiramente, uma ação educativa, democrática e participativa” (CAPORAL & RAMOS, 2006: 01).

As instituições públicas de extensão rural (assim como as de pesquisa) foram criadas dentro de uma lógica vertical de produção de conhecimento (transmitido de quem tem mais para quem tem menos), voltada à modernização da agricultura, e esta estrutura permanece praticamente inalterada até os dias atuais. Romper com esta lógica é um processo complexo que envolve, dentre outros fatores, uma disputa de modelo tecnológico e não existe ainda dentro das instituições públicas um consenso sobre a necessidade de mudança de modelo tecnológico, nem tampouco dentro do Estado. Ainda predomina nas empresas públicas a administração presidencialista, concentrando poder e decisões, bastante influenciada pelo viés político ideológico do governante. O grande desafio é como

tornar esta estrutura mais democrática e aberta a processos de decisão participativos, evitando o cumprimento de metas e os programas impostos “de cima para baixo” pelo setor administrativo.

Segundo CAPORAL & RAMOS (2006), raros são os exemplos de entidades públicas de ATER que tomaram iniciativas inovadoras nos campos técnico e administrativo. Mesmo naquelas entidades que “contam com um Conselho maior em seu organograma, esses Conselhos são funcionais, não havendo ali um verdadeiro espaço de distribuição de poder” (p.16). Da mesma forma, nos Conselhos em que existem entidades de representação dos agricultores, “elas têm pouca voz e pouca capacidade de intervenção no estabelecimento de prioridades, no planejamento e na definição do uso dos recursos. Não raro, a presença dos beneficiários nos Conselhos serve apenas para legitimar decisões previamente acordadas em outras esferas de poder” (idem).

Este processo não é diferente nas universidades e escolas agrotécnicas, que continuam formando profissionais com base no modelo de difusão tecnológica. Ainda se prioriza a formação de especialistas com visão disciplinar e fragmentada. As relações humanas (técnico-agricultor), sociais e ambientais praticamente não são levadas em consideração. Segundo CAPORAL (2006), as universidades e escolas agrotécnicas estão “formando profissionais para o passado e não para o futuro” e para atender os imperativos do desenvolvimento sustentável e das novas práticas exigidas pela PNATER é preciso “(...) formar profissionais que tenham habilidades para olhar a realidade com as lentes de um novo paradigma e atuar a partir de uma compreensão multidisciplinar e humanista e adotando métodos e pedagogias construtivistas” (p.28).

O novo enfoque de ATER requer que o agente seja um “mediador de saberes e conhecimentos” e esteja preparado para utilizar técnicas e instrumentos participativos que permitam o estabelecimento de negociações e a ampliação da capacidade de decisão dos agricultores sobre sua realidade. “O uso de metodologias persuasivas e difusionistas está ultrapassado. Esse tipo de intervenção não é compatível com o estilo de atuação dos profissionais de uma nova extensão” (CAPORAL & RAMOS, 2006: 07). Ademais, a ação extensionista deve criar condições objetivas para ajudar no fortalecimento da cidadania, na efetiva participação dos atores nas decisões e na melhoria da qualidade de vida das populações rurais.

Além disso, se faz necessário, também, alterar as formas de acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas pelos profissionais de ATER. Segundo CAPORAL & RAMOS (2006), os instrumentos utilizados até então pela extensão rural – geralmente contabilizam apenas a quantidade de serviços prestados e os resultados de curto prazo – não são adequados para a nova ATER. É preciso criar outros indicadores para a medição de resultados, mais compatíveis com a nova política de ATER, que posam orientar as ações também no médio e longo prazos.

“É preciso verificar, por exemplo, se os técnicos de campo estão, de fato, utilizando metodologias participativas e como as estão usando, se o planejamento é feito com e não para as comunidades. Considerando o desenvolvimento sustentável, é preciso verificar se estão ocorrendo processos de transição agroecológica, se está havendo inclusão social, geração de mais postos de trabalho, melhoria na renda e na produção de alimentos para subsistência, acesso a mercados locais, resolução dos problemas históricos de extração de renda causados pelos atravessadores ou pela subordinação à indústria de insumos, máquinas e equipamentos. Enfim, deve-se aplicar um conjunto de indicadores diferentes daqueles que avaliam apenas quantos agricultores foram assistidos, quantos projetos de crédito

foram elaborados, quantas sementes foram distribuídas, quanto adubo está sendo usado, etc.

A Política Nacional de ATER que está sendo implementada pelo DATER, em parceria com um grande número de entidades, apresenta uma série de princípios e orientações para a mudança da extensão rural – voltada às necessidades da agricultura familiar, gerida de forma descentralizada e participativa, com base nos princípios da agroecologia, extensionista como educador e mediador de processos, uso de metodologias participativas. Contudo, as resistências às mudanças ainda são grandes. MELUCCI (2001) destaca que nos “fenômenos coletivos” contemporâneos se entrelaçam muitos significados, as heranças do passado, os efeitos da modernidade e as resistências à mudança. Algumas resistências estão sendo quebradas, mas a cultura e a estrutura institucional, orientadas por décadas para a consolidação da modernização da agricultura, ainda permanecem como um desafio a ser enfrentado.

4.3. O debate agroecológico na EMBRAPA

O Estado brasileiro passou por um amplo processo de reestruturação administrativa no início da década de 70, conforme visto anteriormente, buscando se adequar às orientações tecnológicas modernizantes. A EMBRAPA, as universidades e as instituições estaduais de pesquisa passaram a constituir o Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, com a coordenação administrativa e financeira da EMBRAPA, ficando responsáveis pela produção e adaptação de tecnologias no país. O objetivo principal era desenvolver conhecimentos técnico-científicos capazes de aumentar significativamente a produção e a produtividade agrícola.

Assim como ocorreu com as instituições de extensão rural, a EMBRAPA no início da década de 80 teve sua atuação questionada pelos movimentos e instituições que trabalhavam com a pequena produção. A principal crítica era a inadequação da tecnologia às condições da pequena produção e o trabalho com pacotes tecnológicos. A lógica predominante na pesquisa agropecuária era primeiro desenvolver a tecnologia (em condições artificiais e controladas) para depois buscar quem se adaptasse a ela. Quando questionados sobre a baixa adoção destas tecnologias, os pesquisadores e extensionistas alegavam a resistência à inovação e a falta de educação formal dos agricultores, afirmando ser um problema de transmissão de conhecimentos e não de inadequação tecnológica.

A partir de 1985, com a ascensão de Luiz Carlos Pinheiro Machado à presidência da EMBRAPA, começou a ser construída uma nova proposta de trabalho que se contrapunha à posição dominante na EMBRAPA. Nesta nova proposta a pesquisa deveria partir da “(...) realidade do agricultor para, posteriormente, definirem-se sistemas de produção a serem testados” (ALMEIDA, 1989: 212). A prioridade passou a ser o desenvolvimento de tecnologias mais adequadas à realidade da pequena produção, voltadas à produção de alimentos básicos e poupadoras dos recursos naturais. Além disso, existia a preocupação em desenvolver tecnologias apropriadas às peculiaridades de cada região (ALMEIDA, 1989).

A partir deste novo enfoque, foi construído o “Programa de pesquisa para a agricultura alternativa”, que buscava a construção de um “novo padrão tecnológico para alterar o quadro econômico e político existente”. O objetivo era buscar novas metodologias de pesquisa e divulgação de resultados que “(...) em vez de ajustarem a realidade à tecnologia, sejam capazes de encontrar nesta mesma realidade o ponto de partida de sua transformação” (ALMEIDA, 1989: 213). Segundo este programa de pesquisa a agricultura deveria ser

compreendida a partir de um enfoque sistêmico que valorizasse a interação dos diversos componentes na constituição do todo.

“O novo padrão tecnológico proposto tem como base o pressuposto do ‘ajustamento da realidade da agricultura ao agricultor’ a partir do ‘desenvolvimento de uma base científica capaz de entender e de incorporar as potencialidades biológicas dos recursos naturais nativos, em toda a sua diversidade’ e de ‘desenvolver tecnologias ajustadas às condições econômicas, sociais e culturais, prioritariamente, do pequeno e do médio produtor rural’ ” (ALMEIDA, 1989: 213).

Contudo, embora inovadora e avançada, esta proposta de mudança de enfoque tecnológico da EMBRAPA foi considerada um fracasso. A principal razão, segundo João Carlos Costa Gomes (entrevista 2007), foi que quando Pinheiro Machado assumiu a diretoria da EMBRAPA ele entrou com uma equipe externa e não procurou se articular com os pesquisadores da EMBRAPA. Isso gerou uma enorme resistência dos pesquisadores internos para com a proposta de mudança da instituição.

“Ainda que na época houvesse muitas pessoas simpáticas a esta causa, uma das questões que complicou um pouco a vida do Pinheiro Machado foi que ele levou um grupo de assessores muito grande de fora e estas pessoas não faziam parte da cultura da Embrapa e não conheciam a cultura da Embrapa. Então, a Embrapa os tratou como uma coisa de fora, não da sua cultura. Eles entraram com um discurso forte, bem consubstanciado da necessidade de mudanças, mas eu acho que faltou um pouco de habilidade de chamar os aliados internos para compor este grupo e para diminuir algumas barreiras. Porque a mudança de um padrão de política de uma instituição pública poderosa, ela não se dá de cima pra baixo, não se dá de fora pra dentro. Ela tem que ser feita na medida em que avançam as políticas públicas na sociedade, buscando alianças fora e consolidando na instituição pública uma visão plural” (João Carlos Costa Gomes, entrevista 2007).

“O Pinheiro ao invés de tentar costurar a gestão dele por dentro, ele começou a criticar a estrutura da Embrapa, a detonar todo mundo e foi se indisponibilizando com todo mundo ao ponto que a Johanna Dobereiner, ele pegou um garoto pra substituir a Johanna, que era uma pesquisadora de renome internacional. O garoto chegou lá e não teve nem condições de assumir. Então, o Pinheiro eu acho que foi muito a incapacidade dele se relacionar com as pessoas, se articular internamente” (Manoel Baltasar Baptista da Costa, entrevista 2007).

De acordo com ALMEIDA (1989), o surgimento destas propostas de pesquisas alternativas não provocou uma mudança significativa na perspectiva tecnológica da maioria dos pesquisadores da EMBRAPA. “O enfoque ‘produtivista’ continua hegemônico na instituição, tendo o Programa de Pesquisa para Agricultura Alternativa, bem como seus mentores, sofrido grandes críticas e pressões nos últimos anos” (p.213). Pinheiro Machado foi afastado da presidência da EMBRAPA e, com sua saída, seu programa de pesquisa foi praticamente esquecido.

Ainda que a proposta de mudança na EMBRAPA – “de cima para baixo” – não tenha sido bem sucedida, era possível identificar ainda na década de 80 algumas iniciativas isoladas

de técnicos, pesquisadores e centros de pesquisa, orientadas para o desenvolvimento de tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais. Um programa institucional importante foi o Programa Nacional de Pesquisa em Biologia do Solo, criado em 1983 pela atual EMBRAPA Agrobiologia. Como exemplos de pesquisas desenvolvidas, destacam-se: fixação biológica de nitrogênio; controle biológico da lagarta da soja; adubação verde; manejo e conservação do solo; manejo integrado de pragas e doenças, entre outras.

Ainda que o discurso ecológico não estivesse presente no cotidiano destes pesquisadores, estas iniciativas contribuíram para introduzir inovações técnicas na perspectiva de mitigar os efeitos ambientais negativos decorrentes dos sistemas modernos e de racionalizá-los economicamente. Contudo, “(...) embora os resultados dessas pesquisas pudessem beneficiar pontualmente as comunidades aqui e acolá, não chegaram a colocar em xeque a própria lógica produtiva difundida com a Revolução Verde” (PETERSEN & ALMEIDA, 2004: 20).

Na década de 90, estas iniciativas de pesquisa passam a incorporar mais especificamente os referenciais da agroecologia e são desenvolvidos vários experimentos em parceria com organizações não governamentais e organizações de agricultores familiares, principalmente nas regiões de atuação da Rede PTA¹³⁴. Porém, estas iniciativas continuavam sendo marginais dentro das instituições e ainda eram desenvolvidas por poucos profissionais. Esta situação começou a se modificar apenas no final da década de 90 e início da década seguinte.

Em 1999 foi realizado, no Rio de Janeiro (EMBRAPA Agrobiologia), o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, considerado um marco para a instituição nos debates envolvendo a agroecologia¹³⁵. Este evento foi realizado com o objetivo de articular as inúmeras e crescentes iniciativas de pesquisa em agroecologia que vinham sendo desenvolvidas nas diferentes unidades de pesquisa da EMBRAPA. Nem a própria Empresa tinha conhecimento dos pesquisadores e das pesquisas já realizadas, e em andamento, na instituição com enfoque agroecológico.

Foram destacados, neste Encontro Nacional, alguns problemas que dificultavam o avanço do debate agroecológico dentro da EMBRAPA, destacando-se: o isolamento e a falta de articulação dos profissionais que trabalham nesta temática; a falta de sistematização das experiências dos agricultores e das ONGs na promoção da agroecologia; necessidade de formação e capacitação dos pesquisadores e quadros técnicos em agroecologia; necessidade

¹³⁴ Além destas iniciativas de pesquisa, outro fato que contribuiu para o fortalecimento da temática agroecológica na EMBRAPA foram as mudanças institucionais que ocorreram a partir da década de 80, destacando-se a criação de unidades temáticas de pesquisa (Embrapa Meio Ambiente e Embrapa Agrobiologia) e a criação e adaptação de várias unidades em centros ecorregionais de pesquisa: Embrapa Clima Temperado, Embrapa Agropecuária Oeste, Embrapa Pantanal, Embrapa Cerrados, Embrapa Semi-Árido, Embrapa Tabuleiros Costeiros e Embrapa Meio-Norte. No início da década de 90 seis unidades da EMBRAPA na Amazônia Legal foram transformadas em centros de pesquisa agroflorestal: Embrapa Amazônia Oriental, Embrapa Amazônia Ocidental, Embrapa Amapá, Embrapa Acre, Embrapa Rondônia, Embrapa Roraima (EMBRAPA, 2006: 50).

¹³⁵ Este Encontro foi organizado pelas instituições integrantes da Rede Agroecologia Rio (AS-PTA, EMBRAPA Agrobiologia, PESAGRO/Rio e UFRRJ), com apoio do Consultive Group on International Agriculture Research (CGIAR) e da Fundação Ford e reuniu 73 profissionais vinculados às instituições do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária “com trabalhos orientados segundo o paradigma técnico-científico da agroecologia”. Este evento contou com a presença de Miguel Altieri, professor da Universidade da Califórnia, Berkeley, que trabalhou o enfoque da pesquisa para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos. Os objetivos do Encontro foram: “caracterizar o panorama da pesquisa em agroecologia no Brasil, procurando identificar diferentes concepções, processos e produtos envolvidos; identificar limites e oportunidades para a irradiação e a consolidação da pesquisa em agroecologia no Brasil; analisar o sentido e a oportunidade de ações voltadas para a coordenação das iniciativas de diferentes instituições e/ou pesquisadores que vêm se dedicando à pesquisa em agroecologia no Brasil” (PETERSEN & WEID, 1999: 03).

de maior interação entre as diferentes áreas de conhecimento (agronômico, ecológico e sócioeconômico), revalorizando a interdisciplinaridade; necessidade de articular as instituições de pesquisa, extensão rural e ONGs, garantindo a real participação dos agricultores; as instituições de financiamento (CAPES, CNPq e EMBRAPA) oferecem poucos recursos para a pesquisa em agroecologia, defendendo-se a criação de uma linha específica de pesquisa (PETERSEN & WEID, 1999).

Como encaminhamentos deste Encontro foram propostas a realização de um cadastro nacional de pesquisa envolvendo a temática da agroecologia e a criação de um Núcleo de Gestão Tecnológica voltado para a pesquisa em agricultura orgânica¹³⁶. Além disso, foi discutida a necessidade de realização de um congresso nacional de agroecologia e de criação de uma instância nacional para articular os diferentes interessados no avanço e na consolidação do paradigma agroecológico¹³⁷ (PETERSEN & WEID, 1999).

Internamente, foi criado em 2000 pela Diretoria-Executiva da EMBRAPA um grupo de trabalho para identificar demandas de pesquisa sobre agricultura orgânica no Brasil, coordenado pela EMBRAPA Agrobiologia, sendo gerado um documento (NEVES et al, 2000) que relacionava as oportunidades, estratégias e desafios a serem enfrentados para avançar com a pesquisa em agricultura orgânica. Este documento contribuiu para consolidar a agricultura orgânica como um tema prioritário da EMBRAPA, sendo incluído como linha temática de pesquisa na instituição em 2002. Também em 2000 foi criado um outro grupo de trabalho, formado por nove pesquisadores e com a contribuição de mais de 150 profissionais produziu o documento “O Meio Ambiente e o Compromisso Institucional da Embrapa”, que faz uma “(...) análise prospectiva da agricultura sustentável no Brasil e o papel da pesquisa agropecuária, os principais desafios ambientais nacionais e regionais em cada um dos grandes biomas brasileiros” (EMBRAPA, 2006: 51).

A partir de então, houve uma intensificação de ações de transição agroecológica em diversos centros de pesquisa da EMBRAPA, avanços nos trabalhos com populações tradicionais e povos indígenas, além de um estreitamento de parcerias com órgãos públicos na temática agroecológica – principalmente alguns Ministérios (Desenvolvimento Agrário, Agricultura, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente), empresas estaduais de ATER, instituições de pesquisa e universidades – e setores da sociedade civil – ONGs e entidades de representação dos agricultores familiares (EMBRAPA, 2006).

Contudo, a institucionalização da agroecologia na EMBRAPA ocorreu somente em 2006 com o Marco Referencial em Agroecologia, lançado oficialmente no Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado em Belo Horizonte em novembro de 2006. A construção deste documento é fruto de um amplo processo de discussão envolvendo profissionais de dentro e de fora da EMBRAPA. O objetivo era discutir o papel da EMBRAPA em relação à agroecologia e construir coletivamente um programa institucional a ser adotado pela Empresa.

“Nós descobrimos um número bastante interessante de pessoas que vinham fazendo alguma coisa que tinha a ver com o programa de pesquisa em agroecologia. O que nós decidimos, então, era que era preciso institucionalizar isso, pra que esta coisa não ficasse dispersa e num grupo esparramado de pessoas com suas conexões locais e precisávamos

¹³⁶ Foi discutida neste Encontro Nacional a designação mais adequada para este Núcleo (se agricultura orgânica ou agroecologia), mas não houve consenso e a definição ficou a cargo do próprio grupo de trabalho, que optou pela terminologia agricultura orgânica.

¹³⁷ Estas deliberações tiveram como desdobramentos a realização do Encontro Nacional de Agroecologia, em 2002, e a criação da Articulação Nacional de Agroecologia.

transformar isso numa política pública da EMBRAPA. Foi aí que surgiu o Marco Referencial da Agroecologia, foi uma discussão de quase um ano e que foi lançado no Congresso Brasileiro de Agroecologia, em Belo Horizonte, em novembro de 2006. Foi apresentado para as pessoas que estavam lá, o que pra nós é uma conquista muito grande porque significa que o Marco Referencial em Agroecologia da EMBRAPA faz parte do conjunto das estratégias políticas de produção de conhecimento que a EMBRAPA tem, neste caso específico, para o campo da agroecologia” (João Carlos Costa Gomes, entrevista 2007).

Este processo de construção do Marco Referencial iniciou oficialmente em outubro de 2005 na Reunião de Trabalho sobre Agricultura de base Ecológica, realizada na Embrapa Cerrados. Este evento teve a participação de representantes de 32 centros de pesquisa da EMBRAPA, representantes do governo federal (MAPA, MDA, MMA, MCT, MDS e INCRA) e dos movimentos sociais (MST, CONTAG e ANA), totalizando 81 participantes. Nesta reunião foram levantadas as ações executadas e em andamento pela EMBRAPA na temática de agroecologia e discutidas as expectativas da EMBRAPA e dos parceiros em relação à pesquisa agroecológica a ser desenvolvida pela EMBRAPA– “o que temos, o que queremos e o que os parceiros esperam de nós” (EMBRAPA, 2006).

“Romper esse círculo vicioso para que se estabeleça um processo de renovação epistemológica e metodológica não é tarefa trivial em uma instituição do porte e da complexidade da Embrapa. E aí está justamente a virtude do processo de elaboração da posição institucional oficializada neste Marco Referencial. O documento não surgiu como uma medida administrativa da Diretoria-Executiva para ser doravante seguida pelo conjunto dos pesquisadores. Ele foi produzido em um ambiente de reflexão coletiva que esteve sintonizado com uma dinâmica emergente na própria Embrapa impulsionada por um número crescente de pesquisadores que, de forma isolada ou em pequenos grupos, vem há anos, muitas vezes à contracorrente das políticas institucionais, inovando na prática da investigação científica segundo diferentes acercamentos ao enfoque agroecológico. Seja pelos avanços, seja pelos desafios que encerram, essas experiências inovadoras foram chamadas a se expressar, iluminando com referências concretas os debates que resultaram no presente documento. A elaboração contou também com contribuições de diferentes organizações da sociedade civil e representantes de outras instituições governamentais interessadas na institucionalização da pesquisa agroecológica na Embrapa” (Paulo Petersen in: EMBRAPA, 2006: 16).

Como desdobramento, foi criado um Grupo de Trabalho em Agroecologia, formado por 16 pesquisadores de diversas unidades da EMBRAPA, com o objetivo de encaminhar as deliberações do encontro e elaborar um Plano de Agroecologia para a instituição¹³⁸. Foi criada, também, uma rede de projetos – Rede Nacional de Competência em Agroecologia –

¹³⁸ Além deste Grupo de Trabalho, a construção do Marco Referencial em Agroecologia teve a colaboração de outros 385 profissionais. Destes, 340 são pesquisadores da EMBRAPA, 31 representantes de órgãos públicos (Comissão executiva do Plano Lavoura Cacaueira – CEPLAC, INCRA, Instituto Nacional de Pesquisa Amazônica – INPA, MAPA, MCT, MDA, MDS, MMA), 2 representantes da Associação Brasileira de Agroecologia e 12 representantes dos movimentos sociais (MST, CONTAG, ANA). Veja a lista completa de colaboradores em EMBRAPA (2006).

com participação das Unidades da EMBRAPA e parceiros externos para o desenvolvimento de projetos que envolvam a temática da agroecologia. Além disso, a EMBRAPA ofereceu um Curso de Nivelamento Conceitual e Metodológico, em agosto de 2006, no qual participaram 40 pesquisadores pertencentes a 36 centros de pesquisa. O objetivo era “estimular o processo de criação e/ou fortalecimento de arranjos locais para elaboração e execução de futuros projetos e processos sociais em Agroecologia” (EMBRAPA, 2006: 53).

O Marco Referencial em Agroecologia contém uma discussão sobre as bases conceituais da agroecologia, os antecedentes históricos e o estado-da-arte da agroecologia na EMBRAPA. Além disso, aponta como desafios principais para a implantação de um “amplo programa de pesquisa, desenvolvimento e inovação em agroecologia”: a institucionalização do Marco Referencial em Agroecologia na programação de pesquisa da Empresa; fortalecer a capacitação de equipes na temática agroecológica; sistematizar ações e experiências dos agricultores em agroecologia; desenvolver processos participativos e com enfoque sistêmico; trabalhar a dimensão da equidade (EMBRAPA, 2006).

A EMBRAPA deu um passo importante ao promover um amplo debate na instituição envolvendo a temática da agroecologia e criar o Marco Referencial. Contudo, a efetivação das orientações deste Marco pressupõe mudanças substantivas nos métodos e enfoques de pesquisa utilizados pelos pesquisadores. Além da institucionalização do programa de pesquisa em agroecologia é preciso que os pesquisadores também internalizem estas mudanças de conceitos e de metodologias de trabalho contidos na proposta agroecológica.

As pesquisas continuam sendo orientadas pela lógica clássica (por produto, disciplinar, delineamento experimental clássico, superioridade do conhecimento científico, realizada em condições artificiais), que não é adequada ao desenvolvimento de pesquisas com enfoque agroecológico. O desenvolvimento de pesquisas participativas que incorporam a complexidade do agroecossistema e o respeito ao meio ambiente ainda é amplamente minoritário nas instituições de pesquisa.

No entanto, em que pese todas as limitações e dificuldade, o fato do debate agroecológico estar sendo incorporado nestas instituições estatais, o enfoque agroecológico estar sendo incorporado na estruturação de políticas públicas em várias instâncias e as experiências produtivas estarem sendo desenvolvidas e analisadas pelas instituições, já constitui por si só um avanço importante. Não é suficiente, mas demonstra, por outro lado, que o conhecimento agroecológico está em construção, tanto no meio acadêmico-científico como nas experiências práticas. É justamente a rapidez de sua apropriação e a forma como a agroecologia é interpretada pela diversidade de atores sociais que fazem avançar este processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as críticas ao padrão tecnológico moderno se intensificaram no final da década de 70, devido, principalmente, a uma crise mais geral da economia que tornou evidentes os altos custos das tecnologias modernas e suas conseqüências sociais e ambientais. As primeiras críticas foram tecidas por alguns intelectuais – que haviam entrado em contato com estes movimentos críticos do modelo fora do Brasil e através de suas publicações passaram a influenciar o debate nacional – e pela categoria dos engenheiros agrônomos, que acolheu estas preocupações dando início a um movimento de contestação ao padrão tecnológico dominante, conhecido como movimento de agricultura alternativa.

Na década de 80, o debate agroecológico foi se desenvolvendo no Brasil através de duas vertentes principais: os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, principal fórum de discussão e articulação do movimento de agricultura alternativa, e o Projeto Tecnologias Alternativas/FASE, com reconhecido destaque na construção do debate agroecológico no Brasil.

Os EBAAAs tiveram grande importância na conformação de um pensamento crítico em relação ao padrão tecnológico dominante. Estes encontros conseguiram reunir pessoas e instituições com objetivos e motivações bastante diferenciadas em torno da temática agricultura alternativa. As questões apresentadas tinham larga amplitude, variando de questões mais próximas ao debate ambientalista e do conhecimento das práticas alternativas até preocupações com os impactos sociais da modernização e a necessidade de uma mudança mais profunda da sociedade em direção ao socialismo.

Estes encontros conseguiram mobilizar um público bastante diferenciado, com motivações políticas que iam desde um descomprometimento até um forte engajamento político. Nestes encontros destacam-se a participação de pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, membros de organizações não governamentais, representantes de instituições públicas e privadas, lideranças de movimentos sociais, agricultores, profissionais e estudantes das ciências agrárias, especialmente agronomia. A maioria das lideranças do movimento de agricultura alternativa tinha algum vínculo com os partidos de esquerda ou então se solidarizavam com suas bandeiras.

Nos dois primeiros EBAAAs os debates se concentraram nas críticas ao padrão tecnológico moderno – destacando suas conseqüências econômicas, sociais e ambientais – e na apresentação de experiências produtivas e trabalhos de pesquisa com tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais, desenvolvidos por profissionais de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural. As principais críticas se referiam à poluição do meio ambiente, contaminação dos alimentos e do homem por agrotóxicos, erosão do solo e aumento do número de pragas e doenças. Destacavam-se como propostas alternativas as seguintes práticas agrícolas: adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, curvas de nível e manejo de pragas e doenças.

Neste período o debate estava bastante centrado nas tecnologias e o objetivo era desenvolver tecnologias alternativas àquelas presentes no pacote tecnológico moderno: máquinas pesadas, adubos químicos, sementes híbridas e agrotóxicos. Verifica-se também que praticamente inexistiam experiências mais sistêmicas que trabalhavam a mudança do sistema produtivo como um todo. As duas destacadas pelo movimento de agricultura alternativa eram a da Estância Demétria e a do Yoshio Tsuzuki, ambas de São Paulo, que seguiam orientações técnicas da agricultura biodinâmica e da agricultura orgânica, respectivamente. Contudo, estas experiências eram desenvolvidas em condições muito peculiares, utilizando-se de avançados conhecimentos técnicos, com disponibilidade de recursos financeiros e seus produtos eram vendidos para nichos de mercados. Portanto, condições bastante diferenciadas da maioria dos

pequenos produtores que era o público prioritário do PTA/FASE. Ademais, as práticas mais utilizadas e difundidas por estas experiências eram praticamente desconhecidas dos pequenos produtores, em especial os preparados biodinâmicos, a adubação verde e os compostos orgânicos.

A partir do III EBAA (1987) ocorre a ampliação da base social do movimento – com a participação de alguns movimentos sociais, especialmente CUT, CONTAG e MST – e do debate para questões sociais da produção e questões mais gerais que também faziam parte do debate de outros atores sociais e movimentos, tais como: reforma agrária; dominação do setor agrícola pelas multinacionais; o comprometimento das instituições de ensino, pesquisa e extensão rural com as políticas de modernização da agricultura; o debate sobre o processo da constituinte.

As críticas existentes ao modelo tecnológico, que até então se concentravam nas consequências ambientais da produção, passam a destacar também suas consequências sociais – excludente, concentrador de terra, precariza as relações de trabalho, provoca êxodo rural – e as atenções se voltam para os destinatários da tecnologia, os agricultores. Começou a se discutir, também, a necessidade de buscar não apenas tecnologias alternativas, mas uma “sociedade alternativa”. Contudo, esta era uma questão bastante polêmica para a qual não existia consenso dentro do movimento de agricultura alternativa. Muitos participantes defendiam a independência do movimento e eram contra a sua partidarização e vinculação ao socialismo.

O PTA/FASE teve início com dois agroeconomistas que, através de relações pessoais e financiamentos de cooperação internacional, fizeram um mapeamento das experiências de agricultura alternativa existentes no Brasil estabelecendo parcerias com cinco delas (CAPA, Projeto Vianei, ASSESOAR, MOC e PATAC), todas com forte vínculo com as igrejas Católica e Protestante. O objetivo era sistematizar e avaliar estas experiências para difundi-las para os demais agricultores. No fundo estava-se buscando construir uma proposta tecnológica alternativa ao pacote tecnológico da Revolução Verde, de abrangência nacional, que pudesse oferecer soluções aos problemas técnicos dos pequenos produtores.

A estratégia inicial do PTA/FASE foi trabalhar com experiências já estabelecidas e com uma rede de relações preexistentes, principalmente com a CPT e os sindicatos de trabalhadores rurais. Os objetivos centrais eram identificar, sistematizar e difundir tecnologias alternativas geradas pelos próprios agricultores. Os membros do PTA/FASE partiam do entendimento que os agricultores possuíam diversas técnicas inovadoras, mas apresentavam limitada capacidade de difusão das mesmas. Este papel de identificação e sistematização seria realizado pelas equipes técnicas, que por meio de cursos, seminários e materiais impressos difundiriam estas práticas para um amplo espectro de usuários potenciais. Nos primeiros anos do PTA/FASE mais de mil técnicas alternativas foram identificadas por suas equipes.

Além da identificação e sistematização de experiências, as equipes do PTA/FASE tinham por função, também, a formação de redes de intercâmbio entre os potenciais parceiros do Projeto – organizações de trabalhadores rurais, entidades de assessoria, técnicos e pessoas interessadas na construção de propostas alternativas. Esta estratégia possibilitou um grande avanço do Projeto, que se expande para vários estados, amplia as equipes de trabalho e favorece a criação de várias ONGs. Em apenas seis anos de existência já existiam dezesseis equipes vinculadas ao Projeto, envolvendo cerca de cem profissionais.

Outro destaque foram os Centros de Tecnologias Alternativas, criados pelo PTA/FASE para a experimentação e demonstração de tecnologias alternativas. Estes centros serviam para testar as tecnologias alternativas e realizar experimentos com maior grau de controle do que os executados pelos agricultores. O objetivo era desenvolver soluções para problemas de natureza mais complexa e sistêmica, integrando o conhecimento empírico dos agricultores com fontes científicas dos centros de ensino e pesquisa.

Este foi um período de intenso trabalho para as equipes técnicas do PTA/FASE. Foram realizados diversos encontros (locais, regionais e estaduais) e numerosos cursos de capacitação e sensibilização em tecnologias alternativas. Nestes cursos participavam, principalmente, agricultores que exerciam algum papel de liderança ou se destacavam pelas suas qualidades inovadoras, assessores de movimentos populares e alguns estudantes interessados. O objetivo do PTA/FASE era formar agentes multiplicadores, que não somente adotariam as tecnologias alternativas, como difundiriam estas técnicas para os demais agricultores.

Estes cursos além da capacitação em tecnologias alternativas tinham uma preocupação mais ampla de contribuir na formação política dos agricultores, discutindo as questões mais gerais que envolviam a agricultura. Para atingir estes objetivos, os cursos eram organizados em três momentos principais, que consistiam em: levantar os problemas dos agricultores; relacionar estes problemas à modernização da agricultura; introduzir como saída as tecnologias alternativas e, por fim, apresentavam-se algumas práticas e experiências alternativas existentes.

Contudo, apesar deste acelerado crescimento do PTA/FASE e do intenso trabalho das equipes na sensibilização e capacitação em tecnologias alternativas, a incorporação destas práticas pelos agricultores ficou muito abaixo das expectativas. A estratégia de utilizar agentes multiplicadores para a difusão das tecnologias alternativas também não obteve o êxito esperado, ainda que tivessem conseguido muitos resultados positivos. Os agentes multiplicadores conseguiram apreender as práticas e os princípios da agricultura alternativa, mas a difusão não ocorreu da forma imaginada.

Embora tivessem sido identificadas junto aos agricultores numerosas práticas alternativas, as propostas técnicas partiram basicamente do conhecimento dos técnicos – geralmente as mais difundidas pela literatura especializada e pelo movimento de agricultura alternativa. Não houve, na maioria dos casos, a preocupação em considerar as necessidades dos agricultores e de incorporar o seu conhecimento. Isso fez com que em diversas situações as tecnologias propostas pelos técnicos não encontrassem correspondência com os problemas concretos dos agricultores, o que dificultou a adoção das práticas alternativas.

Outro ponto destacado como limitante pelos membros do PTA/FASE era a formação profissional dos técnicos. Por mais comprometidos politicamente com a problemática da pequena produção e por maior sensibilidade que tivessem com relação à importância da sabedoria popular para o desenvolvimento local, as equipes técnicas haviam recebido uma formação acadêmica orientada para a expansão das formas capitalistas de produção no campo. A dificuldade de se desvincular do viés produtivista e o limitado conhecimento das racionalidades técnicas, ecológicas e econômicas da pequena produção praticamente impediam que essas equipes elaborassem leituras complexas das realidades nas quais as famílias de agricultores viviam e produziam (PETERSEN & ALMEIDA, 2004).

As críticas ao padrão tecnológico moderno ficaram restritas, num primeiro momento, à natureza das tecnologias, o que dificultou o questionamento dos métodos difusionistas empregados. A transferência de tecnologia foi uma prática corrente inclusive pelos defensores da agricultura alternativa, que procuravam de certa forma convencer os agricultores da superioridade das práticas alternativas. Os métodos utilizados pelo PTA/FASE foram praticamente os mesmos utilizados pela agricultura convencional (reuniões, seminários, impressos, cursos de capacitação e visitas de campo). Esta relação só veio a se modificar com a introdução das metodologias participativas, que buscavam construir uma outra relação com os agricultores, um diálogo de saberes entre técnicos (conhecimento científico) e agricultores (conhecimento popular) (PETERSEN & ALMEIDA, 2004).

O tema das tecnologias alternativas começou a envolver círculos cada vez mais amplos, passando a ser considerado por setores até então pouco permeáveis aos

questionamentos relativos à universalidade e à eficiência da tecnologia moderna (ALMEIDA, 1985). Apesar do amplo predomínio do padrão tecnológico moderno, era possível identificar ainda no início dos anos 80, algumas iniciativas isoladas de grupos de pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural com tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais: fixação biológica de nitrogênio, controle biológico da lagarta da soja, adubação verde, manejo e conservação do solo, dentre outras. Ademais, destacam-se as iniciativas de mudança na orientação tecnológica de algumas instituições, especialmente na EMBRAPA, EMBRATER e IAPAR, que foram importantes, mas não conseguiram romper com a lógica produtivista predominante nestas instituições.

Contudo, segundo PETERSEN & ALMEIDA (2004), a despeito da “emergência de sopros de renovação e questionamento no meio científico-acadêmico”, devido à própria forma de organização do sistema de pesquisa agrícola, estas poucas iniciativas se mantiveram distantes da realidade dos pequenos produtores. Embora os resultados destas pesquisas tivessem beneficiado pontualmente alguns agricultores, elas não chegaram a colocar em xeque o padrão tecnológico moderno difundido com a Revolução Verde.

O próprio debate que envolvia a agricultura alternativa, embora tivesse ampliado muito e adquirido amplitude nacional, ainda permanecia relativamente restrito a um pequeno número de profissionais e estudantes de alguns setores da sociedade. A grande maioria continuou seguindo o modelo tecnológico dominante, ainda que com algumas preocupações com a minimização de impactos sociais e ambientais. A agricultura alternativa não era consenso entre os profissionais e estudantes das ciências agrárias, que tinham também outras temáticas prioritárias da categoria, a exemplo da discussão do currículo da agronomia e da formação profissional. As tecnologias alternativas ainda eram consideradas atrasadas e sem fundamentação científica, gozando de pouca credibilidade no meio científico e acadêmico.

Em relação aos movimentos sociais rurais, especialmente o MSTR e o MST, embora questionassem o alto custo das tecnologias modernas e reivindicassem políticas específicas para os pequenos produtores, mantiveram-se durante a década de 80, de um modo geral, também alheios ao debate sobre modelo de desenvolvimento e tecnologias alternativas. Quando se mobilizavam em torno aos temas relacionados ao sistema produtivo, orientavam suas capacidades políticas para lutar pela democratização do modelo tecnológico predominante visando garantir que os pequenos produtores também tivessem acesso às tecnologias modernas. A atuação prioritária era em relação aos grandes temas da categoria, especialmente: reforma agrária, direitos dos assalariados e previdência rural.

As oposições sindicais concentraram suas ações na construção da CUT, na conquista de novos sindicatos, na organização dos trabalhadores rurais e nas lutas por políticas agrícolas específicas para os pequenos produtores (crédito rural, seguro agrícola, redução dos juros, preços mínimos). Para o MST a década de 80 foi um período de constituição e expansão do movimento, que ganhou expressão nacional e o credenciou como o principal porta-voz da luta pela terra no Brasil.

O tema das tecnologias alternativas era encarado com grande reserva por parte das lideranças dos movimentos sociais rurais, que apresentavam variadas interpretações desqualificadoras do trabalho com agricultura alternativa, destacando-se: as tecnologias alternativas representavam uma volta ao passado e os pequenos produtores também tinham o direito de se modernizarem; o trabalho tinha um viés tecnicista e pouco politizado e a luta dos pequenos produtores era uma luta de classe, pela reforma agrária e por direitos trabalhistas; a organização da produção era pela elitização, pois voltava-se para atender à crescente demanda de consumidores urbanos dispostos a pagar mais por estes produtos (PETERSEN & ALMEIDA, 2004).

No final da década de 80 ocorrem mudanças importantes no movimento de agricultura alternativa. A coordenação do PTA/FASE por divergências com os demais organizadores do

IV EBAA (1989), principalmente FEAB, se retirou da organização e deixou de participar dos Encontros. O IV EBAA teve o maior número de público de todos os encontros brasileiros, o que, de certa forma, demonstrava o crescente interesse por esta temática. Contudo, a disputa pelo controle do movimento de agricultura alternativa provocou um racha e impediu a sua continuidade.

Por ter virado “um encontro de estudantes” a FEAB, isolada, não conseguiu mais promover os encontros nacionais. Com o fim do movimento a nível nacional houve uma desarticulação dos grupos de agricultura alternativa dentro das universidades e um refluxo da temática dentro da FEAB. Na FAEAB a temática da agricultura alternativa vinha, também, cada vez mais, perdendo espaço com os setores conservadores (representados pelos defensores do padrão tecnológico moderno) reconquistando as associações estaduais de engenheiros agrônomos e, em seguida, retomando o controle da federação nacional. Interrompendo, em consequência, este trabalho de crítica ao modelo tecnológico e de luta pela agricultura alternativa desenvolvido pela FAEAB ao longo dos anos 80.

Além disso, o PTA/FASE passava por um período de reestruturação, desvinculando-se da FASE, e as ONGs membros se tornaram autônomas e constituíram a Rede PTA. Houve um recuo das articulações nacionais e as organizações se voltaram para o desenvolvimento de programas locais de desenvolvimento. Também foram incorporadas importantes mudanças conceituais e metodológicas, alterando significativamente as estratégias de intervenção das ONGs, que passam a incorporar os referenciais da agroecologia e as metodologias participativas.

A agroecologia portava conceitos e métodos que favoreciam a integração dos conhecimentos acadêmicos com os conhecimentos populares nos processos de desenvolvimento tecnológico. Diferentemente da fase anterior, marcada pela denúncia e negatividade (contra o padrão tecnológico moderno), a agroecologia trazia um caráter mais afirmativo ao debate e seus referenciais se adequavam perfeitamente aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelo PTA/FASE, abrindo possibilidades para uma intervenção mais sistêmica.

A incorporação do enfoque agroecológico permitiu um grande avanço no trabalho das ONGs, pois ao invés de pensar em transferência de tecnologias começou-se a pensar o agroecossistema como um todo. Ao invés da primazia da tecnologia começou a se valorizar os processos sociais de inovação tecnológica (resgate de variedades crioulas, criação de bancos de sementes e fundos rotativos, resgate de técnicas tradicionais de cultivo e otimização dos recursos locais). Os agricultores, de passivos receptores destas tecnologias, são estimulados a assumirem um papel ativo como agentes de inovação e disseminação de conhecimentos (PETERSEN, 2007).

A adoção de metodologias participativas possibilitou uma melhoria significativa nas formas de relacionamento das entidades da Rede PTA com os agricultores e com os mediadores locais (STRs, associações comunitárias, grupos de paróquia e prefeituras municipais). Os diagnósticos possibilitavam um maior conhecimento da realidade e o entendimento da lógica (econômica, técnica e ecológica) utilizada pelos agricultores no manejo dos recursos locais. Entre outros aspectos, forneceram instrumentos para o efetivo envolvimento comunitário nos processos de desenvolvimento local e facilitaram a crescente interação de pesquisadores de universidades e centros de pesquisa a estes processos. Esta mudança de estratégia fortaleceu as experiências locais com enfoque agroecológico, que se multiplicam e ganham apoio de diferentes grupos e organizações sociais, contribuindo para a criação de redes locais de experimentação e de divulgação de inovações e para a ampliação do debate agroecológico.

A década de 90 foi marcada, também, pelo debate sobre normatização e certificação dos produtos orgânicos. A forte expansão da produção mundial de alimentos orgânicos, aliada

à importância que os mesmos estavam assumindo no mercado internacional, demandou a necessidade de regulação destes produtos. Esta discussão provocou um embate entre os defensores da agricultura orgânica (geralmente produtores individuais com produção voltada para nichos de mercado e para exportação) e da agroecologia (representado pela diversidade da agricultura familiar, com produção diversificada e voltada principalmente para o mercado local).

Os defensores da agroecologia criticavam esta visão empresarial, com forte viés mercadológico, presente na agricultura orgânica e, por esta razão, os consideravam oportunistas. Os defensores da agricultura orgânica não se preocupavam com uma mudança de modelo de desenvolvimento, tal como defendia a proposta agroecológica, mas em produzir alimentos saudáveis para atender a uma demanda crescente de consumidores que estavam dispostos a pagar mais por estes produtos. Esta discussão ainda permanece nos dias atuais, mas gradativamente vem perdendo força. Atualmente existe certa convergência entre os membros das ONGs de que há espaços para todos e a luta maior é contra o modelo representado pelo agronegócio. Ademais, nem todas as experiências que se intitulam de orgânicas têm esta visão restrita de mercado.

No início da década de 90 a preocupação com a questão ambiental ganhou relevo, impulsionada pelos debates da Eco-92, que ampliaram a preocupação ambiental para vários setores da sociedade e fortaleceram as organizações não governamentais, que apresentam forte expansão. Este aumento da preocupação com a degradação ambiental, aliado à expansão mundial da produção orgânica e à consolidação e expansão das experiências produtivas no Brasil, provocaram grande expansão da agroecologia no Brasil.

O número de experiências produtivas se multiplicou e o debate agroecológico passou a ser incorporado por outros agentes sociais que trabalhavam com a problemática da agricultura familiar – especialmente os movimentos sociais rurais e as instituições de ensino, pesquisa e extensão rural – ampliando o conceito e trazendo novas dimensões ao debate. Além das questões tecnológicas, ainda predominantes, foram sendo incorporadas outras questões e problemáticas sociais, tornando mais rico e complexo o debate. As preocupações não eram somente com as críticas ao modelo tecnológico, mas incorporaram também a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.

Os movimentos sociais rurais, após um período de crise e refluxos no início da década de 90, em decorrência de mudanças na conjuntura política e da implantação do projeto neoliberal (globalização da economia, liberalização e desregulamentação dos mercados, esvaziamento do Estado, fortalecimento das transnacionais), passaram a construir estratégias conjuntas de enfrentamento à ofensiva neoliberal e em defesa da agricultura familiar. Os Gritos da Terra, que resultaram na conquista do PRONAF, um programa de crédito específico para a categoria, são exemplos desta estratégia. Paralelamente, a temática da reforma agrária retorna ao centro do debate e passa a ser considerada uma luta de toda a sociedade. Os movimentos sociais assumem uma postura crítica em relação ao modelo de desenvolvimento e passam a discutir a necessidade de criação de um projeto alternativo de desenvolvimento rural em que a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar sejam prioridades.

No movimento sindical a filiação da CONTAG à CUT e a construção de uma estratégia de ação conjunta entre as duas entidades com o Projeto CUT/CONTAG, contribuíram para a realização de um amplo debate sobre a realidade do sindicalismo rural e a situação da agricultura familiar. Contudo, esta aproximação não conseguiu romper com as divergências históricas entre as duas organizações sindicais. Ademais, na construção das diretrizes do Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável (PADRS) as ambigüidades e contradições existentes entre as mesmas impediram a construção de um posicionamento comum em relação ao modelo de desenvolvimento rural, permanecendo uma posição genérica e pouco clara sobre a questão tecnológica.

Embora no discurso político das direções da CONTAG a agroecologia seja considerada uma questão importante, não existem ações nacionais mais consistentes em defesa da agroecologia. A CONTAG está na busca de uma nova orientação em relação ao modelo de desenvolvimento, mas o debate da agroecologia ainda é muito incipiente e não é considerado prioritário, embora a confederação faça parte da Articulação Nacional de Agroecologia. As ações aparecem mais nos sindicatos e nos pólos sindicais, embora com muitas variações entre os estados. Vários sindicatos estão trabalhando efetivamente com experiências de inovação agroecológica, principalmente em parceria com ONGs e organizações locais de desenvolvimento rural. Contudo, o número de sindicatos que assumiu este desafio ainda é pouco representativo.

No movimento sindical cutista já existe uma incorporação maior da problemática da agroecologia, embora também com bastante diferenciação entre os sindicatos. A FETRAF-Sul já nasce com uma opção clara pela agricultura familiar e com um discurso de mudança de modelo tecnológico e em defesa da agroecologia. O projeto Terra Solidária foi uma experiência de formação extremamente interessante, em que toda formação foi construída tendo por base os referenciais da agroecologia. As lideranças da FETRAF não são somente lideranças políticas, muitos são agricultores também, e estão diretamente vinculadas aos problemas do desenvolvimento local.

Diferentemente da CONTAG, a FETRAF tem uma opção clara contra os transgênicos e em defesa da agroecologia e também faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia. Contudo, nos últimos anos, devido, principalmente, às necessidades de ampliação nacional do movimento e de consolidação da FETRAF-Brasil, a temática da agroecologia teve certo recuo e deixou de ser prioritária. A FETRAF, enquanto movimento nacional, também não tem ações mais efetivas relacionadas com a temática da agroecologia. Os trabalhos mais significativos de incorporação da agroecologia estão sendo realizados no âmbito local, junto aos sindicatos de agricultores familiares, principalmente em parceria com as demais organizações locais, em especial as ONGs e instituições do Estado.

No MST o debate agroecológico começou a ganhar força em meados da década de 90 devido a uma série de fatores, destacando-se em especial: a crise do sistema cooperativo de produção; a filiação do MST à Via Campesina, que permitiu que novos temas fossem incorporados (soberania alimentar e biodiversidade); a pressão da sociedade e das instituições parceiras do MST sobre as questões ambientais (desmatamento, poluição por agrotóxicos); a criação do Projeto Lumiar; a territorialização do Movimento para outras regiões que tiveram pouco contato com a modernização da agricultura (Norte e Nordeste) e, portanto, ainda mantinham muitas práticas agrícolas tradicionais voltadas para a otimização dos recursos locais.

As críticas ao projeto neoliberal se intensificam e com elas a necessidade de construir um projeto de desenvolvimento alternativo para o Brasil. Por ocasião do 4º. Congresso Nacional (2000) o Movimento começou a assumir uma posição mais hegemônica em relação à agroecologia, assumindo o compromisso de “preservar todas as formas de vida”. A campanha “As sementes são patrimônio da humanidade”, lançada pela Via Campesina Internacional em 2003, deu um grande impulso ao debate agroecológico dentro do MST e contribuiu para o aumento e dinamização das experiências produtivas nos assentamentos.

O resgate das sementes crioulas já fazia parte das preocupações de algumas organizações e movimentos sociais, mas esta campanha desencadeou um trabalho mais concreto, de abrangência internacional, assumido por diferentes organizações sociais. Com esta campanha a Via Campesina procurava chamar a atenção para o perigo do controle da produção e distribuição de sementes por um grupo reduzido de transnacionais (que já controlavam a produção de agrotóxicos e sementes transgênicas) e para os riscos da liberação comercial dos transgênicos, temática que já vinha tendo forte reação contrária de várias

organizações da sociedade civil desde meados da década de 90 com a campanha “Por um Brasil livre de transgênicos”. Portanto uma ameaça à soberania e segurança alimentar, pois o controle e seleção das sementes pelas multinacionais vêm desencadeando graves processos de erosão genética e deterioração das culturas agrícolas locais.

As multinacionais ao almejam crescentes níveis de controle sobre o mercado, vêm pressionando os poderes públicos a estabelecer novas legislações e políticas para regulação do sistema de produção e comercialização de sementes no Brasil. Existem duas leis principais que regulamentam o uso das sementes no país: Lei de Cultivares e de Patentes (1997) e a Lei de Sementes e Mudas (que teve sua última formulação em 2003). A Lei de Cultivares institui a proteção das variedades registradas e concede às empresas e pesquisadores o direito de cobrar *royalties* pela venda das suas sementes. Esta lei preserva o direito dos agricultores reproduzirem em suas propriedades as sementes protegidas, desde que para o uso próprio. A Lei de Sementes e Mudas regulamenta a produção, uso e comércio de sementes e mudas. Após muita pressão das organizações da sociedade civil, esta lei passou a reconhecer oficialmente as sementes crioulas, permitindo que as mesmas sejam distribuídas ou fomentadas por programas governamentais. A Lei de Sementes e Mudas permite, também, que agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas produzam e comercializem suas próprias sementes entre si sem a necessidade de registrá-las no Ministério da Agricultura (ALMEIDA, 2007).

O debate em torno das sementes torna-se, portanto, bastante estratégico e estas deixam de ser apenas um insumo agrícola e passam a ser consideradas como bens culturais, “patrimônio dos povos a serviço da humanidade”, com os agricultores e suas organizações sendo os guardiões desta riqueza. A agroecologia defende o uso de sementes diversificadas, resistentes e adaptadas às condições ecológicas locais, em contraposição às sementes híbridas e transgênicas utilizadas no modelo hegemônico. Como desdobramentos deste intenso debate houve em todo o país uma intensificação do resgate de variedades crioulas e de bancos de sementes, criação de programas de melhoramento genético participativo, criação de bancos de dados e feiras de troca de sementes (ANA, 2007).

O MST assumiu efetivamente a bandeira da agroecologia e vem desenvolvendo diversas ações com enfoque agroecológico. Destacando-se: a realização de vários cursos de formação em agroecologia; a criação de cursos médio, pós-médio, superior e de especialização com enfoque agroecológico; a criação de uma rede de pesquisa em agroecologia envolvendo diferentes biomas; a criação de centros irradiadores do manejo da biodiversidade (CIMAS) em parceria com o Ministério do Meio Ambiente; os projetos de manejo da agrobiodiversidade com enfoque agroecológico. Além disso, vem colaborando na promoção de encontros regionais e nacionais de agroecologia e participa da Articulação Nacional de Agroecologia, uma rede que envolve diferentes organizações e movimentos na discussão da temática da agroecologia. O MST saiu de uma posição de defesa da democratização da modernização da agricultura e assumiu um papel de protagonista na mudança de modelo tecnológico, conjuntamente com outras organizações promotoras da agroecologia.

Contudo, embora as lideranças tenham incorporado em seus discursos a questão agroecológica e existam várias ações de promoção da agroecologia sendo realizadas, ainda existe um distanciamento entre as formulações do Movimento e a realidade concreta dos assentamentos. O MST reformulou suas concepções e assumiu a bandeira da agroecologia, contudo estas mudanças ainda não estão sendo incorporadas da mesma forma pelo conjunto dos assentados, cuja maioria continua trabalhando com o padrão tecnológico dominante. A incorporação da agroecologia pelas lideranças do Movimento ocorre de forma muito mais rápida do que acontece na realidade dos assentamentos, ainda que existam muitas experiências produtivas sendo colocadas em prática pelos assentados.

Para além dos movimentos sociais rurais, o enfoque agroecológico figura como eixo orientador das ações da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, implementada pela SAF/DATER, no Governo Lula, em parceria com um grande número de entidades: organizações públicas de ATER, organizações não governamentais e movimentos sociais rurais. A elaboração desta nova política representou a preocupação por parte de diferentes atores sociais que trabalham com ATER em rever o papel histórico que a extensão rural assumiu na modernização da agricultura e a oportunidade de discutir a função que uma instituição pública de ATER deveria ter.

Esta mudança na orientação da política de ATER – voltada às necessidades da agricultura familiar, com gestão descentralizada e participativa, tendo por base os princípios da agroecologia e o uso de metodologias participativas, com os extensionistas sendo educadores e mediadores do processo – é considerada um grande avanço e representa um ganho importante para as organizações promotoras da agroecologia. O DATER vem investindo fortemente na divulgação das diretrizes da nova política e na capacitação técnica e metodológica em agroecologia das equipes envolvidas com assistência técnica e extensão rural.

Contudo, apesar dos grandes esforços do DATER na reorientação da política nacional de ATER, as resistências às mudanças são grandes e as instituições têm bastante dificuldades em abandonar os velhos métodos e estratégias que vinham sendo implementadas durante décadas pela extensão rural e incorporar as novas orientações da política. Portanto, mudar a prática cotidiana dos extensionistas (e também dos pesquisadores), centrada na transferência de tecnologias e na superioridade do conhecimento científico convencional, para uma abordagem que valoriza o agroecossistema como um todo (seus aspectos técnicos, econômicos, ecológicos, sociais e culturais) e procura respeitar os conhecimentos e racionalidades dos agricultores representa uma mudança muito significativa. Não é uma coisa fácil se for considerada a formação dos técnicos, a cultura e a estrutura das instituições públicas de ATER.

As resistências em relação à temática agroecológica estão sendo quebradas também dentro da EMBRAPA. O Marco referencial em Agroecologia é uma conquista importante neste sentido. Ainda que iniciativas isoladas de tecnologias poupadoras de insumos e de recursos naturais já estivessem sendo desenvolvidas desde a década de 80, inclusive com uma tentativa de mudança no padrão tecnológico da instituição, a institucionalização da agroecologia na EMBRAPA ocorreu somente em 2006, no Governo Lula, com o Marco Referencial em Agroecologia.

Esta mudança consolida os esforços de vários pesquisadores e centros de pesquisa que vinham trabalhando de forma isolada e sem apoio da instituição durante todo este período. A agroecologia ganhou nova dimensão dentro da EMBRAPA ao fazer parte do conjunto das estratégias políticas de produção de conhecimento. Contudo, embora existam pesquisadores envolvidos com a agroecologia em praticamente todos os centros de pesquisa e o interesse pela temática venha crescendo continuamente dentro da instituição, continuam predominando as orientações de pesquisa voltadas ao paradigma dominante.

Em 2002 o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) marcou a rearticulação nacional da agroecologia. Este evento é considerado um grande marco no debate da agroecologia, pois conseguiu reunir diferentes movimentos sociais rurais e organizações de trabalhadores para discutir a temática da agroecologia e, principalmente, colocou no centro do debate os agricultores e suas experiências concretas de promoção da agroecologia. O ENA permitiu que estas experiências se tornassem conhecidas e ganhassem visibilidade, tanto junto ao grande público, como, principalmente, entre os próprios agricultores, que até então se encontravam praticamente isolados uns dos outros.

A criação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), considerada uma rede de redes, é uma grande conquista para o movimento agroecológico e encerra uma grande diversidade de organizações e movimentos sociais, que possuem características distintas e interesses diferenciados, mas que buscam construir convergências em torno da temática agroecológica e em defesa da categoria agricultura familiar. Seu objetivo é através do respeito às diversidades e diferenças existentes entre seus membros ir construindo as “convergências em torno de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país” (Carta Política do II ENA, 2006).

No entendimento de MELUCCI (2001), o que empiricamente se chama movimento social e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos sociais heterogêneos. “Os movimentos não são personagens que se movem com a unidade de fins que lhes é atribuída pelos ideólogos. São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores” (p.23).

Outro evento nacional importante que envolve a agroecologia é o Congresso Brasileiro de Agroecologia, que vem sendo realizado anualmente, desde 2003, por um conjunto de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural. Os CBAs são derivados dos Seminários Estaduais de Agroecologia realizados pela EMATER/RS (1999-2002) e constituem espaços preferenciais para apresentação e debate de trabalhos científicos sobre agroecologia.

Muitos pesquisadores trabalhavam a temática da agroecologia isoladamente, sem apoio das próprias instituições e sem conhecer os pesquisadores e os trabalhos realizados em outros locais do país. Através dos CBAs, estes pesquisadores tiveram um espaço para discutir e dar visibilidade a estes trabalhos, estimulando o intercâmbio e contribuindo também para a ampliação do debate dentro das suas instituições. Embora ainda predomine nas instituições de ensino e pesquisa o padrão tecnológico moderno, estes pesquisadores, que até então tinham pouca visibilidade, estão conseguindo promover algumas mudanças e influenciar na formulação de políticas de pesquisa dentro de suas instituições.

Em 2004, no II Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), foi criada a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), um espaço de discussão e articulação do conhecimento agroecológico no meio acadêmico-científico. A ABA-Agroecologia vem se tornando um espaço de articulação importante no meio acadêmico-científico e sua atuação é complementar àquela exercida pela ANA. A aproximação entre ambas, na medida em que muitos membros da ANA são filiados à ABA-Agroecologia e esta também faz parte da ANA, se constitui num fato inédito no país, que contribui sobremaneira para o fortalecimento do movimento agroecológico e para a mudança de paradigma na agricultura brasileira. A ABA-Agroecologia e a ANA constituem hoje dois espaços nacionais importantes de articulação política envolvendo a temática da agroecologia. A continuidade deste diálogo e o estreitamento das relações entre ambas constituem num importante desafio para o avanço da agroecologia, tanto no campo político quanto tecnológico.

As instituições de pesquisa e extensão vêm alterando continuamente suas estratégias e buscando se aproximar mais dos agricultores. Um exemplo ilustrativo desta nova tendência pode ser extraído do último CBA, realizado em Guarapari-ES, entre os dias 01 a 04 de outubro de 2007, em que as questões mais gerais das instituições (e também do movimento agroecológico como um todo) foram debatidas a partir das experiências práticas dos agricultores, estratégia que vinha sendo utilizada nos ENAs e nos espaços de articulação da ANA. Neste congresso foram apresentadas doze experiências, realizadas em diferentes partes do Brasil, que envolviam atores diferenciados (instituições de ensino e pesquisa, movimentos sociais e ONGs), e a partir destes ensinamentos práticos foi discutida a aproximação dos

conhecimentos teóricos da pesquisa com os conhecimentos práticos dos agricultores, buscando a construção de um maior diálogo entre ambos.

Contudo, as instituições públicas de pesquisa foram historicamente concebidas para gerar e difundir tecnologias e todo o sistema ainda está estruturado desta forma. Alterar esta lógica cartesiana de produção do conhecimento é um grande desafio para o avanço da agroecologia nestas instituições. Os pesquisadores mais respeitados e com maior disponibilidade de recursos (cota de bolsas, estagiários, etc.) continuam sendo aqueles que trabalham com o padrão tecnológico dominante. A necessidade de mudanças nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural – onde preponderam o conhecimento fragmentado, disciplinar, o excesso de cientificismo, formação de especialistas – já era uma questão debatida e reivindicada pelas ONGs e movimentos sociais desde a década de 80. Contudo, até hoje continua predominando estas mesmas orientações.

As entidades ainda têm muita dificuldade em trabalhar com o sistema como um todo e incorporar o agricultor como sujeito do processo produtivo. O enfoque continua sendo na tecnologia, mesmo entre os profissionais que trabalham com os referenciais da agroecologia. Mesmo entre as ONGs de desenvolvimento existem aquelas que continuam trabalhando de forma difusionista (substituição de insumos), enquanto outras conseguem fazer um trabalho mais integrado, envolvendo os agricultores e os demais agentes locais. O enfoque sistêmico continua sendo um desafio, inclusive para as ONGs que trabalham com a agroecologia.

Outra questão que persiste no debate agroecológico é a relativa falta de diálogo entre o conhecimento científico e o popular. Embora os defensores da agroecologia trabalhem para a promoção de um diálogo de saberes entre ambos, isso ainda é muito difícil de ser conseguido. O conhecimento científico e o popular se desenvolveram paralelamente, sem diálogo um com o outro, e sem a aceitação do conhecimento popular pela ciência oficial.

Segundo GOMES (2005), o método científico (racional, analítico e linear) se desenvolveu paralelamente ao método intuitivo dos agricultores (integrador e não-linear) desenvolvido por gerações. A rigidez do conhecimento científico e a falta de rigor do conhecimento popular (“vale tudo”) dificultavam o diálogo entre ambos e impediu que o conhecimento popular fosse aceito pela ciência oficial. “Um grupo de investigadores (mais cartesiano) não conheceu ou não estudou a Teoria da Trofobiose (CHABOUSSOU, 1987). O outro, mais generalista, quase tudo justifica em seu nome” (p.139). Se o diálogo tivesse ocorrido, talvez a “caixa-preta” da ciência clássica tivesse sido aberta, contribuindo para elucidar muitos problemas que ainda hoje continuam sem solução.

De acordo com GOMES (2005), aceitar que os conhecimentos produzidos em outros contextos também são válidos, além daqueles considerados científicos, significa colocar em discussão os referenciais mais caros à ciência clássica e aos próprios pesquisadores, especialmente: objetividade, neutralidade, busca da verdade e conhecimento desinteressado do mundo. O que, naturalmente, é muito complexo. Neste sentido, a agroecologia ao pretender incorporar questões não tratadas pela ciência clássica (relações sociais de produção, equidade, soberania e segurança alimentar, enfoque sistêmico, participação, qualidade de vida, sustentabilidade, entre outros), transcende os limites da própria ciência.

“Tratar uma disciplina científica que não se restringe ao campo específico da ciência exige uma primeira ruptura epistemológica, a do antigo conceito de demarcação entre ciência e não-ciência, e a conseqüente aceitação de que a ciência não tem o monopólio sobre o conhecimento válido. Essa é a primeira grande dificuldade para a pesquisa em agroecologia” (GOMES, 2005: 135).

Portanto, para ocorrer um diálogo de saberes tem que ocorrer necessariamente um diálogo entre os agentes de desenvolvimento. Contudo, não se trata de tentar construir um

diálogo entre pessoas que professam paradigmas diferentes, mas de articular grupos que têm semelhanças e objetivos em comum. Neste sentido, a ampliação do diálogo entre os diferentes agentes do campo agroecológico permite avançar na produção e circulação do conhecimento agroecológico, tanto teórico como prático.

Atualmente, porém, o maior desafio para o avanço da agroecologia está no campo político, ainda que existam diversos problemas tecnológicos que precisam ser solucionados. Embora o debate da agroecologia tenha avançado muito e o enfoque agroecológico esteja sendo incorporado por diferentes agentes sociais, inclusive em várias instâncias do Estado, o padrão tecnológico moderno – representado pelo agronegócio – continua predominando como política de desenvolvimento do Estado.

A existência no Brasil de duas agriculturas – a agricultura familiar, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e o agronegócio, vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) –, com interesses divergentes e, por vezes, contraditórios, reflete a complexa realidade existente hoje no meio rural. Apesar da insistência pelos setores do agronegócio da complementariedade das duas agriculturas, negando as diferenças e insistindo na existência de um único modelo possível de desenvolvimento, é inegável os conflitos de interesse e a existência de propostas antagônicas de desenvolvimento rural entre as mesmas (LUZZI, 2005).

Segundo DELGADO (2007), ao mesmo tempo em que houve, na década de 90, uma enorme expansão do agronegócio, estimulada pela intensa complementariedade entre agronegócio e as políticas neoliberais implantadas pelo Estado, o que lhe aumentou a presença política e a exposição favorável na mídia; houve, por outro lado, um progressivo reconhecimento social e político das organizações da agricultura familiar, que foram construindo uma identidade própria e distinta do agronegócio, pressionando o Estado, em seus diferentes níveis administrativos, pela formulação e implantação de políticas públicas diferenciadas e por acesso a direitos fundamentais de cidadania.

A visibilidade política dos movimentos sociais rurais ampliou-se, alcançando um maior reconhecimento pelo Estado, expresso em pelo menos três conquistas marcantes: (i) a demanda por reforma agrária voltou à agenda política e econômica nacional, forçando o governo federal a iniciar uma política de assentamentos rurais já na década de 1990; (ii) a criação do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em 1996 representou um passo importante para o reconhecimento da importância nacional dos agricultores familiares no meio rural; e (iii) a implementação no país, a partir de 1992, do sistema de Previdência Social Rural, universalizando direitos sociais previstos na Constituição de 1988, com grande impacto social e econômico entre os agricultores familiares (DELGADO, 2007: 34).

A despeito do fortalecimento da agricultura familiar o agronegócio continua vigendo como modelo dominante. A força do agronegócio na política econômica e na agricultura brasileira – por sua contribuição para a produção de *commodities* para exportação, associado à eficiência técnica e econômica da agricultura – constitui um grande entrave para o avanço na formulação de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país, ancorado na agricultura familiar e na agroecologia. Segundo DELGADO (2007), na medida em que a abertura comercial e o “ajustamento constrangido à globalização” reforçam a manutenção do modelo dominante, dificultam enormemente as possibilidades de fortalecimento da agricultura familiar no país.

“Mantido um modelo voltado para a exportação de commodities, no qual soja e milho representam cerca de 80% da produção de grãos do país, as pressões sobre a agricultura familiar tornam-se muito grandes, do ponto de vista da tendência à monoculturação, à adoção de insumos industriais, à introdução de transgênicos, à destruição ambiental, e ao endividamento permanente dos agricultores familiares modernizados” (DELGADO, 2007: 36).

O agronegócio representa um padrão tecnológico oposto ao que é defendido pelas organizações da agricultura familiar, ou seja, monoculturas (grãos, eucalipto e cana-de-açúcar), grandes propriedades mecanizadas e dependentes de insumos industriais (adubos químicos, agrotóxicos, sementes híbridas e transgênicas), irrigação intensiva, sistemas de integração agroindustrial (fumo, suínos e aves), produção intensiva de gado, entre outros. Seu avanço ameaça a própria existência dos diferentes segmentos da agricultura familiar, sua cultura, modo de vida e direito ao acesso aos recursos naturais básicos (terra, água, sementes).

O Governo Lula ao mesmo tempo em que reforçou a agricultura familiar, criando instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural mais adequados às necessidades da categoria e com enfoque agroecológico (assistência técnica e extensão rural, desenvolvimento territorial, pesquisa agrícola, crédito rural, ensino rural, aquisição de alimentos), reforçou também o modelo do agronegócio. A liberalização dos transgênicos (soja, algodão e milho), a reedição de grandes projetos hidrelétricos na Amazônia, a transposição do rio São Francisco e os biocombustíveis para exportação parecem sinalizar para que lado do pêndulo balança o “coração” do governo em relação às opções quanto ao modelo de desenvolvimento a ser apoiado prioritariamente.

Esta dicotomia em relação ao modelo de desenvolvimento está presente inclusive dentro do próprio campo da agricultura familiar. A grande diversidade de identidades e de interesses que a categoria encerra, com a existência de várias organizações representativas, dificulta a construção de um posicionamento comum em relação ao modelo de desenvolvimento. Em vários lugares do país a agricultura familiar está associada ao sistema produtivo utilizado pelo agronegócio, reforçando o modelo dominante. Estas divergências no campo da agricultura familiar também dificultam o avanço da formulação de um projeto alternativo de desenvolvimento com base na agroecologia.

De acordo com WEID (2006), embora o movimento agroecológico brasileiro tenha amadurecido e se capilarizado bastante na última década, a generalização desse conceito em meio ao universo da agricultura familiar exige um nível de compreensão e adesão das organizações dos produtores ainda não alcançado. Não obstante o posicionamento favorável à agroecologia por parte das organizações e movimentos sociais de abrangência nacional, essa questão ainda não mereceu um lugar de especial destaque na pauta de suas negociações com o governo.

A agroecologia está sendo incorporada e interpretada pelas organizações do campo agroecológico de forma bastante desigual. Embora venha sendo incorporada de forma crescente pelos movimentos sociais rurais (CONTAG, FETRAF e MST), alguns de uma forma mais intensiva que outros, a exemplo do MST, a questão agroecológica ainda não é considerada prioritária e suas interpretações em relação à temática ainda são incipientes, trabalhando mais as questões tecnológicas e não explorando devidamente o seu potencial de transformação social. O que demonstra que o conhecimento agroecológico está em permanente construção.

O mesmo vem acontecendo nas instituições de pesquisa e extensão rural. Na EMBRAPA a agroecologia vem sendo incorporada como uma linha específica de pesquisa e atualmente existem profissionais trabalhando na promoção da agroecologia em praticamente

todos os centros de pesquisa. Na extensão rural a agroecologia foi incorporada efetivamente na reorientação da nova política nacional de ATER e várias ações estão sendo realizadas para que as instituições executoras assumam efetivamente as novas orientações. Porém, as dificuldades em abandonar as velhas práticas de difusão tecnológica e trabalhar com o agroecossistema como um todo ainda persistem.

Mesmo dentro das próprias ONGs existem diferenças de atuação e incorporação da agroecologia: algumas ainda têm dificuldades em romper com a lógica difusionista e trabalhar com uma visão mais integrada, incorporando as racionalidades ecológicas, econômicas e culturais dos agricultores. Transformar o agricultor em sujeito do processo produtivo, com o técnico sendo um mediador entre o conhecimento popular e o científico, é muito mais complexo do que aparenta à primeira vista. Exige que o técnico abdique do poder que o saber científico lhe propicia e requer um repensar das formas e dos métodos utilizados durante décadas pelos profissionais de assistência técnica e extensão rural, inclusive das ONGs.

A criação da ANA (articulando ONGs e os movimentos sociais rurais) e da ABA-Agroecologia (articulando profissionais do meio científico e acadêmico) fortaleceram o debate agroecológico, aumentando a legitimidade política da agroecologia. A construção destas instâncias nacionais de articulação representa um grande avanço para o movimento agroecológico. Elas conseguiram reunir uma ampla diversidade de atores sociais e de interesses em torno das questões da agroecologia, que passam a se articular em redes regionais e nacionais para a promoção de experiências de inovação agroecológica e, ao mesmo tempo, para tentar construir as convergências em torno de um novo projeto de desenvolvimento rural para o campo brasileiro.

Contudo, para que a agroecologia seja efetivamente incorporada pelo conjunto dos movimentos sociais e instituições de pesquisa e extensão rural é preciso, principalmente, a construção e ampliação de políticas públicas mais incisivas nesta direção, que reforcem as experiências de promoção da agroecologia e, ao mesmo tempo, fortaleçam a categoria agricultura familiar, seu público prioritário. Atualmente o principal desafio para a incorporação mais efetiva e a maior generalização destas experiências é político. Embora a preocupação com a questão agroecológica tenha se tornando um elemento importante na formulação de políticas públicas para a agricultura familiar, a força do agronegócio na política econômica e na agricultura brasileira constitui um grande entrave para o avanço na formulação de um projeto democrático e sustentável de desenvolvimento rural para o país, ancorado na agricultura familiar e na agroecologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. A rede, os nós, as teias. In: **Avaliação da Rede PTA**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. p.48-62. (Documento 2).
- AEAPF. Associação dos Engenheiros Agrônomos de Passo Fundo. I Encontro Sul-Brasileiro de Controle Biológico de Pragas, 28 a 31 julho de 1986, Passo Fundo. **Anais**. Passo Fundo: AEAPF, 1986. 262p.
- AEASP. Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo. I Simpósio Internacional de Manejo Integrado de Pragas, Doenças e Plantas Daninhas, 8 a 10 julho de 1987, Campinas. **Anais**. Campinas: AEASP/CATI, 1988. 315p.
- AGUIAR, Vilênia V. P. **Ação e organização sindical da CUT para o setor rural e a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento rural** (Relatório de pesquisa CUT/Contag), 1997. 135p.
- ALEMANY, Carlos E. **Do extensionismo rural à transferência de tecnologia: análise dos projetos de assistência técnica à agricultura brasileira**. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1988.
- ALEXANDER, Jeffrey. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.37, p.05-32, jun. 1998.
- ALMEIDA, Jalcione. Propostas tecnológicas “alternativas” na agricultura. **Caderno de Difusão Tecnológica**, Brasília, n.6 (2/3), p.183-216, maio/dez, 1989.
- ALMEIDA, Jalcione. Significados sociais, desafios e potencialidades da agroecologia. In: FERREIRA, Angela & BRANDENBURG, Alfio. **Para pensar outra agricultura**. Editora da UFPR, Curitiba, 1998. p.239-247.
- ALMEIDA, Jalcione. **A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado**. Porto Alegre: UFRGS, 2002. 21p. Disponível em: <www.ufrgs.br/pgdr/textosabertos/texto_fin_rev_ensaios_fee.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2004.
- ALMEIDA, Jalcione & NAVARRO, Zander (orgs). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGR, 1997. 323p.
- ALMEIDA, Luiz R. **Bionatur leva sementes agroecológicas para todo o país**. MST, 2006. 2p. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=727>>. Acesso em: 02 jun. 2007.
- ALMEIDA, Paula. Sementes da biodiversidade. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.4-5, out. 2007.
- ALMEIDA, Paula & CORDEIRO, Ângela. **Sementes da paixão: estratégia comunitária de conservação de variedades locais no semi-árido**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 72p.
- ALMEIDA, Sílvia G. Experiências de T.A. na organização dos pequenos produtores: comentários. **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n.27, p.15-19, nov., 1985.
- ALMEIDA, Sílvia G. Transição para a agroecologia: a experimentação social faz o caminho. **ANAIS do Encontro Nacional de Agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2003. p 65-69.
- ALMEIDA, Sílvia G.; PETERSEN, P. & CORDEIRO, A. **Crise Socioambiental e Conversão Ecológica da Agricultura Brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 121p.
- ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Tradução: Patrícia Vaz. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 240p.

- ANA. Articulação Nacional de Agroecologia. **Uso e Conservação da Biodiversidade:** caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2007. 69p.
- ARAÚJO, Inesita & JORDÃO, Eduardo. PATAAC – À procura de caminhos alternativos para o Nordeste. **Proposta:** experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n. 27, p.30-31, nov., 1985.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Estratégia e natureza da AS-PTA.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991. 12p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal 1993-1995.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1992. 46p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995. 11p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal 1999-2001.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. 49p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal 2002-2004.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 65p.
- AS-PTA. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. **Plano trienal 2005-2007.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2004. 72p.
- BITTENCOURT, Gerson L. **Metamorfoses no sindicalismo rural:** atuação do STR/CUT de Chapecó e região na democratização do poder local. 2000. Dissertação de Mestrado – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 2000.
- BONATO, Amadeu A. O Deser na história das organizações da agricultura familiar da região Sul. **Revista DESER 15 anos,** p. 5-21, ago., 2003. Disponível em: www.deser.org.br Acesso em: 3 mar. 2005.
- BONILLA, José A. **Fundamentos da agricultura ecológica:** sobrevivência e qualidade de vida. São Paulo: Nobel, 1992. 269p.
- BRANCHER, Paulo C. Sindicalismo rural: organização, estrutura sindical e perspectivas. Goiânia: IFAS, 2001. 09p. Disponível em: www.ifas.org.br Acesso em: 30 mar. 2004.
- BRASIL. **Uma nova Assistência Técnica e Extensão Rural centrada na agricultura familiar:** proposta. Brasília: PNUD, 1997. 47p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Agricultura Familiar. **Política Nacional de ATER:** assistência técnica e extensão rural. Brasília; MDA/SAF/DATER, 2004. 26p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Desenvolvimento agrário como estratégia:** balanço MDA, 2003-2006. Poro Alegre: NEAD, 2006. 192p.
- CAPORAL, Francisco R. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.
- CAPORAL, Francisco R. **La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible:** el caso de Rio Grande do Sul, Brasil. Tesis Doctoral – Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.
- CAPORAL, Francisco R. Recolocando as coisas nos seus devidos lugares: um manifesto em defesa da extensão rural pública e gratuita para a agricultura familiar. In: Seminário Nacional: decidindo políticas de extensão rural para o Brasil, Brasília, 12 a 14 de março de 2002. 40p. Disponível em: www.agroecologia.uema.br/publicacoes/Recolocando.pdf. Acesso: 10 ago. 2007.
- CAPORAL, Francisco R. **Superando a revolução verde:** a transição agroecológica. Brasília: NEAD, 2003. 26p. Disponível em: www.nead.org.br/artigodomes>. Acesso em: 21 mai. 2003.
- CAPORAL, Francisco R. As bases para a extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: CAPORAL, Francisco R. & Costabeber, José A. **Agroecologia e**

- extensão rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. p.49-77.
- CAPORAL, Francisco R. Política nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, Jorge & RAMOS, Ladjane (orgs). **Assistência Técnica e Extensão Rural:** construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: Bagaço, 2006. p.09-34.
- CAPORAL, Francisco R. & COSTABEBER, José A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v.1, n.1, jan/mar 2000, p.16-37.
- CAPORAL, Francisco R. & COSTABEBER, José A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.2, abr/jun 2002, p.13-16.
- CAPORAL, Francisco R. & COSTABEBER, José A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. In: CAPORAL, Francisco R. & Costabeber, José A. **Agroecologia e extensão rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004a. p.05-15.
- CAPORAL, Francisco R. & COSTABEBER, José A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004b. 24p.
- CAPORAL, Francisco R. & COSTABEBER, José A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia e extensão rural:** contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004c. p.95-120.
- CAPORAL, Francisco R. & RAMOS, Ladjane F. **Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável:** enfrentando desafios para romper a inércia. Brasília, 2006. 23p. Disponível em: <www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2007.
- CARVALHO, Horácio M. Tecnologias socialmente apropriadas: muito além da semântica. **Revista Brasileira de Tecnologia**, Brasília, v. 16 n. 3, p. 32-42, maio/jun., 1985.
- CAVALLET, Valdo J. **A formação do engenheiro agrônomo em questão:** a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI. Tese de Doutorado – FEUSP, São Paulo, 1999.
- CAZELLA, Ademir A. **Assentamentos rurais e cooperação agrícola:** políticas conflitantes. O caso do assentamento 30 de Outubro – SC. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- CHAMBERS, Robert, RICHARDS, Paul & BOX, Louk. **Agricultores Experimentadores e Pesquisa.** Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. 45p. (Agricultores na pesquisa 1).
- CINTRÃO, Rosângela P. **Ongs, tecnologias alternativas e representação política do campesinato:** uma análise da relação entre o Centro de Tecnologias Alternativas e os Sindicatos de trabalhadores Rurais na zona da mata mineira. Dissertação de Mestrado – UFRRJ/CPDA, Rio de Janeiro, 1996.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Congresso Nacional da CUT, 1984, São Bernardo do Campo. **Resoluções.** São Paulo: CUT, 1984. 106p.
- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Congresso Nacional da CUT, 2., 1986, Rio de Janeiro. **Resoluções.** São Paulo: CUT, 1986. 128p.
- CONCRAB. **Sistema cooperativista dos assentados.** (Caderno de Cooperação Agrícola n. 5). São Paulo: CONCRAB, 1997. 76p.
- CONTAG. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 3., 1979, Brasília. **Anais.** Brasília: CONTAG, 1979.
- CONTAG. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 4., 1985, Brasília. **Anais.** Brasília: CONTAG, 1985

- CONTAG. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 5., 1991, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1991.
- CONTAG. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 6., 1995, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1995.
- CONTAG. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 7., 1998, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 1998.
- CONTAG. Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, 8., 2001, Brasília. **Anais**. Brasília: CONTAG, 2001.
- COSTA, Manoel B. Agroecologia: uma alternativa viável às áreas reformadas e à produção familiar. **Reforma Agrária**, v.23, n. 1, p. 53-69, jan./abr., 1993.
- DELGADO, Guilherme C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: Ícone Editora, 1985.
- DELGADO, Guilherme C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p51-90.
- DELGADO, Nelson G. Liberalização comercial e agricultura familiar no Brasil: a experiência das décadas de 1980 e 1990. Rio de Janeiro, julho de 2007. 39p (mimeo).
- DIAS, Marcelo M. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: um estudo a partir da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Tese de Doutorado – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2004a.
- DIAS, Marcelo M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de ATEs”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.21, n.3, p.499-543, set/dez. 2004b.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS/CUT. Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, 1990, São Paulo. **Resoluções**. São Paulo, DNTR/CUT, 1990.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS/CUT. Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, (versão preliminar), 2., 1993, Goiânia. **Resoluções**. São Paulo, DNTR/CUT, 1993a.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS/CUT. Plenária Nacional do DNTR/CUT, 1993, Praia Grande. **Resoluções**. São Paulo, DNTR/CUT, 1993b.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS/CUT. Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais, 3., 1995, Brasília. **Resoluções**. São Paulo, DNTR/CUT, 1995.
- EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. São Paulo: Livros da Terra, 1996. 178p.
- EMBRAPA. Empresa brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Marco Referencial em Agroecologia**. Brasília: Embrapa, 2006. 70p.
- FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1981, Curitiba. **Anais**. Curitiba: FAEAB/AEAPR, 1981. 2v.
- FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 2., 1984, Rio de Janeiro. **Agricultura alternativa** – homem natureza namorando a terra: anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Rio de Janeiro: FAEAB/AEARJ, 1985. 314p.
- FAEAB. Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 3., 1987, Cuiabá. **Agricultura alternativa**: anais do III Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa. Cuiabá: FAEAB/FEAB, 1987. 284p.
- FAVARETO, Arilson S. **Agricultores, trabalhadores**: estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. Dissertação de Mestrado – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2001.

- FERNANDES, Bernardo M. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 – 1999)**. Tese de Doutorado, USP/Departamento de Geografia, São Paulo, 1999.
- FERNANDES, Rubem. C. **Privado porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. 156p.
- FERRARI, Eugênio A. Aplicação do DRPA na Zona da Mata. **Alternativas – Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, p. 32-35, jun., 1991.
- FETRAF-SUL/CUT. **Agricultura familiar em mutirão: manual de orientação aos monitores**. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2003. 64p.
- FONSECA, Maria T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.
- GARCIA, Afrânio & PALMEIRA, MOACIR. Transformação Agrária. In: SACHS, IGNACY; WILHEIN, Jorge & PINHEIRO, Paulo S. (orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001. p. 38-77.
- GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. Trad. Maria José Guazzelli.
- GOMES, João C. C. Pesquisa em agroecologia: problemas e desafios. In: AQUINO, Adriana M & ASSIS, Renato L. (editores técnicos). **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação tecnológica, 2005. p.133-146.
- GOMES, João C. C. & ROSENSTEIN, Susana. A geração de conhecimento na transição agroambiental: em defesa da pluralidade epistemológica e metodológica na prática científica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 3, p.29-57, set./dez., 2000.
- GOODMAN, D.E., SORJ, B & WILKINSON, J. Agroindústria, políticas públicas e estruturas sociais rurais: análises recentes sobre a agricultura brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 5, n. 4, p.31-55, out.-dez., 1985.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Perspectivas da agricultura alternativa. **Caderno de Difusão Tecnológica**, Brasília, vol. 4, n. 2, p.117-128, maio/ago., 1987.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo modelo social? In: ALMEIDA, J., NAVARRO, Z. (orgs) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 106-127.
- GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GREGOLIN. Altemir. **Municipalização da agricultura: o caso da assistência técnica e extensão rural de Santa Catarina**. Chapecó, Grifos, 1999. 243p.
- GUIVANT, Julia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 14, n.3, p 411–447, 1997.
- HECHT, Susanna B. A evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989. p. 25-41.
- HOBBELINK, Henk. **Biotecnologia: muito além da revolução verde. As novas tecnologias genéticas para a agricultura: desafio ou desastre?** Trad. Sebastião Pinheiro, Gert Roland Fischer & Jacques Saldanha. Porto Alegre: Riocell, 1990. 196p.
- IAPAR. Fundação Instituto Agrônômico do Paraná. Agricultura Alternativa: seminário de pesquisa, Londrina, 10 a 12 de dezembro, 1984. **Anais**. Londrina: IAPAR, 1987. 416p.

- JESUS, Eli L. Histórico e filosofia da agricultura alternativa. **Proposta**, experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n. 27, p. 34-40, nov., 1985.
- JESUS, Eli L. Da Agricultura Alternativa à Agroecologia: para além das disputas conceituais. **Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v.3, n. 1/2, jan./dez., 1996.
- KISS, Janice. Filha da Terra: perfil Ana Primáveis. Revista Globo Rural. n. 209, mar. 2003. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC500416-1641-1,00.html>. Acesso em 15 set 2007.
- LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão sem nome**. Tese de Doutorado, Museu Nacional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- LEFF, Enrique. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.1, jan/mar 2002, p.36-50.
- LEIS, Héctor R. **A-ventura-mor da política: uma análise das teorias e práticas do ambientalismo**. Rio de Janeiro: PUC, 1996, tese de doutorado (Departamento de Filosofia da PUC). 306p.
- LEROY, Jean P. Longa história, demasiadamente curta: riqueza e desafio. In: **Avaliação da Rede PTA**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1998. p.03-47. (Documento 1).
- LIMA, Pedro J.B.F. O Centro de Tecnologia Alternativa de Quixeramobim. **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n. 36, p. 35-38, jan., 1988.
- LUZZI, Nilsa. Disputas entre MDA e MAPA. In: MAPAS – Monitoramento Ativo de Participação da Sociedade: relatório do Projeto (CD-Room). Rio de Janeiro: IBASE, 2005. 46p. Disponível em: <http://www.ibase.br/mapas>.
- MAFRA, Flávia L. N. **Os caminhos da agroecologia na construção de relações emancipatórias**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ, 2004 [Exame de qualificação].
- MARCATTO, Celso & GADELHA, Edmar G. A Rede de Minas Gerais e o trabalho de articulação e sensibilização. **Proposta: experiências em educação popular** n.36, p. 22-27, jan., 1988.
- MARTINE, George. (1987). Efeitos esperados e imprevistos da modernização agrícola no Brasil. In: Martine, George & Garcia, Ronaldo C. (Orgs). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés. p. 9-15.
- MARTINE, George & BESKOW, Paulo R. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, George & GARCIA, Ronaldo C. (Orgs). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987. p. 19-39.
- MEDEIROS Leonilde S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Fase, 1989.
- MEDEIROS Leonilde S. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo**. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, Campinas, 1995.
- MEDEIROS Leonilde S. “Sem Terra”, “assentados”, “agricultores familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRACA, Norma (org). **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires, Clacso, 2001. p. 103-128.
- MEDEIROS Leonilde S. Luta pela terra e política fundiária: caminhos das últimas décadas. **Projeto olhar crítico**, Action Aid, 2005. 20p.
- MEIRELLES, Laércio. Soberania alimentar, agroecologia e mercados locais. **Agriculturas: experiências em agroecologia**, Rio de Janeiro, v.1, n.0, p.11-14, set 2004.
- MELO, Maria Emília A. **Ações governamentais e não governamentais no desenvolvimento rural brasileiro: autonomia, conflito ou complementaridade?** Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.

- MELO SOBRINHO, Noéli C. **A igreja, a política e a questão agrária do Brasil.** Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1986.
- MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento: entrevista de Alberto Melucci a L. Auritzer e T. Lyyra. **Novos Estudos**, São Paulo, n.40, p.152-166, nov. 1994.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente:** movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- MONTECINOS, Camila & ROMANO, Jorge O. **Avaliação da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – AS-PTA.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 60p.
- MONTEIRO, Hermes G. Viver e aprender uma proposta para muitos: o Centro de Tecnologia Alternativa de Ouricuri/PE. **Proposta:** experiências em educação popular n.36, p.14-21, jan., 1988.
- MORAIS, Clodomir S. **Elementos sobre a teoria da organização no campo.** São Paulo: MST, 1986. 58p. (Caderno de Formação n. 11).
- MST. **Encontro Nacional dos Sem Terra.** Cascavel, Paraná, janeiro de 1984. Porto Alegre: MST, 1984.
- MST. **A luta continua:** como se organizam os assentados. São Paulo: MST, 1986. 35p. (Caderno de Formação n. 10).
- MST. **3º Encontro Nacional.** São Paulo: MST, 1987. 23p. (Caderno de Formação n. 12).
- MST. **Plano Nacional do MST 1989 a 1993.** São Paulo: MST, 1989. 22p. (Caderno de Formação n.17).
- MST. **A cooperação agrícola nos assentamentos.** São Paulo: MST, 1993. 56p. (Caderno de Formação n. 20).
- MST. **Programa de reforma agrária.** São Paulo: 1995. 29p. (Caderno de Formação n. 23).
- MST. **Preparação dos encontros estaduais e 9º Encontro Nacional MST:** textos de estudos (Caderno de Formação n.25). São Paulo: MST, 1997. 46p.
- MST. **Reforma agrária:** por um Brasil sem latifúndio! Textos para debate do 4º Congresso Nacional do MST. São Paulo: MST, 2000. 53p.
- MST. **Construindo o programa ambiental do MST para reforma agrária.** MST, 2004. 15p (mimeo).
- MST. **A reforma agrária necessária:** por um projeto popular para a agricultura brasileira. São Paulo: MST, 2006. 47p.
- MULLER, Geraldo. **Complexos agroindustriais e modernização agrária.** São Paulo: Hucitec, 1989.
- MUNARIM, Antonio. **A práxis dos movimentos sociais na região de Lages.** Dissertação de mestrado, UFSC/PPGE, Florianópolis, 1990.
- NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir pra viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.191-232.
- NEVES, Maria C. P et al. **Agricultura Orgânica:** instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valoração de produtos agropecuários. Rio de Janeiro: Embrapa Agrobiologia, 2000. 22p. (Documentos n.122).
- NORGAARD, Richard B. A base epistemológica da agroecologia. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1989. p. 42-48.
- OLINGER, Glauco. (1996). **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil.** Florianópolis: Epagri.
- OLIVEIRA, Ariovaldo U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados.** 15 (43), 2001.

- OLIVEIRA, Paulo H. B. 1985. Organização da comunidade e tecnologias: a experiência de Quilombo – SC. **Proposta: experiências em educação popular**, Rio de Janeiro, n. 27, p.20-22, nov., 1985.
- PAULILO, Maria I. Os assentados de reforma agrária como objeto de estudo. In: ROMEIRO, Adhemar et al (orgs). **Reforma agrária: produção, emprego e renda o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes/Ibase/FAO, 1994. p.192-201.
- PALMEIRA, Moacir. A diversidade da luta no campo: luta camponesa e diferenciação do campesinato. In: Paiva, Vanilda (org). **Igreja e questão agrária**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 43-51.
- PASCHOAL, Adilson D. Modelos sustentáveis de agricultura. **Agricultura Sustentável**, v. 2, n. 2, p. 11-16, jan./jun., 1995.
- PAULUS Gervásio. **Do Padrão Moderno à Agricultura Alternativa: possibilidades de transição**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1999.
- PIANA, Airton. **Agricultura Orgânica: a subjacente construção de relações sociais e saberes**. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- PETERSEN, Paulo. Introdução. In: PETERSEN, Paulo & DIAS, Ailton (orgs). **Construção do conhecimento agroecológico: novos papéis, novas identidades**. Caderno do II Encontro nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro: ANA, 2007. p.05-16.
- PETERSEN, Paulo & ALMEIDA, Silvio G. **Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro: uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)**. Rio de Janeiro, 2004, 53p.
- PETERSEN, P., TARDIN, J. M., MAROCHI, F. M. **Tradição (agri)cultural e inovação tecnológica: facetas complementares do desenvolvimento agrícola socialmente sustentado na região centro-sul do Paraná**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2002. 32p.
- PETERSEN, Paulo & WEID, Jean M. **Encontro Nacional sobre Pesquisa em Agroecologia**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1999. 35p. (Relatório AS-PTA).
- PRIMAVESI, Ana. **O manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 1980.
- PROJETO CUT/Contag. **Desenvolvimento e sindicalismo rural no Brasil**. São Paulo: CUT/Contag, 1998. 193p.
- PTA/FASE. **Memória do projeto tecnologias alternativas 1983/1987**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1988a. 493p.
- PTA/FASE. **Encontro entre coordenação nacional e regionais Nordeste e Sul entre 16 e 18 de março de 1988 no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1988b. 22p.
- PTA/FASE. **Resoluções do Encontro sobre a organização do Encontro Nacional**, em 17 a 19 de outubro de 1988 no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1988c. 06p.
- PTA/FASE. **Documento Base: preparando o Encontro**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1988d. 22p.
- PTA/FASE. **Encontro Regional Sul (Passo Fundo, 12-14/10/88) e Encontro de Coordenadores (RJ, 17-19/10/88)**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1988e. 12p.
- PTA/FASE. **Carta às entidades conveniadas e equipes técnicas do PTA (abril/1989)**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989a. 13p.
- PTA/FASE. **Encontro Nacional do PTA (Encontro): Resoluções (relatório preliminar jul/1989)**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989b. 22p.
- PTA/FASE. **Jornalzinho do Encontro**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989c. 22p.
- QUEDA, Oriowaldo. **A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Tese de Livre Docência, Esalq, Piracicaba, 1987.
- REZENDE, G. C. Do Cruzado ao Collor: os planos de estabilização e a agricultura. **Revista de Economia Política**. v.12, n.2, p.106-125, São Paulo, 1992.

- RICCI, Rudá. **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas, SP: Unicamp, 1999.
- RIBEIRO, Silvia. Producción agroecológica de los “Sem Terra” en Brasil: semillas de esperanza. **Biodiversidad, Sustento y Culturas**. Montevideo: REDES-AT, n.18, p.45-47, 1998. Disponível em: <http://www.grain.org/biodiversidad_files/comp2p45.pdf> Acesso em: 10 mai. 2007.
- RODRIGUES, Almir S (org). **Movimentos sociais no campo**. Florianópolis: Escola Sindical Sul, 2000. 88p. (Caderno 7).
- RODRIGUES, Almir S. e REICH, Leonilda (orgs). **Sistematização e avaliação do projeto Terra Solidária**. Chapecó: Fetraf-SUL/CUT, 2002. 156p.
- RODRIGUES, Cyro M. **Estado e seletividade de políticas públicas**: uma abordagem teórica e evidências empíricas ao nível da política de extensão rural no Brasil. Tese de Doutorado, Brasília, UnB, 1994.
- ROMEIRO, Ademar R. Ciência e tecnologia na agricultura: algumas lições da história. **Caderno de Difusão Tecnológica**. Brasília, v.4, n.1, p.59-95, jan./abr., 1987.
- SABOURIN, Eric. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 16, p. 37-61, 2001.
- SANTOS, Luiz C. R. **Certificação participativa em rede**: um processo de certificação adequado à agricultura familiar agroecológica no sul do Brasil (Relatório técnico final). Brasília: CNPq, 2005. 73p.
- SANTOS, Luiz C. R. & MAYER, Paulo H. A experiência da Rede Ecovida de agroecologia no sul do Brasil. **Revista Brasileira de Agroecologia**. V.2, n.2, p.1800-1804, out. 2007.
- SARGS. Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul. 1º Curso de Agricultura Biológica. **Anais**. Porto Alegre, 1981. (27 a 30 de abril).
- SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: VIOLA, E., LEIS, H., VIEIRA, P. F. **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. São Paulo: Cortez/ Florianópolis: UFSC, 1995.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais rurais no mundo globalizado: o caso do MST. PPGSP/UFSC, **Cadernos de Pesquisa**, n.24, Novembro de 2000.
- SCHMITT, Claudia J. A CUT dos colonos: histórias da construção de um novo sindicalismo no campo no Rio Grande do Sul. In: NAVARRO, Zander (Org). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996. p. 189-226.
- SIDERSKY, Pablo & FIGUEIREDO, Marcos. Intercâmbio e circulação de informações – o caso PE/PB. **Proposta**: experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n.36, p.14-21, jan., 1988.
- SILVA, Claudinei C. **O movimento e a trajetória estudantil da agronomia**. Florianópolis: FEAB, 1996. 51p.
- SILVA, Emanuel D. & ALMEIDA, Paulo. Um passeio pela Festa da Semente da Paixão. **Agriculturas**: experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.13-17, out. 2007.
- SILVA, José G. Agricultura sustentável: um novo paradigma ou um novo movimento social? In: ALMEIDA, J. & NAVARRO, Z. (orgs). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 1997. p. 106-127.
- SILVA, Marina. Os novos desafios do MST. **Brasil de Fato**. Entrevista em 11 jul. 2007. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/especiais/5-congresso-mst/os-novos-desafios-do-mst>>. Acesso em: 18 jul. 2007.
- SIMON, Álvaro A. **Extensão rural em microbacias hidrográficas como estratégia de gestão ambiental no meio rural catarinense**: a qualidade dos sistemas sociais e

- ecológicos como um patrimônio comum. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/UFSC, Florianópolis, 2003.
- SOARES, Eduardo & VIVAN, Jorge. Rede de intercâmbio: a experiência do Espírito Santo. **Proposta:** experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n.36, p.28-34, jan., 1988.
- SOARES, Eduardo. Compra antecipada especial: uma política pública fortalecendo a agricultura familiar e promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento local. **Agriculturas:** experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.10-13, jun., 2005.
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro: Zahar, 1980. Coleção Agricultura e Sociedade. 152p.
- SOTO, Gustavo S. **El Proyecto de Tecnologías Alternativas:** organizaciones no gubernamentales y campesinado. Dissertação de Mestrado, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1992.
- SOUZA, Maria A. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.** Tese de Doutorado. Faculdade de Educação /Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.
- STÉDILE, João P. & SÉRGIO, Frei. La lucha por la tierra en el Brasil. Barcelona: Fundación Pau i Solidaritat, 1995. 64p.
- STÉDILE, João P. O modelo de desenvolvimento das elites, as conseqüências para a agricultura. In: **Preparação dos encontros estaduais e 9º Encontro Nacional MST:** textos de estudos. São Paulo: MST, 1997. 46p. (Caderno de Formação n.25). p. 07-16.
- STÉDILE, João P. A reforma agrária já está esgotada. **Revista Época.** ed. 476, 02 jun. 2007. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR77854-6009,00.html>>. Acesso em: 01 jul. 2007.
- STRAPAZZON, João P. **E o verbo se fez terra:** movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980 – 1990. Chapecó: Grifos, 1997.
- TAGLIARI, Paulo S. Cem anos de pesquisa agropecuária em Santa Catarina. In: **Agropecuária Catarinense,** v.8, n.3, p.32-35, Florianópolis, set. 1995.
- VIA CAMPESINA. **Subsídios para implementar a campanha das sementes.** São Paulo: Via Campesina – Brasil, 2003. 65p.
- VIA CAMPESINA. **Que es la Vía Campesina?** Via Campesina, 2006. 2p. In: <www.viacampesina.org/main_sp>. Acesso: 09 jul. 2007.
- VILELA, Moacir U. & WILKINSON, John. Confederação das cooperativas de reforma agrária e a inovação agroindustrial. In: LIMA, Dalmo M. A. & WILKINSON, John (orgs) **Inovação nas tradições da agricultura familiar.** Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002. p.215-225.
- VOGT, Gilcimar A., CANCI, Ivan J. & CANCI, Adriano. Uso e manejo de variedades locais de milho em Anchieta, SC. **Agriculturas:** experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.4, n.3, p.36-39, out. 2007.
- WEID, Jean. M. Alguns comentários sobre a problemática da pequena produção agrícola do Brasil. **Proposta:** experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n. 27, p.03-08, nov., 1985a.
- WEID, Jean. M. Projeto Tecnologias Alternativas/FASE. **Proposta:** experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n. 27, p.09-13, nov., 1985b.
- WEID, Jean. M. **O que é agricultura alternativa?** Documento Interno. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1985c. 13p.
- WEID, J. M. A trajetória do Projeto Tecnologias Alternativas. **Proposta:** experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n.36, p.02-07, jan., 1988a.
- WEID, J. M. As práticas inovadoras: identificação, sistematização, difusão. **Proposta:** experiências em educação popular, Rio de Janeiro, n.36, p. 08-13, jan.1988b.

- WEID, J. M. AS-PTA: transformação ou continuidade do PTA-FASE? **Alternativas:** Cadernos de Agroecologia, Rio de Janeiro, p. 07-08, jun., 1991a.
- WEID, J. M. Diagnósticos Rápidos Participativos de Agroecossistemas (DRPA). **Alternativas:** Cadernos de Agroecologia, Rio de Janeiro, p. 30-31, jun., 1991b.
- WEID, J. M. **Roteiro do DRPA – diagnóstico rápido participativo de agroecossistemas.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991c. 33p.
- WEID, Jean M. **Estratégia do PTA.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1991d. 30p.
- WEID, Jean M. **Da agroquímica para a agroecologia:** por um novo modelo de desenvolvimento agrícola apoiado nos pequenos produtores. In: Seminário Nacional sobre Políticas Públicas e Agricultura Sustentável. Rio de Janeiro, 1994. 34p.
- WEID, Jean. M. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1997. 40p. (Textos para Debate, 57).
- WEID, Jean. M. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. **Agriculturas:** experiências em agroecologia, Rio de Janeiro, v.3, n.1, p.04-06, abr. 2006.

ANEXOS

ANEXO 1

ENTREVISTAS REALIZADAS PARA A TESE DE DOUTORADO

2003 (18 a 26 de dezembro)

- Afonso e Denilson (Chapecó)¹³⁹ – engenheiros agrônomos da APACO, Chapecó
- Eros Mussoi (Florianópolis) – pesquisador da Epagri e professor da UFSC/CCA.
- Paulo Tagliari (Florianópolis) – coordenador do Projeto Agroecologia da Epagri e jornalista da Revista Agropecuária Catarinense.
- Silmar Hemp e Marcio Mello (Chapecó) – pesquisadores da Epagri.
- Volmir Santolin (Chapecó) – diretor de Relações Institucionais e Internacionais da Fetraf-Sul.
- Wilson Schmidt (Florianópolis) – professor do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Foi membro da direção do CEPAGRO.

2004 (30 de novembro e 01 de dezembro)

- Carlos Eduardo Arns (Chapecó) – professor da Uno Chapecó. Foi membro do Centro Vianeí, Rureco e Apaco.
- Celso Ludwig (Chapecó) – Agricultor, membro da coordenação da Fetraf-Sul e presidente da Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares (COOPERHAF).

2005 (17 de novembro a 01 de dezembro)

- Ademir Cazella (Florianópolis) – professor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.
- Carmen Munarini (Chapecó) – Agricultora e membro da direção catarinense do Movimento de Mulheres Camponesas.
- Charles Lamb (Florianópolis) – coordenador geral da equipe técnica do Cepagro e da Rede Ecovida, Núcleo de Florianópolis.
- Denilson Debiasi (Chapecó) – Engenheiro Agrônomo contratado pela Apaco e membro da Rede Ecovida, núcleo Chapecó.
- Dirceu e Valdomiro (Chapecó) – Dirceu é membro da direção do Setor de Comunicação e Valdomiro é membro do Setor Projetos do MST.
- Dirceu Dresch (Chapecó) – Coordenador estadual da Fetraf-Sul.
- Hansjorg Rinklin (Mondaí) – diretor executivo do Terra Nova em Mondaí
- Ivo Macagnan (Saltinho) – Coordenador executivo do CAPA em Saltinho. Foi membro do Centro Vianeí de Lages.
- Leandro Wildner (Chapecó) – pesquisador da Epagri
- Marcos (Caçador) – Agricultor e diretor executivo do Cepagri, Caçador.
- Natal João Magnanti (Lages) – Engenheiro agrônomo e diretor executivo do Centro Vianeí, Lages.
- Paulo Tagliari (Florianópolis) – coordenador do Projeto Agroecologia da Epagri e jornalista da Revista Agropecuária Catarinense.
- Sergio Leite Pinheiro Machado (Florianópolis) – pesquisador da Epagri e professor da UFSC.
- Sergio Sartori (Lages) – professor da UNIPLAC e fundador do Centro Vianeí em Lages.
- Valerio Turnes (Florianópolis) – Gerente estadual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Foi coordenador do CEPAGRO, Florianópolis.

¹³⁹ Entre parêntesis está especificado o local de trabalho e de realização da entrevista. Algumas entrevistas foram realizadas em duplas.

- Wilson Testa (Chapecó) – pesquisador da Epagri.
- Wilson Schmidt (Florianópolis) – professor do Centro de Ciências Agrárias da UFSC. Foi membro da direção do CEPAGRO.

2007 (04 de março a maio)

- Carlos Eduardo Souza Leite (Bahia*)¹⁴⁰ – coordenador executivo do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP, Bahia.
- Ciro Correa (Espanha, Skype) – membro do Coletivo Nacional da Frente de Meio Ambiente do MST. Faz mestrado em agroecologia, Universidade de Córdoba, Espanha.
- Claudia Job Schmitt (Rio de Janeiro) – secretária da Articulação Nacional de Agroecologia – ANA. Foi assessora do DETR/RS e membro do Centro Ecológico em Ipê, Rio Grande do Sul.
- Denis Monteiro (Rio de Janeiro) – membro do Setor de Produção Cooperação e Meio Ambiente do MST.
- Eugenio Ferrari (Minas Gerais*) – coordenador executivo do CTA-ZM e da Articulação Mineira de Agroecologia
- Evande Praxedes da Silva (Mato Grosso**) – pesquisador do IBGE. Foi membro da coordenação nacional da FEAB, gestão 1988/1989.
- Gilmar Pastorio (Brasília*) – coordenador da Área de Política Agrícola da FETRAF Brasil. Foi membro da direção do DETR-RS e do Fórum Sul dos Rurais da CUT.
- Jean Marc von der Weid (Rio de Janeiro) – diretor Executivo da AS-PTA e membro do CONSEA.
- João Carlos Costa Gomes (Rio Grande do Sul*) – chefe-geral e pesquisador da Embrapa Clima Temperado e membro da diretoria da Associação Brasileira de Agroecologia.
- Manoel Andrade (Portugal, Skype) – é professor de economia e psicologia em Portugal e coordenador do Núcleo do PT na Europa. Foi membro da coordenação estadual da FEAB (1987), Mato Grosso, e membro da comissão organizadora do III EBAA.
- Manoel Baltasar Baptista da Costa (São Paulo, Skype) – professor da Universidade Federal de São Carlos. Consultor em agroecologia e pioneiro do movimento de agricultura alternativa. Foi assessor de Claus Germer e membro da FAEAB na década de 80. Foi também membro da comissão organizadora do III EBAA.
- Maria Emília Melo (Rio de Janeiro) – engenheira agrônoma, membro da equipe técnica permanente do Ciclo Assessoria para o Desenvolvimento. Foi da equipe técnica do ESPLAR, Ceará e do movimento estudantil da FEAB.
- Paulo Petersen (Rio de Janeiro) – diretor Executivo da AS-PTA.
- Rosângela Pezza Cintrão (Rio de Janeiro) – engenheira agrônoma, consultora autônoma. Foi secretária da Articulação Nacional de Agroecologia e membro da equipe técnica do Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais – SASOP, Bahia.

¹⁴⁰ * Entrevista realizada no Rio de Janeiro por ocasião da reunião da Coordenação Nacional da ANA (16 a 18 de maio de 2007).

** Entrevista realizada no Rio de Janeiro por ocasião do Seminário CPDA 30 anos.